

**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI**  
**Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**O POSICIONAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO NAS  
NEGOCIAÇÕES RELATIVAS AO TRATADO SUBSTANTIVO  
EM MATÉRIA DE PATENTES – SPLT: DESDOBRAMENTOS E  
PERSPECTIVAS**

**FERNANDO CASSIBI DE SOUZA**  
**ORIENTADOR: EDUARDO WINTER**  
**RIO DE JANEIRO**  
**2011**

**FERNANDO CASSIBI DE SOUZA**

**O POSICIONAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO NAS NEGOCIAÇÕES  
RELATIVAS AO TRATADO SUBSTANTIVO EM MATÉRIA DE PATENTES – SPLT:  
DESDOBRAMENTOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada à Academia de  
Propriedade Intelectual, Inovação e  
Desenvolvimento do Instituto Nacional da  
Propriedade Industrial, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em  
Propriedade Intelectual e Inovação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Winter.

Rio de Janeiro  
2011

**FERNANDO CASSIBI DE SOUZA**

**O POSICIONAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO NAS NEGOCIAÇÕES  
RELATIVAS AO TRATADO SUBSTANTIVO EM MATÉRIA DE PATENTES – SPLT:  
DESDOBRAMENTOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada à Academia de  
Propriedade Intelectual, Inovação e  
Desenvolvimento do Instituto Nacional da  
Propriedade Industrial, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em  
Propriedade Intelectual e Inovação.  
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Winter.

Aprovação concedida no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

---

Eduardo Winter, Dr., Instituto Nacional da Propriedade Industrial

---

Leandro Miranda Malavota, Dr., Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

---

Patrícia Pereira Peralta, Dra., Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

Rio de Janeiro  
2011

**Papai Racer:** Você acha que você pode pilotar um carro e mudar o mundo? Não é assim que as coisas funcionam!

**Speed Racer:** Talvez não, mas é a única coisa que eu sei fazer, e eu preciso fazer algo.

(...)

**Speed Racer:** [desolado] As corridas não mudaram, e nunca vão mudar.

**Corredor X:** Não importa se as corridas nunca mudarem. O que importa é se nós deixarmos que elas nos mudem. Cada um de nós precisa encontrar a razão para fazer isso. Você não sobe num carro de corrida T-180 porque quer ser um piloto. Você faz porque você é um piloto.

*Do filme “Speed Racer”, um fracasso comercial hollywoodiano de 2008. Mas, para o autor, ao menos nos trechos acima, um sucesso filosófico que lhe acalentou o coração.*

Este é um trabalho que se fez possível pela obra de Deus.  
A ele, devo meu agradecimento.  
E a minha principal dedicatória.

## **AGRADECIMENTOS**

A Eduardo Winter, meu orientador. Sua atenção, dedicação e respeito me serão para todo o sempre objeto de minha imensa admiração e gratidão. A Araken Lima, co-orientador deste trabalho em sua versão inicial, por suas considerações e sugestões, incorporadas, na medida do possível, a este trabalho. A Patricia Trotte e a Juliane Pereira, que muito me ajudaram em suas atividades, secretariando o mestrado. A todos os meus professores e colegas do mestrado. Obrigado.

Aos meus assistentes, que me auxiliaram na transcrição das fitas de gravação das minhas entrevistas, realizadas entre os anos de 2008 e 2009: Manoel Batista do Prado Junior, Rafael Dantas Reis e Edilane Abreu.

A minha primeira orientadora, Maria Beatriz Amorim Borher, por ter sido meu norte quanto à construção de minha carreira, e por ter, ainda que não até o final, me orientado de maneira consistente, dedicada e atenciosa, sempre que nos foi possível.

Às Sras. Lise McLeod e Ulrike Fischer, funcionárias da Biblioteca da OMPI, que com muita gentileza me atenderam durante minha rápida e corrida estadia em Genebra, a fim de me auxiliar em minha pesquisa. Ao senhor Gérald Nicolle, também funcionário dessa organização internacional, que, mesmo à distância e indiretamente, auxiliou-me na obtenção de material da maior relevância para meus estudos. Às Sras. Miriam Stern, Marcelle Veiga, Eva Beatriz, Isabel Cristina, Mariana Reis e Patrícia Lopes, equipe da Biblioteca do Escritório Dannemann Siemsen, que muito atenciosamente abriu as portas para minhas pesquisas em seu acervo. Aos funcionários da Biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ-, Cristina Barreto e Francisco de Paula, onde encontrei material referente às Exposições Universais e Nacionais do século XIX. Às funcionárias da Biblioteca de Obras Raras da Faculdade de Letras da UFRJ, Sra. Maria Inez Maia Oliveto e Sra. Nadia Bernuci. E, finalmente, a toda a Equipe da Biblioteca “Claudio Treigger”, do INPI representada, por completo, por seu bibliotecário, Evanildo dos Santos.

À Fundação Konrad Adenauer Stiftung – KAS-, cujo convite para participação em evento ocorrido na Alemanha facilitaria significativamente, na ausência de uma bolsa de pesquisa, minha ida a Genebra, na Suíça, onde pude não apenas realizar, como também completar com chave de ouro todos os meus desejos mais

ambiciosos, no que tange a este trabalho.

Aos meus amigos. Sem amigos não somos nada. E mencioná-los nominalmente seria criminoso com todos. Se eu te chamo de “amigo”, nomes são desnecessários. Mas ressalto, por justiça, quatro nomes, irmãos: Glauco Pontes, João Paulo Nagime, Hugo Nagime e Gabriel Nieva.

Aos meus estagiários da COOPINT, Bruno Macagi, Julia Kreischer, Fernanda Nanci, Saint Claire Simas, André Tibau, Ana Carolina, Otávio Moreira e João Paulo. Vocês me ensinaram muito mais do que imaginam. E a minha colega Cósima Mol, estagiária do turno da manhã nos tempos da COTEC. A Rachel Bottrel e Amaury Freitas, por terem tido o trabalho de ler meu projeto de pesquisa. Graças aos comentários de vocês pude melhorá-lo, a ponto de ter recebido a única nota máxima nessa etapa da avaliação. A Lúcia Motta, por um muito bem-vindo papel editorial. A Susana Serrão, por ter sido minha madrinha moral na concretização de importantes sonhos. Ao “maestro” Leopoldo Coutinho, e a meus colegas da antiga COOPINT, Pedro Paranhos, Alessandra Missagia, Vitor Monnerat. Ana Paula Pinheiro, Carla (Chefa) Maia, Gustavo Travassos, Iloana Rocha, Amaury Freitas e Clécia Borges. A Sergio França, sempre importante em minha história no INPI, e a Denise Ferreira, a Silvano Ferreira, a Arthur Camara e a Patricia Lopes, da antiga COTEC. Este trabalho tem o sorriso de cada um de vocês embutido. E é tudo por causa de todos vocês, no final das contas.

Ao meu eterno diretor, Marco Antonio A. de Araujo Lima, pelo respeito a mim conferido, e também por ter sido um exemplo de paixão e dedicação profissional. Além de tudo, você estava certo. O desenvolvimento não pode ser feito sem que se incorra em riscos.

Ao meu pai, Adalmir José, maior patrocinador individual de todos os meus sonhos. Sem ele, ou minha querida mãe, Angela Maria, amiga e revisora deste trabalho, essa dissertação não teria jamais acontecido.

Aos meus outros pais e mães em diferentes épocas de minha vida: Esmeralda Araujo, minha babá; Steve & Linda Billings, pais em meu tempo de intercâmbio; e Regina Gassibe, mãe em tempos de São Paulo, pela presença, carinho, amor e apoio.

Ao vovô Michel. A vovó Yolette. E ao vovô Adauto. Todos com papai do céu.

A vovó Penha. Minha flor.

E, como não poderia deixar de ser., a todos do INPI, casa à qual retorno.

**O POSICIONAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO NAS NEGOCIAÇÕES RELATIVAS AO TRATADO SUBSTANTIVO EM MATÉRIA DE PATENTES – SPLT: DESDOBRAMENTOS E PERSPECTIVAS, FERNANDO CASSIBI DE SOUZA, 2011.**

**RESUMO**

A DISSERTAÇÃO TRATA DO POSICIONAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO DURANTE AS NEGOCIAÇÕES RELATIVAS AO TRATADO SUBSTANTIVO EM MATÉRIA DE PATENTES, O SPLT, APRESENTADO OFICIALMENTE NA QUARTA SESSÃO DO COMITÊ PERMANENTE DE PATENTES - SCP DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI. O TRABALHO ANALISA AS EVOLUÇÕES NO SISTEMA INTERNACIONAL DE PATENTES DESDE SUAS ORIGENS QUE REMONTAM A CONVENÇÃO DA UNIÃO DE PARIS – CUP ATÉ AS NEGOCIAÇÕES RELATIVAS A MINUTA DO SPLT. A DISSERTAÇÃO DEBATE O PROCESSO DECISÓRIO SOB UMA PERSPECTIVA DOMÉSTICA E INTERNACIONAL E ANALISA O POSICIONAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E INTEGRADA A SUA POLÍTICA EXTERNA E SUAS ASPIRAÇÕES INTERNACIONAIS. O TRABALHO TAMBÉM DEBATE EM QUE MEDIDA O BRASIL TEM SIDO BEM SUCEDIDO E DISCUTE AMBIVALENCIAS EM SEU POSICIONAMENTO, IDEOLÓGICO POR VEZES E PRAGMÁTICO POR OUTROS. DESDOBRAMENTOS E INFERÊNCIAS COM BASE NA CONDUÇÃO APRESENTADA TAMBÉM SÃO DISCUTIDOS. CONCLUI QUE O BRASIL PRECISA TOMAR UMA DECISÃO RELATIVA A QUAL GRUPO DE PAÍSES EFETIVAMENTE PARTICIPA PARA SER BEM SUCEDIDO, SE PAÍS EM DESENVOLVIMENTO OU DESENVOLVIDO, DADA A EMERGÊNCIA QUE TEM GANHADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL NOS ÚLTIMOS TEMPOS.



**THE BRAZILIAN POSITION CONCERNING NEGOTIATIONS RELATED TO THE SUBSTANTIVE PATENT LAW TREATY – SPLT: FACT UNFOLDINGS AND PERSPECTIVES, FERNANDO CASSIBI DE SOUZA, 2011.**

#### **ABSTRACT**

THE DISSERTATION DEALS WITH THE POSITION OF THE BRAZILIAN GOVERNMENT DURING THE NEGOTIATIONS CONCERNING THE SUBSTANTIVE PATENT LAW TREATY, THE SPLT, OFFICIALLY PRESENTED DURING THE FOURTH SESSION OF THE STANDING COMMITTEE OF PATENTS –SCP OF THE WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION – WIPO. THE STUDY ANALYSES THE EVOLUTIONS OF THE INTERNATIONAL PATENT SYSTEM SINCE ITS ORIGINS GOING FROM THE PARIS UNION CONVENTION – UCP UNTIL THE NEGOTIATIONS RELATED TO THE DRAFT OF THE TREATY. THE DISSERTATION DEBATES THE DECISION MAKING PROCESS UNDER A DOMESTIC AND INTERNATIONAL PERSPECTIVE AND ANALYSES THE BRAZILIAN GOVERNMENT POSITION UNDER A HISTORIC AND INTEGRATED VIEW TO ITS FOREIGN POLICY AND ITS INTERNATIONAL ASPIRATIONS. THE STUDY ALSO DEALS WITH THE QUESTION WHETHER BRAZIL HAS BEEN SUCCESSFUL OR NOT AND DISCUSSES AMBIVALENCIES IN ITS POSITION, IDEOLOGIC SOMETIMES, AND PRAGMATIC, OTHERS. UNFOLDINGS AND INFERENCES BASED ON THE PRESENTED CONDUCTION ARE ALSO DISCUSSED. IT CONCLUDES THAT BRAZIL NEEDS TO MAKE A DECISION RELATED TO WHICH GROUP OF COUNTRIES IT EFFECTIVELY PARTICIPATE IN ORDER TO BE SUCCESSFUL, IF A DEVELOPED OR UNDERDEVELOPED COUNTRY GIVEN THE EMERGENCE IT GAINED IN THE INTERNATIONAL SCENARIO IN RECENT TIMES.

**LISTA DE FOTOGRAFIAS**

**PÁG**

**FOTOGRAFIA 01: FOTO DE ÁLVARO ALENCAR NA OMPI**

**62**

## **LISTA DE TABELAS**

## **PÁG**

Tabela 01. Questões por serem abarcadas no texto do tratado.....	92
Tabela 02. Tipologia dos tratados da OMPI.....	132
Tabela 03. Pontos Negociados durante a Oitava Sessão.....	172
Tabela 04. Pontos Negociados durante a Nona Sessão.....	181
Tabela 05. Pontos Negociados durante a Décima Sessão.....	192

## **LISTA DE SIGLAS**

**ADIPIC (ou TRIPS) – Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio**

**CUP- Convenção da União de Paris**

**DIPI- Divisão de Propriedade Intelectual**

**EPO- Escritório Europeu de Patentes**

**GIPI – Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual**

**ICG - Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore**

**INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial**

**JPO- Escritório Japonês de Patentes**

**MCTI- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**

**MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

**MINC- Ministério da Cultura**

**MJ- Ministério da Justiça**

**MMA- Ministério do Meio Ambiente**

**MRE – Ministério das Relações Exteriores**

**PCT – Tratado de Cooperação em matéria de Patentes**

**PLT – Tratado sobre Lei de Patentes**

**SCP- Comitê Permanente de Patentes**

**SPLT- Tratado Substantivo em matéria de Patentes**

**USPTO- Escritório Norte-americano de Patentes e Marcas**

**USTR- Escritório Norte-americano de Representantes dos Estados Unidos da América**

## SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
REFERENCIAL CONCEITUAL.....	5
CONTEXTUALIZAÇÃO.....	8
JUSTIFICATIVA.....	11
OBJETIVOS.....	15
Objetivo Geral.....	15
Objetivos Específicos.....	15
ESTRUTURA DO ESTUDO.....	17
METODOLOGIA.....	20
Coletiva de Dados.....	20
Tratamento e Análise dos Dados.....	29
 CAPÍTULO I: A CONVENÇÃO DA UNIÃO DE PARIS COMO BASE DO SISTEMA INTERNACIONAL DE PATENTES.....	 32
1.1. Opositores ao advento do sistema patentário no apagar do século XIX..	32
1.2. As Exposições universais e um despertar para uma concertação normativa internacional para a propriedade industrial.....	34
1.2.1 O Brasil no período anterior ao nascedouro do sistema internacional de patentes.....	36
1.2.2 A Exposição Universal de 1873: o início efetivo de uma sistematização internacional.....	38
1.2.3. A Exposição Universal de 1878: avanços nas tratativas.....	40
1.2.4. A Conferência Internacional para a proteção da propriedade industrial de 1880: últimos arranjos prévios à concertação.....	42
1.3. O nascedouro da Convenção da União de Paris.....	46
1.4. O Brasil no ordenamento do sistema internacional de patentes.....	49
1.5. Considerações gerais do capítulo.....	51
 CAPÍTULO II: PROCESSOS REVISIONISTAS DA CONVENÇÃO DE PARIS: HARMONIA E TENSÕES NO SISTEMA INTERNACIONAL DE PATENTES PÓS-1945 ..... .....	   55

2.1. Harmonia e Tensões quanto ao papel das patentes para o desenvolvimento: da “Resolução brasileira” na UNCTAD a criação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual .....	57
2.1.1. O advento da OMPI como agência especializada das Nações Unidas: mais do mesmo debate.....	63
2.2. O Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes: Fruto da concertação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ou vitória dos primeiros?..	74
2.3. Inserção e internacionalização: as bases na criação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.....	82
2.4. Novas rodadas de revisão da Convenção de Paris: entre céticos e arautos do sistema internacional de patentes.....	85
2.5. A emergência de uma nova proposta de harmonização.....	89
2.6. A criação da Organização Mundial do Comércio e do Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.....	95
2.6.1. TRIPS: um tratado saído da OMPI.....	98
2.7. Entre Novos céticos, Ex-progressistas e neo-liberais: o Brasil no apagar das luzes do século XX.....	103
2.8. Considerações gerais do capítulo.....	109
<b>CAPÍTULO III. O BRASIL NO PROCESSO DECISÓRIO NO COMITÊ PERMANENTE DE PATENTES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL.....</b>	<b>114</b>
3.1. O Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI.....	116
3.2. A legitimidade da participação dos órgãos de representatividade brasileira nas negociações internacionais em matéria de patentes.....	120
3.3. O papel do MRE na condução e coordenação de interesses e na tomada de decisão e sua representação.....	126
3.4. As implicações da influência de programas de governo político-partidários e da disputa de poder para a tomada de decisão.....	128
3.5. O Funcionamento e Estrutura Institucional e Administrativa da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI.....	130
3.6. O enquadramento do SPLT frente a tipologia de Tratados internacionais administrados pela OMPI.....	133
3.7. O processo decisório internacional no contexto da OMPI.....	135
3.8. O processo decisório no âmbito do SCP.....	139
3.9. Considerações gerais do capítulo.....	140

---

**CAPÍTULO IV. AS NEGOCIAÇÕES EM TORNO DO TRATADO SUBSTANTIVO EM  
MATERIA DE PATENTES: DA RETOMADA DAS DISCUSSÕES EM MATERIA  
SUBSTANTIVA À EGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO.....143**

---

4.1. A retomada da harmonização patentária como ponto de pauta na OMPI.....	144
4.2. A Quarta Sessão do SCP.....	151
4.2.1. Sobre o Documento OMPI SCP/4/2 “Sugestões para Continuar Desenvolvendo o direito internacional de patentes” .....	153
4.2.1.1. Estado da técnica.....	155
4.2.1.2. Novidade.....	157
4.2.1.3. Atividade Inventiva.....	159
4.2.1.4. Aplicação Industrial.....	160
4.2.1.5. Divulgação suficiente.....	161
4.2.1.6. Redação e Interpretação das reivindicações.....	161
4.2.1.7. Período de Graça.....	162
4.2.1.8. Resumo da Quarta Sessão.....	163
4.3. A Quinta Sessão do SCP.....	165
4.4. A Sexta Sessão do SCP.....	167
4.5. A Sétima Sessão do SCP.....	169
4.6. A Oitava Sessão do SCP.....	172
4.7. A Nona Sessão do SCP.....	181
4.8. A Décima Sessão do SCP.....	191
4.9. A Décima-primeira Sessão do SCP.....	200
4.10. Considerações gerais do capítulo.....	202

---

**CAPÍTULO V. ENTRE O PRAGMATISMO E A IDEOLOGIA: POSIÇÕES CONFLITANTES  
DO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES EM TORNO DO TRATADO SUBSTANTIVO EM  
MATÉRIA DE PATENTES.....204**

---

5.1. Técnica e Política no centro da minuta do SPLT.....	206
5.2. Brasil, um país em desenvolvimento: em busca de sua identidade individual e coletiva.....	208
5.3. O Brasil e seu “dilema do prisioneiro: entre a ideologia de cooperação entre países em desenvolvimento e o pragmatismo de um país emergente.....	213
5.4. O Brasil como prisioneiro de suas políticas para a saúde pública.....	218
5.5. O Brasil como prisioneiro de sua própria falta de identidade.....	221

5.5.1. A construção do posicionamento brasileiro.....	223
5.6. A interrupção das negociações relativas ao SPLT.....	224
5.6.1. As divergências entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento como entraves elementares ao advento do SPLT.....	225
5.6.2. As divergências entre os países desenvolvidos como relevante entrave para o advento do SPLT.....	237
5.7. Em busca de uma nova periodização para o sistema internacional de patentes.....	230
5.8. Anseios brasileiros ante a internacionalização do sistema.....	233
5.9. A Agenda para o Desenvolvimento como uma simbologia para o posicionamento brasileiro nas negociações pelo SPLT.....	237
5.10. O INPI como Autoridade Internacional de Buscas e Exame Preliminar como alternativa para a manutenção das aspirações internacionais.....	238
5.11. Considerações gerais do capítulo.....	241
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>243</b>
<b>Desdobramentos do Estudo.....</b>	<b>246</b>



## INTRODUÇÃO

*Os frutos da mente são meus e são teus. (Marcos Viana, SOB O SOL)*

**A par da produção física – objetos, comida, edifícios – sempre houve alguma forma de produção intelectual. O astrônomo maia estabelecendo o calendário, Homero enunciando sua poesia épica, os juristas de Hamurabi construindo suas leis (Barbosa, 2009 – grifo nosso)**

A capacidade criativa do ser humano não tem limites. É baseada nessa premissa que se pode constatar a importância conferida à propriedade intelectual com o passar dos tempos, principalmente a partir do avanço da globalização, a partir do qual se dá, com o comércio internacional, uma valorização escalar dos intangíveis e da garantia dos direitos de apropriação da propriedade intelectual de cada país.

A globalização<sup>1</sup> torna oportuna também a busca por uma periodização válida com vistas a melhor compreender o advento de um sistema internacional de propriedade intelectual, e das patentes, em particular.

Inicialmente, é possível remontar os esforços investigativos ao momento em que certas características se somam ao processo de surgimento das unidades centrais nacionais que dão origem ao Estado nacional moderno, entre os séculos XV e XVIII. É quando nasce a prática de proteção por privilégios. Nessa época, os senhores feudais e monarcas europeus outorgavam cartas de concessão de direitos exclusivos, com base em condições arbitrárias, sem que houvesse uma lei de

---

<sup>1</sup> Muitos estudiosos (SCHOLTE, 2005; HIRST, THOMPSON, 1998) começaram a se aprofundar na epistemologia do termo, uma tarefa de razoável grau de dificuldade. Primeiramente porque o significante costumeiramente precede o próprio significado, havendo portanto uma assunção automática que o esvazia de seu significado, enquadrando-o por conseguinte a uma perspectiva meramente retórica. Em segundo, porque há diversas acepções para o termo. Algumas delas serão resgatadas ao longo do texto..

âmbito geral<sup>2</sup>, bastando que, para tanto, houvesse algum interesse em jogo, invariavelmente econômico, visando à promoção de manufaturas domésticas e ao incremento do comércio entre as nações. Havia, com isso, conduta claramente protecionista, uma vez que tais cartas de privilégios eram por muitas vezes discricionárias em detrimento de estrangeiros.

Um importante divisor de águas se dá com o artigo 6º do Estatuto dos Monopólios Inglês, de 1623, o qual é até os dias de hoje amplamente reconhecido como a primeira<sup>3</sup> lei moderna de patentes (MACHLUP; PENROSE, 1950:2; NAÇÕES UNIDAS, 1975:110). Esse instrumento posicionou a Inglaterra na vanguarda de um processo que somente pouco mais de um século depois seria observado, inclusive referencialmente, em outras estruturas normativas domésticas, como é o caso dos Estados Unidos (1790), momento a partir do qual é sancionado o primeiro projeto de lei do continente americano, cuja relevância, ademais, se dá na evidência por parte do governo em patrocinar o desenvolvimento e o progresso da ciência. Por sua vez, no ano de 1791, a Assembleia Nacional Francesa aprovaria sua lei de patentes, a qual daria início a uma onda de influência em outros países europeus ao longo do século XIX, como, por exemplo, na Alemanha (DI BLASI, 2005:5). É também a segunda fase, característica das Patentes Nacionais.

Entre 1800 e 1870, outros países sancionariam legislações correlatas ao tema, como os Países Baixos, no ano de 1809, a Áustria, no ano seguinte, a Rússia, em 1812, a Suécia, em 1810, a Espanha em 1826, o Brasil em 1809<sup>4</sup>, a Itália, no ano de

---

<sup>2</sup> DI BLASI (2005. p.2) ilustra que na França da Idade Média, em 1330, o inventor Phillippe de Cacquery recebeu do rei Philippe de Valois o direito exclusivo para explorar a 'fabricação de vidros'. O Papa Leão X concedeu a Ariosto os direitos de autor para a obra Orlando Furioso, dentre outros.

<sup>3</sup> É possível destacar a existência de uma legislação patentária consideravelmente avançada na cidade Estado de Veneza em 1474(MACHLUP; PENROSE, 1950; NAÇÕES UNIDAS, 1975).

<sup>4</sup> O Brasil publicou a sua primeira lei relativa às patentes em 28 de abril de 1809, sendo a quarta legislação específica relativa ao tema no mundo. Adicionalmente, o primeiro privilégio concedido no Brasil data de 1822 e é relativo a uma máquina de descascar café.

1859, a Argentina, em 1864, e o Canadá ,em 1869 (NAÇÕES UNIDAS, 1975: 111. Adaptado).

A sistematização internacional propriamente dita é conflagrada no ano de 1883, por meio da Convenção da União de Paris, também conhecida como Convenção de Paris ou, ainda, pela sua sigla, CUP, dando origem a uma possível terceira fase do sistema.

Em estreita consonância com as reflexões de Gervais (2002), a quarta fase tem início por volta do ano de 1970<sup>5</sup>, com o início das atividades da OMPI e da entrada em vigor do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes – PCT, aqui tratado como instrumento difusor do sistema em escala internacional, e segue até 1986, quando então o Acordo Sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – ADPIC, ou TRIPS, em sua sigla em inglês, começa a ser negociado no âmbito da Rodada Uruguai do GATT- Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

Independentemente da perspectiva adotada, fato é que o cenário posterior ao PCT observa um expressivo aumento não apenas no depósito de patentes ao redor do globo, como também uma progressiva proliferação e replicação de legislações nacionais calcadas nos preceitos legais já em pleno funcionamento nos países desenvolvidos. Consecutiva a essa quarta fase, sugere-se livremente que haveria uma quinta, concernente às iniciativas internacionais extra normativas que são levadas a cabo pelos países da chamada “Trilateral<sup>6</sup>” - Estados Unidos, União Europeia e Japão.

É no intervalo entre essa quarta e potencial quinta fases que estão localizadas

---

<sup>5</sup> Gervais (2002) considera o ano de 1971.

<sup>6</sup> Para mais informações a respeito, o trabalho de ASSMAN, DOS SANTOS e CHOMSKY (1979) é uma referência.

as negociações em torno de dois tratados no cerne da OMPI, o Tratado sobre a Lei de Patentes, também identificado em sua tradução como Tratado sobre o Direito de Patentes, em sua sigla, o PLT, concluído no ano 2000, e o Tratado Substantivo em Matéria de Patentes, o SPLT, negociado entre 2001 e 2005. Especialmente nesse segundo processo de negociações, ainda que também em certa medida no primeiro, o Brasil ocupa relevância no cenário internacional, sendo o objeto deste trabalho.

## REFERENCIAL CONCEITUAL

Considerando que o objeto central conferido a este trabalho é o encaminhamento conferido pelo governo brasileiro às negociações internacionais no campo patentário, para advento de novos tratados sobre a matéria, adota-se, de antemão, o entendimento terminológico manifesto em SOUZA, LOPES *et al* (2005:9-10), de que não existe<sup>7</sup>, a rigor, diferenciação significativa quanto à denominação, se convenção, tratado ou acordo internacional. Acresça-se também que, a despeito de muitas análises segmentadas, o conjunto de tratados existentes conforma uma mesma unidade, uma vez que um tratado não deve ser interpretado ou estudado à revelia de outro, anterior ou posterior, sob o risco de se formar um quadro parcial ou segmentado da realidade.

Ademais, é possível considerar que especialmente no período posterior ao advento da OMPI, ocorra em caráter global uma interação inescapável entre os seus principais atores, os Estados, em virtude de um novo contexto de preponderância de interdependência. O presente estudo não ignora tal condição, razão pela qual reúne todos seus atores, bem como entidades subnacionais, os escritórios e oficinas de processamento de pedidos de patentes, sob a égide de uma perspectiva estruturalista. Dado o propósito em questão, portanto, é reincidente e justificada neste estudo uma abordagem sistêmica, ainda que se deixe de lado, ao menos momentaneamente, o uso politizado em torno da expressão, para a qual se admite que, em seu uso, repouse um propósito tácito de conferir à temática de propriedade intelectual, e às patentes, de maneira independente, um valor próprio e independente. De todo modo, é preciso reconhecer que, sob uma ótica aplicada à

---

<sup>7</sup> No direito internacional público - DIP, “Acordos” e “Convenção” são nomenclaturas outras para também se referir aos tratados internacionais.

realidade, essa escolha é compatível com a quantidade considerável de referências identificadas entre acadêmicos e representantes governamentais, além da própria OMPI. E, enquanto Gandelman (2004) se utiliza da expressão “regimes internacionais”, a presunção ora constante é a de que o termo “sistema” refletiria melhor a correlação entre norma e as instituições que se conformam em arranjos funcionais específicos, novamente o caso dos escritórios nacionais de processamento dos pedidos de propriedade intelectual, em interface com a OMPI. Em outros termos, os “regimes” transmitiriam uma ideia conectada ao conjunto de princípios normativos e regras existentes no ambiente internacional, ao passo que os “sistemas” transmitiriam uma compreensão mais além daquela, na medida em que as regras e procedimentos sejam levados em consideração na operacionalização das disposições contidas nos tratados internacionais de patentes.

Questão semelhante é verificada no que concerne ao objeto desses tratados para a área patentária. Por essência, os tratados internacionais são uma tentativa de concertação, com base em uma linguagem comum entre diferentes partes. Ao traduzir esse esforço coletivo em termos normativos, os autores internacionais que dele fazem parte, notadamente os Estados, utilizam-se de nomenclaturas que expressem a maneira pela qual essas normas são organizadas, de onde advêm os termos “harmonização” e “uniformização”, dentre outros. Neste trabalho, é admitida a instrumentalização desses termos com objetivos discursivos. Contudo, não se buscará evidenciar suas diferenças ou mesmo significados políticos, ainda que se reconheça *a priori* que os países desenvolvidos costumam optar pelo termo “harmonização”, como se o mesmo evidenciasse intrinsecamente que a harmonia é um objetivo comum entre Estados diversos, com condutas igualmente distintas. Já a perspectiva dos países em desenvolvimento procura, por vezes, salientar, por meio

do termo “uniformização”, que novos intentos por norma internacionalmente concertada no campo da propriedade intelectual, em matéria substantiva de patentes, se tratem potencialmente de um constrangimento, a ser moralmente imposto aos Estados. Estes, com isso, teriam menor flexibilidade para levar a cabo políticas de desenvolvimento a partir do instituto patentário, entendido como um título de propriedade que gera efeitos jurídicos, sem deixar de lado os efeitos técnicos, a partir da informação tecnológica que podem gerar.

No que concerne a outras terminologias, elas igualmente serão utilizadas de maneira aleatória, quando houver uma variável política que a justifique em sua utilização de maneira instrumentalizada. A razão para essa medida decorre do entendimento de que, mesmo identificando-se maior recorrência para utilização de um verbete em detrimento de outro, em agrupamentos de países compatíveis em termos de produto interno bruto – PIB-, não há variáveis suficientes que permitam afirmar que o uso de um termo se faça explicitamente em virtude de uma outra motivação predeterminada de cunho político.

Para demais questões, a explicação acadêmica se faz necessária, para melhor elucidação do contexto ou da perspectiva em que se inscreve.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão da progressão dos debates entre os Estados, no tocante à lei de patentes, foi criado em 1998 o *Comitê Permanente em Lei de Patentes - SCP* no cerne da OMPI, objetivando fomentar debates direcionados à harmonização legal internacional em matéria de patentes.

O resultado mais notável no âmbito da SCP foi o Tratado sobre Lei de Patentes – PLT -, adotado por uma Conferência Diplomática em 1º junho de 2000, entrando finalmente em vigor em 2005. Os países signatários do PLT concordam em implementar uma estrutura internacional padronizada de requerimentos formais e prazos, assim como princípios básicos e mecanismos para impedir perdas não intencionais de direitos.

Em se tratando de um acordo de caráter formal com vistas à uniformização do sistema patentário internacional, o PLT pode ser considerado modesto nos seus objetivos, se comparado ao Tratado Substantivo em matéria de Patentes - SPLT -, cujas negociações foram retomadas durante a quinta sessão do SCP em maio de 2001. A minuta do referido Tratado foca em seis questões de maior relevância para a concessão de patentes, a saber: a definição de anterioridade, novidade, atividade inventiva, aplicação industrial, redação e interpretação de reivindicações e o requisito de informações suficientes no relatório descritivo.

É nesse íterim que se origina um embate técnico-político no SCP e na OMPI como um todo, impulsionado por dois diferentes posicionamentos. De um lado, encontram-se os países desenvolvidos e algumas economias em transição compondo o chamado “Grupo B+”, que defende a existência no SCP de um “SPLT-



Light”, pacote reduzido a apenas quatro pontos. De outro, a maior parte dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, que propõe a discussão na íntegra das propostas que transcendem ao PLT.

Atualmente, é possível dizer que as discussões chegaram a um estágio de estagnação e mesmo de impasse em virtude da falta de consenso no que diz respeito às propostas de itens a serem incluídos na minuta, chegando-se a bom termo sobre alguns pontos, e dissenso acerca de outros.

Na Assembleia Geral da OMPI de 2006, a despeito da tentativa de resolução pelas partes interessadas, as diferenças não foram reduzidas. Assim, alcançou-se um estágio de suspensão virtual da SCP por ocasião de uma série de medidas, tais como: a) a submissão, até dezembro de 2006, de proposições para o programa de trabalho do SCP, incluindo propostas de caminhos e abordagens; b) condução, por parte do Presidente da Assembleia Geral, de consultas informais no primeiro semestre de 2007 visando ao recebimento, em setembro daquele ano, dos resultados e consultas para o estabelecimento de um plano de trabalho para a SCP em 2008 e 2009.

Além disso, o quadro é completado por uma expectativa que ronda os bastidores da política de ameaças por parte do Grupo B+ em esvaziar as discussões na OMPI, levando as negociações para a criação de um SPLT próprio, fora dessa organização internacional. Dessa forma, caberia aos países em desenvolvimento considerarem o cenário vigente e analisar o melhor encaminhamento, sendo uma das alternativas a definição de uma estratégia que prime os Acordos Sul-Sul, em uma abordagem regional ou transregional.

Nesse contexto, se entendido de um modo mais amplo, o SPLT poderia levar

a supor que o Brasil estaria adotando uma estratégia de bloqueio das discussões no âmbito do sistema internacional de patentes. Porém, surge uma potencial novidade relativa ao sistema do PCT.

## JUSTIFICATIVA

A maior ocorrência de projetos voltados à harmonização normativa para a área econômica ocorre a partir da segunda metade do século XX e está ligada tanto à proliferação das relações comerciais entre os países quanto aos desdobramentos notados ao final da Guerra Fria, quando o Capitalismo se veria vitorioso frente ao Socialismo. Nesse momento, há um aumento considerável de propósitos voltados à padronização internacional de regras e valores. Sob a égide dos Estados Unidos da América, os EUA, defensores por excelência da democracia e da economia de mercado, paulatinamente a globalização se torna uma etapa de aprofundamento do sistema de capital, difundindo padrões cada vez mais homogêneos ao redor do mundo. A heterogeneidade não apenas perde seu espaço como também se torna um mal a ser combatido.

Alie-se a isso o fato de que os acordos internacionais relativos à temática patentária anteriores ao TRIPS estabeleciam regras e diretrizes gerais que não exatamente constrangiam, mas sim orientavam os Estados signatários a adotar determinados preceitos domésticos comuns. Não havia, com isso, a prerrogativa ou necessária implicação para a ocorrência de mudanças "substantivas" em suas legislações. Isso basicamente significa dizer que, tal como estruturado pela CUP, o sistema internacional de patentes apresentaria flexibilidades suficientes para que cada país signatário, com base em princípios mínimos elencados, determinasse os termos que diriam respeito tanto à aquisição, quanto ao escopo e ao exercício dos direitos. Essa flexibilidade, aliada ao fato de que nem todos os países do globo eram signatários da CUP, resultaria em um sistema com muitas disparidades legislativas e regulatórias ao redor do mundo (SANTARELLI, Sem ano:3).

Com o passar do tempo, as relações entre os Estados se tornariam mais e mais complexas. Eles passam a se reunir em torno de blocos que espelhavam interesses políticos e econômicos comuns, razão pela qual a adoção de uma linguagem legal comum seria o próximo passo natural. Harmonização normativa, pode, portanto, ser explicada como "a adoção, pelos Estados, de parâmetros comuns e provisões ligadas aos procedimentos para aquisição dos direitos e a substância do direito em si" (SANTORELLI, Sem ano: 3. Tradução Nossa).

Como o objeto da harmonização pretendida depende exclusivamente dos atores nela interessadas, há tantos propósitos quanto aqueles possíveis em função das inúmeras combinações e motivações identificáveis no cenário internacional. E, mesmo que eventualmente haja bastante clareza quanto aos seus efeitos, em última instância isso não significa que um mesmo processo de harmonização normativa tenda a gerar resultados semelhantes. Ou que todos os países que ingressem na etapa de negociações visem aos mesmos tipos de benefícios ou possuam as mesmas motivações para fazê-lo.

Tome-se, por exemplo, a seguinte definição apresentada por Ivan Ahlert, especialista brasileiro no campo da propriedade intelectual, para iniciativas pós-advento do TRIPS:

O objetivo da harmonização consiste em facilitar a obtenção de proteção de patentes em nível mundial e reduzir custos para os depositantes e custos administrativos para as repartições de países desenvolvidos e em desenvolvimento (AHLERT, 2001).

Por sua vez, o juízo que se faz relativo à variedade de legislações disponíveis pode também ser apontada como positivo ou negativo, dependendo da procedência dos comentários. Se for um usuário, ou um país desenvolvido,

provavelmente há de destacar que a existência de um sistema diversificado é questão prejudicial, apresentados os seguintes argumentos:

(1) pouca segurança em função dos riscos existentes uma vez que erros são possíveis e podem ocasionar perda de direitos;

(2) aumento dos custos envolvidos no processo do pedido de patente e na manutenção do direito, dado que aumentam as formalidades, os exames e os procedimentos na forma e substância;

(3) aumentos excessivos no processo de concessão, desencorajando usuários que não podem exercer seus direitos frente a contraventores antes da data de concessão do pedido;

(4) ensejam diferentes níveis de proteção em diferentes Estados com diferentes provisões legais costumeiramente decorrentes da variedade de culturas e realidades econômicas.

Um país em desenvolvimento, por outro lado, tende a apresentar resistências e relutâncias quanto às iniciativas de harmonização patentária. Isso porque elas invariavelmente implicam modificações em suas legislações ou no seu *modus operandi*, para o qual, costumeiramente, apresentam dificuldades ou impedimentos imediatos para sua implementação. Ademais, deve-se considerar que há diferentes graus de países em desenvolvimento, muitos em baixo, outros em médio grau de desenvolvimento. Cada país é singular, em função de seus diversos elementos formadores essenciais, sua cultura, economia, história, entre outros. Obviamente, um estudo de fato completo demandaria uma abordagem holística bastante intrincada, razão pela qual uma abordagem é não apenas desejável como imperativa, para que o trabalho em questão seja concretizável. Por isso mesmo é que, a todo momento, é importante destacar que a realidade aqui exposta não é outra senão

uma parte de um todo, que pode ser questionada, reputada ou mesmo refutada. De todo modo, na próxima seção, relativa aos objetivos deste trabalho, o viés empregado será melhor esclarecido.

Por se tratar de um trabalho realizado no âmbito de um mestrado profissional de propriedade intelectual do Instituto Nacional de Propriedade Industrial do Brasil, o INPI, nada mais adequado do que colocar o Brasil na perspectiva elencada, uma vez justo e necessário, especialmente para os leitores nacionais conhecerem um pouco mais sobre a realidade e histórico de atuação de seu país.

O Tratado Substantivo em Matéria de Patentes – SPLT -, por sua vez, é identificado como um objeto de estudo oportuno, visto que seus documentos de negociação estão abertamente disponíveis para o público e possui um escopo intrinsecamente definido, dado que o trabalho analisa as negociações ocorridas nos quatro anos que separam a quarta sessão, em 2001, até a décima primeira, em 2005, momento no qual as discussões são interrompidas, em virtude da falta de consenso apresentada na décima sessão, e de uma declaração apresentada pelo Brasil na sessão seguinte e que inspiraria a realização desse trabalho, uma vez que espelha o posicionamento que o Brasil tem conferido historicamente às negociações na OMPI, relativos à propriedade intelectual.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

O presente estudo tem como objetivo geral a produção de uma análise do posicionamento conferido pelo governo brasileiro às negociações internacionais no campo patentário para advento de novos tratados sobre a matéria, com foco central no SPLT, incluindo uma avaliação dos possíveis desdobramentos relacionados ao posicionamento brasileiro neste contexto.

Não é objetivo deste trabalho imprimir um viés econômico ou jurídico às discussões relativas ao campo patentário, privilegiando-se, portanto, um viés relativo às relações do Brasil no foro internacional do SCP, localizado na OMPI. Um olhar histórico e, quando assim for possível, historiográfico é utilizado para subsidiar o leitor com informações relativas tanto ao sistema internacional de patentes quanto ao posicionamento do Brasil, conforme construído historicamente.

### **Objetivos específicos**

Como objetivos específicos, é possível destacar a intenção por se realizar uma abordagem sobre a evolução do sistema internacional relativo a proteção patentária, na qual o SPLT se insere como desses elementos.

Este trabalho também se destina a analisar as ações brasileiras dentro do processo de sistematização internacional, relativo à proteção patentária.

Também espera-se apontar os principais impactos resultantes para o Brasil devido ao posicionamento adotado nas discussões dos tratados PLT e SPLT. Aliado a esse último aspecto, pretende-se ainda tecer considerações relativas à linha-

mestra que o Governo brasileiro tem perseguido historicamente em sua política externa, conforme manifestadas nas negociações em torno do SPLT e apontar eventuais mudanças de condução e/ou compatibilidades.



## **ESTRUTURA DO ESTUDO**

Verificada a importância do sistema de propriedade intelectual e sua relação com o processo de globalização e transações comerciais entre diferentes países, com destaque para o sistema internacional de patentes, foi possível realizar uma análise relacionada ao posicionamento brasileiro no contexto internacional, mais especificamente a participação brasileira nas discussões relativas ao PLT e SPLT. Cabe destacar que referida análise pode ser abordada por diferentes perspectivas, optando-se portanto neste trabalho por duas diferentes abordagens, histórica e relações internacionais, perspectivas que normalmente seguem em paralelo, afim de que a compreensão da temática apresente embasamento suficiente para uma análise mais sólida. Neste contexto, descreve-se a seguir a estrutura do presente trabalho.

No Capítulo I, revisita-se a CUP, tratado basilar ao sistema internacional para a propriedade intelectual, como um todo, e para as patentes, em particular para os propósitos dos estudos aqui constantes. Na medida do possível, busca-se sempre apresentar como o Brasil se inseria nas discussões que precediam o advento do tratado por ser concluído.

O Capítulo II, ao focar na mudança do sistema por meio dos tratados internacionais oriundos na segunda metade no século XX apresenta-se de maneira complementar ao primeiro, uma vez que se insere no objetivo de fornecer ao leitor o referencial teórico, conceitual e histórico necessário para o adequado entendimento deste trabalho, além de explicitar que é nesse contexto que o Brasil exerce um papel mais ativo e crítico nas negociações internacionais em matéria de patentes.

O Capítulo III está inserido ao propósito de, percorridos os principais

acontecimentos e referenciais pertinentes à compreensão acerca do sistema como um todo, apresentar o leitor a conceitos e questões mais específicas para o cumprimento dos propósitos deste trabalho. Assim, antes de adentrar no universo do processo decisório no qual o SPLT é negociado, é preciso compreender onde está inserido e em que termos as negociações internacionais acontecem no foro em que se situam. Domesticamente, o entendimento acerca da maneira pela qual o Brasil está organizado é igualmente essencial nesse sentido, uma vez que o processo decisório se define em termos da interação entre os Estados.

O Capítulo IV é voltado à investigação das negociações no âmbito do Comitê Permanente de Patentes para advento do SPLT. Para tanto, é percorrido o processo de negociação e tomada de decisão na OMPI, e, mais exatamente, dentro do SCP, por intermédio de uma avaliação acerca dos principais acontecimentos ao longo das sessões, ocorridas no horizonte que se inicia na decisão por dividir o tratado de harmonização que tratava de questões formais e substantivas conjuntamente, inconcluso desde 1991, para ser retomado em duas partes, o PLT, concluído em 2000, e o SPLT, que se negocia a partir da conclusão do anterior. Os estudos relativos a esse capítulo cessam no ano de 2005, momento da paralisação do comitê.

O Capítulo V é destinado a analisar o posicionamento brasileiro nas negociações para advento do SPLT, tendo em vista as conformações domésticas e internacionais. Para tanto, são tomadas como base entrevistas exclusivas com negociadores do executivo brasileiro que ocuparam ou exerceram um papel direto ou indireto nas negociações no SCP, além de especialistas em propriedade intelectual. De igual maneira, o capítulo contempla uma crítica construtiva à estratégia adotada pelo governo brasileiro vis-à-vis os desdobramentos das

negociações, os resultados efetivamente auferidos e aqueles ainda almejados. É destacado um possível embate entre uma orientação política, e outra ideológica, perseguidas pelo Brasil. O capítulo também explicita perspectivas futuras do sistema em função do quadro então construído. Promove-se a devida contextualização com o momento vigente, para fins de construção de cenários relativos a uma harmonização internacional normativa ou de procedimentos, esteja ela calcada na retomada das negociações oficiais para o SPLT ou não.

A Conclusão promove uma retomada aos aspectos mais essenciais aos propósitos apresentados ao longo deste estudo, incluindo ainda uma análise de um cenário futuro provável e, por fim, os possíveis desdobramentos deste trabalho.

## **METODOLOGIA**

Ao explicitar o caminho percorrido para se chegar aos resultados constantes do presente trabalho, tem-se a intenção de facilitar futuras produções acadêmicas que possam fazer uso dos conhecimentos aqui expostos, de diversos acadêmicos e especialistas. As limitações para este trabalho também se fazem presentes em virtude do encaminhamento escolhido. Desta maneira, espera-se contribuir para a multiplicação de estudos sobre o tema, a fim de que modelos outros, complementares ou mesmo em estreita oposição, sejam produzidos. Adicionalmente, este estudo pretende fornecer à sociedade acadêmica informações importantes para promover a reflexão da temática, inclusive fornecendo para ela subsídios para possíveis ações futuras relativas ao tema.

### **Coleta de Dados**

A coleta de dados baseou-se em duas frentes básicas: 1) busca e pesquisa de fontes primárias; e 2) busca e pesquisa de fontes secundárias.

Por fonte primária deve-se entender toda norma, seja de âmbito doméstico ou internacional, na qual estão constantes os textos finais dos tratados ou das legislações domésticas referenciadas. Já as fontes secundárias são as fontes de interpretação. A distinção entre ambas é abordada por Humberto Eco:

“Deve manter-se bem presente a distinção entre as fontes e a literatura crítica, uma vez que a literatura crítica refere frequentemente trechos de vossas fontes, mas – como veremos (...) – estas são *fontes de segunda mão* “(ECO, 1997:70).

Estão também incluídas nessa categoria de fontes secundárias as atas

oficiais de conferências e reuniões entre estados-parte de dado tratado internacional, documentos oficiais do governo brasileiro, textos de autores e especialistas, artigos técnicos, entrevistas feitas com representantes oriundos do governo brasileiro, conectados ao objeto da pesquisa e usuários do sistema patentário, dentre outros. Sob essa categoria, é preciso apontar o sítio eletrônico da OMPI como o maior acervo digital disponível, com um aporte de obras, documentos oficiais e de referência digitalizados/convertidos e eletrônicos sem igual para pesquisadores do campo da propriedade intelectual para o período posterior ao ano de 1998<sup>8</sup>. A situação, contudo, é distinta para anos e épocas anteriores, tornando-se mais rara ou mesmo rarefeita. Em parte, essa pesquisa seria complementada quando da visita à biblioteca da OMPI, ocorrida no mês de maio de 2008.

A biblioteca em questão, localizada na cidade de Genebra, Suíça, dispõe de um acervo histórico considerável. Artigos e obras de todo o mundo foram identificados na base de dados digitalizada, usando-se como palavras-chave termos como “harmonization”, “uniformization” e “SPLT”.

Sob o item “memória institucional”, foram identificados diversos registros documentais em formato físico, devidamente preservados. Essas obras foram divididas em função do tema. Basicamente, foram separados todos os registros de conferências e atas de negociação dos tratados internacionais depositados junto à OMPI. A intenção do pesquisador era identificar referências e alusões à temática da harmonização patentária. Tendo em vista o pouco tempo disponível para condução de pesquisas presenciais, o pesquisador contou com a política de direitos autorais da OMPI para otimizar a pesquisa e a coleta de informações. Recebida autorização expressa, procedeu-se à digitalização em mídia eletrônica dessas obras. Vale ainda

---

<sup>8</sup> Documentos mais antigos são disponibilizados diretamente com a Biblioteca da OMPI.

mentonar que obras remanescentes, mas que se encontrassem digitalizadas, seriam prévia e posteriormente à visita enviados eletronicamente pelas funcionárias da biblioteca, com considerável facilidade na comunicação.

A identificação de dados e fontes na biblioteca do INPI configura-se como ponto merecedor de um debate mais específico, dadas as dificuldades de identificação de documentação técnica e de trabalho relevante. Merece destaque a memória institucional do órgão, porém o mesmo ainda carece de uma política organizada de preservação de documentos e correspondências. O acesso direto se constituiria infrutífero, levando-se em conta que as áreas internas não se creem aptas para liberar determinadas informações, seja por motivo de confidencialidade ou preservação institucional. Em casos excepcionais, quando foi preciso considerar referências de outras áreas do saber, como da economia política e relações internacionais, a biblioteca da Pontifícia Universidade Católica - PUC Rio demonstrou ser de considerável e positiva utilidade.

Assim, é preciso destacar também a utilização de cópias de documentos originais diversos e cópias eletrônicas e digitalizadas, incluindo telegramas, colhidos abertamente e *in loco* no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, gerenciado pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO), e de relatórios do MRE, na Biblioteca do Instituto Rio Branco, localizados em Brasília. Tais procedimentos são resultado de três visitas, realizadas respectivamente nos dias 05 e 06 de junho e entre os dias 02 a 05 de setembro de 2008, sendo posteriormente finalizado nos dias 02 e 03 de julho de 2009.

Inicialmente, foi enviado ao MRE, por meio eletrônico, um formulário de pedido de pesquisa, devidamente preenchido, assinado e datado de 25 de agosto de 2008, dirigido à Seção de Antecedentes do Departamento de Comunicações e

Documentações do MRE, com algumas palavras-chave, que foram: “1) Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI); 2) Patentes, Harmonização, Uniformização, Unificação; 3) Negociações, Negociação, Patentes ;4) Patent Cooperation Treaty (PCT)/ Tratado de Cooperação em matéria de Patentes (TCP); 5) Tratado sobre Lei de Patentes (TLP)/ Patent Law Treaty (PLT); 6) Tratado Substantivo em matéria de Patentes/ Tratado Substantivo da Lei de Patentes/ Substantive Patent Law Treaty (SPLT); 7) Patentes, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); 8) Transferência de Tecnologia, Patentes; 9) Acordo Brasil OMPI”.

Independentemente dos resultados que porventura pudessem ser identificados, o assunto em questão foi introduzido como relativo aos três tratados internacionais contemporâneos existentes e depositados junto à OMPI, em particular, o Tratado de Cooperação em matéria de Patentes - PCT-, em sua sigla em inglês, assinado em 1970, e em vigor desde 1978, - item 4, o Tratado sobre Lei de Patentes – PLT-, em sua sigla em inglês, assinado em 2000 ou 2001, item 5, além do Tratado Substantivo em matéria de Patentes – SPLT-, em sua sigla em inglês, não finalizado. O item “8” foi incluído em virtude do entendimento adquirido pelo pesquisador de que a temática relativa à propriedade intelectual, e mesmo patentes, em especial, não ganharia titulação autônoma nos registros e arquivos do MRE até aproximadamente a década de 90 do século passado, quando, a partir de então, o assunto ganharia notoriedade em função de sua interface comercial por meio da Organização Mundial do Comércio – OMC. Os demais itens fazem parte do universo de termos possíveis de serem identificados ou associados a documentos de relevância para a pesquisa empreendida.

Finalmente, foi realizado um levantamento documental junto à Subsecretaria

de Informação e Documentação, a Biblioteca do Senado Federal, no ano de 2008. Lá foi identificado um acervo de matérias de jornal, devidamente catalogado desde o ano de 1989, e até 2007 sob o título de “propriedade industrial”. É uma quantidade considerável de matérias, disponível para qualquer pesquisador nesse tema. Há também um acervo eletrônico e físico considerável que foi identificado, separado e posteriormente analisado.

Além da identificação de registros documentais disponíveis, a realização de entrevistas qualitativas com representantes do governo brasileiro e usuários do sistema seria uma necessidade diagnosticada no início do levantamento de dados deste trabalho.

Dada a importância atribuída pelo governo brasileiro à harmonização em matéria de patentes *vis-à-vis* as implicações para suas metas sócio-econômicas, buscou-se dialogar e colher informações junto a técnicos e gestores do INPI, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA -, subordinada ao Ministério da Saúde, além de funcionários do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, de integrantes do corpo diplomático brasileiro subordinados ao Ministério das Relações Exteriores - MRE, de funcionários da OMPI diretamente em Genebra, Suíça, e representantes dos interesses dos usuários do sistema como um todo. Trabalhou-se com base em dois formatos, o de entrevistas qualitativas estruturadas e não estruturadas.

Para as primeiras, os entrevistados foram solicitados a apresentar seu histórico de incursão profissional no tema patentário e, quando necessário, deveriam indicar potenciais elementos de influência para a adoção de uma ou outra postura específica. Em seguida, eles foram solicitados a responder a alguns pontos pré-



selecionados, sempre com liberdade para conferir maior ou menor destaque a um ou outro ponto que julgassem relevantes, até o esgotamento do tema, conforme assim o julgassem. A informalidade foi mantida como orientação durante toda a sua ocorrência, para que o entrevistador tivesse acesso ao maior número de informações possível (Minayo, 1993), em uma abordagem de pesquisa que, em outro caso, não apresentaria certamente a riqueza de informações, dados e relatos. De maneira geral, o roteiro que o entrevistador continha era baseado nos seguintes tópicos, devidamente elaborados presencialmente:

- participação - caso tenha havido - em torno das negociações para advento do Tratado Sobre o Direito de Patentes –, também denominado Tratado Sobre Lei de Patentes – PLT- e em torno da minuta do Tratado Substantivo em matéria de Patentes – SPLT;
- experiências, observações de bastidores e relatos relativos às negociações no âmbito do Comitê Permanente de Patentes;
- interpretação relativa ao andamento das negociações, pontos fortes e fracos do governo brasileiro;
- diálogo entre atores nacionais, experiências dentro do órgão coletivo do GIPI;
- interesses que o ator em questão representava e pontos de conflito ou de apoio com outros interesses;

- experiências, observações de bastidores e relatos históricos relativos à forma pela qual o Brasil se posicionaria nas negociações de harmonização em matéria de patentes;
- outros processos que poderiam ser entendidos no cerne das discussões relativas à harmonização normativa de patentes: o lançamento da Agenda para o Desenvolvimento no ano de 2005, o advento do INPI como Autoridade Internacional de Buscas e Exame Preliminar em 2007, iniciativas voltadas à harmonização de procedimentos para o campo patentário, levadas a cabo pelos países desenvolvidos – EUA, Japão e União Europeia, dentre outros.

As entrevistas aconteceram ao longo dos anos de 2008 e 2009 e foram gravadas, transcritas e analisadas segundo a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2002) e seguindo parâmetros mínimos de pertinência e representatividade. No último caso, para que a amostra representasse adequadamente o universo de pesquisa trabalhado.

Para fins deste trabalho, adotou-se a lógica jornalística de que o registro das entrevistas realizadas – em mídia eletrônica - serve para o entrevistador e para o entrevistado igualmente, uma vez devidamente autorizados, a partir do consentimento de que usados dentro do contexto ao qual pertence. Deve-se destacar, contudo, que as respostas em questão, transcritas total ou parcialmente, seus comentários ou mesmo juízos emanados por parte dos entrevistados refletem tão somente opiniões e visões sobre a realidade percebida pelos agentes, não refletindo necessariamente a realidade. Essa é uma definição, *a priori*, relevante,

uma vez que as entrevistas deverão ser trabalhadas enquanto discursos que possivelmente fornecerão interpretações dos fatos e não necessariamente representando os fatos *per se* ou mesmo as posições do Governo brasileiro sobre o assunto.

As entrevistas realizadas na modalidade à distância, por correio eletrônico/ e-mail não seriam essencialmente distintas, considerando-se que o foco da pesquisa se apresenta o mesmo, consistindo o tempo disponível para a atividade seu fator mais sensível. Como os entrevistados seriam solicitados a redigir suas respostas, não se poderia demandar um número excessivo de perguntas, sob o risco da não obtenção das respostas. Outro fator possível de ser destacado é o cuidado em não fazer o entrevistador desta modalidade presumir as respostas a serem fornecidas pelos entrevistados. Para as entrevistas não presenciais particularmente, ainda que também para as entrevistas presenciais, manteve-se a regra geral de que o entrevistador não deve aparentar possuir um prejulgamento definido sobre a atuação, ideologia ou valores dos entrevistados. De todo modo, essas entrevistas seriam realizadas primordialmente com representantes do corpo diplomático brasileiro, lotados em embaixadas no estrangeiro, o que poderia resultar em certa unidade comparativa nessas entrevistas realizadas à distância. . Aproveitando-se ademais, do fato de que todos eram representantes do corpo diplomático brasileiro, em algum momento lotados na Divisão de Propriedade Intelectual – DIPI do Ministério das Relações Exteriores – MRE, resolveu-se aproveitar esse fato para criar ademais uma base comparativa entre as respostas, optando-se, neste caso, por um formato fixo e estruturado de perguntas que evidenciassem – exceto quando previamente já sabido por outras fontes, a opinião ou vivência dos entrevistados nos

seguintes temas, convertidos devidamente em questionário:

- opinião relativa aos atores e agentes nacionais importantes de serem destacados nas negociações em torno da harmonização patentária;
- quais os principais interesses defendidos pelo Brasil no SCP;
- qual a relevância da paralisação das negociações após a 11ª sessão em 2005;
- qual o impacto da demanda pela inclusão de uma cláusula de repartição equitativa de benefícios referentes a conhecimentos tradicionais e recursos genéticos;<sup>e</sup>
- outros temas que podem beneficiar o Brasil ou aumentar seu poder de barganha no âmbito do SCP e nas negociações em torno do tema patentário, como um todo.

Destaque-se, por fim, no que concerne ao andamento da pesquisa *per si*, que o ineditismo da proposta apresenta uma dificuldade intrínseca, pois, no Brasil, há um quantitativo limitado de produções acadêmicas disponíveis. Nesse sentido, fez-se necessária a identificação de registros documentais disponíveis, além da produção publicada em revistas especializadas para agentes de propriedade intelectual, com vistas ao atendimento dos objetivos elencados. Isto demandaria que, em um

primeiro momento, fosse moldado um entendimento acerca das origens do sistema internacional de patentes, fator que contribuiria para estabelecer a convicção de que seria necessário contextualizar adequadamente o objeto da pesquisa.

### **Tratamento e Análise dos Dados**

Evidente é que o nível de sucesso de uma aplicação metodológica qualquer dependerá, parcialmente, do próprio observador e cientista, bem como do olhar que lhe imputa, que não é outro senão o próprio filtro que emprega no entendimento do presente, do passado, e quanto ao seu vislumbre relativo ao futuro. Combiná-los da maneira apropriada para fins de estruturar um reflexo da realidade consideravelmente válido, sem incorrer em meras replicações e garantir o ineditismo da pesquisa se revelaria não apenas adequado, como desejável.

Nesse sentido, deve-se destacar uma vez mais que o viés aplicado a este trabalho não está conectado a um olhar destinado a questões econômicas ou jurídicas. Emprega-se um vislumbre histórico e, espera-se, por vezes historiográfico com vistas a apresentar o trabalho a partir de uma perspectiva das relações do Brasil no ambiente internacional no campo patentário e possíveis desdobramentos quanto ao mesmo.

Para tanto, nada é o pesquisador quando desprovido de suas fontes. São elas as responsáveis por conduzi-lo em meio a uma rota que lhe seja compreensível, como de fato se espera, mas também, e principalmente, para o leitor, que é o medidor do alcance da mensagem final produzida. No entanto, a combinação dessas fontes possui vícios e perigos a eles inerentes. Conforme recorda Humberto Eco,

Além disso, um estudo apressado e desordenado pode levar facilmente

a confundir o discurso sobre as fontes com o discurso sobre a literatura crítica. Se tiver escolhido como tema “O pensamento econômico de Adam Smith” e me der conta de que, à medida que o trabalho avança, passo a maior parte do tempo a discutir as interpretações de um certo autor, descurando a leitura directa de Smith, posso fazer duas coisas: ou voltar à fonte, ou decidir mudar o tema para As interpretações de Adam Smith no pensamento liberal inglês contemporâneo (ECO, 1997:70).

A referência acima tem o propósito de evidenciar o pensamento do pesquisador inicialmente, e, posteriormente, esclarecer que a análise de dados não foi feita de maneira estanque. Todos os dados oriundos de fontes secundárias coletados foram devidamente analisados e confrontados com as fontes primárias. Em grande parte dos casos, porém, o propósito final, por prover o leitor de um entendimento relativo ao contexto ou dos fatores que detonariam processos de harmonização normativa seria de tal monta que a utilização de fontes secundárias seria inescapável. Afinal de contas, muito mais do que analisar os tratados, está em questão analisá-los frente ao interesse dos Estados e, em particular, do Estado brasileiro. Espera-se que os objetivos almejados possam ser satisfatoriamente alcançados.

Do ponto de vista prático, foi preciso inicialmente separar cada documento em função de seu grau de relevância. Documentos originários da OMPI ou do Governo brasileiro, por exemplo, seriam considerados enquanto prioritários e analisados em função da sua relevância, enquanto demonstrativos dos fatos e acontecimentos supramencionados. Tais documentos seriam utilizados inicialmente para descrição e rastreamento dos fatos, acontecimentos e pensamentos inerentes a cada determinado período de tempo. Outros documentos, como artigos, jornais ou periódicos seriam essenciais para uma compreensão sob prismas diversos e, em alguns casos, com grande contribuição analítica. Eles seriam catalogados em função

de sua importância e data de impressão. Artigos e matérias de jornais por vezes se demonstrariam vantajosos, inclusive para o preenchimento de lacunas de conhecimento ou ainda relativas à necessidade de se prover um retrato fidedigno de determinado período de tempo, para fins de aproveitamento deste trabalho. De maneira resumitiva, a aplicação metodológica se apresentaria enquanto um esforço acadêmico constante, por ser concretizado ao longo de todo o trabalho, e que se refletirá, talvez nem tanto pela utilização das fontes, a partir do momento em que fossem percebidas não como fornecedoras de fatos, combustível de qualquer pesquisa, mas sim pela edição das mesmas.

Vale observar que uma menção especial deve ser destinada à etapa de tratamento das entrevistas. Essas seriam de fundamental importância, mas com intrínseca particular dificuldade, uma vez que seria necessário um cuidado redobrado quanto a esse aspecto com vistas. Manteve-se atenção ao caráter seletivo da memória humana e ao seu inerente grau de subjetividade, já que as narrativas em questão precisavam ser interpretadas à luz do conhecimento, experiências, valores e eventualmente ideologia dos entrevistados. De igual maneira, foi preciso manter em mente que não necessariamente as entrevistas espelhariam fielmente acontecimentos ou fatos, devendo ser utilizadas primordialmente para ilustrá-los.

## **CAPÍTULO I - A CONVENÇÃO DA UNIÃO DE PARIS COMO BASE DO SISTEMA INTERNACIONAL DE PATENTES**

Ao longo das páginas seguintes, serão revisitados os principais fatos e personagens, brasileiros e estrangeiros, favoráveis e contrários, e finalmente responsáveis pelo advento da CUP, tratado internacional que é o sustentáculo de todo o sistema internacional de propriedade intelectual, e de patentes, em particular, até os dias atuais.

### **1.1. Opositores ao advento do sistema patentário no apagar do século XIX**

A construção de sistemas normativos nacionais para o campo da propriedade industrial não adveio sem resistências. A razão para tanto decorre, entre outros fatores, da força que o comércio internacional começava a ganhar naquele tempo, o que suscitava questionamentos tanto favoráveis como contrários à estrutura que emergia para apropriação de bens intangíveis. Embora pareça no mínimo inusitado em virtude da sua proliferação ao redor do globo, é oportuno esclarecer que, de fato, as patentes não foram uma unanimidade naquele tempo. Pelo contrário. Houve épocas em que o sistema patentário parecia padecer ante os críticos, que rapidamente também despontavam, sobretudo no continente europeu. Conforme recordado por Fritz Machlup e Edith Penrose (1950), essa assertiva pode ser mensurada por um sem número de publicações e trabalhos que repercutiram na Inglaterra, na França, Alemanha, Holanda e Suíça, em seu período de auge, entre os anos de 1850 e 1875.



Verificou-se anteriormente que o marco na legislação patentária inglesa se daria por meio do Estatuto de Monopólios. MACHLUP e PENROSE (1950:3) recordam que, de fato, por quase duzentos anos as discussões relativas a essa temática permaneceriam adormecidas, até por volta da década de 1820, quando surgiriam demandas por uma reforma legal patentária, “mormente por causa das reclamações de que os procedimentos para obtenção de uma patente eram caros, confusos e incertos” [tradução nossa].

A progressão desses debates levaria alguns seletos comitês e comissões a procederem a uma investigação do sistema patentário, a tal ponto que as duas casas do parlamento inglês chegariam a propor o fim da proteção às patentes. Uma minuta de proposta, aprovada pela Casa dos Lordes, incluía, dentre outros: procedimentos mais rígidos para exame dos pedidos, redução da proteção patentária para sete anos, cancelamento das patentes que não funcionem depois de dois anos, assim como o licenciamento compulsório para todas as patentes (MACHLUP e PENROSE (1950:4).

Segundo o estipulado em relatório das Nações Unidas, de 1975 (p.111), havia quem afirmasse que, ao conceder exclusividades temporárias, as leis nacionais de patentes agiriam “de forma idêntica às barreiras alfandegárias levantadas pelas tarifas”. Esse seria o caso, inclusive, da Alemanha (MACHLUP, PENROSE, 1950:4). A Holanda e a Suíça, por sua vez, chegariam a, respectivamente, repelir<sup>9</sup> e rejeitar<sup>10</sup> leis em matéria patentária (NAÇÕES UNIDAS, 1975:111).

Preocupações relativas a limitações para a livre concorrência em função do advento de sistemas nacionais de patentes “só diluiriam no início da década de 70

---

<sup>9</sup> Segundo MACHLUP e PENROSE (1950:5) na Holanda as propostas antipatentes eram, mais até do que em outros lugares, conectada a movimento de liberalização.

<sup>10</sup> A Suíça rejeitou propostas nos anos de 1849, 1851, 1854 e em princípios de 1863 (MACHLUP, 1950:5)

do século XIX”. Curiosamente, um dos fatores que auxiliaria na inversão dessa tendência negativa para as patentes viria a ser justamente a crise financeira, e posteriormente econômica, deflagrada oficialmente em 1873, afetando o capitalismo monopolista. De todo modo, é notável a evolução, no que concerne ao quantitativo de países que progressivamente aderem a legislações de patentes<sup>11</sup>.

Se, por um lado, os países mais industrializados buscavam novas formas de superar a crise do capitalismo, sem deixar de celebrar entre seus pares os avanços tecnológicos que já se apressavam, por outro, o Brasil se encontrava em momento diverso geográfica, política e economicamente falando. Sua introdução às negociações, que precederam o advento de um tratado internacional relativo a uma sistemática de proteção às invenções, não apenas aconteceria irremediavelmente, como também ganharia algum destaque.

## **1.2. As Exposições Universais e um despertar para uma concertação normativa internacional para a propriedade industrial**

*Para que o Brasil seja uma das maiores nações do mundo não precisa senão de população, e para attrahi-la basta ser conhecido.*

O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris

Em fins do século XIX, o desenvolvimento tecnológico era objeto de especial atenção na Europa. Conforme mais e mais países aderissem a iniciativas de

---

<sup>11</sup> No que diz respeito ao período que se inicia em 1873 e segue até 1973, os números são os que seguem: de 9 países desenvolvidos de economia de mercado no primeiro ano de levantamento, o número sobe para 20, cem anos depois; dentre países socialistas do Leste europeu, há um salto de 1 para 8 países; da Europa Meridional, de 2 para 4. Os números mais impressionantes ficam por conta dos países em desenvolvimento, computados aqueles oriundos de países africanos, asiáticos e do continente americano. De 10 países ocorre um salto para 85 países. Em especial esses últimos números apontam para um indício quase evidente, *ceteris paribus*, de que os países em desenvolvimento acreditavam fortemente desde aquele tempo que o sistema de propriedade industrial poderia lhes ser benéfico. Fonte: “Quadro 4: A adoção progressiva da legislação de patentes, 1873 a 1973. Evolução da quantidade de países com leis de patentes através dos anos”. IN: NAÇÕES UNIDAS, 1975:113.

proteção ao fruto das criações humanas, para fins artísticos e industriais, uma nova conformação em escala internacional seria aos poucos engendrada. Constituem fator preponderante para esse processo os desdobramentos, advindos tanto da Primeira Revolução Industrial (1760-1850/60) quanto da Segunda (1850-1870). Esses acontecimentos tornam-se marcos que colaboram para o advento de um novo cenário mundial.

Villeneuve (1880) aponta inclusive para uma “radicalização no *modus vivendi* das populações e nas relações entre os povos”, em virtude de um incremento tecnológico que afeta até mesmo as comunicações, mais eficientes e comuns do que outrora jamais foram, razão pela qual os barcos a vapor e o telégrafo, ao encurtarem as distâncias, passam a ser invenções industriais características desse tempo.

Os cidadãos europeus, mais atentos às inovações que cada vez mais rápido despontam nas prateleiras comerciais, demandam mais e mais o fabrico de novos produtos; os Estados, por sua vez, se conscientizavam de que o incremento tecnológico auxiliava em seus propósitos, por manter uma balança comercial favorável.

Diante da importância reconhecida das inovações, nada mais oportuno do que realizar eventos que lhes conferisse destaque e expusesse as novidades com as quais o moderno mundo europeu se depararia no futuro próximo. Os grandes palácios, nos quais aconteciam as Exposições Universais<sup>12</sup>, representavam,

---

<sup>12</sup> Em um trabalho produzido pelos alunos da faculdade de Arquitetura da UFRJ, denominado “O Brasil nas Exposições Internacionais”, torna-se possível compreender melhor a natureza dessas exposições, sua importância histórica, política e científica: As exposições foram grandes panoramas do poder do homem sobre o mundo e uma tentativa quase didática de abranger todo o conhecimento humano, organizá-lo e catalogá-lo. Servindo à lógica da nova sociedade burguesa, moderna, as exposições promoviam a comparação entre cultura e desenvolvimento técnico das nações, reforçando a idéia da evolução, embasada nas novas teorias biológicas e geológicas do século XIX, em que cada exposição pretendia e deveria ser sempre maior que a anterior. Era lá que a nova

segundo consta da compilação eletrônica supramencionada, “a habilidade construtiva e o espírito inventivo de cada nação anfitriã<sup>13</sup>”. É assim que, dentre outros, em 1834 ocorre a primeira exposição contemporânea em Paris, seguida da de Londres, em 1851, de novo em Paris, em 1855, em Madrid em 1857, em Londres novamente, em 1862, no Porto, em 1866, em Paris, em 1857, e Viena, em 1873 (DE SOUZA RAMOS, 1867; FILHO, 2006).

#### 1.2.1. O Brasil no período anterior ao nascedouro do sistema internacional de patentes

No ano em que ocorre a Segunda Exposição Universal, sediada pela França, em 1867, o Brasil se veria ainda às voltas com a Guerra do Paraguai (1864-1870) e, seguramente, esse evento fala por si só, uma vez que os esforços e atenções do Império estavam voltados às questões eminentemente relativas ao conflito. Tal fato seria reconhecido pelo Império como um fator de dificuldade para uma satisfatória e desejável representação nessa ocasião, com vistas a [fornecer] “uma ideia aproximada de suas immenssas riquezas naturaes, e forças productiva”<sup>14</sup> (*sic*).

No que concerne às discussões relativas a este trabalho, é oportuno mencionar que nesse mesmo documento de 1867<sup>15</sup>, é possível verificar um quadro

---

divisão internacional do trabalho se justificava, onde “colonizadores” demonstravam supremacia sobre “colonizados”. Estes, como no caso do Brasil, se esforçavam ao máximo para impressionar com suas características exóticas e seus esforços no campo industrial, promovendo seu próprio desenvolvimento.

Nesse sentido, as exposições apareciam também como vitrines antropológicas, ofertando povos desconhecidos, matas virgens a serem descobertas, e principalmente a visão de “paraísos”, trazendo de volta a natureza perdida, necessária na contradição da vida moderna. Disponível por meio do sítio eletrônico <http://www.fau.ufrj.br/brasilexpos/>. Acessado em 13 de outubro de 2009.

<sup>13</sup> Verdadeiros símbolos desses eventos construídos especialmente para a duração restrita do período dessas feiras permaneceriam até os dias atuais, caso, por exemplo, da Torre Eiffel.

<sup>14</sup> Original encontrado em: O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris.

<sup>15</sup> Trata-se de uma compilação do que hoje, e mesmo a partir da República, se poderia entender como uma sistematização em formato de Relatório Governamental acerca do Brasil como

genérico do contexto em que o país então se encontrava no quesito industrial. Por meio desse registro, é possível verificar que o Brasil de então se apresentava como um país de liberdade para a Indústria, garantida pela Constituição, calcada em princípios que não se opunham “aos bons costumes, à segurança e saúde publica”. A proteção ao imaterial ganhava, ainda sob o mesmo tópico, a menção de que,

*Nenhuma lei ou privilégio a restringe, senão nos casos excepcionaes do exclusivo em favor das invenções ou da introdução de industria nossa.*

O documento salientava ainda a importância da concessão destes tipos de privilégio exclusivo, como prêmio àqueles que introduziam produções úteis para a indústria. Tal concessão estaria, contudo, condicionada a determinados pré-requisitos, cessando os efeitos da patente de invenção nos seguintes casos (ibidem. Adaptado): 1) provando-se que o agraciado faltou com a verdade ou foi omissão, ocultando matéria comercial na exposição ou declaração que fez para obtê-la; 2) provando-se ao que se diz inventor que a invenção já se achava impressa e descrita tal qual ele a apresentou como sua; 3) se o agraciado não puser em prática a invenção dentro de dois anos, depois de concedida a patente; 4) se o inventor obteve pela mesma invenção patente em país estrangeiro; 5) se o gênero manufaturado ou fabricado for reconhecido nocivo ao público ou às leis; e 6) provando-se que o agraciado antes da concessão já fazia uso do invento.

As condições para nulidade/revogação das patentes acima descritas apresentam, a bem da verdade, um retrato bastante interessante sobre a época em questão.

A primeira condicionante diz respeito à insuficiência descritiva no pedido da patente, ponto esse que se encontra em direta consonância com os tratados

---

um todo, o que inclui dimensões das mais diversas, desde geográficas, perpassando por social, industrial, econômica, institucional, legal, entre outras.

internacionais em matéria de harmonização patentária, até os dias atuais. A segunda se refere à falta de novidade. A terceira é uma medida igualmente prevista na legislação atualmente em voga no Brasil. E demonstra, desde os tempos do Brasil Império, a preocupação com o fundamento social para a concessão dos privilégios de patentes. Mais do que qualquer outro, esse item visa evitar que as patentes se tornem um mecanismo de exclusão tecnológica. Torna-se inclusive um importante argumento contra as teorias de que a patente seria sinônima do instituto do monopólio.

A quarta condição é bastante interessante. De imediato, ela aparenta expressar o intento estatal de fazer uso da patente como um mecanismo de vantagem tecnológica brasileira no comércio internacional. Contudo, além desse fator, expressa uma medida de diferenciação para com estrangeiros sediados no país.

A quinta condicionante expressa o próprio princípio norteador desse tipo de concessão de privilégio aos inventores, qual seja, o de não ferir a saúde pública, a qual se encontra em primeiro lugar. A sexta e última diz respeito à notoriedade do invento, o qual deve se manter no estado da arte. É uma condição altamente restritiva, oposta à flexibilização na legislação atual, que possibilitará o advento do assim chamado “período de graça”. Ambos os conceitos serão devidamente apresentados mais adiante, neste trabalho.

1.2.2. A Exposição Universal de 1873: o início efetivo de uma sistematização internacional

Conforme anteriormente exposto, as exposições nacionais foram, em parte, estruturadas objetivando servir de instrumento para reunir produtos e inovações, a partir de uma seleção feita por uma banca julgadora a serviço do Império. Os produtos nacionais aprovados pelo Brasil seriam encaminhados às diversas Exposições Universais ao longo do tempo organizadas, como a de Londres/Inglaterra, Paris/França e, no ano de 1873, após realização da terceira exposição nacional na capital, entre 1º de janeiro a 3 de fevereiro, em Viena, na Áustria.

Narra Porto Alegre (1874:4) que o Imperador Austro Húngaro fizera o convite, bem aceito, para que a próxima cidade que sediasse a Exposição Universal, depois da de 1867, em Paris, fosse justamente a de Viena, na Áustria. O ano de 1870 fora designado para tal, mas, já em 1868, um ano após a Exposição Universal de Paris, reconheceu-se a insuficiência do prazo para uma “maior exhibição de inventos, melhoramentos industriaes, producções artísticas e para a definitiva abertura”, de tal modo que o evento fora postergado.

Dessa maneira, é na edição de 1873 que a iniciativa de uma conferência voltada para essa temática seria manifestada publicamente, ocasião na qual,

*varios delegados de Estados diferentes aventaram o projecto de uma “União” internacional, destinada a proteger de modo uniforme a propriedade industrial. Mas o congresso separou-se sem ter a fortuna de achar a alavanca de Archimedes que pudesse elevar esse projecto ás regiões do facto consummido. Decorreram cinco annos, que não foram infructiferos. A semente havia sido lançada em terreno propicio, e devia necessariamente medrar (Villeneuve, 1880).*

Dá-se, dessa maneira, a primeira tentativa de articulação dos atores em torno da problemática oriunda da falta de proteção para as produções industriais.

O governo imperial foi, por ocasião da Exposição Universal em Viena, na Áustria, representado por uma comissão especialmente nomeada<sup>16</sup> para tal função. Segundo o secretário Porto Alegre (1874:38), entretanto, o Brasil não participou dessas primeiras discussões originárias do que se conformaria, mais tarde, como um tratado internacional voltado para a matéria.

*Os congressos annunciados tiveram logar nos últimos tempos da exposição e entre elles tornaram-se notáveis o medico, o agrícola, e o acerca dos privilégios ou patentes sobre os novos inventos. Para o primeiro se inscreveram os Srs. Drs. Caminhoá, Pizarro e Ramiz Gabão, os quais assistiram e discutiram nesse vão apparato, que nada resolveu de importante, nem mesmo a questão das quarentenas. Para o 2º fora nomeado pelo governo imperial o Sr. Dr. José Saldanha da Gama, e além d'elle se inscreveram os Srs. Miguel Antonio da Silva, e o Sr. Caminhoá, agrônomo. Fallou-se a favor das aves, insectos, e animaes úteis á agricultura, e nisto ficou. No 3º em que não houve brasileiro algum, terminou a discussão em favor das patentes. [Grifo nosso].*

Em tese, haveria de se considerar que, ao não participar dessa iniciativa, o Brasil transferiria a outrem a oportunidade de desenhar, nesse primeiro momento uma convenção internacional que atendesse as suas necessidades domésticas. Todavia, um distanciamento necessário permite facilmente destacar que os interesses primordiais naquele contexto para o Brasil não versavam sobre privilégios de invenção, em detrimento de temas de maior interesse, como produtos agrícolas e minérios.

### 1.2.3. A Exposição Universal de 1878: avanços nas tratativas

---

<sup>16</sup> A delegação brasileira seria composta pelo Sr. Duque de Saxe no cargo/função de presidente; pelo Barão de Porto Seguro, na posição de Vice-Presidente, pelo Barão de Carapebas, pelo Barão de Nioac, e por Manoel de Araujo Porto Alegre, na posição de Secretário. Fonte: TACHINARDI (1990A)



Cinco anos depois, os propósitos para um tratado internacional seria reiterado durante a terceira Exposição Universal, ocorrida em Paris, no ano de 1878. Ao fazer uma memória aos atos que antecedem a convenção de 1880, Barthélemy Saint-Hilaire<sup>17</sup>, Ministro Francês para Assuntos Estrangeiros, chama a atenção para a aparente importância do papel italiano<sup>18</sup> na consecução de tal iniciativa e para um início de um alinhamento referente à organização de uma União Internacional da Propriedade Industrial.

À ocasião da Exposição Universal daquele ano, ocorre o assim denominado “Congresso Internacional da Propriedade Artística”, sediado no Palácio do Trocadéro, em Paris, cuja organização cabe ao Ministério de Agricultura e Comércio do Governo francês. Entre os dias 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) de setembro, reúnem-se editores, fabricantes e artistas em geral, além de representantes e funcionários governamentais, em torno de uma pauta baseada na necessidade de se definirem respostas a questões voltadas, em grande medida, para o direito dos artistas e ao combate à contrafação<sup>19</sup>.

O título oficial, entretanto, é provocador de dois potenciais equívocos interpretativos. O primeiro diz respeito ao caráter internacional do evento, que efetivamente se faz possível em função, tão somente, da presença da Bélgica e Espanha. Assim, o referido Congresso Internacional revela tratar-se de um ensaio doméstico efetivo para fins de servir de subsídio e material para uma futura harmonização acerca do tema, bem como para a busca de um consenso doméstico

---

<sup>17</sup> IN: Actes de la Conférence internationale pour la protection de la propriété industrielle, Paris 1880

<sup>18</sup> Interessante salientar a ausência da Itália na Conferência de 1880. Além disso, há fortes indícios que levam a crer que na realidade essa menção se trata apenas de um artifício discursivo encontrado pela França para legitimar o seu intento enquanto efetivamente compartilhado por outras nações européias.

<sup>19</sup> Ibidem

francês, voltado ao fortalecimento e à defesa de interesses frente ao cenário internacional<sup>20</sup>.

Em segundo lugar, e ainda que não sejam amplamente explicitadas, as preocupações relativas à temática da propriedade industrial fazem-se também presentes<sup>21</sup> nessa ocasião, especialmente em discussões apresentadas pela União Central de Belas Artes, relativas a questões aplicadas à Indústria. Tal manifestação, com base no projeto do Senhor Bozérián<sup>22</sup>, visa salientar pontos de interface entre a propriedade artística e propriedade industrial, e chamar atenção para a necessidade de que ambas fossem pensadas frente as suas distinções.

#### 1.2.4. A Conferência Internacional para a proteção da propriedade industrial de 1880: últimos arranjos prévios à concertação

Como expõe Almeida (2001), contudo, é no quadro da conferência especial ocorrida em Paris, França, entre os dias 4 (quatro) e 20 (vinte) de novembro de 1880, que se lograria avançar, de maneira definitiva, na elaboração de um instrumento multilateral para proteção das patentes. Vinte e um países se reúnem nessa ocasião. A maioria, como não poderia deixar de ser, seria composta por países europeus, com exceção da Turquia, Rússia e dos seguintes representantes do continente americano: Estados Unidos da América – EUA-, Confederação Argentina,

---

<sup>20</sup> Ibidem

<sup>21</sup> Durante a Conferência de 1880, estaria presente e referenciado no documento de memória dessa ocasião enquanto membro da delegação francesa o senador J. Bozérián. Ele é mencionado pela União Central de Belas Artes por diversas vezes como um dos apoiadores da proposta de que fossem trazidos a debate questões afeitas a propriedade industrial durante a Conferência de 1880. Fonte: Annexe nº 8. Congrès International de la propriété artistique, 1880: 185.

<sup>22</sup> Senador da Corte de Apelações de Paris e um dos presentes mencionados pela referida União. No original: “É fácil precipitar-se e concordar com a maioria das questões levantadas pelo projeto do Senhor. Senador Bozérián sobre desenhos e modelos industriais, de tal maneira que não sejam aplicadas às obras puramente industriais” [tradução nossa] (p.185).

Guatemala, El Salvador, Uruguai, Venezuela e finalmente Brasil, representado pelo Ministro residente M. Le Comte J.C de Villeneuve<sup>23</sup>.

Em discurso pronunciado durante a abertura da Conferência de 1880, assim explicitaria M. Girard, atual Ministro da Agricultura e do Comércio<sup>24</sup>, sobre a relevância de uma convenção internacional a uniformizar conceitos e entendimentos comuns, concernentes à proteção da propriedade industrial:

A propriedade industrial, segundo ele, não será verdadeiramente protegida, enquanto ela não encontrar todas as regras simples, uniformes, precisas, formando entre os estados uma espécie de regime normativo, de forma a assegurá-los contra o plágio e a contrafação<sup>25</sup>.

Propõe o presidente em exercício da Primeira Sessão, o senador francês M. J. Bozérien, a formação compartilhada de uma União, constituída por seus países-membros para a proteção da propriedade industrial em todos os países, notadamente os privilégios - patentes- de invenção, desenhos e modelos industriais, marcas de fábrica e comércio e nome comercial. Tal proposição seria levada a cabo por meio do clamor à participação dos delegados presentes, que ao seu término apresentam um anteprojeto, a ser enviado a cada governo para análise. A expectativa era a de não haver nenhuma objeção à proposição. No geral, o tom era de consenso, demonstrando bastante tolerância para com a possibilidade de novas reuniões, caso fossem necessárias. Esse discurso conciliatório e sensivelmente cuidadoso demonstraria razão de ser. Isso porque a resposta seria positiva por parte dos representantes da Áustria, Hungria, Bélgica, Brasil, Itália, Suécia, Noruega e Venezuela, mas sendo recebida com reservas pelos representantes dos Estados

---

<sup>23</sup> Fonte: Actes de la Conférence internationale pour la protection de la propriété industrielle, Paris 1880

<sup>24</sup> À época da Conferência de 1878, o Ministro dessa pasta era Teisserenc de Bort.

<sup>25</sup> Conférence internationale pour la protection de la propriété industrielle, 1880:15

Unidos e da Grã-Bretanha. Estes últimos informando que precisariam de maiores instruções por parte de seus respectivos governos. Sendo respectivamente o país que despontava em relevância no cenário internacional e o país de tradicional maior relevância econômica e política, não é de surpreender que houvesse total interesse em mantê-los incluídos nesse processo.

Essa potencial situação-problema se concretizaria ao longo das sessões, que se somariam no decorrer dos dias. Os Estados Unidos manifestariam dificuldades para apoiar algumas propostas, especialmente aquelas que interfeririam na autonomia do Governo Federal estadunidense, no que tange a dos pedidos de nacionais e estrangeiros<sup>26</sup>.

Nessa ocasião, o representante brasileiro apontado para participar, Julio Constâncio de Villeneuve (1834 -1910), era, como bem salienta Denis Barbosa<sup>27</sup>, um aparente “incompreensível personagem estrangeiro numa negociação dos interesses nacionais”. Afora isso, é preciso mencionar que a Conferência de 1978 não fora a única da qual Villeneuve<sup>28</sup> participara. Como aponta Barbosa<sup>29</sup>, ele também estivera presente como integrante durante a Exposição Universal de 1867, então na posição de secretário da comissão<sup>30</sup>.

---

<sup>26</sup> Conférence internationale pour la protection de la propriété industrielle, 1880:41-51). Essa tentativa de resolução é ainda reiterada em diversos outros momentos, e concerne em particular o que se tornaria a redação-proposta para o art. 4º da proposta de Protocolo/Acordo.

<sup>27</sup> Para mais: <http://denisbarbosa.addr.com/prefacio.htm>. Acessado em 13 de outubro de 2009.

<sup>28</sup> J.C. Villeneuve, ou ainda, Conde de Villeneuve, apesar da segura ascendência francesa era, de fato, um brasileiro nato. Carioca, seria levado pelos pais para a França com dez anos de idade, interessados na educação dos filhos. Herdaria ainda do pai Junius de Villeneuve, aos vinte e nove anos de idade, o *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*. E se tornaria, adulto, Diretor-redator do *Jornal do Commercio*, um dos mais importantes jornais do país que, conforme salienta Assis Chateaubriand, exerceu um “papel extraordinário (...) na formação política e constitucional da nacionalidade”. Seu currículo e prestígio certamente o credenciavam para participar de uma conferência diplomática voltada para discutir questões de fundo relativas aos direitos de propriedade artística, especialmente dada sua experiência no ramo jornalístico e a frente de um grande jornal.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> Barbosa chama a atenção para a existência de um Relatório sobre a Exposição Universal de 1867, redigido por Villeneuve e apresentado a Sua Majestade O Imperador pelo presidente da referida comissão brasileira, Marcos Antonio Araujo. Para mais, vide fonte anteriormente mencionada

Assim, e por intermédio de Villeneuve, a participação do Brasil se constituiria no geral bastante positiva, sem polemizar<sup>31</sup> abertamente nenhum ponto discutido e contribuindo, por vezes, sob um viés formal ou mesmo técnico. Outro fator que serviria aos intentos brasileiros seria a saída do representante venezuelano na primeira sessão, que alegaria questões de saúde. Ele ainda faria referências e recomendaria a legislação brasileira vigente de 1875<sup>32</sup> como exemplar para ser discutida, apresentando cópias da lei brasileira para os presentes.

Nessa ocasião, o nascedouro de um Escritório internacional, caso do *Bureau for the Protection of Intellectual Property* – BIRPI-, começa a ser desenhado, com status de autoridade máxima,<sup>33</sup> em seu art. 11 (12),

Um organismo internacional, criado sob a autoridade suprema da administração sênior da Confederação Suíça, será encarregado sob o título de Secretariado Internacional da Propriedade Industrial, de reunir, coordenar e publicar informações de toda e qualquer natureza relativos às patentes de invenção, desenhos ou modelos industriais ou marcas comerciais e de fábrica.

Os custos<sup>34</sup> que irão advir de tal instituição serão arcados por todas as administrações dos Estados contratantes [tradução nossa].

De maneira geral, é possível discorrer que o Brasil não cria obstáculos às discussões e negociações para advento de um tratado internacional relativo à

---

<sup>31</sup> A citar, um dos momentos que poderia apresentar impasse, referente a possibilidade de aceite de marcas constituídas exclusivamente por números ou letras foi recebida com otimismo no que se refere às reais chances de serem incorporadas domesticamente pelo representante brasileiro (Conférence internationale pour la protection de la propriété industrielle, 1880:57).

<sup>32</sup> Infelizmente, há que se reconhecer a impossibilidade de acesso à referida legislação. A resposta para tanto pode ser encontrada em DIBLASI (2005:6), que salienta que, desde o Alvará de 1809, foram sucessivas as legislações brasileiras “relativas à propriedade industrial, adaptadas aos interesses e conveniências nacionais, sendo introduzidas ao bel prazer do Imperador, revisões que modificavam a natureza de patentes e prazos de duração”.

<sup>33</sup> Conférence internationale pour la protection de la propriété industrielle, 1880:83

<sup>34</sup> O representante brasileiro, Cavalheiro Villeneuve, não objeta a tal proposta, declarando que apoia o advento de um escritório internacional, desde que ele não incorra em custos elevados para os países. (Conférence internationale pour la protection de la propriété industrielle, 1880:85)

propriedade industrial. Pelo contrário, prestaria positivas contribuições para a redação da tencionada minuta final para um art. 6º<sup>35</sup>, com o intuito de contribuir para a minoração de obstáculos que impediriam<sup>36</sup> justamente que os EUA, nação que despontava no comércio e nas relações internacionais do século XIX, se tornassem um dos membros originais do tratado que se desenhava entre as nações participantes.

### 1.3. O nascedouro da Convenção da União de Paris

Conforme verificado nos itens anteriores, os trabalhos preparatórios para conclusão da Convenção da União de Paris se deram primordialmente nos anos de 1878 e 1880, com a instauração, por fim, da União Internacional para Proteção da Propriedade Industrial.

Ao término do processo, no dia 20 de março de 1883<sup>37</sup>, onze países despontariam como estados signatários: Bélgica, Brasil, França, Itália, Holanda<sup>38</sup>. Portugal, Sérvia<sup>39</sup>, Espanha e Suíça, além de Guatemala e El Salvador. Vale ressaltar que, na contagem oficial, e mais amplamente difundida, são quatorze<sup>40</sup> os países considerados os seus signatários originais, inclusive os três seguintes

<sup>35</sup> Esse artigo diz respeito ao direito marcário, um dos pontos apresentados como de impasse para as negociações.

<sup>36</sup> De fato, os EUA só viriam a fazê-lo no ano de 1997, conforme explicitado em: [http://www.wipo.int/treaties/en/Remarks.jsp?cnty\\_id=334C](http://www.wipo.int/treaties/en/Remarks.jsp?cnty_id=334C). Acessado em 06/07/2010.

<sup>37</sup> As informações relativas ao quantitativo de signatários, incluindo a data específica de assinatura da CUP para os países aqui elencados está disponível no sitio eletrônico da OMPI. Endereço: [http://www.wipo.int/treaties/en/ShowResults.jsp?lang=en&treaty\\_id=2](http://www.wipo.int/treaties/en/ShowResults.jsp?lang=en&treaty_id=2). Acessado em 10 de janeiro de 2011.

<sup>38</sup> Os registros referentes à participação da Holanda também podem ser, alternadamente, e sem perda de sentido, serem identificados como “Países Baixos”.

<sup>39</sup> A Sérvia não possuiria lei de patentes até 1918 (NAÇÕES UNIDAS, 1975:114)

<sup>40</sup> A despeito do potencial detalhismo ora trazido, é preciso destacar que os tratados internacionais são, costumeiramente, e desde aquele tempo, deixados para coleta assinatura de demais países interessados sob a modalidade “ingresso”. Passada essa data, o procedimento de entrada se dá por meio da “aceso”

assinariam em outras datas, dentre os quais estão incluídos: Grã-Bretanha<sup>41</sup>, Equador e Tunísia<sup>42</sup> (NAÇÕES UNIDAS, 1975:114).

É interessante considerar que Equador, Guatemala e El Salvador retiraram-se da União respectivamente em 1886, 1887 e 1895, e retornando<sup>43</sup>, por sua vez, nos anos de 1999, 1998, e 1993. Isso significa dizer que o Brasil é, de fato, o único país em desenvolvimento, e oriundo do continente americano, que permanece como membro da União de Paris desde o início (NAÇÕES UNIDAS, 1975).

Nos termos da CUP, é criada, a partir da sua data de vigência, uma associação permanente entre os Estados, chamada de União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, estabelecendo um secretariado permanente para aquela União, que seria o "*Bureau*"- Escritório- Internacional.

Além disso, a CUP estrutura aqueles que seriam os seus princípios fundamentais:

- ii) Tratamento Nacional: consagrado no art. 2º da CUP, estabelece que os seus países signatários obrigam-se a equipar o tratamento entre residentes e não residentes. Em outras palavras, veda o tratamento discriminatório entre nacionais e estrangeiros.
- iii) Prioridade Unionista: disponível em seu art. 4º, estabelece que a data do primeiro pedido de patente ou desenho industrial servirá de base para depósitos subsequentes relativos à mesma matéria, efetuados pelo depositante ou seus sucessores. Pode-se dizer que é uma disposição que funciona como salvaguarda aos países.

<sup>41</sup> A Grã-Bretanha assinaria a CUP apenas no ano seguinte, em 07 de junho de 1884.

<sup>42</sup> A Tunísia se tornou membro da CUP por aderência, a seu favor, pela França (NAÇÕES UNIDAS, 1975: 114).

<sup>43</sup> Conforme identificado pelo sitio eletrônico da OMPI em: [http://www.wipo.int/treaties/en/ShowResults.jsp?lang=en&treaty\\_id=2](http://www.wipo.int/treaties/en/ShowResults.jsp?lang=en&treaty_id=2). Acessado em 02 de janeiro de 2011. Possivelmente esse retorno estaria condicionado ao novo contexto pós-TRIPS.

- iv) Independência das patentes: exposto no art. 4º bis, os depósitos das patentes são sujeitos às normas domésticas de cada país em que se deseje a proteção; e
- v) Territorialidade: complementar ao princípio de independência das patentes, estatui que os efeitos e a validade de seus privilégios são restritos ao território nacional.

Verifica-se na lista de países signatários que a Grã-Bretanha não seria um dos países membros da CUP desde o seu início imediato. Isso decorreria, segundo Malavota (2008), pelo fato de as grandes potências industriais daquele tempo, dentre as quais a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Áustria - Hungria e os Estados Unidos da América – EUA, não concordariam imediatamente com os termos do tratado.

Conforme analisado por Edward Armitage<sup>44</sup> (1980), A CUP não viria a ser um tratado que acarretaria mudanças significativas na legislação dos países. Isso se deve basicamente à fragilidade legal na qual muitos dos países negociadores se encontravam. Nesse sentido, os objetivos de fato da CUP não seriam a essa ocasião alcançados, tornando-se mais adequadamente uma norma baseada nos aspectos que os países mais comumente já compartilhavam. É por isso que, nas palavras de Edward Armitage, as negociações que dão origem à CUP são concluídas<sup>45</sup> nos mesmos termos em que se iniciam; por meio de um tom deveras conciliatório e

---

<sup>44</sup> Edward Armitage foi representante do governo do Reino Unido e chefe de delegação durante a Conferência Diplomática que resultou na conclusão do PCT, em 1970.

<sup>45</sup> Ao término do processo, seriam 11 (onze) no total os países que despontariam como estados signatários no dia 20 de março de 1883: Bélgica, Brasil, França, Guatemala, Itália, Holanda. Portugal, Salvador, Sérvia, Espanha e Suíça. Vale ressaltar que na contagem mais amplamente difundida, seriam quatorze os Estados originais, posto que os três seguintes assinariam em outras datas. A Convenção criava, a partir daquela data, uma associação permanente entre os Estados, chamada de União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, estabelecendo um secretariado permanente para aquela União, que seria o Bureau (Escritório) Internacional.



“modesto”, garantido sobretudo pelas partes francesas<sup>46</sup>, o que pode ser atribuído, no entender de Gandelman (2004:103), aos interesses dos seus propositores, em um pleno contexto de emergência do liberalismo e movido sob uma considerável influência idealista<sup>47</sup>.

Desta forma, almejava-se de maneira explícita que fossem deixadas de lado um tom impositivo e as diferenças, as quais poderiam ensejar entraves para sua imediata aceitação por parte dos Estados participantes, privilegiando-se os princípios, as normas e as regras fundamentais já em larga medida positivadas em suas leis nacionais. (GANDELMAN, 2004:159).

#### **1.4. O Brasil no ordenamento do sistema internacional de patentes**

O diplomata Paulo Roberto de Almeida (2001) destaca o que poderia ser entendido como uma postura pioneira do Brasil em fazer parte de uma concertação, como foi a CUP. Essa afirmação contrasta, todavia, com o seu incipiente grau de desenvolvimento industrial. Esse aspecto levanta questões quanto aos motivos que levariam um país atrasado tecnologicamente a buscar fazer parte de um tratado internacional que propusesse uma sistemática de proteção às invenções.

Esse esclarecimento é oferecido por Bandeira<sup>48</sup> (1984:369), que considera dois elementos analíticos interdependentes, que concorrem para uma exata

---

<sup>46</sup> É o que se infere a partir das interferências feitas pelo presidente em exercício da Primeira Sessão, o senador francês M. J. Bozérián. Fonte: Actes de la Conférence internationale pour la protection de la propriété industrielle, Paris 1880. Bureau Internationale de l'Union Berne. Deuxième Édition, 1902

<sup>47</sup> Note-se que o Idealismo ou Liberalismo Internacional, conforme também pode ser reconhecido, somente se conformaria enquanto uma teoria nos estudos das Relações Internacionais a partir dos anos 20, quando movido pelo ideário da paz entre as nações o presidente Woodrow Wilson proporia a adesão internacional de quatorze pontos que incluíam a Liga das Nações, substituída após a Segunda Guerra pela Organização das Nações Unidas (ONU).

<sup>48</sup> A.C. Bandeira foi presidente do INPI entre os anos de 1979 e 1984.

compreensão acerca dos motivos que levariam o Brasil a fazer parte dos países signatários da CUP, em 1883:

O primeiro é o contexto institucional do país durante o último quartel do século XIX, assim como a importância de suas relações para a política externa e para a sua integração à economia internacional. Como será notado, durante grande parte do Império a reforma de nosso sistema legal foi baseada na experiência e jurisprudência em outros países. Essa assimilação legal característica poderia também ser notada no campo da propriedade industrial por meio das modificações feitas em nossa legislação de patentes e marcas, novos textos que se encontram em conformidade com a própria Convenção de Paris [tradução nossa]

O segundo elemento é o desenvolvimento da propriedade industrial em vários países durante o último século e as razões emergentes das várias reuniões e conferências que precederam a Convenção de Paris de 1883. Esse elemento analítico ajuda a trazer para a luz os aspectos centrais e objetos de controvérsia entre diferentes países no que concerne à proteção da propriedade industrial, os quais eram determinantes para a preparação da minuta do texto final da Convenção. Como será verificado posteriormente, quando de sua participação nessas diversas conferências, o Brasil (assim como outros países) tinha em mente que sua própria legislação e prática extraiu dessas discussões os elementos que poderiam ser incorporados dentro do marco de uma nova lei ou decreto. É certamente verdade que, como resultado dessas ideias e discussões nas quais surgiram, a Convenção de Paris estava na base de importantes mudanças no nosso “sistema” nacional para a proteção da propriedade industrial [tradução nossa].

Deve-se salientar que a participação do Brasil nas reuniões e conferências ocorridas durante as Exposições Universais, especialmente a partir de Viena no ano de 1873, levaria o país a repensar a sua própria legislação nacional. Às vésperas do advento da CUP, o Brasil promulgava, a 14 de outubro de 1882, a sua segunda<sup>49</sup> Lei de Patentes. Àquele tempo, os depósitos eram efetuados junto ao Ministério da

---

<sup>49</sup> A segunda Lei era a de número 3129, de 14 de outubro de 1882. A primeira lei brasileira propriamente dita sobre patentes de invenção foi editada em 28 de agosto de 1830. Os privilégios de invenção passavam, com a nova legislação, a ter um prazo variável, entre 5 a 20 anos, podendo ser ainda atribuído ao introdutor de invento estrangeiro um prêmio em função da utilidade ou dificuldade de invenção.

Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto que até 1861 eram depositadas junto ao Arquivo Nacional. (ALMEIDA, 2001).

Segundo Bandeira (1984), o texto da Lei 3129, de 1882 estipulava elucidações distintas da constante em sua versão anterior - e que se adiantavam ao texto concluído pela CUP -, como, por exemplo, a alteração presente no artigo 2º, parágrafo 1, a qual se refere ao princípio de “prioridade Unionista”.

**Art. 2º** - Os inventores privilegiados em outras nações poderão obter a confirmação de seus direitos no Império, contanto que preencham as formalidades e condições desta Lei e observem as mais disposições em vigor aplicáveis ao caso.

A confirmação dará os mesmos direitos que a patente concedida no Império.

§ 1º A prioridade do direito de propriedade do inventor que, tendo requerido patente em nação estrangeira, fazer igual pedido ao Governo Imperial dentro de sete meses, não será invalidada por fatos, que ocorram durante esse período, como sejam outro igual pedido, a publicação da invenção e o seu uso ou emprego<sup>50</sup>.

### 1.5. Considerações gerais do capítulo

Ao ser concluída em fins do século XIX, a CUP inaugura a terceira fase histórica da cronologia oferecida no princípio deste capítulo. A denominação para tanto, contudo, permanece em aberto. Como primeira possibilidade, seria possível referir-se à mesma como pertencente à fase de internacionalização de um sistema global de propriedade intelectual. O termo “internacionalização” pode ser dito oportuno se considerado que o tratado serve como modelo multiplicador para muitos países, os quais passam a adotar legislações nacionais em propriedade intelectual

---

<sup>50</sup> Disponível em [http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/pasta\\_legislacao/leis-em-geral/lei\\_20\\_3129\\_1882.html](http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/pasta_legislacao/leis-em-geral/lei_20_3129_1882.html). Acessado em 01 de fevereiro de 2011.

com base em seus termos. Mas também pode ser desconsiderado frente aos avanços significativos notáveis a partir da década de 70 do século passado.

Uma outra opção seria referir-se à CUP meramente como ponto de partida para uma fase de “sistematização internacional”, em vista de uma interpretação de que esse é o momento no qual os mecanismos são ajustados, e não quando são efetivamente deflagrados, o que aconteceria apenas em uma fase posterior. Porém, caso sejam consideradas as intenções originais da CUP, seria possível fazer referência a Armitage (1980:83) para quem a CUP “falhou [em seus propósitos] (...) de se desenvolver em torno de um código sistematizado para harmonização legal”. Esse exercício de opção terminológica, ao menos até o presente momento, permanece em aberto.

De fato, e ainda que não intencional, a Convenção adquiriria um tom universal, cuja flexibilidade seria uma condicionante essencial para possibilitar que outros Estados a ela aderissem ao longo do tempo. Sua propagação se deve, portanto, a essa característica flexível e ao seu caráter não compulsório, uma vez que seus termos não previam nem um caráter vinculante, nem mesmo sanções para aqueles casos nos quais os Estados não aderissem domesticamente às regras estabelecidas internacionalmente. Era tão perfeitamente possível a um país pertencente à CUP que essa concedesse uma patente de modelo de utilidade, como a que um outro não a concedesse, fizesse ou não parte do tratado.

Desta forma, almejava-se de maneira explícita que fossem deixadas de lado um tom impositivo e as diferenças, as quais poderiam ensejar entraves para sua imediata aceitação por parte dos Estados participantes, privilegiando-se os princípios, as normas e as regras fundamentais, já em larga medida positivadas em suas leis nacionais. (GANDELMAN, 2004:159).

No significado simbólico que assumiria com o passar dos anos, a CUP seria mais largamente associada ao que se poderia entender pertencente à fase romântica da propriedade industrial, ao ensejar o crescimento no intercâmbio e nas atividades de cooperação entre as nações no tema da propriedade industrial. Nesse sentido, seria bem sucedido.

Do lado concreto, a CUP seria um tratado fracassado e com forte carga idealista, posto que o objetivo principal, o de harmonizar leis nacionais de patentes se tornaria uma meta frustrada. A ponto que somente depois da Segunda Guerra Mundial ocorre uma reversão nesse quadro, momento no qual finalmente se dá a internacionalização propriamente dita do sistema internacional de patentes.

Ao longo das décadas seguintes, e desde que entrou em vigor no ano de 1884, a CUP seria objeto de várias revisões, nas quais suas provisões básicas seriam melhoradas e desenvolvidas. Suas revisões são, respectivamente, a de Bruxelas, no ano de 1900, na cidade de Washington, em 1911, em Haia, no ano de 1925, em Londres em 1934, em Lisboa em 1958, e em Estocolmo, em 1967, complementando-se por uma emenda ao tratado em 1979. As duas últimas revisões, excetuando-se a emenda de 1979, são as mais significativas em meio a um processo de tentativa, que a partir de então se iniciaria, para prover o sistema conformado pela CUP de instrumentos e mecanismos que lhe conferissem um aspecto maior de equilíbrio.

Mesmo que a CUP seguisse constituindo o principal alicerce às diretrizes que cada nação e escritório nacional devem observar no campo da propriedade intelectual, a insatisfação por parte dos estados membros da CUP com o seu texto seria evidenciada, e mesmo ampliada, através dos tempos por meio das distintas revisões pelas quais o tratado passaria, incluindo dispositivos diversos que, no todo,

não modificavam substancialmente a estrutura do tratado, apenas aperfeiçoando-o, sem radicalizar os pilares estruturados no século XIX. Modificações mais sensíveis se fariam sentir apenas a partir da segunda metade do século XX. Esse será o objeto do próximo capítulo.

## **CAPÍTULO II - PROCESSOS REVISIONISTAS DA CONVENÇÃO DE PARIS: HARMONIA E TENSÕES NO SISTEMA INTERNACIONAL DE PATENTES PÓS- 1945**

Depois de duas guerras consecutivas (1914-1919; 1939-1945), que envolveram a maior parte dos grandes países de então e fizeram emergir conflitos, guerras e animosidade entre as nações, sucede-se momento diverso. A expressão "sociedade internacional" passa a fazer parte do vocabulário da época. E isso somente se faz possível em virtude do reconhecimento recíproco dos Estados, o que inclui suas prerrogativas básicas, como soberania e autodeterminação dos povos, além da igualdade de condições jurídicas entre eles (SEINTENFUS, 2008:38).

Um dos desdobramentos conhecidos, quando tempos de guerra se transformam em tempos de paz é, como se sabe, a propensão à retomada do comércio entre as nações. Nesse novo contexto, contudo, nota-se um alto nível de industrialização, alcançado justamente em decorrência dos avanços tecnológicos obtidos em tempos de guerra, responsáveis por estruturar segmentos industriais até então incipientes, ou mesmo inexistentes, como o farmacêutico e o de eletrônicos, cujas tecnologias seriam apropriadas em diversos ramos, dentre eles a robótica, a informática e as telecomunicações (NELSON, 1993).

As relações políticas e econômicas entre os Estados também se modificam.

51

As organizações internacionais passam a ocupar um lugar essencial na agenda global. As novidades desse novo momento decorrentem da criação de dois ditos

---

<sup>51</sup> As Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIGs) são aquelas formadas pelos Estados. Já as Organizações Não-Governamentais Internacionais -ONGI, porém mais conhecidas pelas três primeiras iniciais, ONG's, no plural, constituem-se no meio mais institucionalizado de realizar a cooperação internacional. Em função das diferentes metodologias empregadas, há divergência no que concerne aos números oficiais. Para o Yearbook of International Organizations, entre 2003 e 2004 existiam cerca de 238 OIGs e 6.500 ONGIs.

sistemas próprios: o sistema ONU e o sistema de Bretton Woods. A Organização das Nações Unidas – ONU<sup>52</sup> é criada por meio do Acordo de São Francisco, em 1945, em substituição à antiga Liga das Nações. Um ano antes, é criado o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI-, a partir dos acordos de Bretton Woods<sup>53</sup>. Ainda que com focos distintos, ambas seriam desenhadas como tentativas de evitar a repetição das tragédias mundiais que o mundo no século XX vivenciara.<sup>54</sup>

O contexto de então suscita novas discussões, e o papel da ONU logo se torna essencial para uma série de debates, voltados a minimizar as disparidades existentes ao redor do globo, uma vez que elas também, se contornadas, seriam fatores que minimizariam novos conflitos mundiais.

Deve-se recordar que o quadro de tensões mundiais não estava solucionado. Pelo contrário. Terminada a Segunda Guerra (1939-1945), vivia-se as influências da Guerra Fria. A disputa por órbitas de influência ao redor do globo faria apenas evidenciar o papel secundário que os ditos países do Terceiro Mundo ocupavam, em um cenário disputado pelo Primeiro Mundo, composto pelos países industrializados, liderados pelos EUA, com base em preceitos calcados no sistema de acumulação de capital, e pelo Segundo Mundo, no qual estava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS.

Por sua vez, a discussão que logo se levantaria entre os países pertencentes

---

<sup>52</sup> A ONU foi criada a partir de sua Carta constitutiva do ano de 1945, na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos da América - EUA - advindo daí sua expressão “Carta de São Francisco.”

<sup>53</sup> O sistema de Bretton Woods criaria o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional-FMI, além da Organização Internacional do Comércio -OIT, que não chegou a se tornar realidade, vindo a ser efetivada por meio do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT, em sua sigla em inglês, como é melhor conhecida. A hegemonia do GATT enquanto acordo comercial permaneceria até meados da década de 90 do século passado, como mais adiante neste capítulo se verificará.

<sup>54</sup> Além da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, pode-se recordar também as grandes crises ocorridas nos anos de 1873 e 1929, com quedas de bolsas de valores experimentadas em todo o globo.



ao Terceiro Mundo, no entanto, diria respeito aos motivos que levavam as nações industrializadas do eixo norte a obter mais vantagens no comércio internacional do que as nações não industrializadas e basicamente agroexportadoras do eixo sul do planeta. Em um segundo plano, como esse quadro poderia ser revertido. A resposta estaria na industrialização desses países. Nesse sentido, exerceriam influências significativas os trabalhos formulados no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL,<sup>55</sup> dentre os quais o debate sobre a dependência e o subdesenvolvimento no continente latino-americano, proposto pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa teoria refletiria a agenda e os interesses dos países subdesenvolvidos nos foros multilaterais, dentre os quais o Brasil, que tomaria a dianteira de um profundo processo de reivindicação, no que tange ao papel das patentes para o desenvolvimento das nações.

De certo modo, o que se observa ao longo da segunda metade do século XX é um embate contínuo entre grupos favoráveis e desfavoráveis à revisão da CUP. No tratamento de Gandelman (2004), esses grupos ganharam a alcunha de "conservadores" e de "revisionais". Ainda que os grupos se alternem nessas posições ao longo da história, outras denominações, além dessas classificações, serão referenciadas, especialmente quando houver o intento por espelhar o caráter ideológico frente ao pragmático por detrás das opções conservadoras ou revisionistas de então.

## **2.1. Harmonia e Tensões quanto ao papel das patentes para o desenvolvimento: da "Resolução brasileira" na UNCTAD à criação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual**

A mesma internacionalização que acentua o espírito cooperativo entre as

---

<sup>55</sup> A CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas - ECOSOC,, e tem sua sede em Santiago, Chile.

nações coloca os países subdesenvolvidos em perspectiva de alerta quanto aos reais intentos dos países industrializados. Como salienta Menescal (2007:467), a década de 1950 hospedaria intensos debates relativos aos abusos dos monopólios criados pelas patentes, cujo expoente está refletido na Resolução nº 375 (XIII), de 13 de setembro de 1951 (Menescal:469). O Brasil, em particular, adota uma postura em sua política externa a partir da década de 60 do século passado que se constitui enquanto um reflexo de sua política nacional desenvolvimentista (Oliveira, 2005:1).

Também entrevistado para este trabalho, o diplomata Leonardo Cleaver de Athayde<sup>56</sup> (2009) recorda que, a esse tempo, o Brasil adota uma posição crítica quanto ao sistema de propriedade intelectual. Inclusive, o país estaria frequentemente na posição de vanguarda de novas tentativas por reformar o sistema internacional de proteção da propriedade intelectual, sob a ótica do desenvolvimento das nações e em prol dos interesses dos consumidores e importadores líquidos de tecnologia.

Na perspectiva de Athayde (2009), o protagonismo internacional do país em meio a esse tema inicia-se no ano de 1961, quando então o Brasil apresenta uma proposta de resolução nº 1713 (XVI), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 19 de dezembro de 1961. A “Resolução brasileira”, como ficaria mais tarde referenciada, expunha o desequilíbrio entre os setores nacional e estrangeiro da economia do país. Esse documento, que segundo Menescal (2007:468) contaria com o apoio da Bolívia, seria intitulado “O papel das patentes sobre a transferência de tecnologia para países subdesenvolvidos” e que estabelece que,

---

<sup>56</sup> Leonardo Cleaver de Athayde é diplomata de carreira e esteve, dentre outras participações nos bastidores de negociação confirmadas por outras fontes, presente durante a 9ª Sessão do Comitê Permanente de Patentes, da OMPI.

(...)é do melhor interesse de todos os países que o sistema internacional de patentes deva ser aplicado de tal maneira a levar em ampla consideração as necessidades especiais e demandas de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, assim como os pedidos legítimos dos depositantes patentários (United Nations, 1961) [tradução nossa]

O documento solicita também ao Secretário Geral, no âmbito do ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em **primeiro** lugar, um estudo sobre os efeitos das patentes para as economias dos países subdesenvolvidos; em **segundo**, um levantamento sobre a legislação patentária em países subdesenvolvidos e desenvolvidos, com ênfase no tratamento conferido a patentes estrangeiras; em **terceiro**, uma análise das características da legislação patentária dos países subdesenvolvidos, levando-se em consideração a necessidade de uma rápida absorção de novos produtos e tecnologia, e o aumento de produtividade das suas economias; e em **quarto e último**, uma investigação sobre os problemas relativos à concessão, proteção e uso das patentes em função dos marcos legais internacionais e das necessidades dos países subdesenvolvidos (United Nations, 1961).

Os estudos referentes ao aspecto primeiro seriam produzidos de maneira moderada. Tanto que os países em desenvolvimento conseguiram aprovar a resolução 1935, de 11 de dezembro de 1963, que fazia direta referência à resolução 1713 e solicitava ao Diretor Geral que fosse dado encaminhamento aos estudos recomendados.

De acordo com o exposto no documento das Nações Unidas (1975:118), o relatório produzido no ano de 1964, com título homônimo à resolução 1713, de 1961, entretanto, não colocara em discussão os aspectos relativos à necessidade ou não de se constituir uma conferência internacional fora da União de Paris, que, ao

contrário de possíveis expectativas, não foi sugerida como uma revisão da CUP, e sim como um evento próprio, possivelmente imaginado como um demonstrativo de força dos países em desenvolvimento, com o objetivo maior de rediscutir internacionalmente as normas internacionais sobre patentes existentes às necessidades dos países em desenvolvimento (MENESCAL, 2007:470)

Além disso,

Tampouco foi este item incluído no questionário que circulou pelos Governos dos Países, entidades governamentais e organizações não governamentais. No último parágrafo do sumário e conclusão do relatório ficou dito que desde que os problemas relativos à transferência de tecnologia transcendiam às simples regras de operação do sistema de patentes, mais poderia ser feito por uma ação ao nível nacional do que pela convocação de uma conferência internacional nos moldes propostos, que só teria condições de tratar dos aspectos limitados da concessão, proteção e uso das patentes (NAÇÕES UNIDAS, 1975:118)

Conclui-se ter ocorrido uma vitória por parte dos países desenvolvidos no que concerne à redação final do relatório. Mas os países em desenvolvimento não se veriam ainda derrotados. Pelo contrário. Verifica-se que,

Após as deliberações da primeira metade da década de 1960, os países em desenvolvimento empenharam-se na questão da revisão do sistema internacional de patentes nas discussões da Estratégia Internacional do Desenvolvimento para a Segunda Década do Desenvolvimento das Nações Unidas. Por iniciativa deles, o parágrafo 64 (...) prescrevia “a revisão das convenções internacionais de patentes”. Um passo do maior significado nessa direção foi mais tarde dado na terceira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (...) (NAÇÕES UNIDAS, 1975:118) [Grifo Nosso]

As discussões empreendidas pelo governo brasileiro prosseguem a ponto de não sofrerem sequer interrupção com a mudança de cenário que o ano de 1967 acarreta. Nesse ano, e sob o marco da revisão dos acordos que davam base não

apenas substantiva, como também administrativa e operacional para as negociações em torno da propriedade intelectual, a CUP e a CUB – Convenção da União de Berna, de 1886, é criada a Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI<sup>57</sup>. Com o advento da OMPI, o seu Secretariado passaria a ter estrutura de funcionamento similar àquela encontrada em organizações internacionais, em particular àquelas pertencentes à órbita do sistema das Nações Unidas, como a União Postal Internacional, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, a Organização Mundial da Saúde -OMS, e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, a Organização Mundial da Saúde - OMS, voltado para a saúde, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR.

De acordo com publicação da FUNAG (2009), intitulada "Álvaro Alencar- um diplomata na luta contra o subdesenvolvimento", Álvaro Gurgel<sup>58</sup> é apresentado como um relevante agente brasileiro, com ação destacada nos anos 70, auxiliando na compreensão dos mecanismos desequilibrados da transferência de tecnologia para o Brasil e demais países em desenvolvimento do globo na OMPI – vide fotografia 01.

---

<sup>57</sup> Apesar de na prática ter sido mais praticamente destinada a revisão da CUB (ARMITAGE, 1980 :84), a conferência hospedada por Estocolmo também apresentaria como aspecto relevante a criação formal da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, por meio da Convenção assinada nessa ocasião (ARMITAGE, 1980 :84 ; ABOTT, et al : 1999 :303-306), em substituição ao antigo Bureau of the International Union for the Protection of Industrial Property – BIRPI.

<sup>58</sup> Álvaro Gurgel de Alencar Netto foi um atuante representante e servidor público brasileiro em diversas negociações no campo da propriedade intelectual, tendo feito parte da delegação brasileira que fez parte da conferência diplomática que concluiu o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes - PCT (WIPO, 1972)

Fotografia 01 : Foto de Álvaro Alencar na OMPI



Discurso em reunião da OMPI.

Fonte: Fundação Alexandre de Gusmão. Álvaro Alencar : um diplomata na luta contra o subdesenvolvimento / Fundação Alexandre de Gusmão.— Brasília : FUNAG, 2009.p.56.

ALENCAR (1973) destaca em seu trabalho que a consciência da necessidade de expansão das oportunidades que a transferência de tecnologia acarretava aos países menos desenvolvidos teria colocado o Brasil na posição de "um dos países mais atuantes na discussão do problema em vários foros", que nesse caso eram primordialmente a UNCTAD e, posteriormente, a OMPI.

O quadro seria tão negativo que pairaria sobre a OMPI a crítica de que, em

vez deter sido criada para atuar em torno de missões sociais, culturais, ou mesmo humanitárias específicas, como qualquer outra agência ou programa pertencente ao sistema ONU, a OMPI seria, a bem dizer, uma mera "prestadora de serviços no campo da propriedade intelectual".

A polêmica quanto a essa questão pode ser notada a partir das diferentes expectativas que os países alimentariam quanto à missão da OMPI, a partir de seu ingresso como agência especializada do sistema das Nações Unidas. Enquanto os países em desenvolvimento do grupo então caracterizado como "não industrializado" esperavam um comportamento progressista, os países desenvolvidos adotariam um comportamento, no mínimo defensivo.

#### 2.1.1. O advento da OMPI como agência especializada das Nações Unidas: mais do mesmo debate

O processo em questão é iniciado formalmente a partir de resolução adotada já na primeira sessão ordinária da Assembleia Geral e Conferência da OMPI, que se dá no ano de 1970, a partir de um pedido de solicitação ao Diretor Geral para exame relativo às melhores condições de cooperação junto à ONU, incluindo-se a possibilidade e desejo de um acordo entre ambos, com vistas a se tornar uma agência especializada<sup>59</sup>, nos termos dos seus artigos 57 e 63<sup>60</sup>.

Dois anos depois, o Comitê de Coordenação da OMPI chegaria, ao término

---

<sup>59</sup> Annex III. Report by the Director General of the World Intellectual Property Organization of the Third Ordinary Session of the Co-ordination Committee of that Ordinary Session of the Co-ordination Committee of that Organization, held at Geneva, 25-30 September 1972.Doc. WO/CC/III/2. IN: OMPI. Negociaciones con las Naciones Unidas: Relaciones entre las Naciones Unidas y La Organización Mundial de La Propiedad Intelectual: Comité de Coordinación. Ginebra, 1973. p.299-300.

<sup>60</sup> Tais artigos prevêem a incorporação de agências inter-governamentais, que passariam a ser denominadas agências especializadas, desde que estivessem plenamente inseridas no escopo de sua atuação.

de sua terceira sessão ordinária, à seguinte redação, resumida em sua essência, no que tange ao seu parágrafo 1:

Com o interesse de alcançar o máximo degrau de cooperação e co-ordenção entre a OMPI e o sistema das Nações Unidas e com vistas a aprofundar a contribuição que a OMPI pode fazer para co-operação internacional para o progresso econômico e social, um acordo de relacionamento sob os artigos 57<sup>61</sup> e 63<sup>62</sup> da Carta das Nações Unidas e artigos 6 (3) (f)<sup>63</sup> and 13 (1)<sup>64</sup> da Convenção Estabelecendo a OMPI parece ser desejável (...) com vistas a exploração da possibilidade de inserir esse acordo de relação entre ambas<sup>65</sup> [tradução nossa]

Com cerca de vinte membros ordinários, dentre os quais se encontraria o Brasil, e com países como México, Filipinas, Polônia, e Sri Lanka, na posição de membros associados, a reunião que dá origem a resolução supra é interessante do ponto de vista histórico e, acima de tudo, no que concerne às narrativas que legitimariam o advento da OMPI como agência especializada da ONU.

Nessa ocasião, o Brasil desponta como um dos membros ordinários com nível razoável de participação, tendo apresentado, juntamente com a Argentina, a

<sup>61</sup> O artigo 57 (1) (2) dispõe que 1. As várias entidades especializadas, criadas por acordos intergovernamentais e com amplas responsabilidades internacionais, definidas em seus instrumentos básicos, nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos, serão vinculadas às Nações Unidas, de conformidade com as disposições do Artigo 63. 2. Tais entidades assim vinculadas às Nações Unidas serão designadas, daqui por diante, como entidades especializadas (UNIC Rio, 2001)

<sup>62</sup> O artigo 63 (1) (2) dispõe que o conselho Econômico e Social poderá estabelecer acordos com qualquer das entidades a que se refere o Artigo 57, a fim de determinar as condições em que a entidade interessada será vinculada às Nações Unidas. Tais acordos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral. 2. Poderá coordenar as atividades das entidades especializadas, por meio de consultas e recomendações às mesmas e de recomendações à Assembleia Geral e aos Membros das Nações Unidas (UNIC Rio, 2001)

<sup>63</sup> De acordo com o artigo 6 (3) (f) “A aprovação de um acordo com as Nações Unidas sob os artigos 57 e 63 da Carta das Nações Unidas deverá demandar uma maioria de nove décimos dos votantes” [tradução nossa] (WIPO, 1979).

<sup>64</sup> Conforme o artigo 13 (1), A Organização deverá, quando for apropriado, estabelecer relações de trabalho e cooperar com outras organizações intergovernamentais. Qualquer acordo geral com tal efeito que se desejar concluir com tais organizações deverá ser concluída pelo Diretor Geral depois da aprovação pelo Comitê de Coordenação [tradução nossa] (WIPO, 1979).

<sup>65</sup> Co-ordination Committee of the WIPO. Resolution concerning Relations between the World Intellectual Property Organization and the United Nations. Adopted on September 1972. IN: OMPI. Negociaciones con las Naciones Unidas: Relaciones entre las Naciones Unidas y La Organización Mundial de La Propiedad Intelectual: Comité de Coordinación. Ginebra, 1973. p.289



Finlândia, o México, o Senegal e a Suécia, uma minuta de resolução, que serviria de base às discussões. Outro documento, tomado para orientar os debates, foi um estudo preparado pelo especialista Martin Hill, que receberia congratulações por parte de todas as delegações presentes<sup>66</sup>. Esse trabalho será objeto da seção seguinte.

Sendo o primeiro a discursar, o Brasil introduz a resolução, salientando as vantagens advindas de um acordo entre a OMPI e a ONU, para fins de coordenação com outros organismos das Nações Unidas, com o objetivo de a: a) cooperação técnica para países em desenvolvimento; b) possibilidade de se fazer uso dos recursos financeiros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD-, com vistas a se desenvolver uma nova dimensão para o programa de assistência técnica e objetivando-se o incremento na participação que os países receberiam, por intermédio desse mecanismo de cooperação formal um novo estímulo (OMPI, 1973).

Delegações como a da Suécia corroborariam, em diversos sentidos, a fala brasileira, ao salientar que a OMPI se encontraria em uma posição melhor para que, dessa maneira, exercesse uma “contribuição efetiva para o progresso econômico e social”. Outras, como as delegações alemã - República Federativa - e francesa salientariam os benefícios advindos de uma atuação mais próxima junto a programas e agências como UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, e a UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. O México, membro associado, enfatizaria que uma

---

<sup>66</sup> Extracts from the Report on the Third Ordinary Session of the Co-ordination Committee of the World Intellectual Property Organization, held at Geneva, 25-30 September 1972, prepared by the Secretariat of that Organization. IN: OMPI. Negociaciones con las Naciones Unidas: Relaciones entre las Naciones Unidas y La Organización Mundial de La Propiedad Intelectual: Comité de Coordinación. Ginebra, 1973. p.294.

agência especializada da OMPI seria melhor equipada para prestar assistência aos países em desenvolvimento e seus problemas relativos à transferência de tecnologia. Países como Israel, e Finlândia faziam ainda menções sugestivas sobre benefícios a serem auferidos pelos países em desenvolvimento ou ainda, por países “pequenos”, ao passo que delegações como a do Reino Unido, Austrália, Suíça e Polônia se manteriam em posição de neutralidade ou de prudência, com relação ao ambiente de euforia que se evidenciava. A delegação dos EUA, por outro lado, buscava um caminho de equilíbrio, mas não por isso mesmo menos comprometedor, uma vez que apontava para o caráter desejável “do aumento de países membros da Organização e a necessidade de servir aos interesses de ambos, países desenvolvidos e não desenvolvidos<sup>67</sup>” (OMPI, 1973)

A delegação da União Soviética enfatizaria que “um acordo com uma agência especializada como as Nações Unidas aumentaria a habilidade da OMPI em ajudar países em desenvolvimento (...) e a ter acesso a informação tecnológica<sup>68</sup>” (OMPI, 1973)

Por fim, e atendendo a sugestão do Brasil, a Coordenação do Comitê adotaria, sem objeções formais, a minuta de resolução, fazendo notar as posições das várias delegações, que incluíam a necessidade de fazer ressaltar no documento final sua conveniência mediante, especialmente, os artigos 57 e 63 da Carta de São Francisco. Como ponto seguinte de pauta, os países se empenharam a analisar o Relatório produzido pelo inglês de nascença Martin Hill,<sup>69</sup> relativo às “Relações entre as Nações Unidas e a OMPI” que visava consubstanciar o ingresso da segunda à

---

<sup>67</sup> Ibidem. p.296.

<sup>68</sup> Ib idem

<sup>69</sup> Martin Hill era funcionário de carreira das Nações Unidas. Até ser contratado para atuar como consultor para o Diretor Geral da OMPI para esse projeto específico, era o Secretário Geral das Nações Unidas para Assuntos Inter-agências, cargo do qual se afastara recentemente.

órbita da primeira (OMPI, 1973)

No que concerne especialmente aos objetivos do presente trabalho, é de particular relevância investigar os argumentos apresentados pelo consultor que credenciem o potencial pleito da OMPI, a fim de verificar em que medida se verifica a utilização de mecanismos de auxílio aos países em desenvolvimento para que alcancem melhores condições sócioeconômicas (OMPI, 1973)

O relatório debruça-se na explicitação dos pontos de convergência de objetivos e funções entre ambas as organizações sendo, inclusive, recordadas as atividades desempenhadas pelo BIRPI, voltadas a cooperação e coordenação de esforços, para fins de melhor lidar, com maior grau de urgência, com a rápida e mais eficiente transferência de tecnologia, o intercâmbio internacional de cultura e o desenvolvimento do mundo comercial, com base no direito internacional do comércio<sup>70</sup> (OMPI, 1973). Assim, e de maneira geral, conforme compreende o autor,

O trabalho da OMPI dessa maneira forma parte- e deve formar parte de um todo integrado – no que concerne aos esforços internacionais pela aceleração do desenvolvimento econômico e social<sup>71</sup>. [tradução nossa]

Tal missão institucional estaria, ainda, em estreita consonância com a atuação de algumas agências e programas da ONU, a citar, por exemplo, a UNCTAD, a UNCITRAL – Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional, - , e UNIDO. No que tange ao último, por sinal, o documento sugere que determinadas competências, até então executadas pela UNIDO, tais como a preparação de estudos comparativos, o treinamento de oficiais de governo, a organização e

---

<sup>70</sup> HILL, Martin. WIPO-UN Relationship. A study prepared by Martin Hill. New York-Geneva. April-June 1972. Doc. WO/CC/III/2. Annex.page5. IN: OMPI. Negociaciones con las Naciones Unidas: Relaciones entre las Naciones Unidas y La Organización Mundial de La Propiedad Intelectual: Comité de Coordinación. Ginebra, 1973. p.305.

<sup>71</sup> Ibidem.

administração de escritórios de patentes, bem como o “estabelecimento de estudos de viabilidade acerca do estabelecimento de um banco tecnológico para assistir países em desenvolvimentos”, deveriam passar para a égide da OMPI a partir de seu eventual advento enquanto agência especializada do sistema ONU. No todo, a OMPI, de fato passaria a desempenhar tais atividades que, não obstante, seriam ainda objeto de interesses e políticas em constante disputa na organização. A implementação do mencionado “banco tecnológico”, com objetivos de assistência aos países em desenvolvimento, por exemplo, seria em tempos subsequentes, deixada de lado, e mesmo esquecida, assim como todo o capítulo destinado à transferência de tecnologia para países em desenvolvimento (OMPI, 1973)

Outros Programas e Agências mencionadas são o ITO - Organização Internacional do Trabalho, por ocasião da interface em matéria de invenções de funcionários vis-à-vis as questões de titularidade por parte das empresas, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, dado que ambas compartilham a administração de uma convenção multilateral relativa a direitos autorais<sup>72</sup>, e a IAEA – Agência Internacional de Energia Atômica, com quem a OMPI já tinha, inclusive, estabelecido uma relação de parceria, para fins de busca e recuperação de informações obtidas em documentos de patentes relativos a utilizações pacíficas de energia atômica<sup>73</sup> (OMPI, 1973).

O destaque conferido ao potencial de atuação da OMPI em matéria de transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, como ponto fundamental para subsidiar o pleito da instituição a sua incorporação ao sistema ONU, é notável. Para tanto, o autor faz três citações. Os dois primeiros parágrafos a

---

<sup>72</sup> A Convenção Universal sobre Direito de Autor, adotada em 1952. Para mais informações, SOUZA et al (2005).

<sup>73</sup> HILL, Martin. *Ib idem*.

seguir são oriundos do documento denominado “Declaração de Lima”, no cerne do Programa e Plano de Ação de Novembro de 1971:

Competent international organizations such as UNCTAD, UNIDO and the World Intellectual Property Organization (WIPO) should give another as regards action to the benefit of developing countries. In this connexion, the secretariats of UNCTAD and UNIDO should co-operate with the WIPO secretariat in its studies of mechanisms for multilateral rounds of negotiations on technology, and especially in the study of the proposal.....submitted to the 1971 annual session of the Executive Committee of the Paris Union, which is intended to allow developing countries as complete a knowledge as possible of the supply side of the international market for technology.” (Document A/C.2/270, p.69 under general heading “The Transfer of Technology,”§9).

International organizations, in particular, UNCTAD, UNIDO, WIPO, the regional economic commissions, UNESOB and specialized agencies should, when requested, provide technical assistance to developing countries in matters concerning the negotiation of contracts for the transfer of technology (Document A/C.2/270, p.72, §19). [Grifo Nosso].

Já a segunda referência advém do relatório produzido pelo Secretário Geral direcionado ao Conselho Econômico e Social – ECOSOC-, em referência ao Novo Comitê para Ciência e Tecnologia (E/5116, datado de 31 de Março de 1972):

On the basis of agreed practical arrangements for collaboration, the World Intellectual Property Organization already works in close liaison with the United Nations family and, as such, is well known to the Council as the organ entrusted by its member governments with the task of administering the international conventions and agreements of world-wide scope covering the protection of industrial literary and artistic property. Its work, particularly in the improvement of the relevant legal and administrative systems and in intergovernmental co-operation in the field of the technological information services which are generated by those systems is directly relevant to the transfer of technology.....WIPO has regularly participated in the activities of the Advisory Committee on the Application of Science and Technology to Development and within the context of the existing arrangements for collaboration should be invited to co-operate with the standing Committee.

Na Terceira citação, relatada como uma “indicação acerca da contribuição

esperada pelos Membros da ONU a OMPI”, trata-se, efetivamente, da formalização da passagem de bastão da UNCTAD para a OMPI, especialmente no que tange ao treinamento e capacitação em matérias relativas à transferência de tecnologia. A Resolução estabelece o seguinte,

7. Solicita que o Secretário Geral da UNCTAD...

(iii) inicie e participe, por intermédio do PNUC, e em consonância com seus procedimentos, a em co-operação com outros órgãos competentes no âmbito do sistema das Nações Unidas a da OMPI, programas de treinamento, relativos a transferência de tecnologia para Pessoal oriundo de países em desenvolvimento, especialmente de países menos desenvolvidos entre eles;

8. Decide que a UNCTAD deveria co-operar com outros órgãos no cerne do sistema das Nações Unidas, e com outras organizações internacionais competentes, incluindo a OMPI(..):[tradução nossa]

Fonte: Resolução denominada “Transferência de Tecnologia”, adotada de maneira unânime na Terceira sessão da UNCTAD, em maio de 1972, em Santiago do Chile (TD/L.69). [Grifo Nosso].

Nesse ponto, valem alguns comentários extrarrelatórios de Martin Hill. Isso porque é também durante a terceira sessão da UNCTAD que seriam colocados em discussão os monopólios gerados pela propriedade intelectual e seus impactos para a balança comercial dos países menos desenvolvidos. De acordo com o diplomata Álvaro Alencar, seriam as palavras de um dos delegados presentes nessa ocasião,

o mercado internacional de tecnologia, tal como funciona atualmente, não passaria o teste de qualquer das legislações antitruste existentes nos países desenvolvidos de economia de mercado (ALENCAR, 1973:36)

Vale comentar que a resolução, concluída durante a terceira reunião da UNCTAD sob o código TD/L.69, poderia ser entendida como "modesta", contendo tão somente recomendações para que o conjunto de países em desenvolvimento procedessem à criação de uma infraestrutura adequada em seus países, o que

funcionaria como possível mecanismo para os ditos "aspectos de acesso". Segundo o documento TD/L.69, de igual maneira, as linhas em questão que as instituições deveriam seguir eram as seguintes,

- proceder do registro, depósito, revisão e aprovação de contratos de transferência de tecnologia nos setores público e privado;
- efetuar ou promover a avaliação, negociação ou renegociação de contratos de transferência de tecnologia;
- assistir as empresas nacionais na busca de potenciais supridores alternativos de tecnologia, de acordo com as prioridades do planejamento do desenvolvimento nacional; e
- promover o treinamento de pessoal destinado às instituições que lidam com transferência de tecnologia.

É importante mencionar que, ao tempo de conclusão da terceira UNCTAD, o Brasil já dispunha de uma instituição própria, com essas características, o INPI, como se verá em seção subsequente. A expectativa de Alencar (1973), contudo, ficaria por conta de um outro ponto mencionado na resolução aprovada pela terceira reunião UNCTAD e que estipulava,

Trata-se da elaboração das bases de legislação internacional que regule a transferência de tecnologia, isto é, que discipline o quadro contratual dentro do qual se estabelecem as condições para a cessão do "know-how", patenteado ou não-patenteado. Na prática, isso significa eliminar boa parte das imperfeições mencionadas na análise do mercado feita no início desta apreciação do problema, particularmente as práticas comerciais restritivas ali indicadas. Tal legislação internacional teria que ser negociada, em última análise, por uma conferência de plenipotenciários e referendada pelo processo adotado em cada país, a fim de constituir instrumento de caráter obrigatório, não sendo de excluir-se a possibilidade de englobar-se numa mesma convenção internacional os dois principais aspectos da questão: os *mecanismos* de negociação e a *legislação* que regula as relações contratuais estabelecidas.

Verificar-se-ia ao longo da história que esse disciplinamento não seria

alcançado nos moldes almejados pelo Brasil e demais países em desenvolvimento. De certa forma, os dispositivos que se verificariam no acordo TRIPS, de 1994, trabalhariam justamente em cima da ressalva que ALENCAR (1973:39) destacaria no que diz respeito às reais intenções do Brasil ao apoiar essa proposta: "Não se pretende restringir a liberdade de contratar das partes, senão melhorar as condições do mercado, tornando-o livremente competitivo". Ao estipular que o livre mercado disciplinaria, por si só, por meio da competitividade entre as nações, as condições justas para a transferência de tecnologia, o TRIPS contraria esses anseios, justamente ao inverter a lógica da reflexão pelos países em desenvolvimento apresentada.

Ao destacar o mercado internacional de tecnologia como uma forma de competição imperfeita e discorrer sobre as dificuldades pelas quais os países em desenvolvimento passavam, o Brasil se colocava em uma posição delicada frente aos países desenvolvidos. Se por um lado ele evidenciava questões procedentes e que precisavam de uma reflexão, atuando como um relevante fiel da balança, por outro suas aspirações, de forte apelo ideológico e que interessavam a outros países em desenvolvimento, seriam minoradas pelo exercício de poder oriundo dos países desenvolvidos. E, mesmo com o advento da OMPI, essa situação não se modificaria.

De maneira sucinta, três questões emergem acerca dos documentos acima relatados. Primeiramente, é preciso reconhecer que a autonomia ocorrida na passagem do BIRPI para a OMPI é relativa, uma vez que o processo de concepção da OMPI se dá justamente no cerne da ONU. Não se deve esquecer, por outro lado, que a mudança da sede da organização, de Berna para Genebra, reflete justamente o interesse, por parte desta entidade, em se aproximar das Nações Unidas, não



apenas física e administrativamente falando,<sup>74</sup> como também politicamente. Desta forma, é dentro desse processo que é gerido, havendo para tanto ampla receptividade para incorporá-la como agência especializada.

Em segundo lugar, é preciso destacar que a missão social da OMPI não é ignorada. Pelo contrário, é inclusive salientada como argumento legitimador de sua inserção ao sistema ONU.

Um terceiro aspecto diz respeito à correta correlação que deve ser estabelecida entre a cronologia dos acontecimentos, em contraposição direta ao contexto ao qual pertencem. O advento da OMPI e seu subsequente advento como organização no sistema ONU não deve ser entendido enquanto um segundo processo, e sim como uma segunda etapa de um mesmo processo de internacionalização dessa organização para fins de alcance de seus objetivos institucionais. Já como contraditório, fica o escopo de atuação da OMPI. A justificativa para a entrada da organização ao sistema ONU salienta continuamente a semelhança de atividades entre outras agências e programas, como UNIDO e UNCTAD.

Verifica-se, assim, a importância das discussões ocorridas entre países desenvolvidos e em vias do desenvolvimento, manifestas por meio dos autores resgatados e dos documentos supra ressaltados, quais sejam, a resolução 1713 de 1961; o relatório sobre as negociações nas Nações Unidas; os documentos da terceira reunião da UNCTAD; e, por último, o relatório de Martin Hill, parte integrante do segundo. Esses documentos exacerbam que não apenas o Brasil, na posição de porta-voz de países subdesenvolvidos, como também a própria a concertação, que acontecia no seio da OMPI, estavam de alguma maneira voltados a busca de um

---

<sup>74</sup>HILL, Martin. *Ib idem*.p.308.

elemento legitimador que a trouxesse mais próxima ao funcionamento das Nações Unidas.

Pode-se depreender pelos dados analisados que o risco de que a OMPI virasse um cenário em que seriam negociadas compensações aos países, em termos de transferência tecnológica ocuparia posição de destaque na inviabilização dos projetos de cunho mais ideológico para a OMPI. Em anos subsequentes à criação da organização, essas discussões são retomadas em maior ou menor medida, especialmente quando da negociação de novos tratados internacionais.

Uma nova revisão da CUP estava a caminho, sendo que, dessa vez, ela viria por meio de um novo instrumento, que em teoria, ocupava-se de outro objeto. O que precisaria ficar claro, no entanto, é que por meio dele, a CUP entrava, em definitivo, e a todo vapor, em sua fase de internacionalização, iniciada em fins do século XIX.

## **2.2. O Tratado de Cooperação em matéria de patentes: fruto da concertação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ou vitória dos primeiros?**

Ainda em meio ao processo de advento da OMPI, os países desenvolvidos ensaiavam, em fins da década de 60, a formalização de um mecanismo adicional que facilitasse a submissão de pedidos de patentes em escritórios estrangeiros, em um cenário de crescente internacionalização do sistema. Durante a Segunda Sessão do Comitê Executivo da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, a delegação dos EUA apresentaria um documento que seria tomado como referência para uma recomendação emitida ao seu término, em nome de todo o Comitê. Tal documento estava calcado nas seguintes premissas (WIPO, 1972.p.641): 1) recebimento de volumes cada vez maiores de pedidos de patentes para países que

adotam exames preliminares de novidade; 2) duplicação de esforços no processamento (incluindo exame) de pedidos de patentes de invenções em mais de um país<sup>75</sup>; e 3) a resolução para tais problemas resultaria em uma proteção mais econômica, rápida e efetiva para invenções ao redor do mundo, beneficiando por conseguinte usuários e Governos.

Para isso, o Comitê urge ao Diretor do BIRPI que envide os devidos esforços no sentido de produzir estudos voltados à solução dos problemas apresentados, com vistas a “produzir recomendações específicas para ações futuras, incluindo a conclusão de acordos especiais no âmbito da União de Paris” (WIPO, 1972. p 641).

É possível depreender, pelo texto mencionado acima, que já se encontravam consideravelmente adiantados por parte dos EUA os rumos a serem percorridos. Especialmente, no que tange a um necessário afastamento da CUP, sem que, com isso, se perdesse a devida proximidade.

Entre os meses de janeiro a abril de 1967, o Diretor do BIRPI se consultaria com especialistas do Instituto de Patentes Internacional e dos seis países com os mais altos números de pedidos de patentes de então, quais sejam: França, Alemanha (República Federal), Japão, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos da América. Esse período de “consultas” geraria também a minuta de um novo tratado sob o título-tentativa de “Patent Cooperation Treaty”. Essa minuta, bem como documentos correlatos, todos datados de 31 de maio de 1967, serviriam de base para as discussões do Comitê de Especialistas, a ser organizado em outubro daquele mesmo ano. Nessa ocasião, estariam presentes vinte e três países, além de organizações intergovernamentais e organizações não governamentais, dentre os

---

<sup>75</sup> É o entendimento que advém da tradução “in any one country a considerable number of applications duplicate or substantially duplicate applications concerning the same inventions in other countries thereby increasing further the same volume of applications to be processed”.

quais Argentina, Brasil e México, os únicos países latino- americanos (WIPO, 1972. p 641). Em dezembro daquele mesmo ano, a Conferência de Representantes da União de Paris<sup>76</sup> acabaria promovendo as devidas alterações, com o objetivo de encaminhamento para uma eventual formalização do tratado.

O ano de 1968 seria marcado por intensas e seguidas atividades, visando à conclusão dos preparativos necessários para o PCT. No início do ano, dois encontros<sup>77</sup> seriam realizados para discussão, cujo enfoque seria a busca internacional. Vale apontar que a importância dessa temática se estenderia ao Grupo de Trabalho, ocorrido de 25 a 29 de março de 1968. Em seguida, a partir de abril desse mesmo ano, seria a vez de se dedicar um tempo maior ao pedido internacional e ao exame preliminar internacional. Ao longo de sete encontros, e com base ainda na recomendação do Comitê de Especialistas acontecido em 1967, o BIRPI prepararia a segunda versão do PCT, além da primeira versão de minuta completa do Regulamento do PCT. Dois outros encontros, respectivamente ocorridos em junho e julho, aconteceriam. O primeiro, com os mesmos seis países convidados pelo Diretor do BIRPI em 1967 e, um segundo, novamente com o grupo de vinte e cinco países (WIPO, 1972. p 642).

De 24 a 27 de setembro desse mesmo ano, o Comitê Executivo da União de Paris, o qual contaria com a presença de vinte estados membros, estabelecerá o programa para ações futuras, vindo a estabelecer os anos de 1969 ou 1970 como

---

<sup>76</sup> Àquele tempo, a Conferência de Representantes da União de Paris era o principal órgão da União de Paris. Todos os países-membros da União eram membros da Conferência.

<sup>77</sup> O primeiro encontro, passado entre 18 e 20 de janeiro de 1968, se daria com representantes de dez organizações não governamentais, que ali representavam inventores, industriais, representantes legais e agentes de propriedade industrial. A grande concentração era de associações e conselhos estadunidenses e europeus. Uma participação mais ampla, do continente americano, ficaria por conta da Associação Inter Americana de Propriedade Industrial. Esse primeiro encontro foi seguido de uma nova reunião entre os seis países do Comitê de Especialistas de 1967, entre 23 e 25 de janeiro, data não coincidentemente próxima ao encontro anterior, com vistas a discussão dos pontos debatidos no encontro anterior e continuidade das atividades. Apenas no Grupo de Trabalho que ocorreria em março é que o agrupamento de 25 países novamente viria a se encontrar.

datas- limite para a Conferência Diplomática<sup>78</sup> (WIPO, 1972. p 642). Mesmo no mês de dezembro seriam envidados esforços para a realização de mais atividades, em prol de um futuro PCT. Dessa maneira, os países membros da União de Paris, além de organizações intergovernamentais e não governamentais, seriam convidados para participar do Comitê de Especialistas, que aconteceria entre os dias 2 e 10. Um total de 41<sup>79</sup> Estados, além de sete organizações intergovernamentais, e onze organizações não governamentais seriam representadas por um total de 150 delegados.

.O Comitê se debruçaria a examinar as Minutas de 1968 (PCT e Regulamento), artigo por artigo, regra por regra. É importante mencionar que todos os participantes, fossem eles representantes dos governos ou organizações, tinham um igual direito e oportunidade para participar no debate e propor emendas aos documentos.

O ano de 1969, antes cogitado para hospedar a Conferência Diplomática para conclusão do Tratado, veria a necessidade de mais tempo disponível para realização de uma série adicional de reuniões técnicas, repetindo de muitas maneiras a dinâmica estabelecida no ano anterior, resultando inclusive em novas versões das minutas do PCT e do Regulamento. Dito isso, o Comitê Executivo da União de Paris em setembro desse mesmo ano apontaria para o “progresso feito até então, e para os planos de realizar uma conferência diplomática, em 1970, para a

---

<sup>78</sup> A composição da delegação brasileira na Conferência Diplomática de Washington seria a seguinte: Miguel Álvaro Ozório de Almeida, na função de Chefe da delegação, Celso Diniz, na posição de Chefe da delegação Substituto, e os delegados Joaquim Francisco de Carvalho, Thomas Thedim Lobo, Álvaro Gurgel de Alencar Netto, Adhemar Gabriel Bahadian, Augusto de Castro Neves, Teodoro Oniga e Ronaldo Mota Sardenberg (WIPO, 1972).

<sup>79</sup> Os países em questão seriam, respectivamente: Algéria, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canaã, Cuba, Tchecoslováquia, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha (República Federal), Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Líbano, Luxemburgo, Mônaco, Holanda, Noruega, Filipinas, Polônia, Portugal, Romênia, Senegal, África do Sul, União Soviética, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Uganda, República Árabe Unida, Reino Unido, e EUA.

negociação e adoção do Tratado. Seria divulgada, nessa ocasião, a aprovação dos planos de hospedagem da Conferência Diplomática em Washington, desde que um convite formal fosse devidamente recebido, em tempo hábil, da parte do Governo estadunidense (WIPO, 1972. p 642).

O ano seguinte é dedicado ao fechamento propriamente dito das negociações em torno das minutas do PCT e do Regulamento e aos trâmites necessários para realização da Conferência Diplomática. Para tanto, o BIRPI adota uma dinâmica de atuação distinta da percebida em anos anteriores. Em princípios de 1970, os Estados-membros da União de Pari foram convidados a enviar comentários e sugestões ao BIRPI, com relação à minuta do Tratado e do Regulamento. Similar à atuação do Comitê de Especialistas, em fins de 1968, um Grupo de Estudos Preparatório foi estruturado, com vistas a reunir países-membros da União de Paris, incluindo o Brasil, organizações intergovernamentais e não governamentais. Novamente, esse Grupo de Estudos consideraria parágrafo por parágrafo de cada uma das 95 regras do Regulamento do PCT. Quando uma dada modificação implicasse equivalente modificação no PCT, o grupo procedia dessa maneira. Como resultado, seriam apresentados dois novos documentos: PCT/DC/11 e 12.

A Conferência Diplomática para o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes aconteceria em Washington, nos EUA, entre 25 de maio e 19 de junho de 1970. Por unanimidade, o PCT e o seu Regulamento foram adotados em 17 de junho de 1970. Quarenta e sete estados membros da União de Paris tinham o direito de voto, recebendo quarenta e quatro votos a favor e nenhum contra. Vale mencionar, sem abstenções declaradas.

Em 19 de junho daquele ano, o Tratado receberia vinte assinaturas<sup>80</sup>, dentre

---

<sup>80</sup>

Em conformidade aos termos estabelecidos no parágrafo 47 do PCT, que estabelecia um

as quais: Argélia, Brasil, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha (República Federal), Vaticano, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Noruega, Filipinas, Suécia, Suíça, República Árabe Unida, Reino Unido, EUA e, Iugoslávia.

Assim, ao ser concluído em 1970, o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes – PCT-, possuía dois objetivos principais, a saber: o primeiro, uma uniformização a nível internacional no campo de procedimentos para a obtenção de proteção legal para invenções: e um segundo, no campo da disseminação da informação técnica e na organização da assistência técnica (WIPO, 1972: 645).

No que concerne ao primeiro objetivo – e de acordo com o constante em seu preâmbulo - , eis que o mesmo possui, por sua vez, uma dupla interface, a saber (WIPO, 1972: 645),

- i) economia de tempo, trabalho e recursos financeiros pra ambos, escritórios nacionais<sup>81</sup> e depositantes,<sup>82</sup> naqueles casos nos quais é do interesse que uma dada patente seja depositada em mais de um país designado<sup>83</sup> ao mesmo tempo; e
- ii) maior probabilidade de concessão de patentes fortes<sup>84</sup>, particularmente em

---

suplemento a lista de Estados Signatários, os seguintes 15 (quinze) países assinariam o tratado entre 19 de junho e 31 de dezembro de 1970: Argentina, Áustria, Bélgica, França, Iran, Costa do Marfim, Luxemburgo, Madagascar, Mônaco, Holanda, Romênia, Senegal, União Soviética, Síria e Togo.

<sup>81</sup> Para os escritórios nacionais que processam os pedidos de patente, a vantagem estaria no recebimento de relatórios de busca internacional e também de exame preliminar internacional, os quais, por sua vez, acelerariam o tempo e trabalho de exame.

<sup>82</sup> Tal otimização de recursos consistiria, nos termos originais do PCT, na possibilidade de que o usuário realize um depósito de pedido internacional em um lugar, em um dos idiomas permitidos, em troca de um conjunto de taxas de retribuição previamente estipuladas. Condicionado ao obedecimento de certas prerrogativas, esse pedido passaria ter efeito de um pedido nacional em cada um dos estados contratantes para os quais o depositante desejasse obter a dita proteção.

<sup>83</sup> No ano de 1999, é inclusive aprovada uma modificação importante da Regra 4.10, relativa a reivindicação de Prioridade, que passa a vigorar com o seguinte texto: Qualquer declaração referida no art. 8 (1) (reivindicação de prioridade) poderá reivindicar a prioridade em ou para qualquer país membro da Convenção de Paris no ou para qualquer membro da OMC que não faça parte daquela Convenção.

<sup>84</sup> Uma patente forte é aquela cujo regime de concessão obedece às condições de patenteabilidade adequadamente a ponto de não ter sua decisão modificada em função de decisão judicial. Em outros termos, o que se encontra em questão é o nível de qualidade das patentes. A

países sem condições necessárias para realização de busca e exame preliminar.

Neste sentido, deve ser ressaltado que cada escritório realiza o exame com autonomia. E é por isso que não é possível falar na existência, até os dias de hoje, de uma patente mundial ou internacional.

O interesse por parte dos países desenvolvidos, em fortalecer os escritórios nacionais para suas atribuições no processamento dos pedidos é melhor expresso em documentos oficiais da OMPI, que apontam para um “segundo objetivo” (WIPO, 1972: 645) do PCT, qual seja, o de disseminação de informação<sup>85</sup> técnica e de organização da assistência técnica<sup>86</sup>.

Cumprir notar que alguns países em desenvolvimento, como o Brasil, adotariam objetivos pragmáticos com relação à assistência técnica promovida pelo PCT, entendendo-a como potencial meio para fortalecimento e alavancamento nacional no sistema internacional de patentes (MRE, 1979).

É notável a divisão de “paternidade” de ambos os objetivos. O primeiro objetivo está mais de acordo com uma abordagem eminentemente técnica para o advento do PCT, e, portanto, mais próxima a uma visão pragmática sobre o sistema de propriedade intelectual, com vistas a atender aos interesses de grandes depositantes oriundos de países desenvolvidos, primordialmente. Já o segundo

---

busca e o exame preliminar internacional, conforme previstos no PCT, possibilitariam a diminuição desse risco na medida em que demandam altos parâmetros internacionalmente regulados, além de terem seus respectivos relatórios emitidos por autoridades com grande *expertise* na matéria.

<sup>85</sup> De acordo com Thomaz Thedim Lobo, primeiro presidente do INPI presente à ocasião das negociações, para o PCT, depreende-se que o capítulo IV, artigo 50 do PCT referente a “Serviços de Informação de patentes” teria sido uma proposta introduzida pelo Brasil (LOBO, 2005 IN: MALAVOTA, 2006: 252).

<sup>86</sup> O texto original, em seu preâmbulo, dispõe da seguinte maneira: “(...) facilitar e apressar o acesso de todos às informações técnicas contidas nos documentos que descrevem as novas invenções”.



objetivo pertenceria a uma visão mais idealista do sistema, calcado na cooperação entre os países, e pode ser apontado igualmente como fruto de uma das seguintes três opções, alternada ou cumulativamente falando: 1) mecanismo negocial retórico dos países desenvolvidos para fins convencimento dos países subdesenvolvidos; ou, 2) do interesse pelo fortalecimento dos sistemas nacionais de propriedade intelectual, e, em derradeiro, para melhor difusão das oportunidades comerciais em âmbito internacional. Independentemente de qual seja a opção mais adequada quanto aos fatos e interesses em questão, a rigor, ambas se tornariam compatíveis ao longo do tempo, observando que a finalidade precípua do PCT é de fato aquela mais amplamente difundida, qual seja, a de otimizar a entrada e o processamento de pedidos de patentes, de maneira concomitante, em vários escritórios indicados para tal finalidade.

Dado o exposto, é possível dizer que o sucesso auferido pelos países desenvolvidos nesses três processos: o de criação da OMPI, o de sua inserção como agência especializada do sistema das Nações Unidas, possuindo uma missão institucional compatível com seus interesses, e a conclusão do PCT auxiliam a compreender o por que, em princípios da década de 70, os países desenvolvidos se encontraram relativamente satisfeitos com os rumos que o sistema havia percorrido.

Do lado brasileiro, são significativas as mudanças em seu ambiente exógeno a esse tempo para servirem, em alguma medida, de catalisadores para a escolha e adoção de seus rumos na política doméstica. Consta inclusive que a própria criação do INPI, que aconteceria em fins de dezembro de 1970, teria sido engendrada durante as negociações finais do PCT, em Washington, nos EUA, entre maio e junho daquele mesmo ano, o que indicaria fortemente que o destino manifesto do INPI, e do Brasil, por conseguinte, estaria, em algum nível, ligado à

internacionalização da propriedade industrial.

### **2.3. Inserção e internacionalização: as bases na criação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI**

O ano de 1964 é de novos tempos para a história do Brasil como um todo e, para a propriedade industrial, em particular. Em seu trabalho de pesquisa, Leandro Malavota (2006:15) esclarece que, a partir do ano de 1964, quando principia-se o governo dos militares, após o golpe que destituiu João Goulart do poder, dá-se paralelamente início a uma fase de “reordenamento jurídico-institucional” no que concerne às políticas que o governo, e posteriormente o Estado brasileiro, passaria a adotar para as patentes. A atuação do Executivo se torna mais definida enquanto um agente promotor de crescimento e maximização de suas atividades de planejamento, investimento, financiamento e estímulo às atividades empreendedoras, seja às empresas nacionais, seja assumindo diretamente essa responsabilidade (MALAVOTA, 2006). Conforme ainda relatado pelo autor, nota-se que o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos militares brasileiros seria calcado por uma marcante participação do Estado na gestão e configuração de “estratégias de inserção da economia do país” (MALAVOTA, 2006:19), em meio ao comércio e ao pungente sistema capitalista que adentrava sua fase internacional.

Essa participação do governo brasileiro fica manifestada na criação do INPI. O intento, nas palavras de Thomaz Thedim Lobo<sup>87</sup> (MALAVOTA, 2006: 248), estaria

---

<sup>87</sup> Conforme relatado por Leandro Malavota (2006:247), Thomaz Thedim Lobo foi nomeado Presidente do Departamento Nacional da Propriedade Industrial (DNPI). Com a extinção do órgão, em dezembro de 1970, foi nomeado presidente do INPI, função que exerceu até março de 1974. Após sua saída do INPI, atuou ainda como consultor da ONU e da OEA para assuntos de propriedade industrial, entre 1974 e 1978

em justamente prover o país de maior expressão internacional, a partir desse mecanismo de fortalecimento das empresas brasileiras frente ao comércio internacional, um objetivo que seria definido, conforme apontado no final da seção anterior, durante as negociações para advento do PCT :

Quando nós fomos a essa reunião eu tinha acabado de chegar havia menos de um mês. Houve a reunião do PCT e eu fui junto com o pessoal do Ministério das Relações Exteriores. O embaixador, mais três outros do Itamaraty e com esse pessoal nós discutimos um problema internacional, exatamente a política do Brasil no exterior. Dois deles tinham participado da UNCTAD [United Nations Conference on Trade and Development]. Os problemas dos países em desenvolvimento foram abordados e nós realmente chegamos à conclusão sobre aquilo que nós deveríamos mexer. Realmente dessa reunião do PCT foi que saiu a primeira listagem do que se deveria fazer. É interessante isso. Foi realmente uma discussão *vis-à-vis* que levou a esse resultado e decidiu-se por um INPI com uma cabeça diferente, pensando diferente. Esta foi a grande vantagem desta reunião do PCT (LOBO, 2005. IN: MALAVBOTA, 2006:251)

Em entrevista concedida no dia 19 de novembro de 2009, uma testemunha do período de passagem do antigo DNPI para o INPI e ex-diretora de patentes desse último, Margarida Mittelbach (2009) narra sobre a “sutileza”, através da qual a transição fora feita, quase imperceptível para os funcionários da época. Dentre as principais diferenças, o INPI passaria a ter maior autonomia para contratação de pessoal, ponto significativo, considerando-se que o período vivido era o da Ditadura Militar, algo que, inclusive, se refletiu na escolha dos primeiros dirigentes, presidentes e diretores do órgão.

A entrevistada também destaca as condutas daquele tempo enquanto um evidente reflexo de uma ideologia essencialmente nacionalista. Percebia-se, o intento de “fazer o INPI ir para frente”. O presidente do INPI na ocasião da criação do órgão, tinha, inclusive, de acordo com a entrevistada, “uma penetração política muito boa em Brasília”, de tal modo que ele conseguiu “negociar salários muito bons para os funcionários que começavam a atuar no órgão”(MITTELBAACH, 2009).

Mittelbach (2009) esclarece ainda que esse início seria marcado por uma fase de intensos treinamentos para os funcionários e examinadores, em especial, junto à OMPI. A entrevistada se refere à existência de um “contrato longo” de dez anos assinado com a OMPI, o qual permitiria a realização de treinamento para técnicos brasileiros. Especialistas e examinadores de diversos escritórios de patentes do mundo, como, por exemplo, da Alemanha e dos EUA, somavam-se à lista de visitantes que o órgão recebia para as atividades de treinamento<sup>88</sup>.

Pela narrativa e pelas inferências advindas da entrevistada, vivenciava-se, assim, um período muito positivo de pujança para o órgão, inclusive, pois seria notável para os funcionários uma boa vontade política para o INPI. Igualmente notável seria a crença, na época entre seus dirigentes, de que as patentes poderiam ajudar o desenvolvimento econômico. Mittelbach (2009) discorre finalmente que, àquele tempo, haveria “uma ampla compreensão do sistema de propriedade intelectual como um todo”. Nesse sentido, é interessante destacar menção feita pelo diplomata Leonardo Athayde (2009), que destaca que embora a instituição que lhe representa fosse desde aquela época, “muito ativa” nas negociações internacionais envolvendo a temática da propriedade intelectual, as posições brasileiras defendidas na OMPI, nos anos 70 contaram com forte apoio doméstico, particularmente do INPI.

Aspecto que não fora esclarecido explicitamente durante as entrevistas, mas que pode ser inferido, inclusive em função da atuação internacional do Brasil, no que concerne à problemática das patentes no âmbito da OMPI, é a de que essa dita compreensão do Brasil sobre o sistema se daria essencialmente no que diz respeito

---

<sup>88</sup> De acordo com o que pode ser deduzido em função do relato dos entrevistados, metodologicamente esses treinamentos eram estruturados em um período de dois anos, consecutivos, não integrais, seguidos de cursos de recursos, de análise, entre outros. Havia também a possibilidade de que fossem feitos estágios no exterior.

a sua função social e ao papel desenvolvimentista que poderia exercer para as nações o que, para isso, demandaria a flexibilização do sistema promovido pela CUP. Mais sobre isso, a seguir.

#### **2.4. Novas rodadas de revisão da Convenção de Paris: entre céticos e arautos do sistema internacional de patentes**

A importância estratégica da propriedade intelectual como mecanismo de transferência de tecnologia e, por conseguinte, de propagação da paz no mundo a partir de um mundo mais igualitário e mais conectado à missão precípua da ONU, criada em 1945 (OMPI, 1973), deixava, aos poucos, de fazer parte do ideário reconhecido pelos países subdesenvolvidos<sup>89</sup>, grandes consumidores de tecnologia, para dar lugar a uma visão mais cética sobre o sistema.

Segundo Gandelman (2004:184), já ao tempo da assinatura da Convenção de Estocolmo, de 1967, e durante todo o processo que se seguiu, até essa revisão da Convenção de Paris, os principais países do grupo dos subdesenvolvidos que adotavam parâmetros domésticos baseados na CUP, já não observavam razões empíricas que sequer condicionassem a falta de padrões mais rígidos de proteção a prejuízos nos resultados inovativos. Pelo contrário. De acordo com Gandelman (2004:185), difundiu-se a crença de que sua participação nesse sistema criava um dilema entre a necessidade do bem-estar social, em contraposição às obrigações internacionalmente assumidas, de conformação aos padrões internacionais de proteção, em alguma medida amparados pela "resolução brasileira" de 1961 e, posteriormente, pela resolução do ano de 1964, cujo título homônimo é publicado

---

<sup>89</sup> Essa classificação seria paulatinamente corrigida ao longo do tempo por sua variante mais politicamente correta, a de países "em desenvolvimento"

pelo Departamento de Negócios Econômicos e Sociais das Nações Unidas. (NAÇÕES UNIDAS, 1975:118).

Portanto, a solução que se avizinha entre os países do Grupo dos 77 e outros países em desenvolvimento, também denominado àquele tempo como "Grupo dos países em desenvolvimento", dentre os quais o Brasil, é o de iniciar um movimento de significativa revisão da Convenção de Paris a partir de meados da década de 70. Compõe-se, desta forma, um Grupo ad hoc de Especialistas governamentais para Revisão da Convenção de Paris em 1975. Já nessa oportunidade, se fariam presentes representantes do Grupo dos países em desenvolvimento, do Grupo B, - o qual se refere basicamente a representantes de países industrializados -, do Grupo D, composto por países da órbita da URSS, e finalmente a China, que não pertencia a nenhum desses grupos (WIPO, 1980A; WIPO, 1985B). Vale mencionar que, para cada um desses grupos, era comum a figura de um "spokesman", que pode ser entendido como "interlocutor" ou ainda, líder, de cuja função fazia-se, habitualmente, um revezamento. O Brasil, por exemplo, viria a ser o líder dos países em desenvolvimento, em algumas ocasiões.

Após aprovação dos resultados preliminares, durante a sessão da Assembleia da União de Paris ocorrida em setembro de 1976, iniciaram-se cinco sessões do Comitê preparatório para a revisão do tratado ocorridas entre novembro de 1976 e dezembro de 1978. Foram estruturados no marco dessas sessões quatro grupos de trabalho, três dos quais são relevantes para as discussões, a saber: um Grupo de Trabalho sobre Certificados de Inventores; um Grupo de Trabalho sobre o Artigo 5A<sup>90</sup>, e um Grupo de Trabalho sobre Questões de Interesse dos Países em Desenvolvimento.

---

<sup>90</sup> Esse Grupo de Trabalho era voltado a discussão de assuntos ligados a licença compulsória.

De certo modo, esses três grupos refletiriam adequadamente algumas das principais propostas relativas ao campo patentário. O Grupo de Trabalho sobre Certificados de Inventores, por exemplo. Modificações no artigo 1 da CUP, concernentes ao escopo da propriedade intelectual, interessavam basicamente a integrantes do Grupo D, uma vez que foi um acréscimo da Revisão de Estocolmo que visava incluir os países soviéticos, que não usavam patentes e sim títulos de remuneração para uso estatal. É fundamental que os certificados de inventores não seriam entendidos como uma nova categoria de propriedade industrial, dada a indefinição para o termo "patente", sob o signo da CUP. Além do mais, essa era uma forma de evitar a propagandeação de sua utilização como modalidade de propriedade industrial para outros países em disputa ideológica em pleno auge da Guerra Fria. Esse, aliás, era o cenário que os integrantes do Grupo D desejavam reverter nessa proposta de revisão da CUP, justamente por intermédio da inclusão dos certificados de inventores como uma modalidade de propriedade industrial (ARMITAGE, 1980:85; WIPO, 1980A).

O segundo Grupo de Trabalho é o concernente ao Artigo 5A – mas também ao Artigo 5 quarter<sup>91</sup>, e aos seus artigos A e B, - no qual se discutiam questões relativas a, por exemplo, se o titular de uma patente era ou não obrigado a produzir a invenção patenteada no país em que a invenção é patenteada, e se a importação pode ser definida como um tipo de produção – casos de importação paralela<sup>92</sup>. Nesses casos, a minuta discutia se haveria ou não abuso e em qual caso acima

---

<sup>91</sup> De acordo com Armitage (1980:84), nos acréscimos posteriores a sua versão original, em todos os casos em que se desejava manter um artigo com numeração original, ainda que com acréscimos significativos, resolvia-se essa questão numerando novos artigos com os sufixos bis, ter, quarter, quinquies, sexis e septies. Portanto, infere-se que o dito artigo 5quarter fora acrescentado posteriormente por meio de uma das revisões da CUP.

<sup>92</sup> Na proposta apresentada pelos países do Grupo B, os países que importassem tecnologia patenteada teriam todos os direitos, como se depositantes no país fossem, ao passo que a proposta do Grupo dos países em desenvolvimento os eximia da responsabilidade de conferir essa equiparação (WIPO, 1980A:69)

descrito ( WIPO, 1980A:40).

Além dessas questões de importância para os países em desenvolvimento, também se incluía por meio deste artigo uma menção específica aos modelos de utilidade como forma de proteção, algo apenas implícito na CUP até então e, um dos aspectos mais relevantes, em que casos o envolvimento do interesse público poderia justificar a concessão de revogação, licenças não voluntárias, ou autorização de exploração. Algumas das questões adicionais abarcadas na minuta diziam respeito a tratamento preferencial para nacionais de países em desenvolvimento no que concerne às taxas aplicadas e aos termos de prioridade, e a algumas definições complementares a essas propostas, notadamente, quanto à "titularidade" e à "nacionalidade" (WIPO, 1980:41-69). O intento, claramente, era prover diferenciações legais para nacionais e estrangeiros ou, ainda abrir esse caminho na CUP.

Essas e outras propostas relativas ao campo marcário e das indicações geográficas compõem a minuta da revisão da CUP, que todavia, não é levada adiante. Diversas são as tentativas, porém não há consenso manifesto entre as partes do Grupo D e B, que enviam inclusive documentos oficiais manifestando não terem comentários conclusivos a serem feitos sobre o documento final proposto (WIPO, 1980B; WIPO, 1980C), o que, em linguagem diplomático significa que ambos os grupos, industrializados na órbita capitalista, e países socialistas, estavam rejeitando as propostas.

Entre essa tentativa de revisão da CUP e outras, posteriores, os EUA manifestam, por sua vez, uma mudança de postura, passando da posição de “conservadores para revisionistas<sup>93</sup>” (GANDELMAN, 2004). Essa mudança

<sup>93</sup>

Em outros termos, se antes os EUA desejavam modificações mínimas a CUP, em processos



decorreria de preocupação, expressa internamente nos EUA, especialmente por parte de representantes das indústrias e do comércio<sup>94</sup>, os quais pleiteavam padrões mais altos de proteção para direitos de propriedade intelectual, e já se encontraria manifesta em uma nova fase do processo revisionista, levado a cabo três anos mais tarde. A primeira reunião consultiva ocorreria em 1985,<sup>95</sup> e a sexta, em 1989 (WIPO, 1989). Nessa última, imediatamente anterior às recomendações para ser dado início aos preparativos para uma Conferência Diplomática para o biênio de 1990 e 1991, o Grupo B já indicava a previsão de insucesso da tentativa, “desejando interromper o processo de revisão para retomá-lo no futuro” (WIPO, 1989:4).

## **2.5. A emergência de uma nova proposta de harmonização**

No começo dos anos 80, tanto os países em desenvolvimento quanto os países desenvolvidos queriam alterar a CUP. Tanto uns quanto outros queriam rever as regras em matéria de licenças obrigatórias, mas com sentidos opostos. Como as negociações fracassaram, as revisões da CUP seriam abandonadas, e nunca mais reabertas. Em 1986, sob o pretexto de querer introduzir uma outra exceção à regra da novidade – o período de graça – por iniciativa do Secretariado da OMPI, propôs-se uma minuta de tratado de harmonização, suplementar a CUP, mas com propósitos mais abrangentes. Essa minuta ficaria amplamente conhecida a posteriori

---

deflagrados pelos países em desenvolvimento (WIPO, 1980A), agora estariam eles na posição de deflagrar esse processo.

<sup>94</sup> Essa representação se faria principalmente por meio do USTR.

<sup>95</sup> Na primeira Reunião Consultiva, entre 24 e 28 de junho de 1985, algumas das propostas em questão apresentadas pelos países do chamado Grupo B incluíam a previsão de certificados de inventores como modalidade de propriedade industrial, medida certamente prevista para obtenção do apoio do bloco soviético, ao passo que o “artigo 1(4): Por patentes de invenção compreendem-se as diversas espécies de patentes industriais admitidas nas legislações dos países da união, tais como patentes de importação, patentes de aperfeiçoamento, patentes e certificados de adição, etc” [tradução nossa] (WIPO, 1985A)

como um “PLT I”- mais sobre isso em capítulo posterior, o qual continha dispositivos substantivos, alguns dos quais seriam por sua vez incorporados ao TRIPS mais tarde. De todo modo, para melhor compreender como os acontecimentos se sucederam nessa nova fase das negociações, faz-se mister retornar três anos antes, quando o passo inicial foi dado.

Em junho de 1983, o Diretor Geral da OMPI inicia os trâmites formais para respaldar intentos já manifestados pela introdução de um período de graça<sup>96</sup>. Isso se deu inicialmente pela via costumeira de obtenção de legitimidade multilateral a que o Diretor Geral da OMPI pode recorrer, ou seja, a de lançamento de uma proposta específica junto à Assembleia dos Estados Membros da OMPI. Nesse caso, ainda o faria junto à Assembleia da União de Paris em virtude da matéria. A proposta então introduzida foi a de obtenção de uma elucidação técnica para a questão apresentada, ou seja, quanto aos efeitos legais que uma divulgação pública de invenção antes da data de depósito de um dado pedido poderia ocasionar<sup>97</sup>. Sob os moldes de um estudo técnico, invariavelmente a concordância com um projeto de tal monta levaria à assunção de que um novo acordo internacional se faria necessário. Pela proposta, um comitê de especialistas seria criado<sup>98</sup> para esse fim específico. Destaque-se, contudo, que a missão para a qual fora originalmente criado seria sensivelmente ampliada, a partir do momento em que os envolvidos nas discussões rapidamente notaram que “não era possível considerar o período de graça sem uma

---

<sup>96</sup> O período de graça se refere à invenção que se torna pública antes do registro, porém não perdendo o caráter de novidade, para seu titular, se efetivar o pedido até determinada data estipulada em lei.

<sup>97</sup> Ver Documento OMPI AB/XIV/2. Anexo A, item PRG.03, associado a: WIPO. Records of the Diplomatic Conference for the Conclusion of a Treaty Supplementing the Paris Convention as Far as patents are Concerned. Volume I: First Part of the Diplomatic Conference. The Hague, 1991. Geneva, 1991.p. 100.

<sup>98</sup> Esse comitê teria em sua denominação formal o própria definição formal de seu escopo: “Comitê de Especialistas sobre o Período de Graça para Divulgação Pública de uma Invenção Antes do Depósito de um Pedido”.

abordagem harmonizada para identificar o inventor e a data de depósito do pedido de patente<sup>99</sup>[tradução nossa] (DAVIES, 2002:142). Nesse sentido, nos dois anos subsequentes o escopo de debates seria estendido para tais matérias de relevância para as negociações em curso. Outras modificações ocorreriam desde o nascedouro das discussões no ano de 1984, o que incluía o rebatizamento<sup>100</sup> do comitê. A produção de uma minuta de tratado demoraria oito sessões oficiais preparatórias do Comitê de Especialistas, até sua finalização em 21 de dezembro de 1990 (SANTARELLI, Sem ano; WIPO; 1991).

As altas expectativas então existentes eram notáveis no grau de ambição da minuta desse tratado, na qual seriam incluídos artigos que versariam sobre: (1) formalidades, (2) critérios de patenteabilidade, (3) escopo e extensão da proteção patentária aplicável a todos os campos de tecnologia, e (4) direitos decorrentes (SANTARELLI, Sem ano).

Conforme constante do texto apresentado durante a Conferência Diplomática estabelecida em Haia, no ano de 1991, era como se esperasse que esse tratado fosse capaz de, de uma só vez, preencher todas as lacunas deixadas em aberto pela CUP. Dessa maneira, residia na minuta, tal como apresentada, a dificuldade de alcançar soluções plausíveis a questões substantivas previamente identificadas. Ademais, o desafio era conferir um tratamento que não apenas conjugasse as inquietações, como também sanasse definitivamente as questões que ao longo do tempo se acumulariam, tal como expostos pela tabela 01:

---

<sup>99</sup> A identificação do inventor tornar-se-ia ponto a ser estudado a partir do entendimento de que o período de graça cobre principalmente a publicação de uma invenção por um dado inventor. Já a data de depósito do pedido ganhou relevância, visto que o período de graça deve ser contado a partir da mesma.

<sup>100</sup> O nome do comitê seria modificado em definitivo para “Comitê de Especialistas sobre a Harmonização de Certas Provisões nas Leis para a Proteção de Invenções”.

Tabela 01. Questões por serem abarcadas no texto do Tratado

Questões	Artigo(s) do Tratado e/ou Regra(s) do Regulamento
i) Quais deveriam ser os requisitos de divulgação, particularmente no caso de pedidos referentes a material biologicamente reproduzível?	3(1)(b)
ii) Como a “Unidade de Invenção” deveria ser definida e quais deveriam ser as consequências legais se os requisitos de unidade de invenção não forem alcançados?	5 e Regra 4
(iii) Quais deveriam ser os requisitos para identificar e mencionar (em publicações) o inventor e a indicar o direito do pleiteante (caso não seja o próprio inventor) para depositar um pedido?	6
(iv) Deveria ser possível solicitar prioridade tardiamente e, caso assim seja, sob quais condições?	7
(v) Deveria ser permitido que um pedido incorpore o conteúdo de outro pedido por mera referência ao outro pedido? Os pedidos poderiam ser depositados em um Escritório em um ou outro idioma que não o oficial daquele Escritório?	8
(vi) Deveria prevalecer o princípio do “primeiro a depositar” sobre o princípio “primeiro a inventar”?	9
vii) Deveria ter uma Parte Contratante a possibilidade de excluir do patenteamento invenções pertencentes a certos campos tecnológicos e, se assim o for, quais deveriam ser os casos permitidos de exclusão? Alternativamente, deveria o Tratado silenciar-se quanto a essa matéria?	10
viii) Deveriam os pedidos ser publicados e, se assim o for, com quantos meses depois de serem depositados?	15
(ix) Deveriam ser fixados limites de tempo para a busca e o exame substantivo dos pedidos?	16
(x) Deveriam pedidos de oposição pré-concessão ser proibidos e a possibilidade de que a revogação administrativa de patentes ser institucionalizada?	18
(xi) Deveria o Tratado lidar com a questão dos direitos do detentor da patente e, se assim for o caso, qual deveria ser a lista mínima desses direitos?	19
xii) Deveria o Tratado- particularmente em vista do princípio do “primeiro a depositar” - prescrever os direitos mínimos de um “usuário primário” de dada invenção para cuja patente tenha sido concedida?	20
xiii) Quais deveriam ser os princípios governantes da interpretação dos pedidos, particularmente no que concerne a “equivalentes”?	21
xiv) Deveria o Tratado estabelecer um termo mínimo de patentes e, se for o caso, deveria esse termo ser de 20 anos, calculados a partir da data de depósito do pedido?	22
xv) Que reparações – incluindo injunções e danos- deveriam ser disponibilizadas quando uma patente	23

é infringida, incluindo o caso quando a atividade proibida se dá antes da concessão da patente?	
xvi) Deveria o Tratado lidar com a questão da reversão do ônus da prova no caso de infração de certos processos de patentes?	24
xvii) Deveria o Tratado lidar com as obrigações de um licenciante de patente e, se for o caso, em que caminho e com quais medidas de reparação se uma obrigação é desconsiderada?	25 e 26

Fonte: WIPO, 1991:100-101. Adaptado.

Após reunirem-se<sup>101</sup> em junho de 1991, os países presentes não chegariam a um consenso quanto aos termos finais do tratado. De acordo com Santarelli (Sem ano:5), haveria dois polos de dificuldades encontrados. Primeiramente, entre os próprios países industrializados, em uma divergência centrada primordialmente entre os EUA e o bloco europeu, uma vez que os EUA adotavam, a esse tempo, o sistema do “primeiro a inventar”, em detrimento do “primeiro a depositar”, reinante não apenas na Europa, como na maior parte do mundo. Por outro lado, a Europa apresenta relutância em aceitar a adoção de um período de graça de doze meses, no qual conferiria imunidade ao inventor pela divulgação de sua invenção antes do

<sup>101</sup> Matéria publicada no Jornal Gazeta Mercantil (1990A) chama atenção para as negociações, em curso na OMPI, para adoção de um Tratado sobre Harmonização de Dispositivos de Leis para a Proteção de Invenções e Patentes, naquele momento completando sete anos de estudos e discussões. De acordo com Ana Regina de Holanda Cavalcanti, assessora para Assuntos Internacionais do INPI, “O governo brasileiro tem interesse em ver aprovado um tratado que fortaleça o papel da OMPI, justamente em um momento em que na Rodada Uruguai os países desenvolvidos querem que o GATT não trate apenas dos aspectos comerciais ligados à propriedade intelectual, mas também dos normativos (TACHINARDI, 1990A). Evidente é nesse sentido que, em consonância ao exposto acima, a estratégia brasileira estava em que as discussões relativas a matéria não passassem por um câmbio institucional, o que poderia acarretar efeitos adversos uma vez que o GATT, ao contrário da OMPI, previa mecanismos punitivos aos países que não respeitassem determinadas condições estabelecidas. A publicação menciona ainda que a delegação brasileira, composta pelo Embaixador Rubens Ricupero, Chefe da Delegação Brasileira, por Paulo Afonso Pereira, Presidente do INPI, e Ana Regina de Holanda Cavalcanti, Assessora para Assuntos Internacionais do INPI (Fonte: TACHINARDI (1990A) segue para a reunião destinada a defender uma proposta dita “compatível com sua linha”, mais flexível em matéria de patentes, o que tornar-se-ia expresso por meio de propostas como a de redução do período de vigência das patentes, de vinte anos. O argumento em questão se calcava na justificativa de que, em tempos de surgimento de novas tecnologias com cada vez maior rapidez, lógico seria pensar que a validade das patentes “devesse ser cada vez menor”. O que se verifica a partir da reunião, contudo, é que sobretudo esse ponto de pauta não ganharia espaço para discussão.

depósito.

Além disso, infere-se que uma “segunda parte” da conferência diplomática seria aventada justamente em função da percepção precipitada<sup>102</sup> por parte do Secretariado da OMPI, de que não seria possível realmente alcançar uma finalização das negociações a tempo da reunião, em junho daquele ano.

O outro polo de dificuldade estaria situado entre os próprios países em desenvolvimento, que teriam demonstrado relutância quanto a alguns termos do tratado, em particular aquelas relativas a: (I) exclusões de proteção conferidas pelas patentes; (II) direitos conferidos pelas patentes, (III) extensão da proteção conferida por patentes de processo para os produtos obtidos pela aplicação do processo, e (IV) duração das patentes)..Para os países em desenvolvimento, esses pontos, se incorporados ao tratado, poderiam representar um impedimento a sua soberania nacional. Dessa maneira, ou esses itens deveriam ser retirados do texto final, ou deveriam apresentar flexibilidades (Santarelli, Sem ano: 5).

Ambos os fatores podem ser apontados como causadores da falta de acordo. De um lado, os países desenvolvidos apresentavam dificuldades entre eles, e de outro, os países em desenvolvimento, em maior número. Considere-se, além disso, que a OMPI realmente apresentava algumas características que minoravam sensivelmente o exercício do poder de barganha de uma potência como os EUA, a citar, sua sistemática democrática de votos e a independência que a mesma apresentava para sua subsistência, uma vez que a maior parte de seus recursos já era garantida pelos serviços que provinha, incluindo o PCT. Nesse sentido, cabia

---

<sup>102</sup> É possível dizer que essa previsão foi baseada na própria compreensão do histórico das negociações, uma vez que, segundo Santarelli (Sem ano: 5) os EUA, ainda no cerne do Comitê de Especialistas, teriam anunciado que estavam prontos para modificar sua legislação, para apenas alguns meses antes da Conferência Diplomática anunciar que “não poderiam mais poderiam manter a proposta inicial”. É sugerido, portanto, que a antes promissora troca de sinalizações, utilizando-se diretamente os canais oficiais da OMPI resultaria em uma interrupção, do lado da Comunidade Européia, em também ceder com o período de graça.

pouco espaço para os EUA se movimentarem no cerne da OMPI fazendo uso de sua preponderância econômica. Deve-se considerar que, apesar da divergência anteriormente apontada, havia outros pontos igualmente caros para os EUA, como a extensão dos campos passíveis de proteção patentária. É da perspectiva de insucesso contínuo decorrente de tais negociações no âmbito da OMPI, aliada à certeza, de acordo com o ressaltado por Thompson (1993), de que mesmo se resultasse bem sucedido, o Tratado de Harmonização não implicaria uma harmonização efetiva e imediata em um nível global, e os EUA repensariam sua estratégia para acelerar<sup>103</sup> a o grau de uniformidade internacional intencionado. Assim, segundo Davies,

A conexão entre a introdução de um período de graça internacional e a transição para um sistema de primeiro a depositar precipitou o colapso de negociações em 27 de janeiro de 1994, dado que os Estados Unidos da América decidiram manter seu sistema baseado no primeiro a inventar em decorrência das manifestações contrárias recebidas por “investidores independentes [tradução nossa]” (DAVIES, 2002:142)

Em outros termos, é aventada uma solução alternativa para a continuidade das negociações em torno de questões mais caras para os EUA, em especial. É o foco da próxima seção.

## **2.6. A criação da Organização Mundial do Comércio e do Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio**

No início deste capítulo é mencionado que o período do pós-guerra permite,

<sup>103</sup>

Pode-se depreender., em decorrência da abordagem ressaltada por Thompson (1993), que o problema adviria da lógica que, na OMPI, esse tratado era novamente tão ambicioso e complexo que os países signatários e não signatários demorariam até implementar todos os seus termos.

como nenhum outro, a viabilização de vários projetos de cooperação internacional por meio da estruturação de organizações específicas de caráter multilateral, dentre as quais se encontram aquelas pertencentes ao chamado sistema de Bretton Woods.

Além do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – FMI-, pertencentes a um claro propósito de colaborar para a manutenção das finanças e da economia dos países, uma terceira organização, chamada de Organização Internacional do Comércio –OIC-, também seria criada dentro desse pacote idealizado em meio aos arranjos que os países vencedores construíam àquele tempo.

Mais uma vez, na história mundial, uma importante organização multilateral não se concretizaria em virtude da não participação<sup>104</sup> dos EUA. Nesse caso, seria justamente a OIC, em virtude da não aprovação pelo congresso americano, que não estava interessado em colocar em pauta discussões referentes aos subsídios agrícolas<sup>105</sup>. Os EUA acreditavam que colocar tais definições nas mãos de uma entidade externa seria uma violação à soberania do país. Assim, não restou outra alternativa aos países senão a adoção do Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT-, concluído em 1947 e considerado um tratado de caráter mais modesto se comparado ao arcabouço legal que a OIC possivelmente implementaria. Assim, de 1948 a 1994, o GATT estipularia as regras para o comércio internacional. Ao estruturar um sistema multilateral de comércio, o acordo possibilitaria uma

---

<sup>104</sup> A referência direta nesse momento é a Liga das Nações idealizada depois do final da Primeira Guerra Mundial pelo Presidente norte-americano Woodrow Wilson. Todavia, o congresso norte-americano não aprovaria a proposta, e a organização, com a perda desse importante ator internacional, e em virtude de acontecimentos se enfraqueceria a ponto de ser abandonada.

<sup>105</sup> Vale salientar que, em 1944, o Brasil permanecia um país agroexportador, ainda que desde os anos 30 estivesse em nascimento uma indústria de base. De todo modo, é possível inferir que o advento de uma OIC interessaria ao Brasil.



progressão contínua de medidas liberalizantes, através de suas diversas rodadas<sup>106</sup> de negócios.

Durante a Rodada Uruguai do GATT, ocorrida entre os anos 80 e 90 do século passado, o Brasil, junto com a Índia, foi um dos principais opositores do Acordo TRIPs e da tentativa dos países desenvolvidos de elevar os patamares internacionais de proteção da propriedade intelectual.

Com o TRIPS, eram atendidos os anseios dos países industriais, pois seria incluída a previsão de mecanismos de solução de controvérsias. De igual maneira, aquele acordo estipulava que os sistemas nacionais de seus Estados partes<sup>107</sup> deveriam obrigatoriamente não apresentar restrições quanto aos campos tecnológicos patenteáveis. Com isso, seriam incluídos em muitos países, dentre os quais o Brasil, as patentes para os setores farmacêuticos e de softwares, emergentes em plena década de 80 do século passado, nos EUA (TACHINARDI, 1993).

Em pleno século XXI, há os que considerem o TRIPS o tratado internacional mais relevante para o atual sistema, referendando para isso a transferência virtual da égide de importância da OMPI para a OMC. Esse juízo não será aprofundado no presente trabalho, sendo merecedor de reflexão em futuras iniciativas acadêmicas. Essa interpretação, contudo, decorre da relevância política que a temática de propriedade intelectual passa a engendrar, em um contexto de crescente globalização comercial e econômica.

Algo a se considerar, entretanto, é que a CUP permanece enquanto o tratado

---

<sup>106</sup> A primeira rodada, chamada de Rodada Kennedy, aconteceria entre 1964 e 1967, a segunda, Rodada Tóquio, entre 1973 e 1979, e a terceira e última, até pelo menos o advento da OMC, seria a Rodada Uruguai, entre 1986 e 1994. O nome da rodada é uma referência a cidade que inicialmente hospedou a primeira reunião sob o ponto de pauta negociado.

<sup>107</sup> TRIPS estava vinculada a participação dos Estados a OMC. Se eles assim o desejassem, TRIPS adquiriria automaticamente caráter vinculante.

basilar do sistema internacional de patentes. Essa assertiva é apontada por Correa e Yusuf (2008), dado que, segundo eles, o TRIPS nem substitui nem cria um propriamente um novo regime jurídico, e sim revisita a CUP, complementando aspectos que interessavam, em especial, aos países desenvolvidos, como bem fica claro em seu artigo 2º <sup>108</sup>. Adicionalmente, outros levantamentos realizados indicam que há mais razões por detrás da afirmação anterior do que se poderia averiguar a princípio.

#### 2.6.1. TRIPS: um tratado saído da OMPI

A etapa de entrevistas revelaria que o TRIPS pode ser melhor compreendido como uma tentativa engendrada por parte dos países desenvolvidos para passar, no âmbito do GATT- Acordo Geral de Tarifas e Comércio, as discussões relativas à propriedade intelectual e, em especial, aos pontos mais caros contidos na minuta do Tratado Sobre Harmonização de Patentes, e reafirmando os conceitos da CUP que lhes interessavam.

Segundo um dos entrevistados, que solicitou discrição, funcionário da OMPI e testemunha ocular da época em que o TRIPS estava sendo negociada no âmbito do GATT, essa conexão era inquestionável. Segundo ele, inclusive o material negociado no âmbito da OMPI é a minuta do inconcluso acordo, o que incluía tanto a Revisão da CUP quanto o Tratado de Harmonização de 1991 teriam sido enviados para as missões diplomáticas de cada país, dentre os quais, o Brasil. Faz-se necessário

---

<sup>108</sup> Conforme constante no parágrafo 2, parágrafos 1 e 2: “1. Com relação às Partes II, III e IV desse Acordo, os Membros devem se sujeitar aos Artigos 1-12 e 19 da Convenção de Paris (1967).2 Nada nas Partes I a IV desse Acordo deve desacreditar as obrigações já existentes com as quais os Membros possam ter entre si sob a égide da Convenção de Paris, a Convenção de Berna, a Convenção de Roma e o Tratado sobre Propriedade Intelectual com relação a Circuitos Integrados.

lembrar que a missão permanente em Genebra chegou a ser consultada se teria esse material em seus arquivos, mas é preciso reconhecer que o distanciamento temporal dificulta o acesso a essas informações.

A carência da referida documentação física pode, porém, ser compensada pela memória institucional oferecida por Coelho de Souza (2008), igualmente fundamental para se colocar em questão a transferência das negociações em torno de um tratado de harmonização que cuidasse de questões patentárias na OMC e na OMPI. Inicialmente, ele recorda que, à época, se a OMPI possuía pouco menos de uma centena e meia de países membros, por outro, na OMC, o quantitativo era aproximadamente o de uma centena. Esse comentário, por si só, poderia levar a algumas falsas deduções a respeito do processo decisório. Contudo, é necessário salientar que, pelo fato de as decisões serem tomadas por um grupo consideravelmente pequeno de países - que são aqueles mais ricos e com grandes interesses comerciais, dentre os quais os países da Europa, dos EUA e Japão – isso acarreta dizer que esse era o grupo que efetivamente era o fiel da balança nas decisões.

É oportuno recordar que o funcionamento do TRIPS, ou a própria adaptação da OMC para a temática da propriedade intelectual não foi automática. O entrevistado salienta que a OMC, apesar de ser um organismo multilateral, voltado para a negociação internacional, não tinha nem corpo técnico, nem conhecimento jurídico ou recursos ainda para prestar assistência técnica ou implementar tais questões. Nesse sentido, salienta COELHO DE SOUZA (2008) que, quando foi costurado e assinado o Acordo de TRIPS, tal fato ocorreu com a condição de que a OMPI e a OMC fariam um acordo, como, realmente, fizeram, no qual a OMPI seria a responsável em última instância pela implementação de TRIPS. Surpreendem, em

certa medida, duas declarações feitas por Coelho de Souza (2008):

Foi o Dr. [Arpad] Bogsch mesmo que achava que os tratados da OMPI deveriam ser modernizados e atualizados para tratar de questões de comércio (...) o Dr. Bogsch queria que fosse uma tratativa de propriedade intelectual e o comércio fosse tratado dentro de cada dossiê específico dentro da organização, o que traria uma discussão comercial eterna, uma coisa complicadíssima. Então, isso é algo que, acho, ficou acertado levar a OMC na organização. (COELHO DE SOUZA, 2008)

E ainda,

(...) mas o Dr. Bogsch (...) ele mesmo não quis que aquilo fosse não. Foi proposto para ser na OMPI, chegou a ser aventado, mas ele mesmo não quis. Mas... e foi..depois ele até se convenceu de que estava certo(...) (COELHO DE SOUZA, 2008).

Quando questionado ainda para mencionar se o intuito finalístico era evitar a politização, o entrevistado confirmou dizendo que ele, o Diretor Arpad Bogsch, “tentou preservar sempre a propriedade intelectual”. Este é, sem dúvida, um comentário instigante.

De todo modo, a pesquisa sugere que, justamente nesse contexto, e com vistas ao preenchimento destas lacunas, se conclui em 1994 o Acordo de Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio – ADPIC-, ou TRIPS, em sua sigla em inglês, no âmbito da Organização Mundial do Comércio -OMC. O TRIPS passaria a prescrever um nível de proteção mínimo mais avançado do que o vigente, até então, em muitos países em desenvolvimento e impunha garantias de direitos de propriedade intelectual como condição para se tornar membro dessa importante organização internacional.

A incorporação do TRIPS ao ordenamento jurídico brasileiro é um capítulo da história brasileira ainda em busca de uma definição. É possível ressaltar, conforme salientado por Tachinardi (1993), o peso que a pressão dos países desenvolvidos,

em particular os EUA, desempenharam para esse processo. Contudo, abre-se aqui um parêntese para discutir essa questão, dadas as muitas dúvidas relativas ao “porquê de o Brasil ter abdicado de seu direito a usufruir de um prazo de transição mais longo para implementação dos preceitos previstos em TRIPS” (GRACE,2004) . Daí decorrem duas perguntas possíveis: seria a resposta lógica- ainda que incompleta- às pressões exercidas pelos países desenvolvidos para que o Brasil aderisse ao TRIPS? Ou, mais simplesmente ainda: estaria essa pergunta sendo formulada corretamente?

Cabe ainda destacar, dentro deste tópico, o posicionamento brasileiro com relação às propostas de alteração do TRIPS (MONT´ALVERNE, Sem ano; WTO, 2002, WTO, Sem ano),

**1) Revisão do art. 27.3.(b) do TRIPS:** A Missão Permanente do Brasil na Organização Mundial do Comércio em seu próprio nome e representando as delegações de outros dez países membros apresentou proposta de emenda ao artigo 27.3.b do acordo TRIPS, proposta esta descrita a seguir:

- **Proposta do Grupo composto pelo Brasil, Índia, Bolívia, Colômbia, Cuba, República Dominicana, Equador, Peru e Tailândia:** qualquer requerente de patentes relacionadas a material biológico ou conhecimento tradicional associado à biodiversidade deverá, como condição para aquisição dos direitos patentários, indicar a fonte e o país de origem do material biológico e conhecimento tradicional usado na invenção, comprovar ter recebido consentimento prévio informado, com aprovação das autoridades do país de origem, bem como ter promovido distribuição justa e equitativa dos benefícios resultantes da exploração do recurso.

- **Proposta que envolve a harmonização do TRIPS com a Convenção da Diversidade Biológica, especialmente artigo 8 (j):** “Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso: (...) (j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;”
- **Outras propostas: Proposta Suíça:** Emenda ao Tratado de Cooperação e Patentes da OMPI para que leis nacionais exijam que o inventor informe a fonte do material genético e do CT. Omissão poderá resultar na impossibilidade e concessão da patente ou, quando fraudulenta, invalidar a patente já concedida;
- **Proposta da União Europeia:** Instituição da obrigação de informação da origem, porém com consequências que não atinjam a concessão da patente.
- **Proposta dos EUA:** Obrigação de informar deverá ser baseada nas legislações nacionais e em contratos.
- **Proposta do Grupo Africano:** O Grupo Africano apoia a proposta do Brasil, além de entender que o acordo TRIPS deve proibir o patenteamento de todas as formas de vida.

## **2.7. Entre Novos céticos, Ex-progressistas e NeoLiberais: o Brasil no apagar das luzes do século XX**

Tal discussão consubstancia-se em aspectos históricos, factuais e analíticos inerentes ao processo de reforma do novo código de propriedade industrial brasileiro. De início, há que se considerar, que já em 1991, quando do início das negociações empreendidas no Governo Collor diretamente com representantes do governo norte-americano - em grande parte deixando de lado a experiência que o corpo diplomático poderia exercer nesse processo (TACHINARDI, 1993) – o Brasil já se antecipava a tendências futuras no sistema internacional de patentes . Recorde-se que o Governo Collor primou por uma maior abertura do Brasil ao comércio com outras nações, objetivando sua maior participação no comércio internacional.

Nesse sentido, a propriedade intelectual não seria enxergada de maneira diferente, fazendo parte obrigatoriamente do novo contexto que se avizinhava. Assim como ocorreria com o TRIPS, recorda GENTIL (2008) que muitas das discussões<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup> Com pouco mais de dois meses de existência, o governo Collor já contabilizava um número razoável de reuniões setoriais realizadas, além de um encontro geral dos ministérios e órgãos envolvidos, com o intuito de debater alterações ao código de propriedade industrial e consolidar as diferentes posições internas objetivando um consenso voltado para a modernização do País (TACHINARDI, 1990B). Nessa fase, é evidente a preponderância da importância da política industrial brasileira levada a cabo diretamente pelos dirigentes governistas. Tanto que o Ministério da Economia, a frente da abertura comercial, também passaria a ocupar a posição tradicional do Itamaraty nas negociações. Vale salientar que o item relativo a patentes para fármacos e medicamentos se tornaria um dos principais itens a serem debatidos em diversos encontros bilaterais entre representantes do Brasil e dos EUA (TACHINARDI, 1990B). A expectativa pelo retorno de reconhecimento de patentes para processos e produtos na nessa área depois de 20 anos desde a entrada em vigor do código de propriedade industrial por meio da Lei de nº 5.772 de 21 de dezembro de 1971, particularmente no que tange ao seu artigo 9º que trata das exclusões ao patenteamento, prazo de proteção, caducidade e licenciamento compulsório, e que encontraria uma justificativa um tanto quanto inusitada para o seu retorno: “vinte anos de protecionismo não favoreceram os laboratórios brasileiros”, teria mencionado Paulo Afonso Pereira, presidente do INPI (TACHINARDI, 1990B). Vale destacar que, àquele tempo, o INPI era órgão então subordinado ao Ministério da Justiça, o que inclusive Levando-se em consideração que o não-reconhecimento de patentes consiste de um mecanismo reiteradamente utilizado no passado por países hoje desenvolvidos -como Alemanha e EUA- bem como países que buscam o desenvolvimento de suas indústrias nacionais, é

para a lei substitutiva ao CPI de 1971, em especial as propostas oriundas do INPI foram amplamente baseadas nos modelos e minutas de tratados de harmonização que em boa parte dos anos 80 haviam sido empreendidas na Organização Mundial da Propriedade Intelectual- OMPI.

Os fatos sugerem que o Governo Collor se caracterizou por um tom de presunção excessiva de que o Brasil deveria se enquadrar às novas condições e tendências explicitadas com o Consenso de Washington e com o apregoamento da Globalização. Tal quadro levaria à abdicação de um tom mais parcimonioso no processo. A necessidade de “troca das carroças brasileiras por carros”<sup>110</sup> se demonstraria com ímpeto excessivo, e medidas que poderiam ser gradativas foram implementadas com muita rapidez. Logicamente, há que se considerar novamente a pressão por parte dos países desenvolvidos, sobretudo os norte-americanos. Todavia, o que se deve pensar é que o processo de edição do novo código fora efetivamente levado a toque de caixa. E que, a despeito dos inúmeros debates no Congresso Nacional, esse processo ficaria marcado definitivamente pela celeridade.

---

preciso levar em consideração duas possibilidades: a) o postulado acima está errado, ou b) o postulado está certo, e há fatores outros que devem ser levados em consideração para explicar o porquê de os laboratórios e as indústrias farmacêuticas nacionais não terem se beneficiado desse incentivo conferido pela manutenção de um sistema fraco de proteção à propriedade intelectual. Em julho de 1990, o governo criou uma comissão interministerial, instalada no Ministério da Justiça e presidida pelo INPI, com a finalidade de apresentar até o dia 20 de março do ano seguinte um anteprojeto de lei ao presidente da República, incluindo os seguintes aspectos: patentes para produtos e processos farmacêuticos, novo prazo para o privilégio da invenção e para o modelo de utilidade ou desenho industrial, exame da licença obrigatória para exploração de patentes, caducidade e transferência de tecnologia. Eram integrantes dessa comissão os seguintes ministérios e/ ou órgãos: ministério da Justiça - INPI e Secretaria do Direito Econômico-, Ministério da Economia - departamento de Comércio Exterior e de Indústria e Comércio; Ministério das Relações Exteriores - Divisão de Produtos de Tecnologia Avançada-, e Secretaria de Ciência e Tecnologia. Ademais, é importante salientar que a referida comissão de deliberação, reunida uma vez por mês, também manteria encontros com grupos, entidades de classe e partes interessadas, como associações de classe de médicos e engenheiros, representantes de laboratórios nacionais e estrangeiros. O próprio INPI teria recebido muitas sugestões da Associação Brasileira de Propriedade Industrial (ABPI) e da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma, entidade representativa de 48 laboratórios multinacionais<sup>109</sup> (TACHINARDI, 1990C; 1990D).

<sup>110</sup> Dizer atribuído a Collor e ilustrativo de suas orientações voltadas a maior participação do Brasil no comércio internacional



A tal ponto que, já em 1993, o anteprojeto de lei apresentado já continha elementos muito próximos à versão final (TACHINARDI, 1993). Nesse caminho, antes mesmo de que o TRIPS fosse encaminhado ao Congresso, o anteprojeto da Lei de Propriedade Industrial – LPI- já se demonstrava conformado. Daí dizer que a pergunta de origem estaria malformada. O porquê de ser explicado não é o da abdicação, mas “como se chegara ao contexto gerador da Lei de Propriedade Industrial”.

A partir desse entendimento é que se percebem, inclusive, os motivos para que, em pleno ano de 1997, quando já deveria, pelas disposições da LPI, atuar plenamente no processo de exame e concessão de patentes de fármacos e medicamentos, o INPI se encontrasse incapaz de executar a própria lei editada como também o TRIPS, especialmente no que diz respeito ao exame de pedidos de patentes *pipeline* e para medicamentos e fármacos em geral. Nesse sentido, e ainda que não seja possível fazer afirmações definitivas a respeito, a avidez para demonstrar resultados, se aproximaria de uma conduta oriunda da falta de um planejamento estratégico.

O processo vivenciado pelo país de subordinação aos preceitos do TRIPS, na qual o fomento à inovação se torna gradativamente envolvido por uma camisa-de-força normativa, que poucas opções oferece ao paciente, no que concerne a sua mobilidade, é notado também no escritório nacional de processamento dos pedidos patentários, o INPI. Segundo Mittelbach (2009) bem o recorda, os anos dourados do órgão, na década de 70, são contrapostos ao período “INPI como primo feio” da estrutura estatal, fase essa que alcança seu auge em meados da década de 90 do século passado.

Uma análise crítica a respeito de informações colhidas dos entrevistados,

especialmente aqueles oriundos do INPI e com mais de quinze anos de casa permite compreender que essa fase não chega a ser exatamente uma fase de reversão ou descontinuidade em comparação com a mentalidade anteriormente reinante. A bem da verdade, poder-se-ia dizer que é uma fase posterior ao otimismo inicial, na qual os agentes passam a se deparar com os problemas e, ao mesmo tempo, tomam real consciência do contexto de inovação brasileiro por meio dos números de patentes de nacionais e de estrangeiros, além do impacto no Balanço de Pagamentos em virtude da transferência de tecnologia. Ocorre, sobretudo em um contexto pós-crise do petróleo, no qual os recursos são escassos para promoção dos investimentos e esforços públicos necessários para conformação de um sistema brasileiro de inovação. Nessa fase, existe certa confusão, retórica ou de julgamento por parte dos tomadores de decisão brasileiros, de que a existência de um Escritório de Patentes e de outros registros atenderia por si só a uma série de demandas e funcionaria isoladamente como parte do estímulo necessário para os nacionais. Todavia, e como haveria de se esperar, essa expectativa não se torna realidade, uma vez que a criação do órgão e a adequação às tendências internacionais não vêm acompanhadas de políticas públicas bem sucedidas que atendam efetivamente à necessidade do país, no campo da propriedade industrial.

É interessante pensar que, como última política industrial até o advento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE-, lançada em 2004 no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), as “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior”, lançada em meados de 1990, durante o governo Collor estipulava, dentre outras medidas, que,

O Código de Propriedade Industrial instituído pela Lei nº 5772/71 também deverá ser revisto tendo em vista a mudança de orientação

indicada nestas Diretrizes. Neste sentido o governo deverá enviar até meados do próximo ano Projeto de Lei com as alterações propostas.

Dentre as alterações que deverão ser formuladas, visando aperfeiçoar os mecanismos de contratação, proteção e transferência de tecnologia, na revisão do Código de Propriedade Industrial, destaca-se a extensão da proteção patentária a processos e produtos farmacêuticos em prazos e condições adequados aos objetivos gerais da Política Industrial e de Comércio Exterior. (Brasil, 1990:17)

Depreende-se também que a incapacidade para encontrar uma real solução relacionada aos problemas econômicos, pelos quais o país passava a esse tempo levaria ao tipo de reducionismo mais deletério para um país, que é aquele advindo das contenções para atividades executadas pelas instituições públicas. Roberto Jaguaribe, em seu discurso de posse, ensaiou,

A tensão com os problemas fiscais do país e a redução da capacidade de gasto na administração direta obrigou o governo a uma seqüência de contenções importantes ao longo dos últimos tempos. Se foram bem feitas ou não, não vem ao caso. Afetou de forma muito abrangente boa parte dos órgãos públicos e empreendimentos, instituições, inclusive autarquias, algumas delas tendo perdido a eficácia (JAGUARIBE, 2004)

Esse relato aponta para alguns dos demais efeitos nefastos notados no país, quais sejam, a subvalorização do papel de suas instituições, ou mesmo ao questionamento acerca do papel das mesmas. Daí que tal prerrogativa se observa também na forma como os agentes passam a lidar com o INPI, uma vez que esse contexto maior sugere que a percepção acerca do sistema de propriedade intelectual, e mais especificamente de patentes, tenha sido entendida com certa incredulidade, inclusive em virtude da aparente inoperância para ajudar a colocar o país nas trilhas do desenvolvimento. Uma vez mais, é possível afirmar que talvez algumas das perguntas não tenham sido feitas ou respondidas adequadamente. Por exemplo, um sistema de patentes é positivo para todos os países?

Inicialmente, a tendência ou tentação natural seria afirmar categoricamente

que sim ou não. O problema é que a mera existência de um órgão de depósitos e registros não conforma o sucesso de um empreendimento, considerando-se que se deve conhecer adequadamente o potencial dos agentes nacionais em responder a tal estímulo, e do contexto doméstico, em promovê-lo. O comportamento dos agentes, os mecanismos governamentais de fortalecimento da indústria nacional, suas políticas públicas setoriais, todos esses são fatores relevantes.

De todo modo, e como resultado de uma política industrial que padeceu de medidas complementares para o seu sucesso e sujeito a naturais mudanças de governo que, todavia, apresentariam diferentes abordagens sobre a importância do sistema de patentes para o desenvolvimento nacional, é que o INPI, já enxergado como um órgão em que também se depositara alguma esperança, se tornaria relevado a segundo plano.

Há, em meio a esse processo, certa incredulidade com relação ao papel do sistema de propriedade intelectual como um todo, e ao de patentes, em particular. Se, antes, havia a compreensão quanto à competência do INPI enquanto um órgão capaz de organizar a inovação tecnológica nacionalmente produzida, por outro lado, e conforme a expectativa não se concretizava, os números demonstravam atender mais ao usuário estrangeiro do que ao nacional.

Um reflexo dessa segunda afirmação é retomando ponto anterior, segundo o qual, ao longo da década de 90 do século passado, crescem as medidas pelo enxugamento da máquina administrativa federal. Por outro lado, e a despeito da crescente relevância da temática da ciência e tecnologia como um objeto de preocupação por parte do governo brasileiro, o INPI se encontrava à margem desse processo. Novamente, a importância do órgão seria reduzida a mero reservatório de depósitos e registros. A dúvida que paira, no entanto, é se seus dirigentes e demais

gestores brasileiros optaram por esse tratamento por compreender a relevância de atividades de fomento para as indústrias nacionais ou se por interpretarem que um escritório de patentes como o INPI atenderia a interesses estrangeiros. Novamente, o sistema de propriedade intelectual era ou não desejável aos países em desenvolvimento? Indícios demonstram que a segunda interpretação, de descrença no sistema de patentes, ganharia *quorum* e um sem-número de adeptos, com dados e argumentos de sobra para subsidiar a tese de que o INPI deveria atuar como um cartório, sem maior participação, meio ou capacidade de contribuir efetivamente para a conformação do potencial inovativo brasileiro. De uma forma ou de outra, o papel estratégico do INPI foi reduzido a um mero órgão de registros.

Esse quadro é agravado com constantes disputas políticas entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, de um lado, e da Indústria e Comércio – consideradas todas as denominações acumuladas ao longo dos anos, de outro. O fato de o INPI dispor de recursos próprios - visto que sempre foi um órgão essencialmente superavitário, e, contrariamente ao que o bom senso poderia indicar, não contribuiria para que o governo federal conferisse maior atenção ao órgão. A explicação é, no mínimo, intrincada.

A disputa por verbas e por orçamentos crescentes colocou tradicionalmente a estrutura estatal refém das disputas políticas. Ministérios e Órgãos de prestígio são aqueles que recebem maiores fatias do orçamento da União. Mais do que isso. O critério é personalista. Os políticos que conseguem negociar e conseguir mais verba para pastas que fazem parte de sua respectiva quota de alianças e coligações eleitorais são os mais prestigiados. Dessa forma, o INPI era um órgão que funcionava às avessas dessa lógica. Uma vez superavitário, era sujeito às restrições orçamentárias com a finalidade de manter o superávit primário em tempos de

escalada na dívida externa do país.

## **2.8. Considerações gerais do capítulo**

O período que se segue à Segunda Guerra Mundial apresenta mudanças radicais, frente à primeira metade do século XX. É em meio a um contexto de grandes esperanças e expectativas que os acordos internacionais e as organizações internacionais ganham maior força, seja para modificar estruturas preexistentes, seja para aprofundá-las. Mas, o que por vezes não ficaria explicitado é que, na alavanca desse processo estava o próprio sistema de acumulação de capital. Nessa fase, a globalização assumiria mais intensamente suas vertentes de internacionalização e de liberalização (SCHOLTE, 2005), iniciada há séculos, mas em muito acelerada no último século pelos avanços tecnológicos recentes. Vale ainda mencionar que nesse período nota-se maior intensidade na criação de blocos econômicos e políticos. Ao contrário do estipulado por Fukuyama (1992), todavia, essa nova conjuntura internacional isso não implicaria uma redução do poder dos Estados. É o inverso do que ocorre, por sinal. Os Estados não perdem força nem sequer com a vitória do capitalismo pelo socialismo. Quando muito, Estados mais pobres são afetados, ao passo que aqueles mais industrializados tem aumentado gradativamente seu poder. Essa é uma consideração importante, posto que, apesar das influências e poder de convencimento por parte da iniciativa privada em todo o mundo – o chamado "lobby", os Estados ainda são os principais atores do sistema internacional, uma perspectiva que será mantida ao longo de todo este trabalho.

O presente capítulo, portanto, investigou e se propôs a demonstrar que a participação dos países menos industrializados para o aprimoramento do sistema

internacional de patentes baseado na CUP está na carona de um processo cujos fundamentos estão menos calcados historicamente no desenvolvimento social e econômico das nações, e mais na busca por prover os seus usuários, especialmente aqueles oriundos de países desenvolvidos, de maior competitividade a partir de procedimentos menos custosos e uniformes ao redor do globo.

Talvez a falta dessa percepção pragmática tenha realmente faltado aos países em desenvolvimento. Ou, justamente por sabê-las, e conscientes de sua fragilidade no comércio internacional, adotariam discursos com grande apelo moral, eficientemente relegados a segundo plano pelos países desenvolvidos. A própria resolução brasileira de 1961, por exemplo, teria sofrido, depois de cinco reuniões, modificações em sua redação, com consideráveis diferenças com relação à Minuta original apresentada, influenciada por sugestões oriundas do BIRPI e da Associação Internacional para Proteção da Propriedade Intelectual – AIPPI (MENESCAL, 471)

Isso não significa que os países em desenvolvimento tenham ficado sempre a mercê do processo de harmonização sempre. Exercitando sua capacidade de negociação e poderio em bloco, países como o Brasil veriam algumas das medidas de interesse defendidas, mesmo que no todo seus grandes objetivos de origem ideológica não fossem alcançados. O Brasil, vale sempre recordar, mesmo nos mais calorosos debates nas décadas de 50 e 60 do século passado (MENESCAL, 2007: 471) não era favorável a extinção do sistema patentário. Contudo, ao longo deste trabalho verifica-se que esse estigma prejudicaria maiores aspirações por parte do Brasil e de demais países em desenvolvimento que lhe confiassem a liderança e representatividade.

É interessante notar que no campo da política comercial o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, teve uma função algo similar, mas através de diferentes

métodos, a da Convenção de Paris no campo das patentes – isto é, o estabelecimento de um conjunto de regras mínimas que devem ser observadas por todos os países membros, mas subordinados a que cada país preserve a sua liberdade de organizar as próprias políticas e legislação de maneira que a considerarem mais apropriadas. (Nações Unidas, 1975: 119). Por paralelismo, um olhar mais atento por parte dos tomadores de decisão brasileiros permitiria que o Brasil fizesse uso de dispositivos flexíveis na CUP e em TRIPS, como a previsão legal sobre modelos de utilidade. Se os modelos de utilidade deveriam continuar a existir, no entanto, essa é uma outra questão que possivelmente o Brasil poderá refletir no futuro. O comparativo imediato, como recorda (HAGE, 2008) é com países como a Alemanha, que não fazem mais uso dos modelos de utilidade. Mas novamente, comparar um país em desenvolvimento a um desenvolvido, acredita-se, somente será uma medida eficaz se comprovado que o país fez seu "dever de casa". Afinal, não se deve esquecer que política pública é estratégia de governo. Adicionalmente, cabe destacar que, mesmo o Brasil não utilizando o período estabelecido em TRIPS para implantação de suas diretrizes no marco legal nacional, demonstrou explicitamente por meio de suas propostas de alteração do referido tratado que não concorda com o formato original de TRIPS.

Pode-se destacar como exemplo desta afirmação a proposta submetida por um grupo de 11 países (IP/C/W/356 de 24 de junho de 2002), sendo estes liderados pelo Brasil, proposta esta relacionada às diretrizes que definem as regras para a apropriação relativa à biodiversidade, normas essas que são desfavoráveis ao Brasil. Neste contexto, pode-se sugerir que dentre os motivos que levaram o Brasil a se tornar signatário do TRIPS, encontra-se na tentativa de estabelecer e/ou consolidar as ações brasileiras relativas ao comércio internacional, não sendo a



prioridade, ao menos nesse caso, o desenvolvimento do sistema nacional e internacional referente a proteção patentária.

Ainda, cabe destacar que não está em discussão se o Brasil agiu corretamente em aderir ao TRIPS no momento de sua criação e abrindo mão do período de adaptação que teria direito, visto que este assunto está fora do contexto de presente trabalho.

Fazer o dever de casa domesticamente antes de se colocar no ambiente externo é, por sinal, um aspecto fundamental que permeia a análise para a qual esse trabalho se encaminha ao longo dos próximos capítulos, em particular, no que concerne aos acontecimentos posteriores ao advento de TRIPS, e que levam às negociações no âmbito do Comitê Permanente de Patentes – SCP do SPLT. Antes, porém, é necessário melhor compreender a estrutura dos processos decisórios no foro multilateral da OMPI, e como o Brasil se insere e se movimenta nesse foro. É o objetivo do próximo capítulo.

### **CAPÍTULO III. O BRASIL NO PROCESSO DECISÓRIO NO COMITÊ PERMANENTE DE PATENTES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

O presente capítulo visa munir o leitor do conhecimento necessário para que melhor compreenda como se dá a inserção do Brasil no processo decisório do Comitê de Patentes - SCP da OMPI e, por conseguinte, nas negociações relativas ao Tratado Substantivo em matéria de Patentes - SPLT. Isso significa dizer que não é o foco deste capítulo abordar os desdobramentos, ou mesmo o processo de internalização – recepção - de um eventual SPLT no ordenamento jurídico brasileiro, sendo o seu propósito o de abrir a “caixa preta” do processo decisório tanto no Brasil quanto do Brasil na OMPI, da melhor maneira que seja possível. Com isso, espera-se, em caráter secundário, ter melhor compreensão quanto aos atores participantes domesticamente, a dinâmica de diálogo entre esses, e entre sua representação externa com o meio internacional que, em última instância, é a parte que pode gerar alguma influência no advento de um texto-base que origine um tratado como o SPLT.

De início, deve-se considerar que, mais do que se darem em etapas, esses são processos ocorrem de modo paralelo um ao outro e para os quais se faz necessário considerar inicialmente que o processo de tomada de decisão em um foro multilateral como a OMPI apenas se faz possível a partir da interação entre os atores por excelência das negociações internacionais, os Estados. De maneira complementar, contudo, é preciso considerar que a postura que os países assumem multilateralmente constitui, por sua vez, um reflexo de suas definições internas quanto aos aspectos que são de interesse estratégico ou vital para a segurança, o

bem-estar e o desenvolvimento econômico e social de sua população. Em miúdos, trata-se aqui de falar senão sobre outra que a sua política externa.

Nos termos da Constituição republicana de 1988, a responsabilidade pela definição da política externa brasileira cabe ao Poder Executivo, ao passo que ao corpo diplomático cabe fazer representar suas definições e orientações ante o cenário internacional a partir de, entre outras, “uma análise da compatibilização das realidades internas com as possibilidades externas” (OLIVEIRA, 2005: 14).

O poder executivo compõe, em direta analogia a Russell (1990:256 apud Oliveira, 2005:15) uma estrutura integrada “por um ou vários atores governamentais domésticos que têm a um tempo a capacidade de comprometer os recursos de uma sociedade e de evitar que a decisão adotada possa ser facilmente revertida”. No decorrer deste capítulo, a estrutura voltada a definição do processo decisório em temas ligados ao direito patentário brasileiro é abordada.

Essa perspectiva de definição interna deve, portanto, ser complementada ao processo de definição multilateral, que, conforme explicado por Russell,

O processo de tomada de decisões, por sua parte, vincula-se com a dinâmica decisória. Nele participam atores governamentais e não governamentais, do país e do exterior, numa sequencia temporal que se inicia a partir do momento em que uma conjunção de estímulos externos e internos requer a tomada de uma decisão determinada até que ela seja efetivamente adotada (RUSSELL, 1990:256 apud OLIVEIRA, 2005:15)

Posto isso, a abordagem aqui constante privilegia, em primeiro lugar, a premissa inicial de que o posicionamento brasileiro, entendido como uma resultante una e coerente de diferentes interesses existentes no âmbito do Estado brasileiro não existe naturalmente. Ela é, por assim dizer, produzida artificialmente em torno

de um órgão colegiado que não se restringe aos quadros altamente qualificados de diplomatas de carreira subordinados ao Ministério das Relações Exteriores – MRE.

Essa abordagem se afasta do modelo clássico de tomada de decisões proposto por G. Allison (1971),

baseado no comportamento de um ator racional unitário, sendo as opções políticas consideradas como decorrentes de um governo totalmente unificado e fundamentadas no cálculo dos meios adequados para alcançar os objetivos perfeitamente claros;(Allison, 1971 apud Oliveira, 2005:19)

Especificamente, a defesa dos interesses nacionais em torno da temática da propriedade intelectual é construída a partir da conjugação e edição em basicamente três órgãos coletivos de deliberação: o GIPI - Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, o CNCP<sup>111</sup> – Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual e o CGEN<sup>112</sup> – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Para fins do presente trabalho, o foco estará concentrado somente no primeiro, o GIPI<sup>113</sup>, que ocupa espaço de destaque na primeira seção deste capítulo.

### 3.1. O Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual- GIPI

Similar a outros grupos interministeriais, porém com duração indefinida<sup>114</sup>, o surgimento do GIPI, de acordo com Suguieda (2009), remonta a meados da década

<sup>111</sup> Criado pelo Decreto nº 5.244, de 14 de outubro de 2004.

<sup>112</sup> Criado pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

<sup>113</sup> Segundo Suguieda (2009) a criação do CNCP e do CGEN levaria o GIPI a com elas atuar de maneira coordenada com vistas a complementação de suas atividades em prol de sua atuação no Governo.

<sup>114</sup> No Brasil, é usual a formação de Grupos de Trabalho *ad hoc* específicos para discussão de

de 80 do século passado. Com uma atuação de caráter eminentemente informal, o grupo foi formado quando da necessidade de coordenação de posições de governo para atuação nas negociações relativas à propriedade intelectual na Rodada Uruguai do GATT. Em julho de 1990, a Portaria Interministerial nº 346 criaria uma comissão para elaborar o Projeto de Lei do Governo que alteraria o Código da Propriedade Industrial – CPI -, Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971. Dessa comissão, formada por várias subcomissões, já participavam ministérios como o da Saúde, da Economia e das Relações Exteriores. Fruto do trabalho dessa comissão também, a primeira proposta de Projeto de Lei para modificação do CPI foi encaminhado ao Congresso Nacional no ano de 1991.

Já no ano de 1995, a ainda pungente necessidade de coordenação da posição de governo para atuação nas negociações da Rodada Uruguai do *GATT*, levariam ao prosseguimento das reuniões de coordenação interministerial. Nesse mesmo ano, o GIPI teve seu funcionamento consolidado na III Reunião da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX. Vale destacar que ao longo da década de 80 e de 90 do século passado, o MDIC sofreria diversas mudanças na nomenclatura e em suas atribuições, em função das diferentes percepções da corrente política que assume o comando do poder executivo.

Em 1999, é por meio da Medida Provisória - MP nº 1.911-8, de 29 de julho de 1999, posteriormente ratificada por intermédio da Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003 que o anteriormente Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio é transformado em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Com

---

determinado assunto. Esses Grupos de Trabalho, contudo, possuem muitas vezes objetivos específicos e finitos, ou seja, sua existência cessa uma vez atingida a meta vislumbrada, o que geralmente se traduz em torno de uma deliberação que sirva para configurar o posicionamento que o país assumirá sobre determinado assunto. Estrutura mais avançada e desenvolvida é aquela levada a cabo por Grupos Interministeriais como o GIPI, cuja abordagem é similar, porém com duração indefinida.

o advento da Resolução CAMEX nº 12, de 10 de maio de 2001, a qual aprova o seu próprio Regimento Interno, fica especificado que o titular do MDIC cumulativamente preside a CAMEX.

As constantes mudanças institucionais relacionadas às transformações do MDIC desde 1999 em particular fariam necessário adequar e mesmo enquadrar o GIPI, por decreto. É desta forma que se contextualiza, no dia 22 de agosto de 2001, a publicação do Decreto de 21 de agosto de 2001, o qual “cria, no âmbito da CAMEX – Câmara de Comércio Exterior, o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, disciplina sua composição e funcionamento, e dá outras providências”. Esse decreto sofreria ainda duas atualizações por meio do Decreto sem número, de 11 de abril de 2005, e do Decreto sem número, de 28 de julho de 2008.

O grande desafio do GIPI é equilibrar compromissos internacionais e interesses nacionais, e ainda, coordenar esses mesmos interesses com vistas a unificar esforços, minimizando os impactos negativos, nos foros multilaterais quando negociações e discussões relativas a matéria se encontram em curso, especialmente naquela que é uma das linhas de ação do GIPI, qual seja, o acompanhamento da evolução do Direito Internacional sobre a Propriedade Intelectual.

Atualmente, são as seguintes as pastas com representação no GIPI:

- Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento - MAPA;
- Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT;
- Ministério da Cultura - MINC;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior -MDIC;
- Ministério da Justiça -MJ;

- Ministério das Relações Exteriores - MRE, representado mais comumente pela sua Divisão de Propriedade Intelectual - DIPI;
- Ministério da Saúde, representada pela sigla MS, com particular destaque para o Programa DST-Aids;
- Casa Civil da Presidência da República;
- Ministério do Meio Ambiente- MMA;
- Ministério da Fazenda - MF e
- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República- SAE.

Vale mencionar que formalmente a coordenação executiva do GIPI cabe ao MDIC, sendo que, na prática, há um compartilhamento de funções gerenciais do mesmo para com o MRE. Em parte, essa conduta é compreensível uma vez que as recomendações emanadas pelo GIPI são, em última instância, implementadas pelo próprio MRE, que conferirá o encaminhamento que julgar adequado às questões a ele trazidas de forma a fazer valer os interesses do Brasil os foros multilaterais dos quais participa.

Nesse tocante, é oportuno salientar que, a despeito de todos os órgãos supra mencionados merecerem, conforme mencionado por Athayde (2009), reconhecimento “pelo papel importante que desempenham na formulação e legitimação de nossas posições”, tendo “invariavelmente emprestado apoio às posições e táticas negociadoras do Brasil na OMPI”, a pesquisa feita neste trabalho valida o destaque do diplomata Otávio Brandelli<sup>115</sup> (2009) aos seguintes atores e agentes nacionais,

---

<sup>115</sup> Otávio Brandelli foi designado Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual em 2004, permanecendo no cargo até fevereiro de 2008, quando então partiu para missão permanente no

(i) no Governo: MRE, MDIC, MS (sobretudo Programa DST-Aids), MMA, INPI e Anvisa; (ii) no âmbito não governamental: ABPI, entidades representantes da indústria farmacêutica, ONGs ambientais e de defesa/promoção da saúde pública<sup>116</sup> (BRANDELLI, 2009)

Pode-se admitir destarte que temáticas como saúde pública e meio ambiente tem cada vez mais exercido um peso substantivo para o Brasil e o mundo como um todo. Contudo, o peso que cada um desses atores desempenha para o processo é relevante para o processo que se dá internamente para, posteriormente, advir um posicionamento brasileiro quanto às temáticas para as quais se fizer necessária a sua representação.

### **3.2. A legitimidade da participação dos órgãos de representatividade brasileira nas negociações internacionais em matéria de patentes**

O fenômeno de expansão da participação de componentes de outras esferas estatais na condução da política externa dos países, cujo potencial mais evidente é o de contribuir para a maneira pela qual se manifestará no ambiente externo o posicionamento doméstico quanto a determinado tema, não é recente.

Nas discussões no SCP, percebe-se que os países desenvolvidos cultivam o hábito de terem consigo representantes do setor privado como integrantes, assistentes em suas delegações, ao passo que o Brasil restringe a participação aos

---

exterior, na Delegação do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul, em Montevideu. Nesse período, Brandelli acumulou também a função de Diretor, interino, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Itamaraty. Anteriormente, a partir de 1992, Brandelli foi assessor da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis do MRE, até ter sido designado para a Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, em Bruxelas, em 1996, e retornando para a temática, em 2004.

<sup>116</sup> No que concerne aos atores e agentes não governamentais, Brandelli (2009) esclarece que o GIPI é um órgão coletivo receptivo “a conhecer as posições e argumentos das entidades privadas e organizações não governamentais com interesse na matéria”.



componentes do governo. Não há representantes da iniciativa privada presentes, apenas indiretamente por meio da ABAPI e ABPI que, ademais, representam geralmente o posto de vista dos agentes e escritórios de propriedade industrial.

Em um ambiente democrático, vale a máxima de “quanto mais participantes, melhor”. Contudo, o entendimento que cada um desses atores domésticos possui quanto a temática da propriedade industrial, e das patentes em particular, pode ser potencial problematizador nesse processo. A seguir, seguem algumas das competências relativas a cada um dos atores participantes do GIPI, conforme se pode inferir a partir das entrevistas realizadas.

O ator com maior evidência de legitimidade para militar nessas discussões é o INPI. Afinal, cabe a ele, nos termos da lei nº 9279 de 1996, analisar o cumprimento dos requisitos para a concessão de uma patente previstos em lei, bem como, nos termos do seu artigo 240, a seguinte revisão para o artigo 2º da Lei nº 5648 de 1970,

O INPI tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial."

Deve-se salientar, contudo, que o INPI é atualmente autarquia federal subordinado ao Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior – MDIC e, como tal, suas políticas devem estar em estreita consonância a pasta a qual faz parte e que, conforme anteriormente apontado, ocupa a Secretaria Executiva do MDIC.

Dentro da estrutura regimental do Ministério da Saúde, estabelecida por meio da Portaria GM nº 3965, de 14 de dezembro de 2010, compete ao Departamento do complexo Industrial e Inovação em Saúde, dentre outros,

Art 523. definir estratégias de atuação do Ministério da Saúde no campo da biossegurança, da biotecnologia, do patrimônio genético e da propriedade intelectual em articulação com outros órgãos e instituições afins [grifo nosso] (Brasil, 2010A)

Já a Anvisa é responsável por avaliar a segurança e eficácia do medicamentos patenteados no Brasil para a saúde pública da população, em consonância aos termos do art. 229-C da LPI.

O Ministério de Ciência e Tecnologia, atualmente convertido<sup>117</sup> em Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, conforma uma pasta que tradicionalmente possui relevância salutar para as deliberações na medida em que conta com seus fundos setoriais, além do Instituto Nacional de Tecnologia- INT e da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. É preciso salientar, contudo, que a despeito de algumas mudanças recentes, que perpassam a mudança de nome e a criação de um grupo de assessoramento especial em matéria de propriedade intelectual (Jusbrasil, 201), entende-se que a atuação do MCT possuía um viés marginal na medida em que, no processo que interliga as duas pontas, entre a bancada e o mercado, o MCT destinava um foco maior no primeiro. Vale apontar ainda que à época em que as deliberações em torno do SPLT o MCT atuava com foco distinto do atual, estando possivelmente a semente da mudança no advento da Lei de Inovação nº 10.973 de 2004.

O Ministério da Cultura – MINC têm atuado no GIPI em matérias primordialmente relativas às questões afeitas aos direitos autorais e conexos. Há pontos de interface, é importante destacar, entre os campos patentário e de direitos de autor e conexos, especialmente com relação às discussões relativas a acesso a

<sup>117</sup> AGÊNCIA BRASIL. MCT vira oficialmente Ministério da Inovação. Conforme disponível em: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=27136&sid=3>. Acessado em 16 de agosto de 2011.

conhecimentos tradicionais como pré-requisito para a concessão de patentes<sup>118</sup>.

O Ministério da Justiça - MJ, por sua vez, possui relevância restrita para as discussões relativas às patentes, uma vez que sua atuação no campo da propriedade intelectual está mais concentrada nas questões afeitas às contrafação e pirataria, o que é corroborado pelo fato de ser o MJ o secretariado executivo do CNCP- Conselho Nacional de Combate à Pirataria.

O Ministério do Meio Ambiente- MMA é ator central nas questões relativas ao desenvolvimento tecnológico vis a vis o meio ambiente. Em particular, para os debates que demandam uma abordagem relativa a acesso a recursos genéticos contidos no território nacional. Ela também possui atuação em discussões relativas a biodiversidade brasileira, especialmente nos casos de registros estrangeiros para nomes oriundos da biodiversidade nacional, como açaí e cupuaçu, casos que geraram controvérsias internacionais para reversão do registro marcário, sob o risco de penalizar exportadores de produtos in natura brasileiros.

O Ministério da Fazenda participa em aspectos em muito conectados a questões nas quais a propriedade intelectual deve ser abordada sob um viés para o campo econômico. Vale apontar que a Receita Federal do Brasil é unidade interna ao Ministério da Fazenda, e essa participa pontualmente em aspectos relativos a contratos e a transferência de tecnologia.

A Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos é um dos agentes mais novos tendo suas origens conectadas a Secretaria de Assuntos de Longo Prazo, extinta ainda durante o segundo mandato do governo Lula. De acordo com a Lei 11.754 de 2008, a SAE possuiria as seguintes atribuições: o planejamento nacional de longo

---

<sup>118</sup>

Valeria apontar, ainda que com importância relativa, as discussões relativas a softwares – programas de computador, na medida em que para algumas patentes específicas na área eletrônica haja mecanismos que seu utilizam de softwares associados, o que tem gerado, por sinal, a recorrência da expressão, ainda que indevida, de “patenteamento de softwares”.

prazo e a discussão das opções estratégicas do País. No documento “Brasil 2022”, há a meta para o Brasil em “decuplicar o número de patentes depositadas no INPI<sup>119</sup>”(Brasil, 2010B).

A Casa Civil, por sua vez, é instância mais importante, abaixo apenas da Presidência da República. É na Casa Civil que necessariamente passa para avaliação os tratados internacionais que necessitem de aprovação da Presidência da República. Tal é o caso, atualmente, do Protocolo de Madrid, para a área de marcas. No campo patentário, todavia, não há atualmente questões que demandem o parecer dessa unidade. De todo modo, um eventual SPLT, na medida em que se conforme enquanto um novo tratado, demandaria a aquiescência e parecer favorável desta unidade.

Finalmente, o MRE, possui missão institucional auxiliar a Presidência da República, especialmente na formulação da política exterior do Brasil, bem como manter relações diplomáticas ao redor do globo, de acordo com a Portaria nº 212 de 30/04/2008 (Brasil, 2008). Não é possível dizer que seja a parte mais importante do GIPI, mesmo se considerado que possui incumbência e competência “exclusiva” para representação externa, mas, reconheça-se, é das mais relevantes.

Não obstante o caráter mais democrático no que concerne a inclusão de várias instâncias subnacionais na deliberação de questões estratégicas relativas a condução das negociações em torno da propriedade intelectual, há diversas interpretações negativas quanto a esta tendência. Conforme abordado por Magnoli (2004), já nas últimas décadas, as chancelarias têm experimentado as repercussões da crescente burocratização institucional dos Estados. Tem-se ademais que a

---

<sup>119</sup> Esse é um aspecto merecedor de comentários ou mesmo de um levantamento futuro, na medida que permanece em aberto que tipo de patentes almeja-se, se de estrangeiros ou de nacionais, dado que o número de patentes de nacionais ainda é bastante inferior ao de estrangeiros. (WIPO, 2010B)

competitividade entre os poderes executivo e legislativo, bem como a concorrência entre órgãos internos à administração pública tendem a minar a autonomia dos diplomatas e a minorar seu tradicional monopólio quanto a condução dos interesses do Estado. Essa concorrência burocrática se verifica na prática pelo que George Keenan (apud Magnoli, 2004) denomina como “o aparecimento de uma diplomacia fragmentária”. Para tanto, bastaria verificar a composição das missões diplomáticas, diminutas para funcionários de carreira diplomática, e crescente para funcionários de outras agências e órgãos estatais (MAGNOLI, 2004: p.11).

As referências ora apontadas apresentam um viés negativo ou mesmo deletério para esse aparente surgimento recente de agentes outros que competiriam com os tradicionais diplomatas. Nesse tocante, é preciso considerar se essa é uma visão adequada ou não. Neste estudo, nada indica que esse caráter mais inclusor seja prejudicial para o Brasil. O que pode ser destacado quanto a esse arranjo diz respeito a sobreposição de legislações em determinadas matérias, caso do INPI e da ANVISA no que concerne às patentes sobre medicamentos, aspecto que será melhor investigado no capítulo 5. Por outro lado, um ponto positivo, por sinal a ser destacado, e que pode conferir maior vantagem para o Brasil nos próximos anos, ainda que não se possa detectar maiores influências no presente cenário avaliado nesta dissertação diz respeito justamente a uma maior inclinação por parte do atual mandatário da pasta do MCT em dialogar com o MDIC, tendo a propriedade intelectual como mecanismo de vantagem para o país e a inovação como propósito último a ser alcançado. Na Alemanha, por exemplo a pasta que seria equivalente ao MDIC, o Ministério de Economia e Tecnologia<sup>120</sup>, está diretamente atrelada a

---

<sup>120</sup>

Para mais informações, acessar: GERMANY. Federal Ministry of Economics and Technology. Disponível em: <http://www.bmwi.de/English/Navigation/economic-policy.html>. Acessado em 10 de agosto de 2011.

importância da inovação tecnológica. Deve-se destacar, contudo, que as ações aqui defendidas não devem se dar em detrimento do GIPI ou da estrutura pluriministerial consultiva previamente conformada, em conformidade ao exposto em matéria publicada pela Jusbrasil(2010) tendo as disputas políticas como aspecto de fundamentação basilar desse processo- como se verifica em item posterior neste capítulo, e sim em consonância a uma política de Estado que promova maior diálogo entre as diversas pastas da estrutura governamental brasileira.

Nada disso, contudo, minimiza o papel bipartite executado pelo MDIC, na posição de secretariado executivo, e do MRE, na condução ocorrida no cerne do GIPI.

### **3.3. O papel do MRE na condução e coordenação de interesses e na tomada de decisão e sua representação**

Nas atividades de representação estatal no exterior, em especial para os foros de negociação internacional, sejam os órgãos da ONU, suas agências ou programas é costumeira a conformação de uma delegação. Dentro dessa estrutura provisória com competência restrita a finalidade temporária de sua existência, qual seja, representar o Brasil em reuniões previamente ou, de modo excepcional, convocadas em regime de urgência, além desses representantes, que normalmente são justamente servidores públicos e especialistas que ocupam um papel de assessoria técnica, é destacada a presença de chefias de delegação, que em última instância são os responsáveis pela conduta que dado país seguirá para a ocasião para o qual foi destacado. Em tal função, é comum que sejam nomeados para tal função diplomatas de carreira, uma vez que esses são reconhecidos enquanto

representantes com competência específica para manifestação em matéria de voto, coordenação e edição dos interesses para os quais os demais componentes da delegação possuem a responsabilidade de fazer representar (VIOTTI, 2003).

Para as negociações na OMPI, que é o *locus* das negociações no qual este trabalho se debruça a analisar, não raro, há um apoio direto da Missão Permanente sediada em Genebra, na Suíça, uma estrutura equivalente a de uma Embaixada, incluindo seção consular, e que possui atuação específica junto às organizações internacionais.

A tomada de decisão é a resultante da inter-relação entre representantes dos diversos Estados pertencentes ao cenário internacional. E, quanto mais preparadas as delegações, maiores as chances de a tomada de decisão refletir os interesses do país interessado, no caso, o Brasil. E, ao contrário dos que considerariam se tratar de uma matéria tão somente inerente ao órgão executor brasileiro responsável pelo processamento dos pedidos de patentes, o INPI, para os debates concernentes ao campo patentário na OMPI, existe no âmbito do governo brasileiro uma lista extensa de “assessores técnicos” os quais, antes de mais nada, são partes interessadas que participam ativamente das discussões nacionais.

A razão para esse caráter multifacetado relativo às discussões patentárias decorre do entendimento de que as patentes constituem uma matéria que aflige os três poderes do governo brasileiro: o Legislativo, na medida em que eventualmente votar internamente a internalização ou não de tratados sobre o tema; o Judiciário, dado que possa existir desdobramentos importantes que resultem em modificações no ordenamento normativo brasileiro, nos direitos de seus cidadãos, e finalmente o próprio Executivo, para o qual existe um número cada vez crescente de partes interessadas, em pastas variadas, conforme será verificado mais adiante.

### **3.4. As implicações da influência de programas de governo político-partidários e da disputa de poder para a tomada de decisão**

O Estado como máquina e estrutura é um corpo, mas a dosagem dos remédios que serão por ventura ingeridos é em qualquer regime democrático administrado pelo governo eleito. Dessa forma, pressupor que um dado órgão possa se tornar independente da órbita das discussões político-partidárias constitui um equívoco automático. Afinal, conforme verificado anteriormente, a política externa deve ser entendida enquanto parte integrante dos interesses do Estado e não como mera extensão de sua política doméstica.

Em outros termos, a política externa assume a posição de continuidade daquela desenvolvida e executada internamente. De maneira tal que argumentos construídos discursivamente contrários a uma subordinação ou até "contaminação" acabam por ignorar não apenas alguns dos fundamentos mais basilares, como também a lógica que circunda a governabilidade em regimes democráticos. Dentro do padrão de Três Poderes, que constitui o sistema de pesos e contrapesos, formam-se sub-estruturas hierárquicas em constante interação, dentre os quais se encontram os próprios representantes governamentais, os servidores públicos imbuídos de competência para tal papel de representatividade.

Observa-se a partir principalmente de relatos de entrevistados que, além dos diferentes interesses políticos em jogo, é comum que se trave uma luta constante entre componentes de ministérios ou mesmo de unidades subordinadas aos mesmos para manter o controle de sua pasta, posto que a disputa de poder é uma constante na órbita pública. Além disso, é oportuno apontar a interface crescente e necessária de temáticas e assuntos tradicionalmente enxergados como de



competência exclusiva de outros ministérios. Essa interação, inevitável ou forçada, é potencial geradora de tensões.

Isso significa dizer que, não raro, existe internamente grande disputa política para redefinição dos limites e competências de cada pasta ministerial a cada novo início de governo e no decorrer dos mesmos em virtude dos posicionamentos tomados, dado que, crescentemente, temáticas variadas como Defesa, Meio Ambiente, Clima e mesmo Propriedade Intelectual são matéria de interesse comum entre vários Ministérios. Existem problemas específicos, contudo, relativos a disputas entre órgãos, como, por exemplo, entre o INPI e a ANVISA<sup>121</sup>

De todo modo, negar a influência político-partidária é negar toda a lógica que calca o sistema presidencialista, o modo como o governo eleito irá gerir o Estado, a importância da alternância de poder e mesmo subestimar o papel desempenhado pelos diferentes poderes na correção de eventuais desvios que esse sistema ou determinados agentes possuam. Some-se a isso que as relações com o ambiente externo confundem muitos desses interlocutores e mensageiros. Muitas vezes o mensageiro se confunde com a própria mensagem. O topo do iceberg pode se considerar mais afortunado do que a base ou corpo do iceberg. Eis o perigo do poder. A representação neles estabelecida pode se distorcer enquanto o próprio poder em si.

Um exercício ponderado de exposição dessas diferentes perspectivas será apresentado a seguir. Por meio de relatos, entrevistas e pareceres emanados de representantes de diversas instâncias governamentais, será abordada a maneira pela qual cada instância hierárquica na esfera do governo federal se posiciona com relação às discussões substantivas em matéria de patentes. O ponto de vista do

---

<sup>121</sup> Apesar de apontado anteriormente, esse item será melhor explorado no capítulo 5.

usuário do sistema também deverá ser levado em consideração, uma vez que esse é o principal afetado pela maneira como o governo brasileiro coordena suas políticas em propriedade intelectual.

Até o presente momento foi apresentada a conformação dos agentes brasileiros no que concerne a atuação para o campo de patentes. Na próxima seção, os conceitos apresentados serão relevantes na medida em que interagem com o foro internacional no qual as discussões estão sediadas. Para tanto, é relevante uma apresentação da estrutura da OMPI para posterior análise.

### **3.5. O Funcionamento e Estrutura Institucional e Administrativa da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI**

Criada em 1967 por meio da Convenção de Estocolmo, e, em 1974, incorporada ao sistema da Organização das Nações Unidas - ONU, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual -OMPI, torna-se o *locus* por excelência, durante cerca de três décadas, para as discussões relativas a promoção de mecanismos multilaterais de proteção a propriedade intelectual. Até o presente momento, a OMPI é responsável pela administração de 24 tratados internacionais<sup>122</sup> que versam sobre aspectos legais e administrativos relativos às patentes de invenções e modelos de utilidade, aos desenhos industriais, marcas e indicações geográficas, direitos de autor e conexos. Excetuando-se os dois últimos, relativos aos frutos literários e artísticos e pertencentes ao subsistema dos direitos autorais, os demais compõem seu segundo subsistema, denominado propriedade industrial.

---

<sup>122</sup> A contagem inclui a Convenção que estabelece a OMPI. Para mais informações, acessar: <http://www.wipo.int/treaties/en/> Acessado em 14 de outubro de 2007.

Atualmente, a OMPI possui 184<sup>123</sup> Estados-Membros e, no dizeres de Seintenfus (2008:209), possui uma estrutura institucional e administrativa consideravelmente mais complexa do que o verificado em outras agências especializadas do sistema ONU, em virtude da “permanência de regras oriundas das duas Uniões originais<sup>124</sup> no interior da organização unificada”. Com a colaboração de SEINTENFUS (2008), seu funcionamento está baseado nos seguintes órgãos coletivos internos:

- *Assembleia Geral*: prevista no art. 6º da Convenção de Estocolmo. É composta por todos os Estados-membros signatários da Convenção de Estocolmo e que, cumulativamente, são integrantes de ao menos uma de suas Uniões<sup>125</sup>. É o órgão máximo cujas deliberações possuem caráter de coordenação e fiscalização de todos os demais.
- *Conferência*: em conformidade ao art 7º da Convenção de Estocolmo, possui um caráter mais amplo do que a Assembleia, posto que reúne todos os signatários da Convenção de Estocolmo e a todos os demais países que a ela aderiram, independentemente de ser ou não membro de uma ou mais de suas Uniões. É a Conferência que determina a

---

<sup>123</sup> O número se refere a meados do mês de julho de 2011. Fonte: [http://www.wipo.int/about-wipo/en/how\\_wipo\\_works.html](http://www.wipo.int/about-wipo/en/how_wipo_works.html) . Acessado em 13 de maio de 2010. A título de curiosidade, atualmente a ONU possui 193 países membros, contando com o Sudão do Sul, que recentemente aderiu a essa organização internacional. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=39034&Cr=South+Sudan&Cr1> . Acessado em 21 de julho de 2011.

<sup>124</sup> A referência é para com as uniões técnicas e administrativas de 1883 e 1886, denominadas União de Paris e União de Berna.

<sup>125</sup> De acordo com o art. 2º, as “Uniões” referidas são as Uniões de Paris e de Berna, bem como Uniões Especiais bem como quaisquer outros acordos internacionais destinados a promoção da proteção da propriedade intelectual cuja administração é admitida pela Organização.

participação (ou não) de Estados não membros da organização bem como de organizações intergovernamentais (OIS) e de organizações não-governamentais (ONGS) em suas reuniões, na posição de observadores

- *Comitê de Coordenação*: é formado, segundo seu art. 8º, pelos Estados signatários da Convenção de Estocolmo e pelos países que integram os Comitês executivos das Uniões de Paris e de Berna. Possui as funções de aconselhamento e de organização da agenda das Assembleias, das reuniões e do próprio Diretor Geral.
- *Secretariado Internacional*: de acordo com o art. 9º, é também chamado de Escritório Internacional, é a unidade administrativa da OMPI, chefiada pelo seu Diretor Geral. Suas respectivas unidades e divisões internas são responsáveis pela coordenação de reuniões por Estados-membros e pela implementação de suas decisões, pela administração de sistemas de registro internacionais de PI, por desenvolver e executar os programas designados com vistas a atingir os objetivos da organização, bem como pela assistência técnica a seus membros<sup>126</sup>.

Além disso, a OMPI dispõe de uma Divisão de Auditoria Interna, de um Auditor Externo e de um Comitê de Auditoria voltados a garantia de sua responsabilidade financeira e transparência<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup>

Fonte: [http://www.wipo.int/about-wipo/en/how\\_wipo\\_works.html](http://www.wipo.int/about-wipo/en/how_wipo_works.html) . Acessado em 15 de maio de 2010.

<sup>127</sup>

Ib idem.

É importante ressaltar que os principais atores em todos os casos acima elencados são os Estados. Organizados por meio de dinâmicas de negociação multilateral, que compreende a comunicação e a interlocução para barganha de interesses comuns de mais de dois Estados, o que as diferenciam das negociações bilaterais, envolvendo apenas dois Estados, se encontram em um processo que se convencionou chamar de *diplomacia parlamentar*.

Desta maneira, torna-se mister analisar a maneira pela qual esses atores interagem no âmbito das negociações internacionais empreendidas nos órgãos coletivos da OMPI, assim como o papel de interlocução do Secretariado em meio a esse cenário. Antes, porém, como o objeto pretendido é o SPLT, é relevante verificar como esse é enquadrado no âmbito da OMPI.

### **3.6. O enquadramento do SPLT frente a tipologia de Tratados internacionais administrados pela OMPI**

A OMPI trabalha com três tipologias para os tratados internacionais nela depositados: tratados do tipo de proteção de propriedade intelectual, tratados do sistema global de proteção,<sup>128</sup> e tratados de classificação<sup>128</sup>, conforme tabela 02 abaixo:

Tabela 02: Tipologia dos tratados da OMPI

<b>Proteção à Propriedade Intelectual</b>	<b>Sistema de Proteção Global</b>	<b>Classificação</b>
Convenção de Berna	Tratado de Budapeste	Acordo de Locarno
Convenção de Bruxelas	Acordo de Haia	Acordo de Nice
Acordo de Madrid de Indicações de Origem	Acordo de Lisboa	Acordo de Estrasburgo

<sup>128</sup> Conforme disponível em <http://www.wipo.int/treaties/en/>. Acessado em 16 de agosto de 2011.

Tratado de Nairóbi	Acordo de Madrid (Marcas)	Acordo de Viena
<i>* Convenção de Paris</i>	Protocolo de Madrid	
<i>* Tratado sobre a Lei de Patentes</i>	<i>* Tratado de Cooperação em matéria de Patentes - PCT</i>	
Convenção de Fonogramas		
Tratado de Cingapura sobre a Lei de Marcas		
Tratado sobre a Lei de Marcas		
Tratado de Washington		
WCT		
WPPT		

Fonte: WIPO

De acordo com a tipologia em questão, o SPLT, caso concluído, enquadrar-se-ia sob a classificação de “Proteção à Propriedade Intelectual”, um vez que nesta categoria estão contidos tanto a CUP quanto o PLT, sendo que o SPLT pode ser considerado um tratado suplementar à CUP versando sobre aspectos substantivos do exame, ao passo que o PLT trata de questões formais.

Algumas considerações relativas a essa classificação, contudo, são possíveis. Em primeiro lugar, é interessante notar que a CUP e a CUB se encontram na mesma categoria de outros tratados, mesmo que os demais tenham sido largamente elaborados com base nesses dois tratados principais, ou ainda, que as normas posteriores a essas duas convenções tenham sido com base nelas elaboradas, ou a elas, a elas fazendo remissão. Ademais, é o momento de se destacar que o SPLT não é exclusivo no tratamento de questões substantivas em matéria de patentes. A CUP – assim como a CUB-, em ampla medida trata de matéria substantiva, versando sobre princípios e regras gerais quanto a maneira pela qual o sistema

patentário deva ser concebido ou referenciado, assim como a CUB, cabendo ao SPLT um viés complementar quanto a aspectos relativos a patenteabilidade.

Dessa maneira, seria possível depreender que os tratados de cunho verdadeiramente substantivo, ao versarem sobre aspectos fundamentais para a maneira pela qual o sistema é atualmente compreendido, são a CUP e a CUB. Os demais, que na tipologia da OMPI são referidos sob a égide de proteção à propriedade intelectual, poderiam ser mais facilmente compreendidos como tratados que versam sobre harmonização de procedimentos<sup>129</sup>.

### **3.7. O processo decisório internacional no contexto da OMPI**

A dinâmica de processo decisório na OMPI, assim como nas organizações internacionais, não é homogênea ou trivial, na medida em que diferem entre si consideravelmente.

Em referência direta aos trabalhos e classificações promovidas por Seintenfus (2008), é possível considerar que a OMPI pode ser inicialmente identificada enquanto uma organização de cooperação técnica internacional com o propósito de aproximar posições e a tomada de posições e iniciativas em torno de propostas de harmonização normativa e de procedimentos. O primeiro aspecto, de aproximação de posições e iniciativas decorreria do fato de se utilizar de um sistema de negociações abertas, muitas vezes com a participação da opinião pública, na árdua tarefa de procurar ajustar posições em matéria de direitos de propriedade intelectual, bem como tomar decisões compatíveis com os diferentes interesses. No que concerne ao segundo aspecto, e tal como ocorre em outras organizações

---

129

internacionais, a OMPI não receberem delegação de competência irrestrita ou de poderes dos Estados-membros, vindo a ser necessário que matérias de harmonização sejam levadas em consideração para que se alcance uma decisão ou deliberação sobre o tema. Excetuando-se as deliberações do Conselho de Segurança, um dos principais órgãos da ONU, as decisões que costumam ser emanadas dos organismos internacionais possuem caráter recomendatório.

Vale apontar que mesmo as Conferências Diplomáticas que dão origem aos tratados internacionais, para serem organizadas, partem de uma recomendação específica, alcançada após deliberação em uma das instâncias internas da OMPI, que conforme se verificará a seguir, no âmbito patentário possui o Comitê Permanente de Patentes – SCP como sua principal progenitora. Somente a partir desse esforço é que se dá a assinatura dos países, cuja expectativa geral é a de resultar em uma ratificação tão logo o número mínimo de assinaturas demandadas para fazer valer o tratado sejam alcançada ou que o tratado não seja denunciado a posteriori. Como o custo político e a pressão internacional costumam ser consideráveis, essa prática se torna deveras incomum nas relações internacionais. Mas, de lado com as questões anteriores, e de volta com a discussão presente acerca do processo decisório na OMPI, será oportuno fazer um breve repasse sobre os diferentes tipos quoruns demandados para votação na OMPI.

A sistemática de decisões para definição dos resultados das votações está adequadamente descrita na Convenção de Estocolmo, e ela é variável, dependendo do órgão coletivo interno considerado. Porém, uma consideração deveras significativa é a inexistência de decisões por meio de sistemas de maioria qualitativa. Isso significa dizer que os votos não são diferenciados segundo critérios próprios



como pesos ou coeficientes distintos, por exemplo, o que caracteriza o voto ponderado.

A OMPI é uma organização com práticas baseadas no modelo clássico de votação nas organizações internacionais, a partir do princípio de que cada Estado é avaliado como um voto. Como estipula sucintamente muito bem Seintenfus (2008:49-50),

Nestas circunstâncias, pode estipular diversos quoruns, seja a chamada maioria simples, de 50% mais um dos membros, ou a qualificada, de dois terços ou três quartos. Obviamente, o tratado pode prever diferente quorum para cada tipo de tema a ser enfrentado.

Assim, na Assembleia Geral, o quorum é aberto com a participação de metade dos Estados membros. Grosso modo, as decisões da Assembleia são tomadas por maioria qualificada – ou seja, dois terços dos presentes. Já a aprovação de medidas relativas à administração de acordos internacionais demanda uma maioria de três-quartos dos votos, enquanto a indicação de cada Diretor Geral eleito é feita por meio de maioria simples.

Considerando-se que a maior parte de países pertencentes à OMPI, assim como ocorre em demais organizações subordinadas ao sistema das Nações Unidas é de países em desenvolvimento, incluindo-se os diferentes graus em que se encontram, uma leitura superficial indicaria que esse conjunto de países tenderia a eleger o Diretor Geral de sua conveniência. Mas, como se verificará em outro momento, nem sempre os países em desenvolvimento chegam a um consenso bem como estão suscetíveis a barganhas regionais ou bilaterais específicas que, em

última instância, irão resultar em definições que podem ser desalinhadas com seus interesses nacionais e mesmo regionais<sup>130</sup>.

Para a Conferência, órgão de decisão coletiva formal e tradicionalmente mais inclusivo do que a Assembleia Geral, o percentual de países necessários para abrir quorum é inferior, de um terço dos presentes. As decisões, por outro lado, demandam a maioria qualificada de dois terços. Enquanto isso, o Comitê de Coordenação apresenta como regra a necessidade de metade dos Estados membros presentes, e suas decisões são estabelecidas por meio de maioria simples. O Comitê de Coordenação prevê, contudo, um sistema especial de recontagem dos votos. Para tanto, duas listas são preparadas, uma contendo os nomes dos Estados membros da OMPI do Comitê Executivo da União de Paris e outro contendo os nomes dos Estados membros da União de Berna, e a contagem em busca da maioria é feita levando-se em consideração ambos os grupos.

Além desses órgãos previstos na Convenção constitutiva da OMPI, existem ainda os Comitês Permanentes previstos em tratados de classificação internacional como os Acordos de Locarno, Nice, Estrasburgo e Viena, dentre os quais se encontram o Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP) e o Comitê Intergovernamental em Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (ICG). Haveria uma segunda categoria de Comitês, também chamados de “Permanentes”, em sua tradução, mas que, a bem da verdade, deveriam ser denominados como “comitês de caráter duradouro”, posto que são considerados enquanto comitês *ad hoc* de especialistas, dentre os quais se encontra justamente o SCP, foco deste trabalho. Para esses casos, o sistema de

---

<sup>130</sup>

Não se deve esquecer que, na última votação para Diretor Geral, o candidato brasileiro José Graça Aranha teve 40 (quarenta) votos, ao passo que o australiano Francis Gurry, candidato dos países desenvolvidos, receberia 41 (quarenta e um) votos, em uma votação que dividiu a organização e iniciou uma corrida pela busca de legitimidade dentro da organização.

regras de procedimentos e votação é previsto no documento “Regras Gerais de Procedimento da Organização Mundial da Propriedade Intelectual- OMPI<sup>131</sup>”, respectivamente, entre as Regras 25 a 39, para os Comitês Permanentes conforme previstos nos tratados de classificação internacional, e entre as Regras 46 a 55, para os Comitês de Especialistas Ad hoc.

### **3.8. O processo decisório no âmbito do SCP**

O SCP, como qualquer outro Comitê de caráter ad hoc, deverá ser convocado pelo Diretor Geral seja no marco de alguma união pré-existente, seja com a finalidade de implementação de programas pré-estabelecidos pela organização. Os participantes, que são os especialistas, serão, em regra, designados pelo Diretor Geral ou pelos governos ou organizações internacionais. Por regra geral também, os especialistas poderão ser acompanhados por conselheiros, ainda que haja a possibilidade de o Diretor Geral vetar sua participação. Normalmente, contudo, não há esse costume. No início de cada encontro, o comitê ad hoc deverá eleger, dos chamados “especialistas” presentes, um presidente e dois Vice-Presidentes que deverão fazer valer os procedimentos formais e de inscrição de especialistas para direito de fala e fechamento da lista de falantes, bem como a suspensão ou fechamento das reuniões, dentre outras.

Vale apontar que o método de votação é estipulado por meio do levantamento de mãos dos especialistas que representam cada um dos países elencados. Algumas dessas votações são previamente negociadas, especialmente em casos

---

<sup>131</sup>

Disponível em: [http://www.wipo.int/freepublications/en/general/399/wipo\\_pub\\_399.pdf](http://www.wipo.int/freepublications/en/general/399/wipo_pub_399.pdf) . Acessado em 01 de maio de 2010.

em que se considere com antecipação a não obtenção de votos suficientes. É dessa maneira que os países em desenvolvimento têm exercido ao longo do tempo seu poder de barganha. É oportuno apontar que as OIs e ONGs convidadas pelo Diretor Geral estarão na condição de observadores e, por isso, não deterão direito a voto.

Finalmente, valeria apontar que alguns dos países convidados para participar, por não possuírem recursos internos, são por vezes subsidiados pela Organização. Dentre esses países costumam figurar países que um dia foram ligados a esfera de poder da União Soviética e países africanos e constam em listagens pré-aprovadas no orçamento da OMPI.

Isso posto, o restante do presente capítulo versará sobre as negociações ocorridas no âmbito do SCP, com especial destaque no que tange à matéria substantiva para o campo patentário.

### **3.9. Considerações gerais do capítulo**

Verificou-se neste trabalho que o papel de interlocução nas reuniões da OMPI são exercidos prioritariamente pelos diplomatas de carreira, subordinados ao MRE. Porém, isso não significa que os demais componentes do Executivo, notadamente integrantes do GIPI, tenham um papel secundário para o posicionamento oficial que será adotado pelo governo brasileiro.

O MRE é uma estrutura governamental criada no Brasil com o objetivo de concentrar um corpo de funcionários voltados especificamente para lidar com os interesses do Brasil em meio a suas relações com outros países do globo, os diplomatas. Sua conformação variou muito no período republicano e, em especial, ganhou seus contornos contemporâneos não apenas com o surgimento do Instituto

Rio Branco como também pela decisão, durante o período do Estado Novo, em prover essa instituição de respeitabilidade ao fundamentar o ingresso de candidatos em termos outros que não as relações familiares e políticas, mas na meritocracia. Em meio a isso, o Instituto Rio Branco adquire papel singular na profissionalização dos diplomatas brasileiros, ao provê-los de formação sólida e, ao mesmo tempo, generalista em campos do saber tão distintos e tão complementares quanto economia, sociologia e ciência política (CHIEBUB, 1985).

Como a cada três anos em média os diplomatas mudam de posto, haveria de se considerar uma potencial falta de continuidade ao final desse período. Como porta-voz dos interesses do Estado, o diplomata serve bem a sua função, porém falha no desempenho e construção de uma memória institucional coesa e uniforme. Seguindo tal linha de raciocínio, é ainda oportuno reconhecer que o papel do diplomata é alvo de discussões múltiplas e, sobretudo, deve ser entendido em virtude das particularidades impostas por cada regime institucional.

Assim, não é de se estranhar a participação cada vez crescente de funcionários públicos não diplomatas na composição de delegações, grupos interministeriais e mesmo, em alguns países possuindo viés legitimado, de integrantes do setor privado para determinadas negociações mais sensíveis. Afinal de contas, serão esses, agentes privados, ou funcionários de agências, ministérios, empresas públicas, órgãos, etc, que irão munir o diplomata de informações específicas as quais poderão ou deverão ser levadas em consideração para fins do objetivo máximo que é o consenso, aqui transgredido em seu significado literal para denotar um entendimento entre as partes, seja ele positivo para um ou para ambos.

A segunda parte deste capítulo foi destinada a apresentar o funcionamento da OMPI e sua estrutura formal decisória. Verificou-se que a OMPI é um organismo que

segue o padrão democrático perseguido pelas demais agências especializadas, programas e mesmo órgãos da ONU, à exceção novamente do Conselho de Segurança, cujo poder de veto atribui aos Estados que os detém um poder qualitativo específico que os coloca em posição hierárquica superior aos demais, algo comparável somente a OMC, na qual o poderio econômico exerce influência salutar para os países desenvolvidos, na medida em que podem negociar com os demais Estados pontos de interesse.

No que concerne a esse último aspecto, pode-se destacar a retomada planejada pela OMPI para readquirir seu protagonismo no sistema internacional de propriedade intelectual, diminuído a favor da OMC, por meio do Acordo TRIPS, aprovado em 1994. É nesse contexto que se inserem as iniciativas por um retorno às negociações de tratados versando sobre questões substantivas no campo patentário, conforme se verifica a seguir.

#### **CAPÍTULO IV. AS NEGOCIAÇÕES EM TORNO DO TRATADO SUBSTANTIVO EM MATÉRIA DE PATENTES: DA RETOMADA DAS DISCUSSÕES EM MATÉRIA SUBSTANTIVA À AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Em capítulos anteriores, foram revisitados os principais acordos internacionais constituintes do que se convencionou denominar de um sistema internacional de patentes. Verificou-se também que, em seu cerne, todos esses acordos possuem entre si traços de propósitos não alcançados, embora intencionados, de uma harmonização mais profunda do que aquela experimentada originalmente pela CUP.

Deve-se apontar que as relações que os Estados membros teriam com a CUP seria de muita cautela. Mesmo com a interrupção das reuniões (...). Pelo contrário. Essa “doutrinação dogmática” em torno da CUP acabou por tornar os futuros tratados, mesmo o TRIPS, não apenas escravizados, como também a mercê dos temores e pecados originais que a CUP instigava. Tanto assim que o caráter de suplementação à CUP permaneceria até pouco tempo antes das negociações no âmbito do SCP enquanto seu referencial por excelência.

Isso O que fica evidenciado também é que, em sua maior parte, os acordos internacionais dificilmente surgem como um fruto de demandas espontâneas ou inéditas. Pelo contrário. Uma atenção redobrada revelará que as questões trazidas para discussão tendem a ser novas roupagens sobre uma vestimenta antiga já conhecida. Dessa forma, o PCT traria instrumentos de internacionalização que a CUP, em virtude de seu formato, não seria capaz de implementar.

Deixando de lado outros juízos que se fizeram constantes no capítulo anterior, pode-se dizer que o contexto que se segue ao surgimento de TRIPS é o de retomada das discussões em torno do Tratado de Harmonização complementar a CUP abandonado em princípios da década de 90 do século passado. Como se verificará

mais adiante, os trâmites levados a cabo pelos países na OMPI em sua intenção por finalmente concluir as negociações em torno da minuta seria primordial para o andamento das negociações futuras, o que inclui a formatação do PLT e sua posterior separação - ainda que não umbilical - do SPLT.

Os fatos que se demonstrariam, somados às colocações constantes acima levam a uma importante postulado que se adotará: um tratado não nasce enquanto termo de compromisso entre as partes contratantes, e sim a partir do momento em que é vislumbrado e discutido entre as partes interessadas, considerados os interesses e seus propósitos, caso permaneçam constantes.

Acredita-se que esse é o caso ocorrido na OMPI a partir de meados da década de 90 do século passado. Nem bem TRIPS havia sido concluído, e na OMPI, já se discutia a volta de um tratado pretérito a pauta de discussões.

#### **4.1. A retomada da harmonização patentária como ponto de pauta na OMPI**

O início de um movimento de retomada da OMPI enquanto foro internacional por excelência para negociações internacionais no campo patentário se dá a partir de outubro de 1994, quando a Assembleia da União de Paris realiza sua primeira manifestação pós-advento do TRIPS para que sejam envidados esforços no sentido de que os Estados membros busquem soluções para as principais questões envolvendo a minuta do Tratado de Harmonização de Leis de Patentes (WIPO, 1997). É, por conseguinte, marcada uma reunião consultiva para os dias 08 e 12 de maio de 1995, para preparação dos trâmites necessários com vistas a realização de uma conferência diplomática para conclusão do tratado, que já então estava sendo referenciado como “Patent Law Treaty” (LAFER, 1995).



Essa reunião fica a cargo do Reino Unido, ao passo que a vice-presidência cabe a representante da delegação argentina. De acordos com relatos de Lafer (1995), a delegação norte-americana causa alguma surpresa entre os presente ao declarar que não poderia continuar a discutir o tratado tal como originalmente proposto. Diversos países reagem, acusando a delegação norte-americana de boicote a retomada das negociações.

Os relatos e documentos acessados não esclarecem se a questão foi ou não uma estratégia ou não por parte dos EUA para que os pontos por eles considerados desinteressantes fossem definitivamente retirados da pauta de negociações. Contudo, nota-se que esse posicionamento causa uma reação entre os países participantes, que passam a debater em seus respectivos grupos regionais o melhor encaminhamento a ser conferido frente ao fato novo criado. No GRULAC<sup>132</sup> - Grupo de países latino- americanos e Caribe é tomada a decisão por continuar com os esforços de harmonização “a despeito dos EUA” (LAFER, 1995) sob a justificativa de que os países ali presentes já teriam alterado, ou estavam em vias de processo de alteração de suas legislações nacionais, considerado o projeto de Tratado de Harmonização inconcluso.

Lafer (1995) aponta ainda uma convergência no posicionamento dos diversos grupos presentes, praticamente unânimes em torno da procedência das negociações, vale dizer, não “somente formais e processuais” como também “no contexto de uma harmonização sobre questões substantivas”. LAFER (1995) ainda menciona que, em virtude dos debates terem ensejado uma participação bastante

---

<sup>132</sup> Nessa ocasião, o GRULAC estava sendo presidido pelo então delegado e diplomata paraguaio, o Conselheiro Rigoberto Gauto Vielman.

ativa por parte dos países presentes, uma participação mais representativa por parte da delegação brasileira teria se tornado, nessa ocasião, “dispensável”.

Ao seu término, contudo, a reunião consultiva adotaria a seguinte recomendação aprovada em plenário, de caráter mais restritivo do que a propensão manifestada por parte dos países, mas para a qual os EUA expressariam ao seu término a sua concordância (LAFER,1995),

Considerando que, na ausência de um consenso relativo a proposta básica anterior a conferência diplomática ocorrida em Haia em 1991, uma continuação dessa conferência pode tanto não ser a melhor abordagem ou não ser oportuna.

Acreditando que a harmonização das leis de patentes quanto a um número de matéria é do maior benefício para a proteção patentária das invenções,

Recomenda ao Diretor Geral da OMPI a busca de decisões a partir das reuniões da Assembleia Geral da OMPI e da Assembleia da União de Paris, em setembro de 1995 relativo a outra abordagem para a promoção da harmonização, particularmente de matérias concernentes a formalidades de depósitos nacionais e regionais, incluindo assuntos tais como assinaturas, mudanças em nomes e endereços, mudanças de titularidade, correção de erros, observações para os casos de recusa intencional, representação, endereço para serviço, conteúdo de ao menos parte do pedido de depósito, e uso de modelos de formulários internacionais, e que duas ou mais sessões do comitê de especialistas para discutir essas matérias sejam organizadas pela OMPI antes das sessões de setembro de 1997 das ditas Assembleias,

É nosso ponto de vista que a questão de hospedar uma conferência internacional, com qual agenda e quando, deveria ser considerada nas ditas sessões das ditas Assembleias [tradução e grifo nossos] (WIPO, 1997:614)

Aparentemente, entretanto, uma nova movimentação para ampliar o escopo teria sido realizada nos bastidores, razão outra não havendo, a princípio, para explicar o fato de, em nova reunião ocorrida no ano seguinte, a delegação norte-americana ter novamente reafirmado, de maneira mais categórica, que não estaria em condições de discutir questões substantivas, dentre as quais “unidade de invenção”.

Além disso, esse fato também sugere que os EUA podem ter sido, nesse momento, os maiores responsáveis pela separação celular que se verificaria a partir de então entre o PLT e o SPLT visto que, após essa manifestação específica, as delegações da Rússia, da Índia e da Coreia do Sul fazem uma interpelação para que o tratado que desenhava se restringisse definitivamente a questões formais. Isso não impede, contudo, que algumas ongs e países, expressassem interesses diversos, como Alemanha, Cuba, China, Portugal, e Japão que desejavam ainda assim a inclusão de um período de “carência”<sup>133</sup> para as patentes (DELBRASGEN, 1996).

Consta que durante a V Sessão do Comitê de Peritos sobre o Tratado<sup>134</sup>, ocorrida no ano de 1997, o novo diretor geral empossado, o sudanense Kamil Idris, estaria avaliando nesse momento a conveniência de se propor um novo tratado - como de fato se estava procedendo até então - ou se outras opções poderiam ser aventadas, como, por exemplo, uma mera adoção por parte de uma resolução pela Assembleia Geral, uma recomendação ou, ainda, um Protocolo Adicional ao PCT (DELBRASGEN, 1997).

Esse registro é relevante, na medida em que aponta para o entendimento de que, mesmo que uma ou outra proposta se apresentasse maior ou menor viabilidade, ainda assim o número de opções de que o Secretariado dispunha seriam relativamente amplos. Infere-se, entretanto, que o anseio pela legitimidade internacional levaria a direção da OMPI a fortalecer sua definição por perseguir o caminho multilateral.

<sup>133</sup> Termo mantido conforme originalmente registrado no documento, se refere ao “grace period”, no português, “período de graça.”

<sup>134</sup> No original, “Committee of Experts on the Patent Law Treaty”.

De algum modo, a mudança da alta administração acarreta outras que, por motivações de caráter tático ou estratégico, seriam perseguidas. Com isso, são anunciadas as criações de quatro comitês permanentes na OMPI, para marcas, desenhos industriais e indicações geográficas; para direitos de autor e conexos; sobre tecnologias da informação e, finalmente, para as patentes (DELBRASGEN, 1998). Vale apontar que, nesse caso, isso implica a extinção do Comitê de Especialistas/Peritos sobre o Tratado de Lei de Patentes no Tratado, para dar lugar ao Comitê Permanente sobre a Lei de Patentes<sup>135</sup>, onde as negociações seguiriam seu rumo.

Nas reuniões que antecedem a realização da Conferência Diplomática para a adoção do PLT, entre a primeira e terceira sessões do SCP da OMPI, assim como durante a realização da própria Conferência, seriam debatidos vários pontos de interesse do governo brasileiro. Uma das intervenções do governo brasileiro nessa ocasião ficaria restrita ao artigo 5(3) (III) relativo a exclusão de possibilidade de apresentação de pedidos em suporte de papel. O receio manifesto na ocasião, conforme explicitado em despacho telegráfico assinado pelo Embaixador Celso Lafer<sup>136</sup> se dava em virtude do entendimento de que,

(...) ainda existe uma disparidade grande entre a utilização crescente do formato eletrônico no Japão, nos EUA e em países europeus e, por outro lado, grande parte dos países em desenvolvimento onde os tramites são feitos em papel (SIC). (LAFER, 1998. Adaptado)

Nesse sentido, e dada a divergência de opiniões, o texto em questão foi colocado entre colchetes, que em linguagem diplomático significa que o texto permanece para submissão e definição em futuro próximo.

<sup>135</sup>

No original, Committe on the Law of Patentes.

<sup>136</sup>

Celso Lafer seria embaixador do Brasil junto à OMC, e embaixador do Brasil junto a ONU de 1995 a 1998.

Nessa mesma ocasião, o representante da ABPI e ABAPI se manifestaria contrário ao artigo 7.2 (DOC SCP/1/3) . De acordo com o informado, a adoção deste parágrafo abriria exceções à obrigatoriedade da representação do solicitante por um agente legalmente capacitado, o que “traria desvantagens para os países em desenvolvimento em termos de estímulo aa [sic] profissão de agente de propriedade industrial”.

De igual maneira,

Foi decidido que a OMPI realizarah [sic] um estudo sobre as relações entre o PLT, ora em negociação, e o tratado de cooperação em matéria de patentes, com o objetivo de determinar se e quais provisões do PLT deveriam ser compatibilizadas com o PCT(LAFER, 1998. Adaptado)

As partes encerraram a sessão sob a expectativa de realização de uma segunda e terceira partes respectivamente nos meses de abril e outubro de 1999 para posterior preparação da Conferência Diplomática a ser realizada no ano 2000.

Na terceira sessão, conforme relatada pelo Embaixador Celso Amorim<sup>137</sup> (1999), o Comitê finalizaria a elaboração do “Draft Treaty” e da Draft Regulations”, cujo conteúdo já estava em sua maioria aprovado por consenso na última reunião do Comitê. Vale mencionar que isso não significava que o trabalho estava finalizado. O projeto a ser submetido à Conferência Diplomática seguiria com as reservas solicitadas por diversos países para diferentes partes do texto.

Uma das reservas do lado brasileiro<sup>138</sup> estaria constante no artigo 6(2), especificamente em seus incisos (v) e (vi), que alegaria que “as exceções à representação obrigatória do depositante do pedido de patentes seriam excessivamente amplas” (AMORIM, 1999)

No que concerne ao item relativo ao depósito eletrônico, objeto de preocupação do lado brasileiro, o texto final do Regulamento seria favorável aos

<sup>137</sup> A partir de 1999, Celson Amorim se tornaria Embaixador junto a OMC e a ONU no lugar de Celso Lafer.

<sup>138</sup> Também se manifestariam contrários ao texto, tal como conformado, países como a Bélgica, a China, Cuba, Irlanda, Japão, Quênia, Portugal, Tunísia e Zimbábwe (AMORIM, 1999).

seus interesses, na medida em que passava a ser oficialmente facultativo o recebimento de depósitos de patentes por meio eletrônico. Isso não impediria países como a Rússia de manifestarem suas preocupações com uma eventual mudança que tornasse obrigatório o depósito eletrônico, mas sob o olhar brasileiro, esse problema estava, ao menos naquele momento, resolvido.

Um dos pontos mais intrigantes diz respeito a apresentação de proposta apresentada pela Colômbia para inserção de um novo artigo no texto do Tratado, que tratasse sobre a proteção aos recursos genéticos. Conforme salientado por Amorim,

A proposta baseava-se na Convenção de Biodiversidade, além da Decisão sobre o tema no âmbito do Grupo Andino. Apesar do apoio de diversas delegações de países em desenvolvimento, o tema não foi aprovado por resistência dos países desenvolvidos que entendem que o Tratado de Lei de Patentes tem caráter eminentemente processualístico. A proposta colombiana, por sua vez, abrangia questões substantivas que escapavam ao contexto do texto em negociação (AMORIM, 1999. Adaptado).

O Brasil, contudo, se absteria de se manifestar sobre a proposta colombiana dado que,

(...) ainda aguardamos a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei sobre Acesso a Recursos Biológicos, cujo conteúdo e aspectos processuais poderiam, em tese, ser distintos daqueles sugeridos pela Colômbia para a discussão do tema (AMORIM, 1999. Adaptado)

Ante a falta de consenso sobre o tema, a proposta não seria contemplada. Os países discordantes conseguiriam aprovar, inclusive, que no relatório final, constasse um pedido de convite ao Grupo de Trabalho sobre Biotecnologia da OMPI para discutir a questão, uma tática evidentemente de esvaziamento a proposta colombiana.

Vale mencionar que mesmo o Brasil questionaria, por meio de relato produzido pela Missão Permanente em Genebra, a validade de a proposta colombiana ser apresentada naquele foro,

caberia ponderar se o foro escolhido pela Colômbia para a discussão do tema seria o mais adequado, tendo em vista que, de fato, o texto do projeto de tratado não trata do objeto patenteável (como recursos biológicos, por exemplo), mas, antes, dos procedimentos adequados para o patenteamento. (AMORIM, 1999. Adaptado)

Vencidas as divergências, o SCP alcançaria o seu resultado mais notável, o Tratado sobre Lei de Patentes (PLT), adotado por uma Conferência Diplomática em 1º junho de 2000, entrando finalmente em vigor em 2005 após terem se reunido em três sessões, ocorridas em caráter bianual nos anos de 1998 - Primeira Sessão, dividida em primeira e segunda partes- e no ano de 1999- Segunda e terceira sessões. Por meio do PLT, os seus países signatários implementam uma estrutura internacional padronizada de requerimentos formais e prazos, assim como princípios básicos e mecanismos para impedir perdas não-intencionais de direitos.

As discussões relativas as futuras medidas de harmonização não cessariam no PLT. Acordo de caráter formal com vistas a uniformização do sistema patentário internacional, o PLT pode ser considerado modesto em objetivos perseguidos, se comparado ao Tratado Substantivo em matéria de Patentes (SPLT), cujas negociações são calcadas em questões de fundo, ou, como também se diz, de caráter substantivo, iniciando-se durante a quarta sessão do SCP em maio de 2000.

#### **4.2. A Quarta Sessão do SCP**

Entre os dias 6 (seis) a 10 (dez) de novembro de 2000, reuniram-se em Genebra, Suíça, 70 (setenta) países. Saliente-se que todos os presentes são países

signatários da CUP e/ou da Convenção da OMPI posto que a própria República Dominicana se tornaria signatária da segunda, em plena vigência quando da realização da quarta sessão do SCP.

Também participam como observadores representantes das Nações Unidas (UN), da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI), da Comissão Européia (EC), do Escritório de Patentes Europeu (EPO), e da Organização da Unidade Africana (OAU). E, ainda, um total de 13 (treze) organizações não governamentais, presentes como observadores.. Mantém-se nessa reunião uma representação do Brasil, composta por parte da Missão Permanente em Genebra, desacompanhada de um técnico do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.

Por se tratar da primeira reunião no âmbito do SCP desde a conclusão do PLT, as discussões da quarta sessão foram amplamente baseadas em documentos preparados pelo Escritório Internacional voltados a estimular a continuidade dos trabalhos deste comitê. Dentre os documentos apresentados, podem ser identificados os seguintes “Sugestões para o Desenvolvimento mais avançado do direito internacional de patentes” (SCP/4/2), “Texto a Proposta Básica para o Tratado e as Regulações conforme submetidas a Conferência Diplomática para a Conclusão de um Tratado Suplementar a Convenção de Paris pelo que concerne às Patentes, ocorrido entre 3 e 28 de junho de 1991 na cidade de Haia” (SCP/4/4), e o documento “Divulgação de Informação Técnica na Internet e seu Impacto na Patenteabilidade” (SCP/4/5).

Enquanto o objeto propriamente dito do documento SCP/4/4 foi devidamente apresentado no capítulo anterior, nada mais havendo a comentar sobre esse ponto, os documentos SCP/4/2 e SCP/4/5 são resumidamente discutidos nas sub-seções



adiante, salientando os principais pontos neles contidos. Tendo em vista o conteúdo de tais documentos, e procedendo com a explanação dos mesmos, espera-se duplamente fornecer ao leitor os instrumentos necessários para compreensão não apenas dos fatos ocorridos, foco deste capítulo, como do objeto propriamente dito de negociação para o SPLT.

#### 4.2.1. Sobre o Documento OMPI SCP/4/2 “Sugestões para Continuar Desenvolvendo o direito internacional de patentes”

O documento se calca primordialmente nas manifestações pregressas de diversas delegações<sup>139</sup> no âmbito do SCP, e, secundariamente, pela própria OMPI<sup>140</sup>, para que fossem consideradas medidas e propostas de continuidade nas discussões de harmonização relativas a requerimentos substantivos de direito patentário.

Além disso, é salientado o papel do PCT para o estabelecimento de um sistema de depósitos de patentes com o mesmo efeito daqueles pedidos depositados em cada um dos Estados Contratantes designados no pedido

<sup>139</sup> De acordo com o documento, essas menções foram feitas ainda na primeira parte da Primeira Sessão, ocorrida entre 15 a 19 de Junho de 1998.

<sup>140</sup> Afora a direta manifestação por meio do Programa e Orçamento para o biênio 2000-2001 que inclui, além da previsão da Conferência Diplomática para a conclusão do PLT, também “a consideração de viabilidade e pertinência de contínuas harmonizações em direito patentário”. A orientação propriamente dita, contudo, partiria da “Comissão de Assessoria em matéria de Políticas da OMPI”, uma comissão criada em março de 1998 pelo então Diretor Geral da OMPI, Kamil Idris, formada por “especialistas internacionais renomados oriundos de uma ampla gama de setores”. O que se percebe na realidade é uma politização desse comitê consultivo, posto que salvo representação da UNESCO, seus participantes são agentes governamentais. Vale apontar que o Brasil não despontaria como integrante dessa Comissão, antes se fazendo representar pelo Representante Substituto da Missão Permanente do Brasil em Genebra, Adhemar Gabriel Bahadian, cuja última manifestação nessa comissão se deu no ano 2000. De uma forma ou de outra, há de se mencionar que desde 2003 essa Comissão não seria convocada novamente para se reunir, nem tampouco há indícios de que o atual Diretor Geral Francis Gurry tenha tais pretensões. De todo modo, é possível destacar que a falta de representatividade e a natureza eventual e incerta tornam as manifestações dessa Comissão. Mais informações disponíveis em: <http://www.wipo.int/about-wipo/es/pac/index.htm>. Acessado a 7 de julho de 2010.

internacional, contendo princípios substantivos aplicáveis a fase internacional sob os auspícios do PCT. Ao mesmo tempo, “it may also be noted that PCT Article 27(5) allows a Contracting State to apply any substantive conditions of patentability as it desires during the national phase<sup>141</sup>”.

De igual maneira, é recordado o longo histórico de tentativas de harmonização legal e âmbitos nacionais e regionais, apontando-se como ponto de partida o ano de 1985 por meio da minuta do Tratado Suplementar a Convenção de Paris pelo que concerne às Patentes, discutida durante a primeira parte da Conferência Diplomática de 1991, jamais alcançando uma segunda parte e que previa harmonização em aspectos concomitantemente de forma e de fundo. Além disso, recorda que, ante o insucesso na OMPI, algumas das provisões, como, por exemplo, a de matéria patenteável, e a inversão do ônus da prova nas patentes de processos, direitos conferidos e prazos de proteção.

Não obstante, algumas das provisões por sua vez também não seriam tocadas pelo TRIPS, especialmente aquelas relativas a leis nacionais e regionais. O que desponta nesse sentido é um intento claro para que essa “complementação” seja realizada. Menciona-se também algumas iniciativas de harmonização regional bem sucedidas, como aquelas levadas a cabo pelo Escritório Europeu de Patentes – EPO (na sigla em inglês), pela Organização Euroasiática de Patentes – EAPO, a Organização Regional Africana de Propriedade Industrial – ARIPO e a Organização Africana da Propriedade Intelectual – OAPI, assim como legislações nacionais diversas no cerne de certos sistemas regionais, como o Pacto Andino.

Finalmente, o aspecto mais relevante ressaltado nesse documento são os seis tópicos sugeridos pelo Escritório Internacional para que sejam tomados como

---

<sup>141</sup> WIPO. Standing Committee on the Law of Patents. Fourth Session. Suggestions for the Further Development of International Patent Law. Geneva, November 6 to 10, 2000.p.3

base nas negociações relativas ao desenvolvimento do sistema internacional de patentes. Esses incluem as seis seguintes definições: 1) estado da técnica; 2) novidade; 3) atividade inventiva; 4) aplicação industrial (utilidade), 5) divulgação suficiente, 6) e a estrutura e interpretação das reivindicações. Cada uma dessas seis questões mencionadas serão sucintamente apresentadas nos itens abaixo.

#### 4.2.1.1. *Estado da técnica*

O documento trabalha em cima de uma aceção padronizada para Estado da técnica, e que, vale mencionar, recorre em alguns elementos ao texto constante no Tratado sobre Harmonização de Patentes de 1991. A aceção é a que segue,

O Estado da técnica é o conjunto de conhecimentos disponíveis ao público antes da data de apresentação ou, se a prioridade é reivindicada, antes da data de prioridade, de um pedido de patente. O reconhecimento do estado da técnica pertinente é uma das pedras angulares do exame de patentes, posto que esse estado da técnica será avaliado durante o exame para determinar a patenteabilidade da invenção em questão. Mediante a comparação da invenção para a que se solicita proteção com o estado da técnica se estabelecem a novidade e a atividade ou passo inventivo (não óbvio) da invenção. Ademais, estado da técnica irá, após a concessão da patente, ser determinante com vistas a avaliar a validade ou invalidade da patente.

Uma observação importante diz respeito ao termo “Estado da técnica” - prior art, em inglês-, que em si próprio não apresenta tradicionalmente significativas distinções quando comparado a expressão “Estado da arte” - ou state-of-the-art, em inglês.

A título de exemplificação, é oportuno recordar o disposto na norma brasileira. Segundo a Lei nº 9.279 de 1996, também conhecida como Lei de Propriedade Industrial -ou em sua sigla, LPI -, o estado da técnica é.

(...) constituído por tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, por descrição escrita ou oral, por uso ou qualquer outro meio, no Brasil ou no exterior, ressalvado o disposto nos arts. 12, 16 e 17. (LPI. Art.11. § 1º).

Por outro lado, nos Países Baixos, o Ato de Patentes do Reino de 1987 dispõe a doravante interpretação para “state-of -the art” em seu artigo 2º.parágrafo 2,

The state of the art shall comprise everything made available to the public by means of a description or in any other way before the date of filing of the application.

Como se infere do documento acima, as diferenças entre ambos são mínimas, sendo o aspecto mais detectável uma contraposição a uma variável espacial e territorial de divulgação, que na jurisdição sugerida pela norma brasileira se refere “ao Brasil ou ao exterior”, ao passo que o texto holandês é omissivo. Essa e outras distinções são inclusive destacadas pela OMPI (2000:4),

the application. On the other had, in other countries, non-written disclosures, such as oral disclosures, or use outside their jurisdiction, do not form part of the prior art, and thus do not constitute a bar to patentability.

Destaque-se que para fins das atividades de busca internacional e exame preliminar internacional, o Regulamento do PCT dispõe de uma conceituação em suas Regras 33.1<sup>142</sup>. e 64<sup>143</sup>. Entretanto, a incompatibilidade potencial existente

---

<sup>142</sup> Segundo a Regra 33.1 “Estado da técnica relevante para fins da pesquisa internacional. a) Para os fins do Artigo 15.2), o estado da técnica relevante abrangerá tudo o que tiver sido tornado acessível ao público em qualquer parte do mundo por meio de divulgação escrita (inclusive desenhos e outras ilustrações) e que possa ajudar a decidir se a invenção reivindicada é nova ou não e se ela implica ou não uma actividade inventiva (isto é, se ela é evidente ou não), desde que a acessibilidade ao público tenha ocorrido antes da data do depósito internacional. b) Quando a divulgação escrita mencionar uma divulgação oral, uma utilização, uma exposição, ou quaisquer outros meios através dos quais o conteúdo da divulgação escrita foi tornado acessível ao público, e quando essa acessibilidade ao público tiver ocorrido numa data anterior à do depósito internacional, o relatório de pesquisa internacional mencionará em separado este facto e a data em que ele ocorreu, se a acessibilidade ao público da divulgação escrita tiver ocorrido numa data que é a mesma ou que é posterior à data do depósito internacional. c) Qualquer pedido publicado e qualquer patente cuja data de publicação for a mesma, ou posterior, mas cuja data de depósito – ou, quando for o caso, a data da prioridade reivindicada – for anterior, à data do depósito internacional do pedido internacional objecto da pesquisa, e que fariam parte do estado da técnica relevante para os fins do Artigo. 15.2) se tivessem sido publicados antes da data do depósito internacional, serão especialmente mencionados no relatório de pesquisa internacional”. Fonte:

entre a definição levada a cabo pelas autoridades internacionais e aquela por parte dos escritórios nacionais levariam a divergências que poderiam inclusive impactar na determinação da novidade<sup>144</sup>, gerando considerações distintas para a concessão de um mesmo pedido, aceitos em alguns escritórios, e negados em outros.

Além disso, há questões gerais por serem identificadas e abordadas. O próprio relatório da OMPI (2000) reconhece haver dúvidas remanescentes ainda por serem abordadas, tais como, as expressões “meios para que seja tornado disponível ao público”, “disponíveis ao público<sup>145</sup>”, ambos intimamente conectados a questão espacial supra mencionada, e “pessoa experiente no ofício<sup>146</sup>”. Outras discussões, por exemplo, relativas ao estado da técnica são aquelas que giram em torno daqueles pedidos, que mesmo que tenham sido depositados antes, mas só foram publicadas depois da apresentação do pedido, são considerados de maneira distinta nos diferentes países.

#### 4.2.1.2. *Novidade*

According to this principle, an invention shall be considered to be new if it is not comprised in the prior art. Novelty therefore results from the

---

[http://www.wipo.int/export/sites/www/pct/pt/texts/pdf/pct\\_regs.pdf](http://www.wipo.int/export/sites/www/pct/pt/texts/pdf/pct_regs.pdf) Acessado em 08 de julho de 2010.

<sup>143</sup> Segundo a Regra 64.1 “Para os fins do Artigo 33.2) e 3), tudo quanto foi tornado acessível ao público em qualquer parte do mundo por divulgação escrita (incluindo desenhos e outras ilustrações), será considerado como estado da técnica, desde que esta disponibilização ao público tenha ocorrido antes da data relevante. Fonte:

[http://www.wipo.int/export/sites/www/pct/pt/texts/pdf/pct\\_regs.pdf](http://www.wipo.int/export/sites/www/pct/pt/texts/pdf/pct_regs.pdf) Acessado em 08 de julho de 2010.

<sup>144</sup> Conforme explicitado no documento OMPI (2000:5), está disposto no artigo 13 da minuta do Tratado Sobre Harmonização de Patentes de 1991 menções a que o conteúdo integral de um pedido apresentado e que surtisse efeitos em uma Parte Contratante antes da apresentação de um pedido em exame ainda que publicado depois seria considerado como parte do estado da técnica.

<sup>145</sup> De acordo com o documento OMPI (2000:5), o art. 2.viii da minuta do Tratado Sobre Harmonização de Patentes de 1991 “contemplava alguns detalhes relativos ao significado de ‘acessível ao público’ com respeito a certos documentos contidos nos arquivos de uma oficina/escritório nacionais, tais como um pedido, um informe de busca, uma patente o qualquer modificação em uma patente”.

<sup>146</sup> Do original “person skilled in the art”.

comparison between the existing prior art at the date of filing (or the date of priority) and the claimed invention. The underlying reason for the requirement of novelty is that nothing should be withdrawn from public use that already belongs to the public domain (WIPO, 2000)

O requerimento da novidade, como não poderia deixar de ser, é não apenas essencial como universalmente aceito e reconhecido. Já o conceito empregado, como verificado em outros caso, é uma situação distinta daquela verificada outrora. Conforme mencionado do documento OMPI (2000:5), “a exigência de novidade é que não deveria se impedir o uso pelo público de algo que já não pertence ao domínio público”.

O requisito da novidade consta no artigo 33.2 do PCT, a qual dispõe simplesmente que “uma invenção se considerará nova se não existe anterioridade no estado da técnica tal como se define no Regulamento”. Para os fins da novidade, por outro lado, consta uma descrição pertinente de estado da técnica na Regra 64<sup>147</sup> do PCT, o qual apresenta íntima relação entre ambos. Vale por fim mencionar que a proposta básica do projeto de Tratado Sobre harmonização e Patentes de 1991 incluía disposições com relativo grau de similaridade ao verificado.

---

147

64.1 Estado da técnica. a) Para os fins do Artigo 33.2) e 3), tudo quanto foi tornado acessível ao público em qualquer parte do mundo por divulgação escrita (incluindo desenhos e outras ilustrações), será considerado como estado da técnica, desde que esta disponibilização ao público tenha ocorrido antes da data relevante. b) Para os fins da alínea a), a data relevante será: i) sem prejuízo dos pontos ii) e iii), a data do depósito internacional do pedido internacional que constituir o objecto do exame preliminar internacional;

ii) se o pedido internacional que constituir o objecto do exame preliminar internacional reivindicar a prioridade de um pedido anterior e tiver uma data de depósito internacional que caia dentro do prazo de prioridade, a data do depósito desse pedido anterior, a não ser que a Autoridade responsável pelo exame preliminar internacional considerar que a reivindicação de prioridade não é válida; iii) se o pedido internacional que constituir o objecto do exame preliminar internacional reivindicar a prioridade de um pedido anterior e tiver uma data de depósito internacional posterior à data de expiração do prazo de prioridade mas que caia dentro de um prazo de dois meses a contar dessa data, a data do depósito desse pedido anterior, a não ser que a Autoridade responsável pelo exame preliminar internacional considerar que a reivindicação de prioridade não é válida por razões que não sejam o facto de o pedido internacional ter uma data de depósito internacional posterior à data de expiração do prazo de prioridade.

#### 4.2.1.3. Atividade Inventiva

Segundo documento da OMPI consultado, a expressão atividade inventiva,

denominada la no evidencia em alguns países es, como la novedad, uno de los requisitos fundamentales de la patentabilidad. En principio, está reconocida ampliamente en varios sistemas de patentes. Se considera que una invención entraña una actividad inventiva o no es evidente si, comparada con el estado de la técnica, no resulta evidente para una persona del oficio. Es decir que, mientras los criterios de novedad se satisfacen apenas existe algún tipo de diferencia entre la invención reivindicada y el estado de la técnica, sólo habrá actividad inventiva si existe una cierta diferencia cualitativa entre el estado de la técnica y la invención. No será así si en la fecha de presentación o de prioridad la invención reivindicada resultara evidente para una persona del oficio. (OMPI, 2000)

De maneira similar ao que ocorre com relação a novidade, a atividade inventiva ou a não evidencia devem ser examinadas em comparação com o estado da técnica existente a data de apresentação ou de prioridade do pedido em questão. Para tanto, toda diferença entre os sistemas de patentes em que se mantenha a definição do estado da técnica influirá no resultado de qualquer exame de atividade inventiva ou de não evidência. Outrossim, há divergências quanto a aplicação dessa expressão.

Para efeitos do exame preliminar internacional do PCT – ainda que não necessariamente da fase nacional, o requisito de atividade inventiva figura no Artigo 33.2 do PCT, que estabelece que se considerará que uma invenção possui atividade inventiva se, tomando em conta o estado da técnica tal como se define do Regulamento, a invenção não é evidente para uma pessoa do ofício na data pertinente. Mas há variações notadas em distintos sistemas nacionais. Em alguns, para determinar a atividade inventiva, podem ser combinados diferentes elementos do estado da técnica; outros países examinam o conteúdo do pedido unicamente

com respeito a novidade, sem levar em conta o requisito da atividade inventiva. Há casos, por fim, em que a pessoa de ofício é tratada como um especialista, ao passo que em outros casos a pessoa do ofício pode ser um leigo (OMPI, 2000).

No artigo 11.3 do Tratado sobre Harmonização de Patentes de 1991, estava incluída a seguinte disposição relativa a atividade inventiva

11.3): “Se considerará que uma invenção implica atividade inventiva (não ser evidente) se, tendo devidamente em conta o estado da técnica como se define no parágrafo 2), no tivesse sido evidente para uma pessoa do ofício na data de apresentação ou, quando se reivindique a prioridade, na data de prioridade de um pedido que a reivindica.” (WIPO, 1991)

#### *4.2.1.4. Aplicação Industrial*

A “aplicação industrial”, ou “utilidade” em certos países, é o terceiro requisito de patentabilidade amplamente reconhecido. Seu objetivo é excluir da patentabilidade as invenções que não têm utilidade em campo algum da indústria, que não conseguem o objetivo que se reivindica na invenção - por exemplo, o movimento perpétuo ou que somente possam ser utilizados com fins privados (OMPI,2000).

Para fins do exame preliminar internacional do PCT, o requisito de “aplicação industrial” figura no Artigo 33.4) do PCT, que estabelece que se considerará que uma invenção é suscetível de aplicação industrial quando, de acordo com seu caráter, seu objeto possa ser produzido ou utilizado em todo tipo de indústria. Dita disposição estabelece ademais que o termo “indústria” deve ser compreendido em um sentido mais amplo, como disposto na CUP. Por outro lado, a complexidade por detrás do termo “utilidade” justificaria por sua vez uma preocupação em harmonizar esse termo. Vale por fim ressaltar que o Tratado sobre Harmonização de Patentes de



1991, não constavam definições ou maiores explicações sobre esse termo.

#### *4.2.1.5. Divulgação suficiente*

É considerado que a divulgação ao público de uma invenção é a contrapartida pelo recebimento de direitos exclusivos que conferem uma patente. A divulgação permite ao público conhecer as novidades técnicas mais recentes e utilizar livremente o ensino técnico calcado na patente. Portanto, uma divulgação adequada e suficiente é uma obrigação importante do depositante.

Em princípio, se a invenção não é divulgada, ou se não se divulga o suficiente, não se poderá conceder uma patente, ou poderá invalidar-se a patente concedida. Como norma geral, e sem prejuízo das explicações adicionais dos parágrafos 31 e 32 do referido documento, uma invenção é divulgada se pode ser executada por uma pessoa do ofício tal como a reivindica, sobre a base da descrição da patente, sem necessidade de considerar-lhe inventiva (OMPI, 2000).

#### *4.2.1.6. Redação e Interpretação das reivindicações*

As reivindicações definem a invenção, e por isso o alcance da proteção da patente. Portanto, compõem o núcleo central da patente. Assim funciona particularmente depois da concessão da patente, posto que os terceiros não poderão utilizar comercialmente o que as reivindicações abarcam, mas poderão utilizar qualquer outra informação que figura na descrição. Por isso, é particularmente importante que as reivindicações contenham todas as características importantes da invenção reivindicada. As reivindicações conformam a base do exame no que se refere a patenteabilidade da invenção.

A razão para a inclusão desse aspecto decorre, uma vez mais, das disparidades existentes e consideradas de parte a parte dos Escritórios de propriedade industrial. Certos sistemas, por exemplo, exigem que sejam colocadas as características técnicas, ao passo que outras requerem dados de natureza econômicas ou outros elementos. Sob o aspecto formal também existem distinções. Alguns sistemas exigem para as reivindicações um formulário de duas partes para designar na primeira parte a matéria pertencente ao estado da técnica, e na segunda caracterizar e indicar novas características técnicas. Muitas leis também permitem várias reivindicações independentes conectadas entre si com base em um único conceito inventivo, ao passo que em outras, essas disposições são muito restritivas (OMPI, 2000).

#### *4.2.1.7. Período de graça*

Um dos pontos mais controvertidos, e que juntamente com o estado da técnica serve de elo com os outros aspectos supra citados, o direito interno de alguns países prevê um período de graça durante o qual a invenção poderá ser divulgada sem que isso afete sua patenteabilidade, enquanto em outros países se prevê um período de graça limitado a certos casos específicos. Outra categoria de países prevê unicamente as divulgações não questionáveis nos casos de certas exposições internacionais e de abuso evidente ao depositante. Nesse contexto, cabe mencionar o artigo 11 da CUP, que exige que os países da União concedam proteção temporária as invenções expostas em exposições internacionais.

No conjunto normativo brasileiro, em particular a lei 9.279 de 1996, o período

de graça é de 12 meses, prazo compatível com a proposta contida no Tratado<sup>148</sup> sobre Harmonização de Patentes de 1991.

#### 4.2.1.8. Resumo da Quarta Sessão

Nessa ocasião, a delegação norte-americana é a primeira a se manifestar. Ela apresenta um breve histórico sobre as negociações relativas ao Tratado Suplementar à Convenção de Paris e destaca que a minuta em questão talvez tenha sido muito ambiciosa, razão potencial para seu insucesso. Nessa medida, a delegação sugere que atuais negociações levem esse aspecto em consideração (WIPO, 2000).

A delegação japonesa adota nessa reunião uma posição indiretamente contrária aos EUA, na medida em que concordaria com as menções feitas mas solicitaria que outros pontos fossem abordados na minuta, incluindo: a necessidade de abordar o sistema de “primeiro a inventar” versus o de “primeiro a depositar”. A delegação também aponta que essa discussão acarretaria consequências inclusive para os pontos incluídos na minuta, como novidade e atividade inventiva. Outros pontos seriam ainda destacados, como os 18 meses relativos a publicação para os pedidos de patente e, um debate quanto a necessidade de o tratado aventado ser obrigatório a todos os países (WIPO, 2000)

A dinâmica da reunião em questão sugere que, nesse tocante, os EUA permaneceriam a parte de uma réplica, mas seria devidamente representado e, quiçá, “defendido” por países como França, Canadá e Alemanha, que ressaltaram que a necessidade de se chegar a um bom termo da minuta deveria prevalecer,

---

<sup>148</sup> precedentes a data de apresentação ou de prioridade do pedido, para os atos de divulgação realizados pelo próprio inventor ou que derivavam direta ou indiretamente dele.

ressaltando os riscos de se repetir o quadro verificado durante as negociações para o Tratado de 1991 (WIPO, 2000).

Vale apontar, entretanto, que os EUA se manifestariam posteriormente quanto a polêmica envolvendo a manutenção do sistema baseado no “primeiro a inventar”, segundo os quais haveria produzido muito debate doméstico quanto a questão (WIPO, 2000).

Ante as discussões envolvendo o escopo do tratado, diversas ONGS se manifestariam a favor da inclusão de outros tópicos. Nesse momento, o Secretariado da reunião se manifestou, optando pela sugestão que os seis pontos abarcados pelo documento SCP/4/2 fossem discutidos primeiro e, se necessário, outros seriam incorporados a posteriori (WIPO, 2000).

A única manifestação do Brasil constante explicitamente no relatório da reunião ficaria por conta de um comentário oriundo do representante<sup>149</sup> brasileiro quanto ao tópico concernente a duplicidade de esforços que poderia ser identificada para as discussões relativas a acesso a recursos genéticos, conhecimentos internacionais e folclore, para as quais havia o Comitê intergovernamental de Conhecimentos Tradicionais, Recursos Genéticos e Folclore – IGC. Nessa ocasião, a delegação norte-americana prontamente concordaria com o representante brasileiro presente (WIPO, 2000).

Quanto a essa declaração, uma possível explicação para a postura brasileira decorreria de uma abordagem ainda conectada aos propósitos do país para que a OMPI estipulasse mandato para a criação de um Comitê Permanente, que, segundo Amorim (2000) era uma proposta do GRULAC, convertida em um Comitê Intergovernamental pelo Secretariado da OMPI. Segundo o Embaixador,

---

<sup>149</sup> O representante brasileiro presente nessa ocasião era o diplomata de carreira Francisco Pessanha Cannabrava, lotado na Missão Permanente em Genebra.

considero conveniente manter aberta a possibilidade de aceitarmos, como resultado das negociações, a criação de um Comitê nos moldes propostos pelo Diretor Geral. Em conversas informais com delegados de países desenvolvidos, essa proposta parece contar com o apoio de diversos membros do Grupo B - com a exceção mais enfática dos EUA (AMORIM, 2000).

#### **4.3. A Quinta Sessão do SCP**

Entre os dias 14 (quatorze) a 19 (dezenove) de maio de 2001, reuniram-se em Genebra, Suíça, 78 (setenta e oito) países, o que significou uma volta ao patamar da 3ª sessão, antes do esvaziamento ocorrido na 4ª. Etiópia e Kuwait, apesar de signatários da Convenção da OMPI, não eram, como até hoje não o são, signatários da CUP.

Também participaram como observadores representantes da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Escritório de Patentes Euroasiático (EAPO), do Escritório Europeu de Patentes (EPO), da Comissão Européia (EC), e da Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI). E, ainda, um total de 19 (dezenove) organizações não governamentais, presentes como observadores.

A 5ª (Quinta) Sessão também se destaca pela retomada de um maior índice de participação, tanto por parte dos países quanto por parte das organizações.

Essa reunião marca o início efetivo das negociações já que nessa oportunidade as discussões se baseiam nas minutas do SPLT e do Regulamento e Diretrizes Práticas ao SPLT, constantes nos documentos SCP/5/2 e SCP5/3/. Seguindo parâmetros usuais nas negociações internacionais, o Secretariado da OMPI prepara um texto de discussão com duas alternativas de texto. O documento da OMPI (2001C) sugere que teria havido uma tentativa por negociar o tratado como um todo, porém a maioria das delegações presentes teria manifestado interesse em

discutir os pontos separadamente.

Delegações como os EUA apoiariam a alternativa B, considerada por eles de linguagem mais simples e direta. Algumas dessas delegações apoiadoras da proposta norte-americana recomendariam, ainda, que a linguagem adotada fosse compatível com o PCT e com o PLT para que o novo tratado estivesse em direta consonância aos demais mencionados. Uma discussão ponto a ponto se segue aos debates.

Segundo Amorim (2001A), diversas delegações de países em desenvolvimento, com o apoio do Brasil, expressam reservas sobre a redação proposta pelo Secretariado da OMPI, ante o entendimento de que os mesmos requisitos básicos, estabelecidos também no Artigo 27.1<sup>150</sup> de TRIPS, não são exaustivos, possuindo os países, dessa maneira, o direito de exercerem sua faculdade de escolha para exigência de outros requisitos à patenteabilidade.

É nessa oportunidade que o Brasil, antes reticente quanto a inclusão como ponto de pauta das discussões relativas a conhecimentos tradicionais e recursos genéticos, indicaria uma mudança de postura. Quando a minuta do artigo 19 veio à tona para ser debatida, a República Dominicana se manifestaria, em nome de países como Peru, Venezuela e Nicarágua, países com grande biodiversidade, apontando a necessidade de se pensar a importância do desenvolvimento das nações a partir de medidas de conservação sustentável e exploração de recursos biológicos e genéticos. Nesse sentido, o país reforça a necessidade de ser conferida a faculdade aos países, dentro de seu direito soberano, de impor o respeito a legislações nacionais concernentes à matéria, como uma exceção ao art 19 (2),

“(3) [*Compliance With Other Laws*] Nothing in this Treaty shall prevent a Contracting Party from adopting provisions for achieving

---

<sup>150</sup> O artigo prevê exclusões possíveis para a patenteabilidade.

compliance with its international undertakings and obligations, or from applying measures or sanctions to discourage infringement of those provisions, including making the grant of a patent subject to verification of compliance with those provisions, or from providing the possibility of revocation or suspension of the validity of a patent, either total or partial, if it is proved that any of those provisions has been infringed” (WIPO, 2001B).

Essa declaração seria ainda apoiada pelas delegações da Colômbia, Uruguai, Quênia e Sudão, com interesse direto na matéria.

A reação seria clara e imediata por parte dos EUA,

The Delegation of the United States of America stated that the proposal of the Delegation of the Dominican Republic seemed to introduce an additional requirement of patentability, which may, *prima facie*, constitute a violation of the TRIPS Agreement. The Delegation further pointed out that this type of issue was already discussed in the WIPO Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore, and advised to wait for the results of the work undertaken in that Committee. The Delegation of Japan supported the last point made by the Delegation of the United States of America. It further pointed out that the type of requirements mentioned by the Delegation of the Dominican Republic seemed to be outside the scope of patentability issues. On the compatibility with the TRIPS Agreement, the Delegation reserved its position at this stage (WIPO, 2001B).

Vale explicitar que também o Secretariado Internacional sairia da neutralidade nesse ponto, defendendo que as discussões fossem levadas para o ICG, estabelecido recentemente justamente com o propósito de que tais questões fossem debatidas. (WIPO, 20001B)

#### **4.4. A Sexta Sessão do SCP**

Ocorreu entre os dias 5 (cinco) a 9 (nove) de novembro de 2001 a 6ª (Sexta) Sessão do SCP, reunindo-se em Genebra, Suíça, 76 (setenta e seis) países. Seychelles aparece como não signatário da CUP, enquanto a recém formada Yugoslávia desponta como não signatária tanto das Convenções de Paris quanto da

OMPI. Caso que se mantém até os dias de hoje.

Também participaram como observadores representantes da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Escritório de Patentes Euroasiático (EAPO), do Escritório Europeu de Patentes (EPO), da Comissão Européia (EC), e da Organização Regional Africana da Propriedade Industrial (ARIPO). Ainda, um total de 16 (dezesesseis) organizações não governamentais, presentes como observadores. Essa é a primeira vez em que a ABPI e ABAPI não se fazem representar em uma reunião do SCP.

De acordo com o relatório apresentado por Amorim (2001B), o foco das discussões desta sessão concentra-se nos dispositivos específicos do projeto de Tratado, a citar, o Artigo 12, relativo às “Condições de Patenteabilidade”, ao Artigo 13, referente aos “Parâmetros para Recusa de um Pedido de Invenção”, e ao 14, que estabelece os parâmetros para invalidação ou revogação de um pedido ou de patente”. Vale apontar que, durante os preparativos para a sexta sessão, algumas preocupações são manifestadas (AMORIM, 2001A), especialmente quanto ao parágrafo 2 do Artigo 13 relativo aos "Grounds for Refusal of a Claimed Invention"<sup>151</sup>, cujo texto, conforme alegado, poderia limitar o direito dos países de estabelecerem requisitos outros de patenteabilidade, além da novidade, da atividade inventiva e da aplicação industrial.

De acordo ainda com Amorim (2001B), “nesta sessão do Comitê (...) o projeto de Tratado deixou de conter o requisito de aplicação industrial”. Essa omissão, que iria contra o artigo 27.1 de TRIPS, seria de interesse dos EUA - apoiados na ocasião por países como Austrália e Canadá - desejosos por “assegurar maior amplitude possível para a concessão de patentes”.

---

<sup>151</sup> Traduzindo para o português, algo como “Parâmetros para Recusa de um Pedido de Patente de Invenção”.



Por sua vez o Secretariado, em uma aparente íntima harmonia com os EUA, justificaria a medida em virtude de uma pretensa dificuldade por parte de alguns membros em conciliar o critério de aplicação industrial com os demais critérios.

Vale apontar que, apesar de defendida pelos EUA, a proposta encontraria barreiras justamente entre diversos países da União Europeia, que evidenciaria claramente que a medida seria uma redução aos padrões de patenteabilidade previstos em TRIPS, o que por sua vez ocasionaria a geração de maiores ambiguidades ao sistema.

Os registros oriundos do Itamaraty remeteriam à ideia de uma relutância, por parte do governo brasileiro, em torno de um SPLT que apresentasse excessivos pontos de interface com TRIPS. Em particular, com relação a “elementos que vão além das obrigações já existentes no Acordo TRIPS, que já estabelece padrões mínimos de proteção a patentes” (AMORIM, 2001B). A mera possibilidade de o SPLT estabelecer padrões com obrigações adicionais aquelas estabelecidas por TRIPS não apresenta força para sua continuidade em nenhum dos relatos colhidos por parte dos representantes do governo brasileiro participantes do GIPI. Isso ficaria explicitado no relatório de Amorim (2001B) por meio da proposta brasileira para que se voltasse a considerar a inclusão de um dispositivo de exceções gerais, para que cada parte contratante tomasse medidas que julgasse cabíveis, o que incluiria medidas para a proteção da saúde pública e do meio ambiente, além de outras medidas de interesse público.

#### **4.5. A Sétima Sessão do SCP**

De 6 (seis) a 9 (nove) de maio de 2002, se deu a reunião da 7ª Sessão do

SCP, em Genebra, Suíça representantes de 77 (setenta e sete) Estados. Ausente nessa ocasião, o Iran não celebraria junto aos demais sua nova condição de estado-membro da OMPI.

Também participaram como observadores representantes da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Escritório de Patentes Euroasiático (EAPO), do Escritório Europeu de Patentes (EPO) e da Comissão Européia (EC). Ainda, um total de 22 (vinte e duas) organizações não governamentais, presentes como observadores. Novamente, a ABPI e ABAPI não se fazem representar.

O novo Embaixador responsável pela Missão Permanente em Genebra nessa ocasião é Seixas Correa, que inicia seus relatos sobre as discussões no âmbito do SCP salientando que as discussões ali sediadas:

beiram o impasse em questões de grande significado político, que colocam em risco questões de interesse público (saúde, biodiversidade) e avanços em outros foros internacionais (OMC, OMS, CBD, Comissão de Direitos Humanos (CORREA, 2002).

CORREA (2002) salienta inicialmente o contexto político no qual a reunião se insere como relevante para a compreensão dos fatos e desdobramentos. Ele remete, por isso, a Conferência sobre o Sistema Internacional de Patentes, acontecida entre 25 e 27 de março daquele ano, e à sessão do Grupo de Trabalho sobre a Reforma do PCT, de 29 de abril a 3 de maio. Nesses dois eventos, segundo o mesmo, haveria uma inclinação demonstrada pelo Secretariado da OMPI em um desenvolvimento que poderia, eventualmente, resultar uma patente de efeito internacional.

Seixas Correa (2002) estabelece como evidência para essa leitura o início dos trabalhos do SCP, de que a dita Conferência teria deixado uma clara mensagem em

favor dos processos de reforma do PCT e da harmonização do direito substantivo de patentes. A declaração em si teria a ocasião causado desconforto entre diversos presentes, de acordo com Correa (2002), avessos a inclusão de uma agenda para um sistema internacional de patentes que, a médio e longo prazo, diminuiriam consideravelmente as flexibilidades do Acordo TRIPS, reforçando os direitos patentários e, em última instância, ampliando o escopo de patenteabilidade.

Ante o desconforto geral causado, a solução encontrada pelo presidente da sessão teria sido sugerir que dispositivos menos controversos fossem discutidos, uma tentativa “malograda (CORREA, 2002). O documento sugere que a declaração original de Francis Gurry teria problematizado sobremaneira a evolução dessa reunião, especialmente com relação a alguns artigos, como o art. 10, que busca harmonização entre o PCT e o SPLT, tido como “mais problemático”.

Discutir-se-ia também a possibilidade de se atribuir efeito de estado da técnica a patentes administradas pelo PCT, antes que essas entrassem em fase nacional. Nesse tocante, verifica-se uma polarização entre os EUA, de um lado, e Brasil,<sup>152</sup> Rússia, China, França, além do próprio EPO (CORREA, 2002).

No geral, essa reunião explicitaria divergências entre os próprios países desenvolvidos, e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Na maior parte dos casos debatidos, o documento em questão sugere que os EUA ficariam isolados, observando paulatinamente pontos por ele defendidos sendo colocados em versões mais flexíveis ou então em remissões diretas a TRIPS, com vistas a garantir que os termos previstos neste tratado não saíssem do âmbito da consideração. A

---

<sup>152</sup> A representação brasileira nessa ocasião ficaria a cargo do Secretário Francisco Pessanha Cannabrava, lotado na missão, Gustavo de Sá Duarte Barboza, da DNT, por Luiz Otávio Beaklini, Diretor de Patentes do INPI, e por Leandro Motta Oliveira, da Secretaria de Tecnologia Industrial do MDIC.

reação dos EUA, “extremamente negativa”, seria de explicitar que estaria havendo na sessão uma incompreensão relativa ao SPLT, que apontaria para um tratado de “best practices” em matéria de proteção patentária. Esse comportamento, como sugere Correa (2002), teria isolado os EUA nessa oportunidade.

#### **4.6. A Oitava Sessão do SCP**

Realiza-se de 25 (vinte e cinco) a 29 (vinte e nove) de novembro de 2002, a 8ª Sessão do SCP, em Genebra, Suíça. Contando com 76 (setenta e seis) Estados presentes, a Tailândia é o único novo integrante que desponta como não signatário da CUP. Seychelles, ausente nessa ocasião, tornou-se entre a 7ª e a 8ª Sessões, signatário da CUP, o qual entraria plenamente em vigor em princípios daquele mesmo mês.

Também participaram como observadores representantes da Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI), do Escritório de Patentes Euroasiático (EAPO), do Escritório Europeu de Patentes (EPO) e da Comissão Européia (EC). Ainda, um total de 24 (vinte e quatro) organizações não governamentais, presentes como observadores. A ABPI volta a acompanhar e a ser representada no SCP. A ABAPI, não.

As discussões foram baseadas na minuta do SPLT, documento SCP/8/2, e na Minuta do Regulamento sob o SPLT, documento SCP/8/3. Tomaram-se como base as Diretrizes de Práticas sob o SPLT, documento SCP/8/4, e propostas pelas delegações da República Dominicana e Brasil relativas aos artigos 2, 13 e 14 da minuta do SPLT, documento SCP/8/5.

O SCP debateria a minuta de artigos, em conjunto com suas correspondentes

regras e diretrizes de práticas. Ao Escritório Internacional caberia revisar as provisões baseadas nas discussões ocorridas na presente sessão bem como submetê-las, já revisadas, para a sessão subsequente.

Tabela 03: Pontos Negociados durante a Oitava Sessão

Artigo ou Regra	Em que consiste	Conclusão
Artigo 1(x)	Expressões abreviadas. Para os efeitos do presente tratado e salvo estipulação expressa em contrário (...) x) quando o benefício da data de apresentação do pedido principal se mantenha para a invenção reivindicada em conformidade com a legislação aplicável, a “data de prioridade de uma invenção reivindicada” em um pedido divisional, de continuação ou de continuação em parte, será a data de prioridade que se teria correspondido a invenção reivindicada no pedido principal.	Discussões giraram em torno da expressão “data de reivindicação”. Dissenso.
Regra 2	Pessoa habilitada na arte sob os Artigos 1(xi), 7(3)(b), 10(1), (4)(a) e 12(3), e Regras 4(1)(vii), 10(iii), 11(1), 12, 13(5)(ii), 14(1)(ii), and (2)(a), e 15(2), (3) and (4) Uma pessoa capacitada na arte deverá ser considerada uma pessoa hipotética que venha a ter acesso e a compreender o estado da técnica sob o artigo 8, e a ter capacidade ordinária e conhecimento geral no campo relevante da arte na data relevante.	Discussões giraram em torno de reunir os artigos 1(xii) e Regra 2 sob apenas uma interpretação. Foi consensuado que ambas as provisões estavam alinhadas.
Artigo 3(1)(iii)	Pedidos e patentes aos quais se aplica o Tratado ; iii) aos pedidos internacionais, de patentes de invenção e de patentes de adição em virtude do Tratado de Cooperação em matéria de Patentes, cuja tramitação ou exame tenha sido iniciado ante o Escritório dessa Parte Contratante em sua qualidade de Escritório designado em virtude desse Tratado;	Preocupações foram manifestadas acerca da duplicação de definições entre os artigos 1(v), 3(1)(iii) e 8(2).
Artigo 3(2)	Pedidos e patentes aos quais se aplica o Tratado. [Exceções] O presente Tratado e o seu Regulamento não serão aplicáveis aos pedidos e patentes que estejam prescritos no Regulamento.	Dissenso.
Regra 3	Exceções Sob o Artigo 3(2) Os pedidos de depósito e patentes referidos no Artigo 3(2) são: (i) pedidos provisórios para patentes para invenção e para patentes de adição; ii) pedidos para reimpressão.	Dissenso quanto a inclusão das expressões “segunda fila de proteção” e “reedição da patente”
Artigo 4(1)	Direito a [uma] patente; 1) [Princípio] O direito a patente pertencerá: i) ao inventor, ou ii) ao sucessor do inventor.	O SCP concordou que essa provisão foi pensada primordialmente para lidar com a proibição de derivação imprópria ou roubo da invenção.
Artigo 4(2)	Direito a [uma] patente; [ Invenções de empregados e invenções encarregadas] Sem prejuízo do estipulado no parágrafo 1), qualquer Parte Contratante terá liberdade para determinar as circunstâncias em que o direito a patente pertencerá ao empregador do inventor ou a pessoa que tenha	Solicitada a inclusão de um parágrafo para atividades de pesquisa em universidades e acordos entre o inventor e a firma concluídas fora do escopo da relação

	se encarregado ao inventor dos trabalhos cujo resultado seja a invenção.	empregatícia. Não houve maiores comentários sobre a proposta em questão.
Artigo 4(3)	Direito a [uma] patente; [Invenções realizadas conjuntamente por vários inventores] Quando uma invenção reivindicada tenha sido realizada conjuntamente por vários inventores, em virtude do parágrafo 1) cada inventor terá o mesmo direito que os demais sobre a patente e em forma indivisível, salvo que os inventores acordem o contrário.	Dúvidas manifestas quando a expressão “direito igual e indivisível”.
Artigo 5(1)	Pedido. 1) [ Partes do pedido] Um pedido deverá conter as seguintes partes: i) um pedido; ii) a descrição. lii) uma ou mais reivindicações, iv) um ou mais desenhos [ quando necessários para a compreensão da invenção reivindicada] [ quando eles forem referidos na descrição ou reivindicações] e v) um resumo.	O Escritório Internacional foi instado a desenvolver esclarecimentos a serem utilizados para discussões futuras.
Artigo 5(2)	[Requisitos relativos as partes do pedido] a) Salvo estipulação em contrário no presente Tratado e o Regulamento ou no Tratado sobre o Direito de Patentes, nenhuma Parte Contratante exigirá o cumprimento de nenhum requisito relativo ao pedido, a descrição, às reivindicações, os desenhos ou o resumo de um pedido, diferente do adicional aos requisitos relativos ao pedido, a descrição, as reivindicações, os desenhos ou o resumo que estejam previstos em virtude do Tratado de Cooperação em matéria de Patentes relativos aos pedidos internacionais. b) Uma Parte Contratante terá liberdade para prever requisitos que, desde o ponto de vista dos depositantes e titulares da patente, sejam mais favoráveis que os requisitos mencionados no separado a) na medida em que se refiram a forma ou ao conteúdo de um pedido.	Não houve apoio geral para esta provisão.
Regra 4	Requisitos relativos ao conteúdo, maneira e ordem da descrição em virtude do Artigo 5.2) 1[ Conteúdo, maneira e ordem da descrição] Depois de indicar o título da invenção reivindicada, a descrição deverá: i) especificar o setor ou setores [m tecnológicos] a que pertence a invenção reivindicada; ii) indicar a técnica anterior que, a juízo do depositante, possa ser considerado útil para a compreensão da invenção reivindicada, assim como para a busca e exame e[ de preferência] citar os documentos que refletem essa técnica anterior; iii) descrever a invenção reivindicada nos termos que permitam compreender a invenção reivindicada e, de preferência, em termos tais que o problema (ainda quando não se declare expressamente como tal) e sua solução possam ser compreendidos, e indicar os efeitos vantajosos da invenção reivindicada, se os tenha, relativa a técnica anterior. iv) quando se requeira o depósito de material biologicamente reproduzível em virtude da Regra 11, indicar o feito de que se tenha realizado dito depósito e identificar pelo menos o nome e direção da instituição de depósito, a data de depósito e o número de ordem atribuído ao depósito pela instituição, assim como descrever, na medida do possível, a natureza e	As Regras 4(1) (iv) e (v) e 4(1)(vii) e (2) foram aceitas provisoriamente. As restantes demandariam revisões futuras.

	características de dito material, pertinentes relativos a exigência de divulgação da invenção reivindicada; v) descrever brevemente as figuras dos desenhos, caso existam; vi) expor pelo menos uma forma de realizar a invenção; isso se fará mediante exemplos, quando resulte apropriado, e com referência aos desenhos, se houver; vii) indicar explicitamente, quando ele resulte de outro modo evidente para um especialista na matéria do pedido ou da natureza da invenção, a maneira ou maneiras em que a invenção reivindicada satisfaz a condição de ser útil ou suscetível de aplicação industrial. 2) [Apresentação diferente do conteúdo/] Uma Parte Contratante aceitará o conteúdo da descrição apresentada em uma forma ou em uma ordem diferentes dos especificados no parágrafo 1) quando, devido a natureza da invenção reivindicada, uma forma ou uma ordem diferente permita uma melhor compreensão ou uma apresentação mais concisa do conteúdo da invenção reivindicada.	
Regra 5(2)	Requisitos adicionais relativos às reivindicações em virtude do Artigo 5.2) [ Forma de redigir a reivindicação] As reivindicações deverão ser redigidas, a critério do depositante, i) em duas partes, consistindo a primeira de um preâmbulo que indique as características da invenção que sejam necessárias para a definição da matéria reivindicada e que, combinadas, pareçam formar parte do estado da técnica, e a segunda, (“ a parte característica”) precedida por uma fórmula análoga, consistente de uma indicação das características que, combinadas com as características mencionadas na primeira parte, definam para a que solicita proteção, ou ii) em uma parte única que enuncie uma combinação de várias características ou uma única característica na que se defina a maneira para a qual se solicita proteção.	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto em consonância as recomendações feitas.
Regra 5(3)	Requisitos adicionais relativos às reivindicações em virtude do Artigo 5.2) [ remissão, nas reivindicações, a descrição e aos desenhos] a) Nenhuma reivindicação poderá conter, exceto quando seja absolutamente necessário, remissões a descrição ou aos desenhos eventuais, por exemplo, remissões do tipo “como se descrevem na parte....da descrição” ou “como se ilustra na figura....dos desenhos”.;b) Uma reivindicação poderá não conter desenhos, mas poderá conter quadros, gráficos, e fórmulas químicas ou matemáticas.c) Quando o pedido contenha um desenho, toda característica mencionada em quaisquer das reivindicações poderá ser acompanhada de um sinal de remissão a parte aplicável do desenho em questão, se isso facilita a compreensão dessa reivindicação, este sinal de remissão deverá colocar-se entre colchetes ou entre parêntesis.	Aceito provisoriamente.
Regra 5(4)	Requisitos adicionais relativos às reivindicações em virtude do Artigo 5.2). [Reivindicações dependentes e dependentes múltiplas] a) Toda reivindicação que compreenda todas as características de outra ou	Aceito provisoriamente.

	outras reivindicações (denominadas adiante “reivindicação dependente” e “reivindicação dependente múltipla”, respectivamente) deverá, de preferência no começo, ser remetida nessa outra reivindicação ou essas outras reivindicações, segundo seja o caso, mediante a indicação de seu número, indicando adiante as características reivindicadas que se agregam às reivindicadas na outra reivindicação ou reivindicações.	
Artigo 5(3)	[Requisitos relativos as partes do pedido] [Resumo] Salvo o disposto no Artigo 7.5, o resumo mencionado no parágrafo 1)v) será simplesmente de caráter informativo e não se levará em conta com finalidades de interpretação do alcance da proteção solicitada ou de determinação da suficiência da divulgação e a patenteabilidade da invenção reivindicada.	Dissenso e em aberto para futuras discussões relativas a minuta do texto.
Artigo 6	[Requisitos relativos as partes do pedido] [ Unidade da invenção] As reivindicações do pedido somente poderão se referir a uma invenção ou a um grupo de invenções relacionadas de tal maneira entre si que conformem um único conceito inventivo geral, segundo o estipulado no Regulamento.	Nenhuma discussão foi levantada sobre esse ponto.
Regra 6	Detalhes relativos a exigência de unidade da invenção em virtude do Artigo 6. 1)[ Circunstâncias nas que se considerará cumprida a exigência de unidade da invenção] Quando se reivindique um grupo de invenções, permanecerá cumprida a exigência de unidade da invenção quando exista uma relação [ técnica] entre ditas invenções que impliquem uma ou mais características [ técnicas] especiais idênticas ou correspondentes que definam uma contribuição que cada uma dessas invenções, considerada em sua integridade, aporte ao estado da técnica. 2) [ Forma de redigir as reivindicações sem incidência sobre a determinação da unidade da invenção] Para determinar se um grupo de invenções está relacionada de tal maneira entre si que conforme um único conceito inventivo geral, será indiferente que cada uma das invenções se reivindique em uma reivindicação separada ou como alternativas dentro de uma mesma reivindicação.	Nenhuma discussão foi levantada sobre esse ponto.
Artigo 7bis	Modificações ou correções das patentes 1) [ Limitação da extensão da proteção] a) A pedido do titular da patente, o Escritório efetuará, nas condições previstas em virtude da legislação aplicável modificações ou correções na patente para limitar a extensão da proteção conferida por esta. 2) [ Modificações ou correções que afetam a divulgação] Não se permitirá nenhuma modificação em uma patente em virtude do parágrafo 1) se a mudança der lugar a que a divulgação contida na patente for além do divulgado na descrição, as reivindicações e os desenhos eventuais na data de apresentação do divulgado, em conformidade com o PLT, em uma parte faltante da descrição ou em um desenho faltante.	Dissenso. O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto e submetê-lo para sessões futuras;
Artigo	Observações, modificações ou correções do	Dissenso



7(1)	pedido.1) [Possibilidade de formular observações, modificações ou correções em caso de rejeição ou negação previstos] a) Quando o Escritório tenha previsto rejeitar ou negar um pedido com motivo de que não cumpre com algum dos requisitos previstos no artigo 13.1) dará ao depositante ao menos uma possibilidade de formular observações sobre a rejeição ou delegação previstos, e de efetuar modificações e correções do pedido, dentro do prazo previsto no Regulamento.b) Nenhuma Parte Contratante estará obrigada a aplicar o subparágrafo (a) quando a rejeição ou negação previstos de um pedido divisional, de continuação ou de continuação em parte, estiver baseado no descumprimento de algum dos requisitos estabelecidos no artigo 13.1) em respeito dos quais a possibilidade prevista nesse subparágrafo já tenha sido outorgada em relação com o mesmo erro ou irregularidade contida no pedido principal.	
Regra 7	Detalhes relativos as observações, modificações ou correções dos pedidos em virtude do Artigo 7. 1) [Prazo em virtude do Artigo 7.1) O prazo mencionado no Artigo 7.1) não será inferior a [dois] [três] meses a partir da data da notificação mencionada nesse artigo. Detalhes relativos às observações, modificações ou correções dos pedidos em virtude do Artigo 7.1) 2) [ Erros evidentes em virtude do Artigo 7.3] [ Variante A] Um erro se considerará evidente quando um especialista na matéria puder compreender imediatamente que no pedido se escreveu algo distinto do que evidentemente se pretendia. La correção resultará evidente no sentido de que um especialista na matéria na data de apresentação possa compreender imediatamente que no se tenha podido tomar a intenção de nada distinto do texto proposto como correção.[Variante B] Um erro se considerará evidente unicamente quando um especialista na matéria na data de apresentação possa compreender imediatamente que não se tenha podido ter a intenção de nada distinto do texto proposto como correção.	Ficou acordado que um tempo mínimo limite de três e dois mses apresentaria alternativas dentro de colchetes para a próxima sessão.
Artigo 7(2)	Observações, modificações ou correções do pedido. [Modificações ou correções por iniciativa do depositante] O depositante terá direito, por sua própria iniciativa, a modificar ou corrigir a descrição, as reivindicações, os desenhos eventuais ou a dar cumprimento a um requisito em virtude do artigo 13.1) pelo menos até o momento em que pedido cumpra todas as condições para a concessão; não obstante, toda Parte Contratante que preveja o exame substantivo pelo seu Escritório ou por meio de outro Escritório pode dispor que, exceto no caso da correção de um erro evidente prevista no parágrafo 3), o depositante terá direito a modificar ou corrigir, por sua própria iniciativa, a descrição, as reivindicações, o resumo e os desenhos eventuais, somente até o prazo outorgado para responder a primeira comunicação substantiva do Escritório.	Dissenso. Foco sobre ser o subparágrafo (b) era necessário. Ficou acordado que o Escritório Internacional revisaria a provisão geral desse texto relativo ao limite de tempo aplicável.

Artigo 7(3)	Observações, modificações ou correções do pedido. [ Limitação das modificações ou das correções] Não se poderá permitir nenhuma modificação ou correção da descrição, as reivindicações e os desenhos eventuais, que não sejam a correção de um erro evidente segundo o previsto no Regulamento, se a modificação ou correção der lugar a que a divulgação no pedido modificado ou corrigido fosse más além do divulgado na descrição, as reivindicações e os desenhos eventuais na data de apresentação ou do divulgado, em conformidade com o Tratado sobre o Direito de Patentes, em uma parte faltante da descrição ou em um desenho faltante.	Houve consenso geral de que o uso do termo “erro óbvio”, em conformidade a Regra 91 do PCT deveria ser mantida. Finalmente, a referência ao PLT deveria ser revisada para incluir a data de depósito em consonância ao PLT.
Artigo 8(1)	Estado da técnica. 1) [Definição] Sujeito ao Artigo 9, o estado da técnica relativo a uma invenção reivindicada consistirá em toda a informação que tenha sido colocada a disposição do público em qualquer parte do mundo, em qualquer forma, segundo o estipulado no Regulamento, antes da data de prioridade da invenção reivindicada.	Consensuado que o texto permaneceria como tal para a próxima minuta, mas que as preocupações levantadas seriam incluídas nos relatórios.
Regra 8(1)	Disponibilidade ao público em virtude do Artigo 8.1). 1) { Forma de colocar a disposição do público} A informação posta a disposição do público de qualquer forma, como por exemplo na forma escrita, em formato eletrônico, por divulgação oral, por exibição, ou por utilização, se considerará estado da técnica em virtude do Artigo 8.1).	Não houve apoio a esta provisão.
Regra 8(2)	Disponibilidade ao público em virtude do Artigo 8.1) 2) [Acessibilidade ao Público] a) Se considerará que a informação é posta a disposição do público se há uma possibilidade razoável de que o público possa ter acesso a mesma. B Para os fins do Artigo 8 e da presente Regra, se entenderá pelo termo “público” qualquer pessoa que [ não esteja vinculada por uma obrigação de confidencialidade a manter em segredo a informação];	Dissenso.
Regra 8(3)	Disponibilidade ao público em virtude do Artigo 8.1)[Determinação da Data de disponibilização ao Público] Onde a informação permitir que a determinação de somente o mês e o ano, mas não especificar a data de disponibilidade ao público, a informação será presumida como tendo sido disponibilizada ao público no último dia daquele mês ou daquele ano, respectivamente, a menos que haja qualquer evidência em contrário.	Amplo apoio a esta provisão.
Artigo 8(2) (a) e (b)	Estado da técnica.2) [Efeito dos pedidos anteriores no estado da técnica] a) O conteúdo integro de um pedido anterior também formará parte do estado da técnica para a finalidade de de determinar a novidade de uma invenção reivindicada divulgada em outro pedido apresentado e que surta efeito na mesma Parte Contratante, se a data de apresentação do primeiro pedido for anterior a data de prioridade da invenção reivindicada, sempre que o pedido anterior ou a patente concedida a respeito sejam publicadas posteriormente pela autoridade competente segundo o estipulado no Regulamento b) Se a data de apresentação de um pedido anterior,	Dissenso.

	apresentado e que surta efeito em uma Parte Contratante, for a mesma ou posterior a data de prioridade de uma invenção de uma invenção reivindicada determinada divulgada em outro pedido apresentado e que surta efeito em dita Parte Contratante, mas em um pedido anterior se reivindique a prioridade de um pedido prévio cuja data de apresentação seja anterior a data de prioridade da invenção reivindicada, a matéria contida tanto no pedido anterior como no pedido prévio formará parte do estado da técnica para fins de determinar a novidade da invenção reivindicada sempre que o pedido anterior ou a patente concedida a respeito sejam publicadas posteriormente por la autoridade competente segundo o estipulado no Regulamento.	
Regra 9(3)	Efeito do Estado da técnica de certos pedidos; Anti-Auto-Colisão: os Artigos 8(2) e parágrafos (1) e (2) não são aplicáveis quando o depositante do outro pedido, ou o inventor ali identificado, e depositante do pedido em exame, ou ou o inventor identificado, sejam a mesma pessoa na data de apresentação do pedido de exame, tendo presente que somente poderá ser concedido validamente uma patente com efeito em uma Parte Contratante para a mesma invenção reivindicada.	Havia amplo apoio para essa provisão.
Regra 9(4)	4) [Disposição contra a coincidência de depositantes ou inventores em um mesmo pedido] O Artigo 8.2) e os parágrafos 1) a 3) não serão aplicáveis quando o depositante do pedido anterior, ou o inventor mencionado no pedido, e o depositante do pedido em exame, ou o inventor mencionado no pedido, sejam a mesma pessoa na data de apresentação do pedido em exame, tendo presente que [somente poderá ser concedido validamente uma patente com efeito em uma Parte Contratante para uma invenção reivindicada que não possa ser distinguida de outra invenção reivindicada].	Sugerido que frases alternativas fossem colocadas entre colchetes.
Artigo 9	Artigo 9. Informação que não afeta patenteabilidade (Período de Graça) [Princípio Geral] Informação que normalmente afetaria a patenteabilidade de uma invenção reivindicada não afetará sua patenteabilidade, sempre e quando tenha sido posta a disposição do público em qualquer parte do mundo, em qualquer forma, durante os [12] [seis] meses anteriores a data de prioridade da invenção reivindicada esteja incluída no estado da técnica em virtude do Artigo 8.2), em uma data determinada durante os [12] [seis] meses, i) pelo inventor, ii) por um Escritório, quando a informação figurava a) em outro pedido apresentado pelo inventor [e que esse Escritório não teria que tê-la colocado a disposição do público] b) em um pedido apresentado sem o conhecimento ou consentimento do inventor por terceiros que tivessem obtido a informação direta ou indiretamente do inventor, ou iii) por terceiros que teriam obtido a informação direta ou indiretamente do inventor. 2) [ Prazo ilimitado para invocar o	Discussão postergada para a próxima sessão.

	<p>período de graça/ Os efeitos do parágrafo 1) poderão ser invocados a qualquer momento; 3) [provas] Quando se impugne a aplicabilidade do parágrafo 1), a parte que invoque os efeitos desse parágrafo terá a obrigação de provar ou de conseguir que se demonstre, que se cumpriram as condições de dito parágrafo] [ Uma Parte Contratante pode exigir que a parte que invoca os efeitos do parágrafo 1) apresente as provas ao Escritório, quando dito Escritório tenha dúvidas razoáveis acerca da aplicabilidade desse parágrafo. 4) [ Inventor] Para os fins do disposto no parágrafo 1), também se entenderá por “inventor” toda pessoa que, na data de apresentação do pedido ou com anterioridade a essa data, tivesse direito a patente. 5) [ Direitos de terceiros] Uma pessoa que, entre a data em que a informação tenha sido colocada a disposição do público em virtude do parágrafo 1) e a data de prioridade da invenção reivindicada, tenha utilizado a invenção no curso de suas atividades ou iniciado preparativos sérios e eficazes, de boa fé, para ditas utilização, terá direito a começar a utilizar a invenção ou seguir utilizando-a com tal fim. Se considerará que a invenção tenha sido utilizada quando a pessoa execute qualquer ato que constitua ademais uma infração em virtude da legislação aplicável.</p>	
Artigo 10 (1)	Divulgação habilitante. 1) [ Princípio geral] O pedido deverá divulgar a invenção reivindicada de uma maneira suficientemente clara e completa para que a invenção possa ser realizada por um especialista na matéria. A divulgação da invenção reivindicada se considerará suficientemente clara e completa se proporciona informação que seja suficiente para permitir que a invenção possa ser realizada e utilizada por um especialista na matéria, a partir da data de apresentação, sem a necessidade de uma experimentação excessiva, segundo o estipulado no Regulamento.	Houve amplo apoio a medida
Artigo 10(2)	Divulgação habilitante. 2) [ Partes do pedido que se deve levar em consideração para determinar a divulgação] Para efeito de determinar a suficiência da divulgação no que concerne ao parágrafo 1), se deverá levar em consideração a divulgação na data de apresentação contida na descrição, as reivindicações e os desenhos, modificados e corrigidos em virtude da legislação aplicável.	Dissenso.
Regra 10	Suficiência da Divulgação sob o Artigo 10. Quando constatada ausência de experimentação indevida sob o Artigo 10 (1), os fatores a serem considerados deverão incluir. a) a amplitude das reivindicações; b) a natureza da invenção reivindicada; c) os conhecimentos geniais de um especialista na matéria; d) o grau de previsibilidade na técnica; e) a direção proporcionada no pedido, incluídas as referências ao estado da técnica; f) grau de experimentação exigido para realizar ou utilizar a invenção reivindicada sobre a base da divulgação.	Amplo apoio para esta provisão.

#### **4.7. A Nona Sessão do SCP**

Ocorreria entre os dias 12 a 16 de maio de 2003 uma nova sessão do SCP. Mantendo a dinâmica de reuniões semestrais, têm-se novamente 76 (setenta e seis) Estados presentes. Países como Líbano, Lybyan Arab Jamahiriya, Nicarágua, São Tomé e Príncipe se fazem representar pela primeira vez no foro. Sérvia e Montenegro também.

Também participaram como observadores representantes da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI), do Escritório de Patentes Euroasiático (EAPO), do Escritório Europeu de Patentes (EPO), da Comissão Européia (EC) e do Centro Sul/ South Centre (SC). Ainda, um total de 22 (vinte e duas) organizações não governamentais, presentes como observadores, incluindo a ABPI.

As discussões foram estritamente baseadas na Minuta do SPLT, contida no documento SCP/9/2 e da Minuta do Regulamento sob o SPLT (documento SCP/9/3) relativo, quando apropriado, as Diretrizes de Práticas sob o SPLT, documento SCP/9/4, “Aplicabilidade Industrial” e Requerimentos de “Utilidade”: Pontos-chave e Diferenças (documento SCP/9/5) e Estado das Diretrizes de Práticas sob o Minuta do SPLT: Opções para Discussão (documento SCP/9/6). Os dois primeiros documentos foram efetivamente discutidos ao longo da sessão, conforme verificável abaixo, ao passo que os dois últimos foram utilizados apenas como referência.

Algumas regras foram acordadas no início da sessão. Inicialmente, as partes acordaram que as provisões e textos que parecessem aceitáveis seriam considerados como tal em categoria provisória. Ficou entendido, todavia, que as provisões poderiam ser revisitadas a qualquer momento no futuro a pedido de

qualquer delegação. Para os casos em que assim fosse considerado, seriam enxertados textos entre colchetes, o que significa no linguajar nas negociações internacionais que serão reservados para considerações e deliberações futuras. Ao Escritório Internacional caberia organizar as provisões e textos refeitos, conforme o caso, bem como submetê-los para a próxima sessão do SCP (WIPO, 2003B).

Um resumo das discussões baseadas nas discussões dos Artigos da minuta do Tratado e das Regras do Regulamento são as que constam abaixo.

Tabela 04: Pontos Negociados durante a Nona Sessão

Artigo ou Regra	Em que consiste	Conclusão
Artigo 1 (ii)	Expressões abreviadas. Para os efeitos do presente tratado e salvo estipulação expressa em contrário (...) se entenderá por “pedido” um pedido de concessão de uma patente, como se menciona no artigo 3: quando pelo termo “pedido” se faça referência a um pedido em que se baseia a reivindicação da prioridade, se entenderá por dito termo o pedido de qualquer título que proteja uma invenção em virtude da legislação aplicável.	Necessidade de o texto ser alinhado ao disposto na CUP.
Artigo 1 (vi) e (ix)	Expressões abreviadas. Para os efeitos do presente tratado e salvo estipulação expressa em contrário (...) iv. se entenderá por “pedido principal” um pedido do qual procede um pedido divisional, de continuação ou de continuação em parte em conformidade a legislação aplicável; ivx. Se entenderá por data de prioridade de uma invenção reivindicada em um pedido, salvo o disposto no ponto x. a) quando se reivindique a prioridade em conformidade com a legislação aplicável, data de apresentação do primeiro pedido cuja prioridade se reivindique e que divulgue a invenção reivindicada ou, se nenhum dos pedidos cuja prioridade se reivindique divulgue a invenção reivindicada, a data de apresentação do pedido de que se trate; b) quando não se reivindica a prioridade em conformidade com a legislação aplicável, a data de apresentação do pedido.	Delegações do Canadá e da Argentina submeteram suas propostas de texto -artigo vi, e do EPO submeteu proposta para o item ix.
Artigo 1(x)	Expressões abreviadas. Para os efeitos do presente tratado e salvo estipulação expressa em contrário (...) x) quando o benefício da data de apresentação do pedido principal se mantenha para a invenção reivindicada em conformidade com a legislação aplicável, a “data de prioridade de uma invenção reivindicada” em um pedido divisional, de continuação ou de continuação em parte, será a data de prioridade que se teria correspondido a invenção reivindicada no pedido principal.	Delegação dos EUA submeteram proposta de texto.

Artigo 3(1)	Pedidos e patentes aos quais se aplica o Tratado. [Princípio] Salvo o disposto no parágrafo 2), uma Parte Contratante aplicará as disposições do presente Tratado e do Regulamento: i) aos pedidos nacionais de patentes de invenção e de patentes de adição que se tenham apresentado no Escritório dessa Parte Contratante ou para esse Escritório; ii) aos pedidos regionais de patentes de invenção e de patentes de adição que se tenham apresentado no Escritório da organização regional de patentes que é a Parte Contratante ou para esse Escritório; iii) aos pedidos internacionais, de patentes de invenção e de patentes de adição em virtude do Tratado de Cooperação em matéria de Patentes, cuja tramitação ou exame tenha sido iniciado ante o Escritório dessa Parte Contratante em sua qualidade de Escritório designado em virtude desse Tratado; iv) às patentes de invenção, e as patentes de adição, que tenham, sido concedidas e surtam efeito em uma Parte Contratante.	[Aceito provisoriamente. O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto em aspecto formal.
Artigo 3(2)	Pedidos e patentes aos quais se aplica o Tratado. [Exceções] O presente Tratado e o seu Regulamento não serão aplicáveis aos pedidos e patentes que estejam prescritos no Regulamento.	[Dissenso.
Regra 3	Exceções Sob o Artigo 3(2) Os pedidos de depósito e patentes referidos no Artigo 3(2) são: (i) pedidos provisórios para patentes para invenção e para patentes de adição; ii) pedidos para reimpressão.	[Dissenso quanto a inclusão das expressões “segunda fila de proteção” e “reedição da patente”
Artigo 4(1)	Direito a [uma] patente; 1) [Princípio] O direito a patente pertencerá: i) ao inventor, ou ii) ao sucessor do inventor.	[Aceito provisoriamente. O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto em aspecto formal.
Artigo 4(2)	Direito a [uma] patente; [ Invenções de empregados e invenções encarregadas] Sem prejuízo do estipulado no parágrafo 1), qualquer Parte Contratante terá liberdade para determinar as circunstâncias em que o direito a patente pertencerá ao empregador do inventor ou a pessoa que tenha se encarregado ao inventor dos trabalhos cujo resultado seja a invenção.	[Aceito provisoriamente. O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto em aspecto formal.
Artigo 4(3)	Direito a [uma] patente; [Invenções realizadas conjuntamente por vários inventores] Quando uma invenção reivindicada tenha sido realizada conjuntamente por vários inventores, em virtude do parágrafo 1) cada inventor terá o mesmo direito que os demais sobre a patente e em forma indivisível, salvo que os inventores acordem o contrário.	[Consenso de que deveria ser deletado uma vez contida nas Diretrizes de Práticas.
Artigo 5(1)	Pedido. 1) [ Partes do pedido] Um pedido deverá conter as seguintes partes: i) um pedido; ii) a descrição. lii) uma ou mais reivindicações, iv) um ou mais desenhos [ quando necessários para a compreensão da invenção reivindicada] [ quando eles forem referidos na descrição ou reivindicações] e v) um resumo.	[As partes manifestaram suas preocupações quanto ao texto. É pouco evidente se o texto foi aceito provisoriamente mediante as alterações solicitadas.
Artigo 5(2)	[Requisitos relativos as partes do pedido] a) Salvo estipulação em contrário no presente Tratado e o Regulamento ou no Tratado sobre o Direito de Patentes, nenhuma Parte Contratante exigirá o cumprimento de nenhum requisito relativo ao pedido,	[As partes manifestaram suas preocupações quanto ao texto. É pouco evidente se o texto foi aceito provisoriamente mediante as

	a descrição, às reivindicações, os desenhos ou o resumo de um pedido, diferente do adicional aos requisitos relativos ao pedido, a descrição, as reivindicações, os desenhos ou o resumo que estejam previstos em virtude do Tratado de Cooperação em matéria de Patentes relativos aos pedidos internacionais. b) Uma Parte Contratante terá liberdade para prever requisitos que, desde o ponto de vista dos depositantes e titulares da patente, sejam mais favoráveis que os requisitos mencionados no separado a) na medida em que se refiram a forma ou ao conteúdo de um pedido.	alterações solicitadas.
Regra 2	Pessoa capacitada na Arte Sob Artigos 10(1), 11(4)(a) e 12(3), e Regras 491) (vii), 7(2), 10(iii), 11(1), 12(1)(a) e (2), 13(5) (iii), 14(a) e (2) e 15(2), (3) e (4). Uma pessoa capacitada na arte significa uma pessoa hipotética com conhecimento geral e ordinária capacidade no campo relevante da arte na data relevante.	Em aberto para futuras sugestões de minuta do texto
Regra 4	Requisitos relativos ao conteúdo, maneira e ordem da descrição em virtude do Artigo 5.2) 1[ Conteúdo, maneira e ordem da descrição] Depois de indicar o título da invenção reivindicada, a descrição deverá: i) especificar o setor ou setores [m tecnológicos] a que pertence a invenção reivindicada; ii) indicar a técnica anterior que, a juízo do depositante, possa ser considerado útil para a compreensão da invenção reivindicada, assim como para a busca e exame e[ de preferência] citar os documentos que refletem essa técnica anterior; iii) descrever a invenção reivindicada nos termos que permitam compreender a invenção reivindicada e, de preferência, em termos tais que o problema (ainda quando não se declare expressamente como tal) e sua solução possam ser compreendidos, e indicar os efeitos vantajosos da invenção reivindicada, se os tenha, relativa a técnica anterior. iv) quando se requeira o depósito de material biologicamente reproduzível em virtude da Regra 11, indicar o feito de que se tenha realizado dito depósito e identificar pelo menos o nome e direção da instituição de depósito, a data de depósito e o número de ordem atribuído ao depósito pela instituição, assim como descrever, na medida do possível, a natureza e características de dito material, pertinentes relativos a exigência de divulgação da invenção reivindicada; v) descrever brevemente as figuras dos desenhos, caso existam; vi) expor pelo menos uma forma de realizar a invenção; isso se fará mediante exemplos, quando resulte apropriado, e com referência aos desenhos, se houver; vii) indicar explicitamente, quando ele resulte de outro modo evidente para um especialista na matéria do pedido ou da natureza da invenção, a maneira ou maneiras em que a invenção reivindicada satisfaz a condição de ser útil ou suscetível de aplicação industrial. 2) [ Apresentação diferente do conteúdo/] Uma Parte Contratante aceitará o conteúdo da descrição apresentada em uma forma ou em uma ordem diferentes dos	Aceito provisoriamente mediante alterações feitas pelo Escritório Internacional.



	especificados no parágrafo 1) quando, devido a natureza da invenção reivindicada, uma forma ou uma ordem diferente permita uma melhor compreensão ou uma apresentação mais concisa do conteúdo da invenção reivindicada.	
Regra 5(2)	Requisitos adicionais relativos às reivindicações em virtude do Artigo 5.2) [ Forma de redigir a reivindicação] As reivindicações deverão ser redigidas, a critério do depositante, i) em duas partes, consistindo a primeira de um preâmbulo que indique as características da invenção que sejam necessárias para a definição da matéria reivindicada e que, combinadas, pareçam formar parte do estado da técnica, e a segunda, (“ a parte característica”) precedida por uma fórmula análoga, consistente de uma indicação das características que, combinadas com as características mencionadas na primeira parte, definam para a que solicita proteção, ou ii) em uma parte única que enuncie uma combinação de várias características ou uma única característica na que se defina a maneira para a qual se solicita proteção.	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto em consonância as recomendações feitas.
Regra 5(3)	Requisitos adicionais relativos às reivindicações em virtude do Artigo 5.2) [ remissão, nas reivindicações, a descrição e aos desenhos] a) Nenhuma reivindicação poderá conter, exceto quando seja absolutamente necessário, remissões a descrição ou aos desenhos eventuais, por exemplo, remissões do tipo “como se descrevem na parte....da descrição” ou “como se ilustra na figura....dos desenhos”.;b) Uma reivindicação poderá não conter desenhos, mas poderá conter quadros, gráficos, e fórmulas químicas ou matemáticas.c) Quando o pedido contenha um desenho, toda característica mencionada em quaisquer das reivindicações poderá ser acompanhada de um sinal de remissão a parte aplicável do desenho em questão, se isso facilita a compreensão dessa reivindicação, este sinal de remissão deverá colocar-se entre colchetes ou entre parêntesis.	Aceito provisoriamente.
Regra 5(4)	Requisitos adicionais relativos às reivindicações em virtude do Artigo 5.2). [Reivindicações dependentes e dependentes múltiplas] a) Toda reivindicação que compreenda todas as características de outra ou outras reivindicações (denominadas adiante “reivindicação dependente” e “reivindicação dependente múltipla”, respectivamente) deverá, de preferência no começo, ser remitida nessa outra reivindicação ou essas outras reivindicações,segundo seja o caso, mediante a indicação de seu número, indicando adiante as características reivindicadas que se agregam às reivindicadas na outra reivindicação ou reivindicações.	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto em consonância as recomendações feitas.
Artigo 5(3)	[Requisitos relativos as partes do pedido] [Resumo] Salvo o disposto no Artigo 7.5, o resumo mencionado no parágrafo 1)v) será simplesmente de caráter informativo e não se levará em conta com finalidades de interpretação do alcance da proteção	Dissenso e em aberto para futuras discussões relativas a minuta do texto.

	solicitada ou de determinação da suficiência da divulgação e a patenteabilidade da invenção reivindicada.	
Artigo 6	[Requisitos relativos as partes do pedido] [ Unidade da invenção] As reivindicações do pedido somente poderão se referir a uma invenção ou a um grupo de invenções relacionadas de tal maneira entre si que conformem um único conceito inventivo geral, segundo o estipulado no Regulamento.	Dissenso. Sugestão por parte da delegação dos EUA para que as discussões fossem postergadas.
Regra 6	Detalhes relativos a exigência de unidade da invenção em virtude do Artigo 6. 1)[ Circunstâncias nas que se considerará cumprida a exigência de unidade da invenção] Quando se reivindique um grupo de invenções, permanecerá cumprida a exigência de unidade da invenção quando exista uma relação [ técnica] entre ditas invenções que impliquem uma ou mais características [ técnicas] especiais idênticas ou correspondentes que definam uma contribuição que cada uma dessas invenções, considerada em sua integridade, aporte ao estado da técnica. 2) [ Forma de redigir as reivindicações sem incidência sobre a determinação da unidade da invenção] Para determinar se um grupo de invenções está relacionada de tal maneira entre si que conforme um único conceito inventivo geral, será indiferente que cada uma das invenções se reivindique em uma reivindicação separada ou como alternativas dentro de uma mesma reivindicação.	Dissenso. Sugestão por parte da delegação dos EUA para que as discussões fossem postergadas.
Artigo 7bis	Modificações ou correções das patentes 1) [ Limitação da extensão da proteção] a) A pedido do titular da patente, o Escritório efetuará, nas condições previstas em virtude da legislação aplicável modificações ou correções na patente para limitar a extensão da proteção conferida por esta. 2) Modificações ou correções que afetam a divulgação] Não se permitirá nenhuma modificação em uma patente em virtude do parágrafo 1) se a mudança der lugar a que a divulgação contida na patente for além do divulgado na descrição, as reivindicações e os desenhos eventuais na data de apresentação do divulgado, em conformidade com o PLT, em uma parte faltante da descrição ou em um desenho faltante.	Dissenso.
Artigo 7(1)	Observações, modificações ou correções do pedido.1) [Possibilidade de formular observações, modificações ou correções em caso de rejeição ou negação previstos] a) Quando o Escritório tiver previsto rejeitar ou negar um pedido com motivo de que não cumpre com algum dos requisitos previstos no artigo 13.1) dará ao depositante ao menos uma possibilidade de formular observações sobre a rejeição ou delegação previstos, e de efetuar modificações e correções do pedido, dentro do prazo previsto no Regulamento.b) Nenhuma Parte Contratante estará obrigada a aplicar o subparágrafo (a) quando a rejeição ou negação previstos de um pedido divisional, de continuação ou de continuação em parte, estiver baseado no descumprimento de algum dos requisitos estabelecidos no artigo 13.1))	Subparágrafo aceito provisoriamente, ao passo que o subparágrafo b deveria ser sujeito a futuras discussões.

	em respeito dos quais a possibilidade prevista nesse subparágrafo já tenha sido outorgada em relação com o mesmo erro ou irregularidade contida no pedido principal.	
Regra 7(1)	Detalhes relativos as observações, modificações ou correções dos pedidos em virtude do Artigo 7. 1) Prazo em virtude do Artigo 7.1) O prazo mencionado no Artigo 7.1) não será inferior a [dois] [três] meses a partir da data da notificação mencionada nesse artigo.	Aceito Provisoriamente.
Regra 7(2)	Detalhes relativos às observações, modificações ou correções dos pedidos em virtude do Artigo 7.1) 2) [Erros evidentes em virtude do Artigo 7.3] [ Variante A] Um erro se considerará evidente quando um especialista na matéria puder compreender imediatamente que no pedido se escreveu algo distinto do que evidentemente se pretendia. La correção resultará evidente no sentido de que um especialista na matéria na data de apresentação possa compreender imediatamente que no se tenha podido tomar a intenção de nada distinto do texto proposto como correção.[Variante B] Um erro se considerará evidente unicamente quando um especialista na matéria na data de apresentação possa compreender imediatamente que não se tenha podido ter a intenção de nada distinto do texto proposto como correção.	Definição pendente de discussões no âmbito do Grupo de Trabalho para Reforma do PCT relativa a Regra 9.1.1 <sup>153</sup> .
Artigo 7(2)	Observações, modificações ou correções do pedido. [Modificações ou correções por iniciativa do depositante] O depositante terá direito, por sua própria iniciativa, a modificar ou corrigir a descrição, as reivindicações, os desenhos eventuais ou a dar cumprimento a um requisito em virtude do artigo 13.1) pelo menos até o momento em que pedido cumpra todas as condições para a concessão; não obstante, toda Parte Contratante que preveja o exame substantivo pelo seu Escritório ou por meio de outro Escritório pode dispor que, exceto no caso da correção de um erro evidente prevista no parágrafo 3), o depositante terá direito a modificar ou corrigir, por sua própria iniciativa, a descrição, as reivindicações, o resumo e os desenhos eventuais, somente até o prazo outorgado para responder a primeira comunicação substantiva do Escritório.	Dissenso. Alternativas de texto foram mantidas para futuras discussões relativas a minuta do texto.
Artigo 7(3)	Observações, modificações ou correções do pedido. [ Limitação das modificações ou das correções] Não se poderá permitir nenhuma modificação ou correção da descrição, as reivindicações e os desenhos eventuais, que não sejam a correção de um erro evidente segundo o previsto no Regulamento, se a modificação ou correção der lugar a que a divulgação no pedido modificado ou corrigido fosse más além do divulgado na descrição, as reivindicações e os desenhos eventuais na data de apresentação ou do divulgado, em conformidade com o Tratado sobre o Direito de Patentes, em uma parte faltante da descrição ou em um desenho	Dissenso e em aberto para futuras discussões relativas a minuta do texto.

<sup>153</sup> Relativa a “Retificações de Erros óbvios”.

	faltante.	
Artigo 7(4)	Observações, modificações ou correções do pedido. [ Resumos preparando pelo Escritório] Uma Parte Contratante pode estabelecer que, quando o Escritório seja responsável da preparação do conteúdo final do resumo publicado, o parágrafo 2) não se aplicará às modificações ou correções do resumo.	A Presidência salientou sua co-relação ao artigo 7(2) e decidiu manter aberto para futuras discussões relativas a minuta do texto.
Artigo 7(5)	Observações, modificações ou correções do pedido. [ resumos preparados pelo Escritório] Uma Parte Contratante pode estabelecer que, quando o Escritório [pode] [deve] estabelecer que se o depositante é responsável da preparação do resumo, se permitirão os modificações ou correções mencionadas em parágrafo 3) tendo em conta a divulgação do resumo na data de apresentação.	Dissenso.
Artigo 8(1)	Estado da técnica. 1) [Definição] Sujeito ao Artigo 9, o estado da técnica relativo a uma invenção reivindicada consistirá em toda a informação que tenha sido colocada a disposição do público em qualquer parte do mundo, em qualquer forma, segundo o estipulado no Regulamento, antes da data de prioridade da invenção reivindicada.	Aceito provisoriamente mediante inclusão de alternativas entre colchetes.
Regra 8(1)	Disponibilidade ao público em virtude do Artigo 8.1). 1) { Forma de colocar a disposição do público} A informação posta a disposição do público de qualquer forma, como por exemplo na forma escrita, em formato eletrônico, por divulgação oral, por exibição, ou por utilização, se considerará estado da técnica em virtude do Artigo 8.1).	Aceito provisoriamente.
Regra 8(2)	Disponibilidade ao público em virtude do Artigo 8.1) 2) [Acessibilidade ao Público] a) Se considerará que a informação é posta a disposição do público se há uma possibilidade razoável de que o público possa ter acesso a mesma. B Para os fins do Artigo 8 e da presente Regra, se entenderá pelo termo “público” qualquer pessoa que [ não esteja vinculada por uma obrigação de confidencialidade a manter em segredo a informação];	Os países foram instados pelo Escritório Internacional a enviarem sugestões de modificações do texto.
Regra 8(3)	Disponibilidade ao público em virtude do Artigo 8.1)[Determinação da Data de disponibilização ao Público] Onde a informação permitir que a determinação de somente o mês e o ano, mas não especificar a data de disponibilidade ao público, a informação será presumida como tendo sido disponibilizada ao público no último dia daquele mês ou daquele ano, respectivamente, a menos que haja qualquer evidência em contrário.	Dissenso.
Artigo 8(2) (a) e (b)	Estado da técnica.2) [Efeito dos pedidos anteriores no estado da técnica] a) O conteúdo íntegro de um pedido anterior também formará parte do estado da técnica para a finalidade de determinar a novidade de uma invenção reivindicada divulgada em outro pedido apresentado e que surta efeito na mesma Parte Contratante, se a data de apresentação do primeiro pedido for anterior a data de prioridade da invenção reivindicada, sempre que o pedido anterior ou a patente concedida a respeito	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto.

	<p>sejam publicadas posteriormente pela autoridade competente segundo o estipulado no Regulamento</p> <p>b) Se a data de apresentação de um pedido anterior, apresentado e que surta efeito em uma Parte Contratante, for a mesma ou posterior a data de prioridade de uma invenção de uma invenção reivindicada determinada divulgada em outro pedido apresentado e que surta efeito em dita Parte Contratante, mas em um pedido anterior se reivindique a prioridade de um pedido prévio cuja data de apresentação seja anterior a data de prioridade da invenção reivindicada, a matéria contida tanto no pedido anterior como no pedido prévio formará parte do estado da técnica para fins de determinar a novidade da invenção reivindicada sempre que o pedido anterior ou a patente concedida a respeito sejam publicadas posteriormente por la autoridade competente segundo o estipulado no Regulamento.</p>	
Artigo 8(2)(c)	<p>Estado da técnica. c) Para os fins desta provisão “pedido anterior” significa:[Variante A]</p> <p>(i) quando a Parte Contratante seja um Estado, um pedido em conformidade com o Artigo 3.(1)(i) a (iii) depositado com efeito naquela Parte Contratante;</p> <p>(ii) quando a Parte Contratante seja uma organização regional de patentes, em conformidade com o artigo 3.(1)(ii), um pedido apresentado no escritório dessa organização regional de patentes, ou um pedido em conformidade com o Artigo 3.(1)(iii) para a concessão de uma patente regional por essa organização regional de patentes.[Variante B]</p> <p>i) quando a Parte Contratante seja um Estado, um pedido em conformidade com o Artigo 3.(1)(i) y (ii) depositado na Parte Contratante ou para essa Parte Contratante, ou um pedido internacional de uma patente de invenção ou de uma patente de adição, em virtude do Tratado de Cooperação em matéria de Patentes, que designe a Parte Contratante;</p> <p>ii) quando a Parte Contratante seja uma organização regional, em conformidade com o Artigo 3.(1)(ii) um pedido apresentado no Escritório dessa organização regional de patentes, ou para esse Escritório, ou um pedido internacional de uma patente de invenção ou de uma patente de adição, em virtude do Tratado de Cooperação em matéria de Patentes, que designe a Parte Contratante.</p>	Dissenso e em aberto para futuras discussões relativas a minuta do texto.
Regra 9(1)	Efeito do Estado da técnica de certos pedidos; Princípio de Conteúdos Completos: os conteúdos completos de outro pedido referido no artigo 8(2) deverá consistir da descrição, reivindicações e desenhos bem como da data de depósito	Aceito provisoriamente.
Regra 9(2)	Efeito do Estado da técnica de certos pedidos; Pedidos que não estejam mais pendentes: Onde o outro pedido tiver sido disponibilizado ao público em consonância ao Artigo 8(2) a despeito de que [ já	Dissenso.

	não estivesse pendente ou não devesse ter sido colocado a disposição do público em virtude da legislação aplicável][ se houvesse retirado] antes da data na qual o pedido tiver sido disponibilizado ao público, não se considerará compreendida no estado da técnica para as finalidades do disposto no artigo 8.2	
Regra 9(3)	Efeito do Estado da técnica de certos pedidos; Anti-Auto-Colisão: os Artigos 8(2) e parágrafos (1) e (2) não são aplicáveis quando o depositante do outro pedido, ou o inventor ali identificado, e depositante do pedido em exame, ou ou o inventor identificado, sejam a mesma pessoa na data de apresentação do pedido de exame, tendo presente que somente poderá ser concedido validamente uma patente com efeito em uma Parte Contratante para a mesma invenção reivindicada.	Dissenso. Alternativas seriam mantidas no texto para futuras considerações
Artigo 9	Artigo 9. Informação que não afeta patenteabilidade (Período de Graça) [Princípio Geral] Informação que normalmente afetaria a patenteabilidade de uma invenção reivindicada não afetará sua patenteabilidade, sempre e quando tenha sido posta a disposição do público em qualquer parte do mundo, em qualquer forma, durante os [12] [seis] meses anteriores a data de prioridade da invenção reivindicada esteja incluída no estado da técnica em virtude do Artigo 8.2), em uma data determinada durante os [12] [seis] meses, i) pelo inventor, ii) por um Escritório, quando a informação figurava a) em outro pedido apresentado pelo inventor [e que esse Escritório não teria que tê-la colocado a disposição do público] b) em um pedido apresentado sem o conhecimento ou consentimento do inventor por terceiros que tivessem obtido a informação direta ou indiretamente do inventor, ou iii) por terceiros que teriam obtido a informação direta ou indiretamente do inventor. 2) [ Prazo ilimitado para invocar o período de graça/ Os efeitos do parágrafo 1) poderão ser invocados a qualquer momento; 3) [ provas] Quando se impugne a aplicabilidade do parágrafo 1), a parte que invoque os efeitos desse parágrafo terá a obrigação de provar ou de conseguir que se demonstre, que se cumpriram as condições de dito parágrafo] [ Uma Parte Contratante pode exigir que a parte que invoca os efeitos do parágrafo 1) apresente as provas ao Escritório, quando dito Escritório tenha dúvidas razoáveis acerca da aplicabilidade desse parágrafo. 4) [ Inventor] Para os fins do disposto no parágrafo 1), também se entenderá por “inventor” toda pessoa que, na data de apresentação do pedido ou com anterioridade a essa data, tivesse direito a patente. 5) [ Direitos de terceiros] Uma pessoa que, entre a data em que a informação tenha sido colocada a disposição do público em virtude do parágrafo 1) e a data de prioridade da invenção reivindicada, tenha utilizado a invenção no curso de seus atividades ou iniciado preparativos sérios e eficazes, de boa fé, para ditas utilização, terá direito a começar a utilizar	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto, propondo a inclusão de alternativas ao mesmo.

	a invenção ou seguir utilizando-a com tal fim. Se considerará que a invenção tenha sido utilizada quando a pessoa execute qualquer ato que constitua ademais uma infração em virtude da legislação aplicável.	
Artigo 10 (1)	Divulgação habilitante. 1) [ Princípio geral] O pedido deverá divulgar a invenção reivindicada de uma maneira suficientemente clara e completa para que a invenção possa ser realizada por um especialista na matéria. A divulgação da invenção reivindicada se considerará suficientemente clara e completa se proporciona informação que seja suficiente para permitir que a invenção possa ser realizada e utilizada por um especialista na matéria, a partir da data de apresentação, sem a necessidade de uma experimentação excessiva, segundo o estipulado no Regulamento.	Dissenso.
Artigo 10(2)	Divulgação habilitante. 2) [ Partes do pedido que se deve levar em consideração para determinar a divulgação] Para efeito de determinar a suficiência da divulgação no que concerne ao parágrafo 1), se deverá levar em consideração a divulgação na data de apresentação contida na descrição, as reivindicações e os desenhos, modificados e corrigidos em virtude da legislação aplicável.	Dissenso parcial. As partes concordaram que para fins de correspondência com o requisito de divulgação, um depositante não poderia se calvar em matéria que fosse além da divulgação sob a data de depósito.

Fonte: WIPO, 2003A; 2003B; 2003C OMPI, 2003A - Produzido e Traduzido pelo Autor.

Como se pode inferir a partir das negociações acima expressas, foram poucos os artigos e regras aceitos provisoriamente, havendo dissenso recorrente ou solicitação de revisão do texto ao Escritório Internacional na maior parte dos casos. Nesse sentido, as negociações seguiram um rumo previsível de dificuldade, não apresentando significativos avanços ou expectativas concretas para que, em na próxima sessão, fossem finalizadas.

#### 4.8. A Décima Sessão do SCP

Em 10 (dez) de maio de 2004, inicia-se a 10ª (décima) sessão do SCP, concluída no dia 14 (quatorze). Nesta sessão, 71 (setenta e um) países presentes, devidamente representados. Arábia Saudita, Andorra, Namíbia e Paquistão, que em na passagem de 2003 para 2004 surgem como plenos partícipes da CUP, não se fazem representar nessa reunião, já usufruindo de sua nova condição.

Também participaram como observadores representantes da Organização

Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI), do Escritório de Patentes Euroasiático (EAPO), do Escritório Europeu de Patentes (EPO), da Comissão Européia (EC) e do Centro Sul/ South Centre (SC). Ainda, um total de 26 (vinte e seis) organizações não governamentais, presentes como observadores, incluindo a ABAPI, ficando a ABPI, desta vez, sem representante.

Nesta seção, as discussões giraram em torno da versão provisória do SPLT, baseado na Minuta para o SPLT conforme explicitada no documento SCP/10/2 e 4 e Minuta de Regulamento para o SPLT, contida nos documentos SCP/10/3 e SCP/10/5, e que se referem, nos casos apropriados, a Minuta de Diretrizes de Práticas sob o SPLT, documento SCP/10/6 (WIPO, 2004D).

Os países integrantes da chamada Trilateral<sup>154</sup> começaram a reunião introduzindo uma proposta que priorizasse inicialmente um primeiro pacote reduzido composto pela definição de estado da técnica, período de graça, novidade, e atividade inventiva, em vez das provisões contidas na minuta do Tratado (WIPO, 2004F). Reconheciam os esforços e progressos feitos mas, segundo esses países, havia pouco progresso recente em virtude de fatores de sensibilidade política e de alguns pontos controvertidos. Uma eventual mudança de rumos, nesse sentido, apresentada como uma abordagem mais pragmática, permitiria que se alcançassem resultados mais rápidos e realistas em oposição a manutenção de um debate baseado no “pacote completo”, cuja rigidez levaria aos problemas mencionados (WIPO, 2004D).

Outrossim, a proposta foi rechaçada por um conjunto de delegações, que enfatizavam a necessidade de que todas as provisões contidas na minuta fossem

---

<sup>154</sup> Composta pelos EUA, Japão e pelo EPO.



discutidas, em virtude da inter-relação entre as mesmas e a importância de que fossem incorporados outros assuntos, como divulgação da origem de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, saúde pública, critérios de patenteabilidade e exceções gerais. A partir daí, as discussões continuaram, com um grupo de países – que apesar de não mencionados, infere-se que se fossem do Grupo B – sendo contrários a inclusão da divulgação e proteção de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, ao menos até que o Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore – ICG completassem suas considerações relativas aos assuntos envolvidos, e o primeiro grupo rebatendo continuamente a proposta. Esse quadro levaria o Presidente da Sessão a concluir pela impossibilidade de um consenso frente a diversidade de opiniões WIPO, 2004F). Desta forma, os países membros do SCP concordaram em perseverar as discussões técnicas relativas às minutas dos artigos do tratado, das regras do Regulamento e das Diretrizes.

No quadro sinótico abaixo- Tabela 05-, estão disponibilizadas as principais conclusões a que chegaram os países presentes para os artigos do tratado ou para as Regras, do Regulamento até o fechamento desta sessão.

Tabela 05: Pontos Negociados durante a Décima Sessão

<b>Artigo ou Regra</b>	<b>Em que consiste</b>	<b>Conclusão</b>
Artigo 8(1)	Estado da técnica; Definição. O Estado da técnica relativo a uma invenção reivindicada consistirá em toda a informação que tenha sido colocada a disposição do público em qualquer parte do mundo, em qualquer forma, segundo o estipulado no Regulamento, antes da data de prioridade da invenção reivindicada.	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto
Artigo 13(2)	Motivos de recusa de uma invenção reivindicada; [Outros Motivos de rejeição de uma invenção reivindicada] O Escritório poderá rejeitar um pedido quando estime que uma invenção reivindicada no pedido, que não estava disponível ao público na data	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto

	de prioridade dessa invenção reivindicada, estivesse a venda na Parte Contratante mais de um ano antes da data de apresentação desse pedido.	
Regra 8(1)	Disponibilização para o Público: Informação disponibilizada ao público de qualquer maneira, escrita, eletrônica ou por comunicação oral, exposta ou usada, deverá qualificar-se como estado da técnica	Aceito provisoriamente.
Regra 8(2)(a)	Forma de disponibilização: Informação deve ser considerada tornada disponível ao público se houver qualquer possibilidade razoável que possa ser acessada pelo público. A possibilidade razoável que a informação possa ser acessada pelo público deve ser considerada existente se for possível ao público ganhar acesso ao conteúdo da informação e adquirir posseção desse conteúdo	Aceito provisoriamente mediante alteração instada ao Escritório Internacional
Regra 8(2) (b)	O termo “público” significa qualquer pessoa que não esteja compelida por nenhuma obrigação implícita ou explícita de confidencialidade para manter a informação secreta.	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto
Artigo 8(2)(a)	Estado da técnica; Efeito de certos pedidos de depósito no estado da técnica. A matéria seguinte que está presente em outro pedido (“o outro pedido”) também formará parte do estado da técnica para os fins de determinar a novidade de uma invenção reivindicada, sempre e quando o outro pedido ou a patente concedida a respeito sejam postas a disposição do público posteriormente pelo Escritório, segundo o estipulado no Regulamento, i) se a data de depósito do outro pedido for anterior a data de prioridade da invenção reivindicada, seus conteúdos completos de outros pedidos; ii) se o outro pedido tiver uma data de depósito que seja a mesma que, ou posterior a, data de propriedade da invenção reivindicada, mas reivindicações, em consonância a lei aplicável, a prioridade de um pedido prévio em ter sua data de depósito anterior a data de prioridade da invenção reivindicada, a matéria contida tanto no outro pedido quanto no pedido anterior.	Dissenso. Não foi feita recomendação para sua resolução.
Artigo 8(2)(b)	Estado da técnica; Efeitos de certos pedidos de depósito no estado da técnica. O “Outro pedido” significa, para os fins deste acordo, [Alternativa A] quando a Parte Contratante seja um Estado, um pedido dos mencionados no artigo 3.1.i e iii ou, se essa Parte Contratante for membro de uma organização regional de patentes, um pedido regional apresentado no Escritório dessa organização regional de patentes, ou para esse Escritório, mediante a que solicita a proteção por patente em dita parte contratante.	Duas alternativas de texto foram sugeridas e permanecem para futura discussão.
Regra 8 (3)	Determinação da Data de disponibilização para o público: Onde a informação permitir a determinação de somente o mês ou o ano, mas não especificar a data da disponibilização ao público, a informação deverá ser presumida como tendo sido tornada disponível ao público no {primeiro} [ último] dia do mês ou do ano, respectivamente, a menos que qualquer evidência prove o contrário.	Dissenso entre as partes, que acordaram revisitar a questão em futura reunião
Regra 9(1)	Efeito do Estado da técnica de certos pedidos; Princípio de Conteúdos Completos: os conteúdos	Inconsistência apontada no texto com relação as Diretrizes

	completos de outro pedido referido no artigo 8(2) deverá consistir da descrição, reivindicações e desenhos bem como da data de depósito	de Práticas.
Regra 9(2)	Efeito do Estado da técnica de certos pedidos; Pedidos que não estejam mais pendentes: Onde o outro pedido tiver sido disponibilizado ao público em consonância ao Artigo 8(2) a despeito de que [ já não estivesse pendente ou não devesse ter sido colocado a disposição do público em virtude da legislação aplicável][ se houvesse retirado] antes da data na qual o pedido tiver sido disponibilizado ao público, não se considerará compreendida no estado da técnica para as finalidades do disposto no artigo 8.2	Texto provisoriamente acordado: “(2) Pedidos que não estejam mais pendentes: Onde o outro pedido tiver sido disponibilizado ao público em consonância ao Artigo 8(2) a despeito do fato de que não devesse ter sido disponibilizado para o público sob a lei aplicável, não se considerará como estado da técnica para os propósitos de minuta deste artigo 8 (2)
Regra 9(3)	Efeito do Estado da técnica de certos pedidos; Anti-Auto-Colisão: os Artigos 8(2) e parágrafos (1) e (2) não são aplicáveis quando o depositante do outro pedido, ou o inventor ali identificado, e depositante do pedido em exame, ou ou o inventor identificado, sejam a mesma pessoa na data de apresentação do pedido de exame, tendo presente que somente poderá ser concedido validamente uma patente com efeito em uma Parte Contratante para a mesma invenção reivindicada.	De Em virtude do histórico de dissenso nessa questão, acordou-se manter as alternativas para avaliação posterior no futuro.
Artigo 9(1)	Informação que não afeta a patenteabilidade (Período de Graça); Princípio Geral. Um item do estado da técnica relativo a reivindicação da invenção não afetará a patenteabilidade da invenção reivindicada, sempre e quando tenha sido incluída no estado da técnica na data durante os [doze][seis] meses precedentes a data de prioridade da reivindicada invenção, i) pelo inventor, ii) por um Escritório, quando o elemento do estado da técnica figurava a) em outro pedido apresentado pelo inventor [ e que esse Escritório não tinha que fazê-lo colocando a disposição do público] ou b) em uma reivindicação apresentada sem o conhecimento ou consentimento do inventor por terceiros que teriam obtido a informação contida no elemento do estado da técnica direta ou indiretamente do inventor ou iii) por terceiros que tivessem obtido a informação contida no elemento do estado da técnica direta ou indiretamente do inventor.	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto.
Artigo 9(2)	Informação que não afeta a patenteabilidade (Período de Graça); Possibilidade de invocar o período de graça [Alternativa A] Os efeitos do parágrafo 1 poderão ser invocados a qualquer momento; [ Alternativa B] Uma Parte Contratante poderá exigir que o requisitante apresente uma declaração em que invoque o efeito do parágrafo 1 [segundo o estipulado no Regulamento]	Dissenso. Não foi feita recomendação para sua resolução.
Artigo 9(3)	Informação que não afeta a patenteabilidade (Período de Graça); [ Inventor] Para os fins do disposto no parágrafo 1, também se entenderá por “inventor” a toda a pessoa que, na data de apresentação da requisição ou com anterioridade a essa data, tivesse direito a patente.	Dissenso quanto a aplicabilidade da provisão. Não foi feita recomendação para sua resolução.
Artigo 9(4)	Informação que não afeta a patenteabilidade (Período de Graça); [ Direito de terceiros] [ Variante A] Uma	Dissenso. O Escritório Internacional recomendou nova

	<p>             pessoa que, entre a data em que o elemento do estado da técnica tenha sido incluído no estado da técnica em virtude do parágrafo 1) e a data de prioridade da invenção reivindicada tenha utilizado a invenção reivindicada no curso de suas atividades ou iniciado os preparativos sérios e eficazes, de boa fé, para dita utilização, terá direito a começar a utilizar a invenção ou a seguir utilizando-a com tal finalidade. Se considerará que a invenção reivindicada tenha sido utilizada quando a pessoa executar qualquer ato que constitua para os demais uma infração em virtude da legislação aplicável.[Variante B] Não se dispõe nada a respeito no Tratado e no Regulamento. Nas Diretrizes de Práticas se esclarecerá que as questões relativas aos direitos de terceiros devem seguir determinando-se com correção a legislação aplicável da Parte Contratante de que se trate.           </p>	avaliação no futuro
Artigo 10(1)	<p>             Divulgação habilitante.[Princípio geral] O pedido deverá divulgar a invenção reivindicada de uma maneira suficientemente clara e completa para que essa invenção possa ser realizada por um especialista na matéria. A divulgação da invenção reivindicada se considerará suficientemente clara e completa se proporciona informação que seja suficiente para permitir que essa invenção possa ser realizada e utilizada por um especialista na matéria na data de apresentação, sem necessidade de uma experimentação excessiva segundo o estipulado no Regulamento.           </p>	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto com base nos comentários
Artigo 10(2)	<p>             Divulgação habilitante a) [ Partes do pedido que devem ser tomados em conta para determinar a divulgação] Para os efeitos de determinar a suficiência da divulgação com correção ao parágrafo 1), se deverá tomar em conta a divulgação contida na descrição, nas reivindicações e nos desenhos, modificados e corrigidos.           </p>	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto com base nos comentários
Regra 10	<p>             Suficiência da divulgação em virtude do artigo 10. Para determinar que não tenha ocorrido uma experimentação indevida em virtude do artigo 10.1, os fatores que deveriam ser levados em conta são os seguintes: a amplitude das reivindicações, a natureza da invenção reivindicada, os conhecimentos gerais de um especialista na matéria, o grau de previsibilidade na técnica, a direção proporcionada no pedido, incluídas as referências ao estado da técnica, o grau de experimentação exigido para realizar ou utilizar a invenção reivindicada sobre a base da divulgação.           </p>	Dissenso entre as partes. O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto com base nos comentários
Artigo 11(1)	<p>             Reivindicações. 1) [Conteúdo das reivindicações] As reivindicações deverão definir a matéria para a qual se solicita proteção em função das características técnicas da invenção.           </p>	Alteração recomendada ao Escritório Internacional, instado a revisar o texto com base nos comentários para futura avaliação
Artigo 11(2)	<p>             Reivindicações. [Estilo das reivindicações] As reivindicações, tanto individualmente como em sua totalidade, deverão ser claras e concisas [ segundo o estipulado no Regulamento]           </p>	Aceito provisoriamente
Artigo 11(3)	<p>             Reivindicações. [ Relação das reivindicações com a divulgação] A invenção reivindicada deverá encontrar pleno fundamento na divulgação das [reivindicações] a           </p>	Dissenso entre as partes. O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto com

	descrição e os desenhos[ segundo o estipulado no Regulamento]	base nos comentários
Regra 11(1)	Depósito de material biológico. Quando um pedido se refira a material biológico que não se encontre a disposição do público e e quando esse material não possa ser descrito no pedido de maneira tal a que permita a um especialista na matéria realizar a invenção reivindicada sem ter acesso a esse material, como o requiere o artigo 10 ou descreva a invenção reivindicada em conformidade ao Artigo 11.3. sem que um especialista na matéria tenha acesso a esse material, o depositante poderá, na medida em que o material não possa ser descrito no pedido, segundo se estipula no ponto ii), subsanar a falta de cumprimento desses artigos mediante o depósito do material em uma instituição de depósito, de conformidade com a legislação aplicável.	Aceito provisoriamente mediante alterações de cunho formal
Regra 11(2)	Depósito de material biológico; prazo para o depósito. [Alternativa A] O depósito se efetuará mais tardar na data de apresentação do pedido. [Alternativa B] Sujeito ao subparágrafo “b”, o depósito se efetuará no mais tardar na data de apresentação do pedido; b) Uma parte contratante aceitará um depósito efetuado depois da data de apresentação deste pedido, e enquanto este estiver em trâmite, se i) o acesso por terceiros ao material seja necessário para dar cumprimento ao artigo 10, ainda que o material depositado tenha sido total e especificamente identificado no pedido na data de depósito, ou ii) o depósito foi disponibilizado na data de apresentação do pedido, ou antes desta data, em uma instituição de depósito que não cumpra com o disposto pelo direito aplicável, e o depositante deva depositar novamente o material em uma instituição de depósito que cumpra com o disposto pelo direito aplicável, desde que o depositante submeta a evidência de que o material biologicamente depositado seja o material biológico especificamente identificado no pedido tal como depositado.	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto com base nos comentários
Regra 11(3)	Autoridade Depositária Internacional. Uma Parte Contratante deverá reconhecer qualquer Autoridade Depositária Internacional sob o Tratado de Budapeste como uma instituição depositária competente para fins do parágrafo (1).	Aceito provisoriamente
Artigo 11(4)	Reivindicações. Interpretação das reivindicações. a) No alcance das reivindicações estará determinado pelo seu texto. A descrição e os desenhos, modificados ou corrigidos em virtude da legislação aplicável, e os conhecimentos gerais de um especialista na matéria na data de apresentação serão tomados em conta [ de conformidade com o Regulamento] na interpretação das reivindicações; b) Para os fins da determinação do alcance da proteção conferida pela patente, se deverá ter devidamente em conta [em conformidade com o Regulamento] os elementos que sejam equivalentes aos elementos expressados nas reivindicações.	O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto com base nos comentários
Regra 12(1)	Detalhes concernentes aos pedidos sob o artigo 11 (1) (a) Os pedidos devem ser considerados claros se uma pessoa habilitada na arte puder determinar os limites da invenção solicitada com um razoável grau de	Maiores esclarecimentos solicitados junto ao Escritório Internacional

	certeza. (b) Os pedidos poderão ser considerados concisos se eles não contiverem uma repetição indevida ou uma multiplicidade reivindicações de natureza trivial, que fazem com que se resulte indevidamente gravoso determinar o objeto para o qual se solicita a proteção.	
Regra 12(2)	A matéria de cada reivindicação deverá encontrar fundamento nas reivindicações na descrição e nos desenhos, de maneira tal que um especialista na matéria possa aplicar o divulgado neles a toda a reivindicação, demonstrando assim que o depositante não reivindica matéria que não tenha sido reconhecida e descrita na data de apresentação.	Dissenso entre as partes. O Escritório Internacional foi instado a revisar o texto com base nos comentários
Regra 13(1)(a)	Interpretação das reivindicações em virtude do artigo 11.4. As palavras utilizadas nas reivindicações serão interpretadas em conformidade com o significado e alcance que normalmente possuem na técnica pertinente, a menos que a descrição lhes confira um significado especial <sup>155</sup> .	Aceito provisoriamente
Regra 13(1)(b)	Interpretação das reivindicações em virtude do artigo 11.4; As reivindicações não serão interpretadas no sentido de que estão necessariamente limitadas ao texto estritamente literal.	O Escritório Internacional pediu para examinar a questão mais a fundo
Regra 13(2)	Interpretação das reivindicações em virtude do artigo 11.4; Ausência de limitação a divulgação expressa. As reivindicações não se limitarão às realizações expressamente divulgadas no pedido, a menos que as reivindicações se limitem expressamente a ditas realizações; b) Se o pedido contém exemplos das realizações da invenção reivindicada ou exemplos das funções ou resultados da invenção reivindicada, as reivindicações não serão interpretadas no sentido de que se limitam a esses exemplos, a menos que o depositante indique que devem ser limitados aos mesmos; em particular, a menos que o depositante indique expressamente o contrário, um exemplo não eliminará do alcance de uma invenção reivindicada quaisquer elementos adicionais ou objetivos nem as vantagens não citadas ou inerentes aos exemplos.	Não houve consenso
Regra 13(3)	Interpretação das reivindicações em virtude do artigo 11.4. Nenhum sinal de remissão as partes aplicáveis do desenho referido na Regra 5(3)(c) será interpretado como uma limitação às reivindicações.	Aceito provisoriamente
Regra 13(4)	Interpretação das reivindicações em virtude do artigo 11.4. [ Tipos especiais de reivindicações] a) Quando uma reivindicação definir um meio ou um passo em termos da função ou características sem especificar a estrutura ou material ou ato para uma maior compreensão, se entenderá que nessa reivindicação se define qualquer estrutura, material ou ação que seja capaz de realizar a mesma função ou que tenha as mesmas características.	Não houve consenso
Regra	Interpretação das reivindicações em virtude do artigo	O Escritório Internacional foi

<sup>155</sup>

Na oitava sessão, ocorrida entre 5 a 9 de maio de 2003, a Reunião das Autoridades Internacionais em Busca Internacional e Exame Preliminar (MIA) acordou ocupar-se da mesma questão. Seu texto é idêntico a proposta acima(OMPI, 2004)

13(5)	11.4; Equivalentes; Para os fins do artigo 11(4)(b), um elemento ( “o elemento equivalente”) é <sup>156</sup> equivalente a um elemento tal como foi expresso em uma reivindicação (“o elemento reivindicado”) se, no momento de uma suposta infração: i) a diferença entre o elemento reivindicado e o elemento equivalente não seja fundamental e o elemento equivalente produz essencialmente o mesmo resultado que o elemento reivindicado; e ii) um especialista na matéria não teria motivo para supor que o elemento equivalente tenha sido excluído da invenção reivindicada.	instado a revisar o texto com base nos comentários
Regra 13(6)	Interpretação das reivindicações em virtude do artigo 11.4; Declarações Anteriores; Ao determinar o alcance da proteção conferida pela patente, se poderá levar devidamente em conta uma declaração que limite o alcance das reivindicações formuladas pelo depositante ou o titular da patente durante os procedimentos relativos a concessão ou a validade da patente na jurisdição em que se tenha formulado a declaração.	Discussões formais pontuais
Artigo 12(1)	Condições da patenteabilidade. [Matéria que se possa proteger] a) Uma invenção reivindicada deverá estar compreendida dentro do alcance da matéria que se possa proteger. A matéria que se possa proteger deverá incluir produtos e processos [em todos os âmbitos da tecnologia] que possam ser realizados e utilizados em qualquer campo de atividade. b) Sem prejuízo do disposto no item a), não se considera matéria que possa ser proteger o seguinte: i) os simples descobrimentos; ii) as ideias abstratas como tais, iii) as teorias científicas e matemáticas e as leis da natureza como tais; iv) as criações puramente estéticas.	Discussões postergadas
Artigo 12(5)	Condições da patenteabilidade. Exceções; Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 1 a 4) uma Parte contratante poderá excluir [ de conformidade com o Regulamento] determinadas invenções de patenteabilidade.	Discussões postergadas

Fontes: OMPI, 2004A; 2004B & WIPO, 2004B; 2004C; 2004E; 2004F. Produzido e traduzido pelo autor.

Como se pode inferir a partir das conclusões chegadas nesta sessão, poucos seriam os avanços feitos. A herança para a décima primeira sessão do SCP não seria, de fato, das mais positivas, uma vez que uma pauta mais “light”, conforme sugerida pelos países desenvolvidos, não foi aceita pelos demais países

No intervalo de tempo de quase um ano que separa esta e a décima-primeira

<sup>156</sup> Há uma discrepância entre os textos em espanhol (OMPI, 2004) e em inglês (WIPO, 2004A). Enquanto o texto espanhol usa o verbo “é equivalente”, o texto em inglês usa “será geralmente considerado”. Outras distinções seriam verificadas, mas como não implicavam aparentes alterações de sentido, foram mantidas.

sessão observaria, a OMPI passaria por um período de auto avaliação e turbulências quando da apresentação da proposta de uma Agenda para o Desenvolvimento – mais sobre esse assunto no capítulo seguinte. Para os intentos deste capítulo, é suficiente considerar que a “Agenda...” foi uma proposta lançada oficialmente por dois parceiros, alçados a posição de líderes do processo, o Brasil e a Argentina. Ao recordarem o propósito desenvolvimentista da propriedade intelectual que a OMPI supostamente havia deixado de perseguir, algumas reviravoltas seriam ocasionadas. Uma das mais significativas seria justamente na sessão seguinte, na qual diversas movimentações seriam espelhadas, antes e durante o foro.

#### **4.9. A Décima-primeira Sessão do SCP**

Nos dias 1 a 2 de junho de 2005, reunião mais curta jamais vista até então no que tange aos encontros do SCP, 85 (oitenta e cinco) Estados se fariam presentes nessa ocasião, um aumento expressivo de cerca de 16% de adesões se comparada a reunião imediatamente anterior. Myanmar é o único país presente que não aparece na lista de signatários da CUP ao passo que a Síria já aparece na lista de signatários da Convenção da OMPI, desde 2004.

Também participaram como observadores representantes da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI), da Organização Regional Africana da Propriedade Intelectual (ARIPO), do Escritório de Patentes Euroasiático (EAPO), do Escritório Europeu de Patentes (EPO), da Comissão Européia (EC) e do Centro Sul/ South Centre (SC). Ainda, um total de 23 (vinte e três) organizações não governamentais, presentes como observadores, incluindo novamente a ABAPI.



Diferentemente das reuniões anteriores que se seguiam uma linha linear de progressos, a presente marcou uma reviravolta nas negociações, que nesta sessão não seriam retomadas para dar lugar a discussões exclusivamente em torno da declaração dos “Amigos do Desenvolvimento”<sup>157</sup> (WIPO, 2005C), que visava chamar atenção para a necessidade do que denominou uma abordagem “balanceada e inclusiva” relativa a minuta do SPLT. Para tanto, a minuta deveria levar em consideração os interesses de todas as partes envolvidas, entre outros: flexibilidades de cláusulas de interesse público, transferência de tecnologia, repressão de práticas anti-competitivas e biodiversidade – divulgação da origem. Haveria também o que se pode chamar de uma rejeição coletiva por parte de diversos países em desenvolvimento nessa ocasião para com os andamentos levados a cabo durante as consultas informais ocorridas em Casablanca<sup>158</sup>.

Essas manifestações geraram uma reação por parte dos países desenvolvidos, que se manifestaram em nome do “Grupo B” para enfatizar tanto as consultas informais ocorridas em Casablanca quanto os termos nela acordados, espelhados no documento SCP 11/3 (WIPO, 2005D). Esse se propunha a estruturar e progredir nos trabalhos para o SCP em torno de uma estratégia que dividiria em dois grupos os interesses manifestos, um primeiro, composto por apenas quatro assuntos, a saber, estado da técnica, período de graça, novidade e atividade inventiva, para serem discutidos no SCP, ao passo que a suficiência de divulgação e recursos genéticos deveria ser levada a cabo no ICG (WIPO, 2005A;2005B).

---

<sup>157</sup>

O documento seria assinado conjuntamente pela Argentina, Brasil, Bolívia, Cuba, República Dominicana, Equador, Egito, Irã, Quênia, Peru, Serra Leoa, África do Sul, Tanzânia e Venezuela.

<sup>158</sup>

Essas consultas informais relativas a futuras sessões do SCP ocorreriam, a pedido do Diretor Geral Kamil Idris, na cidade de Casablanca, no Marrocos, em 16 de fevereiro de 2005. Seu propósito estaria intimamente conectado a resolução de impasses nas negociações para o SPLT vis a vis a proposta da Agenda para o Desenvolvimento, lançada durante a Assembleia Geral no ano anterior. Vale apontar que o representante brasileiro solicitou que fosse incluído no documento que o Brasil não estava de acordo com os termos da declaração.

Sem que ao seu término fossem alcançado um consenso acerca dos rumos a serem tomados para as negociações em torno da minuta do SPLT, ficaria notável um impasse provocado pela clivagem perceptível entre desenvolvidos e em desenvolvimento. O futuro do SPLT estava em aberto.

#### **4.10. Considerações gerais do capítulo**

Como contraponto às posturas manifestas pelo governo brasileiro à época das negociações em torno do PLT, e em direta comparação aos dias atuais, é interessante mencionar que o PLT e o SPLT são tratados filhos do Tratado de Harmonização inconcluso de 1991, com a única diferença de que um alcançaria seu nascedouro, e outro permaneceria em estado de latência.

De maneira geral, as negociações em torno do SPLT seriam marcadas por grande embate entre os diferentes grupos de países ali presentes. O impasse, nos termos de Correa (2002) perduraria por toda a negociação, e atingiria seu clímax com a proposta da declaração dos amigos do desenvolvimento no SCP, uma versão da Agenda para o Desenvolvimento.

Essa última proposta teria seus propósitos amplamente conectados a fazer frente a proposta do Secretariado Internacional para o estabelecimento de uma agenda para o sistema internacional de patentes. Nesse ponto, o que antes era uma expressão que conforma os tratados internacionais torna-se um destino manifesto para os países em desenvolvimento. Esse sistema, do qual pertencem, mas ao mesmo tempo não desejam pertencer, possui atrativos e elementos de repulsa para os quais devem atentar. O receio de que as discussões sejam utilizadas como uma estratégia para que os países desenvolvidos subam ainda mais a escada (CHANG,

2004) está presente em diversos momentos, no foro e em seus bastidores. Como explicita Seixas Correa,

Há tendência por parte dos países desenvolvidos no sentido de utilizar as discussões na OMPI como "alavanca" para que, posteriormente, os seus eventuais resultados "TRIPs-plus" sejam transplantados para o seio da OMC ou de acordos regionais ou bilaterais (CORREA, 2003).

O futuro demonstraria que o aparente “sucesso” que Brasil auferiria nas negociações, bloqueando medidas de interesse dos EUA não seriam sustentáveis a médio prazo. No capítulo seguinte, voltado a discutir o posicionamento do governo brasileiro, esse ponto ficará mais claro.

## **CAPÍTULO V. ENTRE O PRAGMATISMO E A IDEOLOGIA: POSIÇÕES CONFLITANTES DO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES EM TORNO DO TRATADO SUBSTANTIVO EM MATÉRIA DE PATENTES**

O capítulo anterior foi dedicado a apresentação das discussões em torno da minuta do SPLT ao longo das 8 (oito) sessões em que foi pauta de discussão, incluindo a quarta sessão, quando é efetivamente introduzida para deliberação no cerne do SCP pelo Secretariado da OMPI. Destaque-se que a negociação de novos tratados não é uma tarefa fácil, corriqueira ou mesmo trivial, em virtude da própria morosidade característica do processo de negociação. Ao longo dessas rodadas ou sessões, observa-se que os países se aglutinam em volta de grupos de interesses similares, demandando em bloco a inclusão ou a retirada de pontos os quais, por sua vez, serão defendidos ou rechaçados pelas outras partes negociadoras. Deve-se destacar que tais diferenças, tanto individuais, quanto coletivas, costumeiramente refletem não apenas a maneira pela qual cada um desses atores se posiciona, como também se entende frente aos demais atores<sup>159</sup> internacionais, fazendo valer seus interesses. É o que costumeiramente se entende por análise de política externa dos países.

Durante o período da Guerra Fria, os estudos de política externa comparativa eram os mais usuais nos EUA, sendo, portanto, baseados em um modelo abstrato que propunha a existência de “pontes”, a conectar a política doméstica e a política externa (VOCKE, 1976). É interessante notar que essa leitura possui aplicabilidade mesmo nos dias atuais, sendo comum diferenciar os cenários interno e o externo como se independentes o fossem, quando na realidade podem, e devem ser

---

<sup>159</sup> Na perspectiva teórica adotada, os Estados são os principais atores do sistema internacional. As Organizações Internacionais, Governamentais ou não, ocupam posição secundária. Vale mencionar que isso não significa que elas não possuem importância, e sim que estão em posição secundária, a mercê das decisões tomadas pelos Estados.

compreendidos como a extensão um do outro. Autores mais contemporâneos, como David Campbell (1992), no entanto, refutam a tese de separação entre esses dois reinos, ao defender que a política externa dos Estados não é a projeção de seus interesses [para fora], mas sim a constituição de sua própria identidade. Ou seja, o Estado produz um conjunto de práticas políticas que nada mais são do que a extensão de sua própria identidade e do que a ela é mais caro. Nesse sentido, a atuação de um Estado não deve ser entendida enquanto desvinculada das ações empreendidas pelos demais que compõem o cenário político internacional, sendo na realidade uma projeção para o cenário externo de seus interesses.

No caso brasileiro, o discurso desenvolvimentista por ele aplicado ao longo dos anos nos diversos foros internacionais que pertence refletem um uso mais progressista atrelado a propriedade intelectual, como as patentes, foco deste estudo. Conforme verificado em capítulos anteriores, essa teria sido uma constante por parte do governo brasileiro desde a década de 60 em suas negociações dentro e fora da OMPI. Coibir as patentes jamais fora de fato uma opção. Mas o viés ideológico e idealizado para o campo da propriedade intelectual não tornaria o percurso mais fácil durante futuras negociações para harmonização normativa no campo patentário, onde está inserida a minuta do Tratado Substantivo em Matéria de Patentes, o SPLT.

Para este capítulo, são de particular relevância as entrevistas realizadas com técnicos e gestores do INPI, gestores da ANVISA, diplomatas de carreira e especialistas na área patentária. Suas perspectivas e opiniões particulares, ainda não não representativas do órgão que representem, em determinados casos, é auxiliar na produção de um retrato parcial da realidade.

É chegado o momento de explicitar em que medida os termos do SPLT impactam no ordenamento jurídico brasileiro, e o que ela evidenciaria no que se

refere a condução dos interesses brasileiros na OMPI em matéria patentária.

### **5.1. Técnica e Política no centro da minuta do SPLT**

Nesta seção, o SPLT é tratado com base na sua minuta originalmente negociada na quinta sessão do SCP.

Conforme apresentada, a minuta versa sobre os seguintes termos: estado da arte – art. 8, período de graça – art.10, matéria patenteável – art. 15, aplicação industrial – art. 15, novidade – art. 17, e atividade inventiva – art. 18 (WIPO, 2001A).

Em capítulos anteriores, foi verificado que a legislação brasileira de propriedade industrial levaria amplamente em consideração as tendências internacionais que se desenhavam em princípios da década de 90. Daí decorre que, uma vez previstos sob a égide do Tratado de Harmonização de 1991, a LPI preveria muitos aspectos ali constantes, chegando inclusive a ser compatível a TRIPS como projeto e lei encaminhado ao Congresso antes que essa fosse inclusive concluída e entrasse em vigor.

Decorre, pois, que seus dispositivos já estão previstos na LPI. A citar,

- estado da arte: art: 11
- período de graça: art. 12
- matéria patenteável: art. 10 . Nesse caso, a matéria patenteável surge por exclusão às demais, consideradas não patenteáveis;
- aplicação industrial: art 8
- novidade: art. 8
- atividade inventiva: art. 8

Depreende-se dessa maneira, que as discussões em torno da minuta não

apresentariam grau de razoável dificuldade para o Brasil. E, ainda que se considere que um tratado como esse poderia implicar modificações domésticas, o andamento das negociações, encaradas sob uma perspectiva estritamente técnica, não apontariam para a ocorrência de maiores dificuldades. É o que tornaria possível depreender que haveria mais em jogo do que uma discussão meramente técnica.

Na quarta sessão, acontecida em 2001, uma postura técnica seria o que o Brasil adotaria quanto às negociações em torno do SPLT, chegando inclusive a se manifestar contrariamente a duplicação de esforços para as questões relativas a conhecimentos tradicionais e a, justamente por conta dessa declaração, receber apoio por parte dos EUA (WIPO, 2000).

Ocorre uma mudança sensível de postura da quarta para a quinta sessões. De certa maneira, pode-se dizer que é a partir da quinta sessão que, após uma fase de adequação original, as negociações efetivamente aconteceriam. Tal entendimento decorre de ter sido efetivamente nesse momento em que as propostas da Colômbia, outrora apresentadas nas negociações em torno do PLT para discussão da questão relativa a conhecimentos tradicionais e recursos genéticos fosse incluída nesse foro. E, se inicialmente haveria uma manifestação contrária pelo representante brasileiro, são fortes as inclinações para compreender que a articulação ocorre entre a quarta e quinta sessão. Isso porque, já na quinta sessão, a República Dominicana faz um pronunciamento favorável às discussões em torno desse tema, na qual se posiciona como porta-voz até mesmo do Brasil (WIPO, 2001B)

O capítulo anterior evidenciou que o Brasil foi um dos países que menos desejou suprimir pontos de pauta nas negociações. Pelo contrário. Quando o Grupo de Países pertencentes ao “Grupo B+” decidiu restringir os pontos de pauta a somente quatro pontos, o Brasil não criou obstáculos com relação a continuidade

das discussões em torno desses aspectos. Ressalte-se, porém, que com a condição de que outros, de seu interesse, fossem acrescentados.

A rigor, não é possível declarar que esse início efetivo de um posicionamento brasileiro para o SPLT significaria uma politização das discussões. Até porque a concertação feita pelos Estados permite tantas inclusões e/ou exclusões quanto possíveis. O que neste trabalho, ao longo das próximas sessões busca-se examinar é em que medida esse posicionamento possui implicações que dizem respeito a identidade do Brasil.

## **5.2. Brasil, um país em desenvolvimento: em busca de sua identidade individual e coletiva**

*“É possível que, renunciando à igualdade de tratamento (...), alguns se resignem a assinar convenções em que sejam declarados e se confessem nações de terceira, quarta, ou quinta ordem. O Brasil não pode ser desse número”  
(Barão do Rio Branco)*

Destaca Maria Regina Soares de Lima em seu artigo “Aspiração Internacional e Política Externa” (Sem ano) que a política internacional do Brasil atua tradicionalmente desde a segunda metade do séc. XIX com vistas a neutralizar fatores de minoração de sua soberania nacional. Desta maneira, o nacionalismo não deve ser entendido como uma atitude, no sentido pejorativo ou deletério ao país, implicando isolamento ou hostilidade. Encontra-se por detrás de ações do Estado brasileiro um esforço contínuo e incansável por colocar o Brasil como ator relevante no cenário internacional.

Em um paralelismo possível com Campbell (1992), para quem a política externa está inserida a um contexto de manutenção e sobrevivência para os



Estados. No caso brasileiro,

O reconhecimento internacional se transforma na própria razão da existência da política externa, na medida em que essa pode se legítimar internamente como um dos principais instrumentos de um projeto de desenvolvimento nacional (SOARES DE LIMA, Sem ano:5)

Um viés negativo, contudo, estaria sediado em um possível caráter errático que o Brasil apresentaria em sua política externa,

A característica pendular da diplomacia multilateral brasileira, na mediação entre os fortes e os fracos, tem sido apontada pelos estudiosos em geral. Estes últimos normalmente apontam para as ambigüidades e ambivalências do que consideram uma combinação heterodoxa entre princípios idealistas de defesa de uma ordem internacional igualitária e um comportamento realista- pragmático de aceitação da desigualdade da representação política.

Essa ambivalência, por alguns agentes nacionais e funcionários da OMPI com quem o autor teve contato seria inclusive em dado momento caracterizado como “um caso típico da esquizofrenia<sup>160</sup> brasileira”.

O Brasil em tempos mais recentes, especialmente a partir do primeiro e segundo mandatos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) passou por consideráveis transformações domésticas e internacionais. O país conseguiu superar a crise financeira de fins do século passado e adentrar em um novo período de prosperidade. O cenário internacional também lhe seria favorável, beneficiando-lhe frente aos instrumentos monetários de que faria uso, como a desvalorização do real, a impulsionar as suas exportações e torna-lo um país mais competitivo no cenário internacional. Porém, é possível salientar que, ao mesmo tempo em que a bonança lhe traria prosperidade doméstica, também lhe traria uma crise de

---

<sup>160</sup> A esquizofrenia é uma psicopatia, que em termos gerais pode ser apresentada como um transtorno dissociativo de personalidade.

identidade cujos desdobramentos poderiam ser sentidos na condução de seus interesses nos principais foros multilaterais, inclusive na OMPI, onde as discussões relativas a harmonização no campo patentário adquiririam um viés crescentemente politizado e ideologizado.

Essa esquizofrenia, ou, como se refere Soares de Lima (Sem ano), essa “ambivalência”, seria deletéria para o Brasil, configurando-se como uma possível fraqueza para o país. Essa dita ambiguidade pode ser evidenciada a partir de diferentes aspectos. Um deles, mais evidente, é na posição que o Brasil assume como país em desenvolvimento. Deve-se apontar que o país experimenta desde o início do séc. XXI uma fase positiva no cenário internacional, de emergência. Porém, deve-se reconhecer que as cartas do jogo político internacional ainda estão nas mãos dos países mais industrializados. No campo da propriedade intelectual não é diferente. Os países desenvolvidos são aqueles com maior capacidade de inovação. Segundo relatório da OMPI (2010), os maiores depositantes continuam a ser os países europeus, os EUA, o Japão e a Coreia do Sul, superados somente por um país dito emergente, a China. No geral, os países em desenvolvimento não têm muito do que se regozijar, ao menos nessa área.

Os dados coletados sugerem ser possível acrescentar que os países em desenvolvimento são aqueles que, se examinados coletivamente, mais destacam negativamente os impactos causados por TRIPS para a evolução interna no que tange a outros tratados. Mencione-se ademais que o posicionamento comum relativo a esse agrupamento de países, unidos não raro por perspectivas ideológicas e políticas no que tange ao cenário internacional de distribuição de poder, é o de bloquear quaisquer medidas que possam por ventura serem interpretadas como de aprofundamento do sistema, o que por sua vez é diretamente conectado, em maior

ou menor grau, ao que se julgaria um avanço relativo à TRIPS. Essa percepção, admitida pelos países desenvolvidos, transforma o bloco de países em desenvolvimento em um grupo amorfo que se coloca continuamente na posição contrária ao sistema por eles defendido. É nesse quesito que o Brasil se coloca em uma posição de delicado equilíbrio.

Os entrevistados, especialmente aqueles oriundos da OMPI, destacam uma dinâmica muito peculiar entre desenvolvidos e em desenvolvimento, e como ela afeta a visão que se pode assumir. Conforme eles expõem, é tradicional a percepção, por parte dos países desenvolvidos, de que os países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, adotariam uma forma rígida de encarar “a necessidade de evoluções necessárias no sistema”, se encontra intimamente conectada a dificuldade que esses países perceberiam, verificariam em casos de terceiros ou constatariam em suas próprias realidades ante as regras impostas e permitidas no âmbito da OMC. De forma geral, está em questão o quanto que tais países podem realmente perseguir políticas públicas de desenvolvimento industrial e tecnológico frente à TRIPS e também para que esses Estados, tal qual apregoado pelo grupo economicamente mais avançado, se beneficie das vantagens do comércio internacional.

Dentro dessa linha de raciocínio, o caminho mais freqüente que esses países encontram para fins de impedir tais avanços é encontrado na própria estrutura decisória da OMPI, que, possuindo um caráter democrático, privilegia o caráter de consenso a ser empregado em suas decisões. Aponte-se que os países em desenvolvimento, incluindo aqueles de baixo desenvolvimento, conformam na OMPI o maior percentual de votos individuais, o que significa dessa maneira maiores chances de veto. Mas, a despeito dessa aparente inflexibilidade para as

negociações, isso não implica que a “maioria manda”.

Valeria ainda destacar que, em foros outros como a própria OMC, os países desenvolvidos exercem pressões significativas, comumente por meio da possibilidade de abertura comercial, perpassando investimentos, compras governamentais, concessão de cargos em organismos internacionais e/ou quaisquer outras benesses que esses possam fazer uso para majorarem seu poder de barganha. E que também atendem, ao menos em uma perspectiva imediatista, os interesses de alguns países em desenvolvimento a quem se deseja arregimentar. Esse “imediatismo” tem, em algum sentido, relação com a expectativa de retorno das ações. E é outra fragilidade enfrentada por esse grupo de países. Já amplamente sabido pelos países desenvolvidos, é um aspecto muito caro nas negociações internacionais, aparentando ser comumente negligenciado como aspecto menor. Mas ao contrário, exercem profundo impacto, dado que essas questões tidas como de maior urgência acabam enfraquecendo ou mesmo esvaziando a força que a mera soma aritmética desses países poderia desempenhar em um foro como o SCP.

A partir dessas informações, é possível inferir que o Brasil é um caso exemplar dessa questão. Quando do lançamento da versão da “Agenda para o Desenvolvimento” no âmbito do SCP, sob a égide de uma proposta reeditada da resolução 1713 da UNCTAD, o Brasil replicou também a apresentação de uma parceira para a empreitada. O que se pode inferir dos dados e documentos acessados é que, se na época a Colômbia foi a autora original da proposta que trouxe consigo o Brasil, desta vez o Brasil traria consigo a Argentina. Sendo que, em ambos os casos, colheria os louros e a ingloria dessa posição de destaque como crítico do sistema.

### **5.3. O Brasil e seu “dilema do prisioneiro”: entre a ideologia de cooperação entre países em desenvolvimento e o pragmatismo de um país emergente**

O Dilema do prisioneiro consiste em uma abstração-problema muito replicada por estudiosos de teoria econômica e das relações internacionais, e faz parte da chamada “teoria dos jogos”. Ele é baseado na suposição de que dois prisioneiros são isolados em salas separadas e interrogados. Ambos recebem a informação de que, se denunciarem o companheiro que está na outra cela, estarão livres. Isto é, conquanto o outro não tenha denunciado antes, pois se isso tiver acontecido, um estará solto e o outro, preso. A única chance para que os dois sejam libertados é que nenhum deles fale. Em um cenário de confiança recíproca, não existiria problemas. Mas no ambiente internacional gerador de suspeitas, o quadro mais comum é aquele no qual os Estados possuem as suas suspeitas e não confiam uns nos outros. O dilema do prisioneiro está justamente aí: o prisioneiro deve entregar o companheiro? Ou se calar? Em qual das situações ele será bem sucedido? De certa maneira, é esse o dilema do Brasil, que se verificaria prisioneiro de sua própria condição pré-determinada como país em desenvolvimento.

Um dos entrevistados, um diplomata de carreira do Itamaraty, destaca que o conflito brasileiro está na indefinição quanto ao clube que deseja pertencer, o que o tem levado, em particular durante o governo Lula (2003-2010), a adotar uma política externa basicamente errática. Por vezes, adota posições compatíveis com a de um país em desenvolvimento, e noutras se coloca como um país emergente que deve auferir um retorno mais justo, com o reconhecimento de sua grandeza. Isso se reflete, por exemplo, em suas tentativas por incluir discussões que prevejam incluir dispositivos facilitadores do acesso a repartição equitativa de benefícios nos

documentos de patentes advindos de informações relativas a conhecimentos tradicionais e recursos genéticos.

No Brasil, a Medida Provisória 2052, de 21 de dezembro de 2000, regulamenta dispositivos contidos na Convenção de Diversidade Biológica – CDB, tratado internacional concluído ao término da assim apelidada “Cúpula da Terra”, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro durante o evento da ECO-92, ao dispor que a identificação de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional aplicados a processos ou produtos sujeitos a proteção por mecanismos de propriedade imaterial devem ser entendido como igual condicionante para a sua concessão<sup>161</sup>. Para tanto, o depositante deve informar no documento de patente a origem do material genético e/ou conhecimento tradicional associado. Aspecto complementar ao ponto anteriormente mencionado, no artigo 1º, parágrafo 2º, está estabelecido o seguinte,

§2º Aos proprietários e detentores de bens e direitos de que trata este artigo será garantida, na forma desta Medida Provisória, a repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados do acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados.

De todo modo, esse é o ponto mais polêmico entre os entrevistados. Alguns apoiam a inclusão brasileira desse tópico, ao passo que outros a refutam.

Deve-se ressaltar que o principal elemento legitimador para a inclusão desse aspecto como ponto de pauta das negociações em torno do SPLT está justamente em torno da ocorrência da biopirataria, ou seja, roubo de patrimônio da biodiversidade nacional. Há entrevistados que o consideram, contudo,

---

<sup>161</sup> Nos termos do art. 28 da Medida Provisória, que dispõe: Art.28.A concessão de direito de propriedade industrial pelos órgãos competentes, sobre processo ou produto obtido a partir de amostra de componente do patrimônio genético, fica condicionada à observância desta Medida Provisória, devendo o requerente informar a origem do material genético e do conhecimento tradicional associado, quando for o caso (Brasil, 2000).

“excessivamente instrumentalizado e politizado pelo Brasil dentro da OMPI”. Decorreria esse entendimento de a assunção de que a legislação brasileira concernente a proteção de conhecimentos tradicionais e recursos genéticos ser bastante sólida. Para o Brasil, a dificuldade estaria em torná-la efetiva, o que, em outros termos, decorre das dificuldades do país em manter a segurança de suas fronteiras, fiscalizando-as adequadamente. Saliente-se demais a consideração, exposta inclusive por Amorim (2000), no capítulo anterior, quanto às suas dúvidas relativas ao foro mais adequado para que essas discussões sejam levadas a cabo no foro do SCP<sup>162</sup>.

Pode-se depreender que o ponto relativo à suficiência descritiva teria alguma relação, ainda que não totalmente, com a repartição equitativa de benefícios auferidos em virtude do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. Isso porque, sob a lógica patentária, é adequado e desejoso que os relatórios descritivos sejam suficientemente claros para possibilitarem a reprodução da invenção por terceiros não apenas a critério dos examinadores do pedido, como também por aqueles interessados nas invenções, concluído o período de exclusividade conferido pela lei. Nesse sentido, seria possível identificar a utilização de material genético ou conhecimentos oriundos do território nacional.

Deve-se considerar que, em jogo, está o interesse econômico do Brasil uma vez que a biodiversidade e cultura nacionais comportam uma quantidade e qualidade razoáveis de novos produtos e processos passíveis de proteção pelo sistema de patentes. Nesse sentido, discutir como os royalties podem voltar às comunidades originais é oportuno. Porém, ao se prever na legislação aplicada ao

---

<sup>162</sup>

A dissertação de Leopoldo Nascimento Coutinho (2004), por exemplo, se propõe a analisar as discussões ocorridas no âmbito do IGC- Comitê Inter-Governamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore, também no âmbito da OMPI.

sistema de patentes a necessidade de especificação da origem do recurso genético, o esclarecimento sobre a forma como foi obtido e em quais condições se aproximaria a uma conduta de obstacularização às livres criações e invenções que, em teoria, se contrapõem ao próprio fundamento da propriedade intelectual. Outra discussão passível de vir a reboque diria ainda respeito ao fato de o sistema de patentes ser baseado em uma sistemática calcada no primeiro a depositar. Dessa forma, o fundamento social por detrás da concessão de direitos de propriedade intelectual estariam sendo colocados em questão, uma vez que, intrinsicamente, a lógica é não apenas protecionista como diametralmente avessa ao entendimento de que o conhecimento e ganhos que se possam auferir em decorrência das inovações decorrentes sejam suficientes para o desenvolvimento humano.

Outro aspecto destacado diria respeito ao sucesso e insucesso das patentes. No geral, não é possível saber se uma patente será deferida ou não, em quais condições. Além do que, ela pode ser mal sucedida comercialmente ou mesmo em laboratório, e ainda não ter viabilidade econômica. Então, essas questões levantam riscos inerentes à etapa de pesquisa em campo que, aliadas a uma discussão relativa a previsões legais, poderia funcionar como empecilhos para o advento de novas pesquisas. Não admitir essa possibilidade tornaria o Brasil refém de um entendimento quase explícito de que ele não é capaz de produzir e aproveitar domesticamente de sua biodiversidade, dificultando o processo de obtenção levado a cabo por empresas estrangeiras e, indiretamente, se beneficiando com isso por meio do incremento na saúde de sua população, criação de novas vacines, entre outras. A lógica econômica, ao se travestir de discurso ideológico não encontra, pois, respaldo.

Em uma perspectiva combinada a de Coelho de Souza (2008), melhor ao



Brasil seria focar na preservação dos conhecimentos tradicionais e recursos genéticos, além da livre exploração. Mas, novamente, seria necessário ao Brasil decidir efetivamente o que lhe parece mais favorável. Um meio caminho talvez fosse seguir o caminho indiano, através da qual ela possui uma base de dados<sup>163</sup> de conhecimentos tradicionais que permite a identificação da origem. Mas, nesse caso, se alguém desejar algo proveniente do Senegal, por exemplo, não seria possível

<sup>163</sup>

No caso, uma base de dados de seus recursos genéticos é uma tarefa de difícil adoção dada a biodiversidade disponível de um país tão rico como o Brasil. Contudo, a mesma lógica poderia ser aplicada, paulatinamente, com resultados consideravelmente interessantes. Por outro lado, o patenteamento de genes surge como desafio ético contemporâneo e para o futuro que afeta diretamente a ótica tradicional do regime da propriedade intelectual. Sob a justificativa de incentivar a pesquisa científica por meio da adoção da propriedade intelectual, algumas poucas e seletas empresas e laboratórios ao redor do mundo obtiveram a concessão de exclusividade em países que aceitam o patenteamento de genes. Um desses casos é inclusive relatado na Revista Isto É, de 24 de junho de 2009 (p.90), que narra os problemas enfrentados por cidadãos brasileiros, e mesmo estrangeiros, com o que acabou por se configurar como um monopólio, no qual pacientes se vêem obrigados a utilização de um único exame genético, sem poder fazer uso de uma segunda opinião. Essa é uma questão que, a luz da corrente legislação brasileira, não encontra eco. Isso porque, em consonância ao inciso IX do art. 10 da lei 9.279 de 1996, não se permite o patenteamento de genoma humano, apenas o de micro organismos geneticamente modificados. Quando se consideram as previsões mais otimistas sobre o futuro, em que se vislumbra o potencial reformador no estilo de vida social, com o desenvolvimento científico-tecnológico vindo a desempenhar um papel significativo na melhoria de qualidade e de expectativa humana, e até mesmo na democratização da utilização de métodos de detecção de doenças propensas geneticamente, o sistema patentário não se demonstra tão ineficaz. Mas, para tanto, se deve obedecer a lógica de que, em menos de um quarto de século as invenções, que deram origem a patentes estarão em domínio público e, mesmo aqueles que não gerarem patentes por meio do uso da estratégia de segredo industrial ou se verão obrigadas a fazê-lo ou amargarão com o depósito patentário por empresas concorrentes, ou então pela própria competição por parte de outras empresas que fizerem uso desse tipo de conhecimento que não mais se encontre sob o estado da arte. O problema, contudo, se encontraria em alguns cenários possíveis. Primeiramente, para a realidade brasileira, caso haja uma onda de mudança no aparato legal para que se adote um sistema similar ao *pipeline* para aqueles desenvolvimentos relativos a genética. Isso porque, os brasileiros que hoje se sentem prejudicados com os altos preços impostos pelas empresas detentoras dos títulos de patente sofrerão com o novo regime de “peculato”, nos dizeres de Denis Borges Barbosa, conforme aquele praticado por ocasião da aceitação de pedidos de patentes que antes do advento da nova legislação não seriam aceitos. Nesse sentido, os *policy makers* brasileiros precisarão estar bastante atentos antes de se comprometerem com representantes do setor privado, ou ainda, com tendências no cenário internacional que, se não combatidos precocemente, serão cada vez mais difíceis de serem minimizados, ganhando espaço político. O segundo aspecto acima apontado aponta, na realidade, para o segundo cenário vislumbrado. Considerando-se as tendências atuais, o regime internacional poderá, a menos que ocorra uma reversão significativa, apontar para uma sistemática de acumulação de capital cada vez mais perversa, o que poderá desregular o fundamento que norteou a manutenção da lógica social que se aglutinou ao sistema da propriedade intelectual a partir de fins de século XIX. Dessa forma, verificar-se-ia prazos cada vez mais longos para as patentes, sob fundamentos, explicações técnicas e econométricas facilmente geráveis ou alimentadas. Mas, nesse caminhar, um novo fundamento para a propriedade intelectual deverá ser criado, ou melhor, caso a vertente social se mantenha como um requisito de prolongamento de legitimidade desse sistema. Como um todo, o que se percebe é que cada vez mais o sistema estatal deverá ser questionado e solicitado pela população, a fim de que o primeiro se manifeste com relação a questões de caráter ético e moral nesse caminho tortuoso do descrença no valor humanitário que é o da apropriação e capitalização total dos recursos naturais disponíveis.

patentear, pois já seria de um domínio público. O único caminho possível seria produzir uma variante daquele produto e buscar uma negociação. No contexto da propriedade intelectual, esse caminho poderia ser mais apropriado do que politizar. E dependeria exclusivamente da capacidade brasileira de negociação, que não é baixa.

De alguma maneira, a conclusão da Convenção da Diversidade Biológica - CDB, oriunda nas negociações na Cúpula do Rio de 92 não pode ser tomada como um ponto fixo, um patamar de sucesso insuperável. É preciso que o país assuma um olhar de engajamento e participação que vá mais além de uma necessidade historicamente localizada concertada entre Estados então desejosos por um tratado que incorporasse questões de importância para o desenvolvimento sustentável, sem se tornar refém de seu próprio estigma de grandeza.

#### **5.4. O Brasil como prisioneiro de suas políticas para a saúde pública**

Um dos aspectos que ficariam evidentes a partir do levantamento realizado seria justamente o impacto da falta de diálogo doméstico, em particular entre o INPI e a Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA, ambas representadas no GIPI.

O embate entre ambas está calcado no artigo 229-C da Lei 9.279 de 1996,

Art. 229-C. A concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos dependerá da prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. [\(Incluído pela Lei nº 10.196, de 2001\)](#)

Em outros termos, o INPI não pode finalizar o exame para produtos e processos farmacêuticos sem antes ouvir o órgão anuente que é a ANVISA. Contudo, nem a Lei 9.279 de 1996, nem outra de caráter hierárquico superior ou

inferior, como resolução interna a esses órgãos previa, contudo, como se daria a supervisão da ANVISA. O que se via na prática, portanto, seria uma sobreposição de competências, que fragilizava o país no ambiente externo.

Essa fragilidade não advinha do fato de que o Brasil previu em sua estrutura institucional uma instituição com competência para verificar se novos produtos ou processos que poderiam ser prejudiciais a saúde pública. Os EUA são amplamente reconhecidos por terem um modelo de sucesso, o FDA – *Food and Drug Administration*. O problema no caso brasileiro residiria na identificação externa de que a ANVISA, assim como o INPI, estariam realizando exames com base em critérios de patenteabilidade: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Invariavelmente, esse cenário recairia em um “exame duplo”, por muitas vezes com resultados diferentes.

Acresça-se a isso o fato de a ANVISA, diferentemente do INPI, possuir um olhar mais crítico com relação às chamadas patentes de segundo uso. Essas patentes seriam mais amplamente identificáveis para os medicamentos e produtos farmacêuticos, muitos dos quais teriam, no entender da ANVISA, baixo nível de inovação. Nesses casos, estariam em questão desde o caráter efetivo de inovação inerente a alguns desses medicamentos, de inovação incremental e não radical, muitas vezes se tratando de uma

uma descoberta pura e simples do uso clínico do medicamento que a prática clínica demonstrou que além de ser usado naquilo para o qual foi prescrito, teve um efeito colateral, foi descoberto isso, não tem a mesma capacidade de investimento, de pesquisa e desenvolvimento (WANDERLEY DIAS, 2008)

Fica evidenciado pelas entrevistas e fontes consultadas que o diálogo entre ambas as instituições teve momentos de muita volatilidade, sendo progredido sob o

mandato de algumas gestões, e retrocedido em outros. Wanderley Dias (2008) destaca positivamente as iniciativas empreendidas durante o período da gestão de Roberto Jaguaribe (2004-2006). Nesse período, uma aproximação entre ambas pode ser identificadas, chegando ambas as instituições a aventar inclusive um exame conjunto para solucionar essa questão. Já com a administração Jorge Ávila, diz Wanderley Dias (2008), o diálogo entre ambas teria cessado. A falta de fomento ao diálogo e compreensão mútua quanto à importância dos atores em questão teria sido altamente prejudicial, não apenas para a “fila<sup>164</sup>” de pedidos como para o país, posto que o objeto principal desse dispositivo legal, a saúde pública, teria sido deixado em segundo plano para o que fica evidenciado por meio dos indícios e relatos: a disputa de poder entre os dois órgãos quanto a tutela sobre os produtos e processos farmacêuticos.

Essas discussões domésticas, na medida em que não seriam resolvidas, contribuiriam negativamente para a configuração dos agentes domésticos. Em dado momento, e mesmo que accidental, ao focar em sua competência exclusiva legalmente prevista para proceder com o exame de patentes de invenção para produtos farmacêuticos, o INPI se tornaria o agente doméstico defensor das regras impostas pelos padrões clássicos do sistema internacional de patentes, ao passo que a ANVISA ficaria com o papel de defensora dos interesses públicos e do bem estar social.

Deve-se considerar que o Ministério da Saúde, ao qual a ANVISA está subordinada, carrega historicamente um legado ideológico muito forte por conta das

---

<sup>164</sup> De acordo com Wanderley Dias, à data da entrevista a ANVISA havia recebido 1.100 processos. Como os números oficiais eram de um backlog da ordem de 20.000, isso implicaria dizer que o atraso na concessão não estaria na atribuição da ANVISA, e sim na condução do fluxo. Cabe destacar que a Anvisa avalia somente os pedidos deferidos pelo INPI, o que representa em média 8% dos documentos de patentes depositados no Brasil relativos ao setor farmacêutico.

negociações com indústrias farmacêuticas que quase resultaram no licenciamento compulsório para medicamentos para portadores de HIV. Esse caráter fortemente ideológico estaria constante nas reflexões do país quanto ao sistema internacional de patentes e no SPLT, por conseguinte.

A decisão recente da Procuradoria Geral Federal, constante no Parecer nº 210/PGF/AE/2009<sup>165</sup> que reitera as competências da ANVISA e do INPI podem ser positivas sob um lado, mas também poder ser entendidas como negativas, na medida em que o país perca em virtude do dissenso entre partes que deveriam estar atuando com vistas ao interesse público. Mas o INPI e a ANVISA estão abaixo da unidade maior que é o Estado, e é ela quem precisa definir o caminho a seguir.

### **5.5. O Brasil como prisioneiro de sua própria falta de identidade**

Os dados acessador indicam para algumas conclusões constantes nesta seção.

Inicialmente, deve-se considerar que, no continente latino-americano, o Brasil se destaca como um dos países de dimensões continentais, comparáveis apenas ao México. E ao México ele se une enquanto um dos maiores países de origem latina. Mas é do México também que se isola nas negociações. Isso porque, apesar de fazer parte dos países atualmente integrantes do GRULAC- Grupo de Países da América Latina e Caribe, o México estaria, nos dizeres de um dos entrevistados, “mais próximo aos EUA do que para os países da América Latina”.

O isolamento como grande potência emergente no continente, contudo, não lhe coloca em posição vantajosa. Em primeiro lugar porque lhe imbuí de ares

---

<sup>165</sup> Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/noticias/prorrogaçao-de-prazo-2>. Acessado em 09 de maio de 2011.

“imperialistas” que a todo momento são negados pelo governo brasileiro mas que, nas oportunidades em que se coloca como uma liderança regional, são passíveis de questionamento tanto pelo lado de seus aliados, quanto daqueles a quem teoricamente deveriam buscar convencer. Esse quadro leva a uma inegável fragilidade por parte dos países em desenvolvimento como um todo, ao passo que a “maior conta” recai sob o Brasil, que precisa assumir os riscos da posição que defende. E aí justamente se verifica a questão. Dada a preponderância que o Brasil exerce atualmente no cenário internacional, é cobrada dele uma definição quanto a posição que deseja de fato assumir, se o primeiro dos últimos, ou o último dos primeiros. Enquanto isso não ocorrer, e mesmo que vitórias sejam contabilizadas, o Brasil não será jamais compreendido pelos demais e, por isso, plenamente aceito ou inteligível no cenário internacional. A fragilidade está justamente em não possuir uma base de sustentação ampla, e sim isolada.

É notável que, consciente de que o mundo está centrado em um centro hegemônico, o Brasil deseja fazer parte desse clube seletivo de grandes potências. Mas a autoaceitação como “periferia” do sistema e não como seu centro ordenador, como classifica Samuel Pinheiro Guimarães (2002), possibilitará que melhor se estruture em função do relacionamento Norte x Sul. E o mesmo acontece caso se defina como parte desse centro. Esse quadro, em si, constrói uma dicotomia essencial na qual por vezes adota posturas de caráter ideológico, noutras posições em que se evidencia um caráter pragmático. Em cada um desses casos, os parceiros preferenciais são diferentes.

Não havia entrevistado consultado que minimizasse a participação do Brasil ou sua importância, fosse ele(a) crítico(a) ou não. Dessa maneira, subentende-se que restringir a importância do Brasil a um mero papel de porta-voz das nações mais

desfavorecidas é na verdade solapar as qualidades e características que originalmente imbuíram a nação a essa condição. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o discurso, quando não constantemente reiterado, se torna uma arma de desserviço inconsciente que desafortunadamente acaba por ser propagado no âmbito internacional, seja quando estejam em jogo importantes negociações, seja em acordos institucionais.

#### 5.5.1. A construção do posicionamento brasileiro

Conforme verificado anteriormente, os países fazem refletir seus interesses nos foros internacionais de maneira similar, a partir da exposição de suas ideias, perspectivas, concordâncias e discordâncias. O que pode, e invariavelmente difere, são os mecanismos utilizados para traduzir esse posicionamento. Isso diz respeito à maneira pela qual as suas instituições domésticas se organizam e participam do processo decisório, se há sobreposição ou não de perspectivas ou de pontos prioritários da agenda nacional.

Conforme se verifica a partir da exposição dos diplomatas brasileiros entrevistados para esse trabalho, o modelo brasileiro adotado para produção de uma posição nacional no campo da propriedade intelectual possui a concertação como seu objetivo essencial, uma vez que enseja o constante diálogo entre os seus agentes nacionais. E, no todo, os indícios levam a crer que futuras definições continuem a caminhar nesse sentido, não havendo motivos para supor que mudanças sejam esperadas a curto ou médio prazo.

Em outros termos, não há magia ou geração espontânea nas decisões, por mais simplórias que pareçam ser. Os anseios e questões nacionais também,

conforme defendido por esse mesmo grupo de entrevistados, são “exaustivamente” levados em consideração. Infere-se, todavia, que uma ressalva seria relevante em virtude de orientações de governo, que por vezes se sobrepõem às definições em colegiado. Observa-se também que a capacidade de convencimento recíproco é o instrumento mais amplamente utilizado, ainda que por vezes surjam definições unilaterais que por vezes geram implicações no diálogo coletivo.

Percebe-se, entretanto, que admitir esses eventuais desvios à regra geral, contudo, não deve resultar na presunção de que haja inoperância ou falta de identificação de autoridade nas definições do GIPI. Efetivamente, quando há decisões a serem tomadas, elas são geralmente buscadas e, se não há consenso, há a conduta de escalar a autoridade competente. Esse é o quadro geral para a maneira pela qual os temas são discutidos no âmbito do GIPI. No que concerne às definições quanto ao SPLT, contudo, a situação é um pouco distinta.

Percebe-se que o governo brasileiro costumeiramente atua a reboque das definições ou estratégias definidas pelos países desenvolvidos. De algum modo, o GIPI tem atuado sob um horizonte de curto prazo, em detrimento de uma abordagem de médio e longo prazo, não apenas preferíveis, como também necessárias para garantir a sustentabilidade das definições. Faltaria um olhar para mais além do SPLT que enxergue o futuro do sistema internacional de patentes tal como se projeta e se arquiteta entre os países desenvolvidos. Esse possível diagnóstico está conectado a outra questão de igual relevância, qual seja, a velocidade na definição dessas questões.



## 5.6. A interrupção das negociações relativas ao SPLT

Assim como verificado nas negociações em torno do Tratado de harmonização de 1991 a partir dos apontamentos de Santarelli (Sem ano), o atual presidente do INPI, Jorge Ávila (2008) também entende a parada nas negociações em torno de SPLT em função de iguais grupos de divergência. Um primeiro, entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e um segundo, localizado no embate somente entre os próprios países desenvolvidos.

### 5.6.1. As divergências entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento como entraves elementares ao advento do SPLT

Conforme observado em capítulos anteriores, as discussões ocorridas no âmbito do SCP escondem dois tipos de embates: um do tipo pragmático, e outro, ideológico.

O embate pragmático diz respeito aos pontos de pauta a fazerem parte da pauta de negociações de um eventual SPLT. Verificou-se que as discussões em torno do SPLT polarizaram o SCP. De um lado, os países desenvolvidos, além de algumas economias em transição<sup>166</sup>, e de outro, os países em desenvolvimento. Dada a pouca progressão nos debates, durante a décima sessão do SCP esses países passaram a defender que as discussões se dessem em torno de um pacote reduzido a apenas quatro pontos, que deveriam ser entendidos como itens prioritários em uma etapa inicial das negociações compostos por: anterioridade, período de graça, novidade e atividade inventiva. A proposta, referenciada como

---

<sup>166</sup> Justamente em função da participação de países do segundo tipo, esse grupo receberia a alcunha de “Grupo B+” – países desenvolvidos e outros

“SPLT light”, recebeu oposições. A ideia era que, tão logo o resultado fosse atingido, o SCP poderia então partir para outras questões.

De outro, a maior parte dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, que propõe a discussão na íntegra das propostas que transcendem ao PLT. Ao término da décima primeira sessão do SCP, a Declaração adotada pelos membros presentes, e refletindo os interesses dos países em desenvolvimento, disporia que,

In order to achieve these objectives, the meeting agreed that the following six issues should be addressed in an accelerated manner within WIPO (...) [while] the first four issues (prior art, grace period, novelty and inventive step) in the SCP and the other two issues (sufficiency of disclosure and genetic resources) in the Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore (IGC).

Ao término do referido documento, contudo, é feita a menção de que o texto não espelha a posição do representante do Governo Brasileiro. Nas seções anteriores, foram verificadas as motivações por detrás da definição brasileira quanto a inclusão desses aspectos. Nesse momento, é oportuno verificar o quadro geral no qual os países em desenvolvimento e desenvolvidos interagem.

No geral, a premissa geral é a de que os países em desenvolvimento assumem uma posição relativamente pouco flexível nas negociações. Dessa maneira, uma lista de outros temas, além da harmonização efetiva do sistema de exame de patentes, faz com que a agenda fique muito mais complexa. É preciso novamente reconhecer que esses não são temas relegados a segundo plano ou irrelevantes para o sistema, mas também é relevante apontar que, dependendo da perspectiva adotada, são temas que não são seriam considerados centrais para o exame e a solução do que seria, no entender dos países desenvolvidos, o problema principal: a obtenção de um ambiente seguro e eficiente de exame de patentes.

Como para os países em desenvolvimento, as questões principais estariam nas disparidades entre o Norte Industrializado e o Sul dependente tecnologicamente, cuja reversão pode ser estruturada em função de acertos no sistema internacional de patentes que o torne mais propício a acomodar as necessidades dos países em desenvolvimento, tem-se aí um primeiro embate ideológico.

Nos dizeres de Ávila (2008), é nesse instante em que ocorreria um “embaralhamento das questões”, e que coincidem temporalmente com o momento em de aquecimento da agenda de desenvolvimento.

A agenda para o desenvolvimento, que no âmbito do SCP foi apresentada como a “declaração dos amigos para o desenvolvimento”, nasce, pois, como uma proposta resgatar a centralidade do problema do desenvolvimento nas discussões relativas aos problemas advindos da harmonização no campo da propriedade intelectual. Entende-se com isso que em algum momento uma visão “endurecida” em relação ao sistema prevaleceu, para depois ser novamente necessário o reequilíbrio e condução de uma resolução. Mas, conforme se verifica, haveria nesse momento uma radicalização que tornaria muito difícil discutir o SPLT. Então, esse problema se junto aos países desenvolvidos de tal maneira que a tensão muito grande de uma radicalização da discussão norte/sul na OMPI e ficou inviabilizado discutir.

#### 5.6.2. As divergências entre os países desenvolvidos como relevante entrave para o advento do SPLT

No alvorecer da década de 90 do século passado, havia divergências significativas no *modus essendi* e no *modus operandi* no que concerne aos princípios norteadores da legislação de patentes, bem como o tratamento dos

mesmos no âmbito da Comunidade Econômica Europeia – CEE, e nos Estados Unidos da América (EUA). Explica-se.

A despeito de em ambos o tempo de validade de uma patente ter sido estabelecido em vinte anos, uma das diferenças dizia respeito ao princípio que fundamentaria a legitimidade do pedido do requerente para o depósito. Na CEE, bem como na maioria dos países de então, incluindo-se o Brasil, as patentes eram concedidas àquele(a) que fosse o(a) primeiro(a) indivíduo, ou instituição ou empresa que desse entrada com o pedido de patente, em uma sistemática mais comumente conhecida pela sua expressão em inglês, o “first do file”. Vulgarmente falando, uma leitura possível implicaria dizer que não importa se o inventor for comprovadamente outra persona ou parte, e sim<sup>167</sup> a data em que se deu a requisição pelo pedido de patente. Já nos Estados Unidos, por outro lado, a patente é concedida com base no princípio do primeiro a inventar, o “first do invent”. A validade de uma ou outra proposta, no entanto, é assunto amplo e com muitas abordagens e pontos de vista, sendo que não é objetivo do presente trabalho explorar esse debate.

Por outro lado, os países da União Europeia apresentam constantes reticências em colocar em pauta de discussão o período de graça. A preocupação no caso europeu é clara: é preferível publicar antes para somente depois depositar. Essa convicção remete a fatores históricos e culturais dos países europeus na conformação do sistema que poderão ser resgatados em trabalhos futuros. De todo modo, o que se observa no caso europeu é a adoção do princípio da novidade em

---

<sup>167</sup> Existe no Brasil alguns artigos na LPI que tem como finalidade aumentar a segurança dos inventores e/ou instituição depositantes, inclusive com a alteração do detentor dos direitos caso se comprove a infração.

caráter absoluto. Portanto, uma invenção só pode ser conferida se não faz parte do estado da técnica<sup>168</sup>.

A interpretação de Denis Borges Barbosa é inclusive cética quanto à participação dos países em desenvolvimento para a progressão ou interrupção de futuras negociações. No seu entender, a partir do momento em que os países desenvolvidos resolverem as divergências existentes entre eles é que então o SPLT poderá voltar à pauta de negociações. Em alguma medida, Ávila (2008) se aproximaria ao entendimento de Barbosa ao dizer “acho que eles precisavam de fato resolver problemas entre eles para poder essa coisa [o processo de retomada das negociações] avançar.

É interessante notar que, em decorrência dos comentários acima, seria possível depreender que a declaração dos amigos para o desenvolvimento não teria, nesse sentido, seu significado atrelado tão-somente às divergências entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos ou, muito menos, a uma ação cuja maior responsabilidade caberia ao Brasil. Se admitida essa perspectiva, é colocada, pois em questão a hipótese de protagonismo brasileiro nessa etapa prévia a interrupção das negociações no comitê.

De igual maneira, não seria possível tampouco dizer que a participação brasileira seria de tal importância que, sem ela, as negociações continuariam a seguir seu rumo. Pelo contrário. Dentro dessa perspectiva, a atuação brasileira, ao menos no que diz respeito ao fechamento das negociações em torno da minuta do tratado seria instrumentalizada de maneira favorável aos países desenvolvidos, e

---

<sup>168</sup> Conforme aponta o Instituto de Tecnologia do Paraná, “não importa se isto aconteceu através de uma descrição oral ou por escrito, pelo uso ou de qualquer outra forma”. Disponível em: <http://www.tecpar.br/appi/NewsLetter/Per%EDodo%20de%20Gra%E7a%20na%20Europa.pdf>. Acessado em 16 de agosto de 2011.

desfavorável ao Brasil. Isso porque, sem uma proposta de agenda para o desenvolvimento voltada ao SCP nesse momento, repetir-se-ia o quadro vivenciado ao término das negociações para o Tratado de Harmonização inconcluso de 1991. Nesse novo cenário, os países desenvolvidos abriram um canal legitimador para a proliferação de um discurso que os coloque em posição vantajosa, como se quem estivesse obstaculizando o desenvolvimento do sistema de patentes, bem como os benefícios por ele a serem auferidos, fosse o Brasil. A conta do insucesso, outrora dividido entre os grupos em desenvolvimento e desenvolvidos, recairia agora sobre o Brasil.

Por outro lado, não se deve deixar de apontar que a política internacional tem cada vez mais constituído um campo de conduta utilitarista por parte dos países desenvolvidos, dentre os quais os EUA despontam como seus porta-vozes. O empenho para normatizar medidas que lhes sejam de considerável interesse oscilam quanto ao método. O apoio nos fóruns e tratados multilaterais, basilares do próprio sistema internacional da propriedade intelectual encontra o seu limite nos casos em que as abordagens tradicionais de observância dos direitos de propriedade intelectual e de exercício de seu poderio. Por detrás de tal assertiva, no entanto, revela-se a insuficiência das instituições tradicionais de propriedade intelectual para uma composição de interesse satisfatória para todos os lados envolvidos, o que tem levado os EUA e demais países da chamada “Trilateral”<sup>169</sup> a conduzir negociações sob o auspício de uma abordagem bilateral, que privilegie acordos bilaterais.

---

<sup>169</sup> Basicamente a Trilateral é composta pelos EUA, pelos países europeus e pelo Japão.

## **5.7. Em busca de uma nova periodização para o sistema internacional de patentes**

Conforme brevemente apontado no capítulo anterior, após o lançamento da Agenda para o Desenvolvimento pelo Brasil, o Secretariado da OMPI promoveria uma interrupção nas negociações em torno da minuta do SPLT no SCP. Àquela ocasião, o intento servia como forma de auxiliar na recomposição política entre os principais atores afetados pela proposta brasileira: os países desenvolvidos. Como se verificaria, entretanto, o SPLT não voltaria a mesa de negociações. Seria possível depreender, a partir de uma análise superficial e isolada, que o SPLT perderia sua importância a partir dessa constatação. Não é, todavia o caso. A razão para tanto decorre do entendimento de que, em consonância a abordagem deste trabalho, o SPLT está inserido a uma lógica mais ampla, qual seja, a de evolução do sistema internacional de patentes.

Na introdução deste trabalho, apresentou-se uma possível periodização para o sistema. Nesse tocante, apresentou-se uma quinta possível fase, a contemplar arranjos de cooperação entre os países sem com isso passar pela via normativa. Esse é um aspecto que não cabe aprofundar nesse trabalho, estando inclusive constante como um dos desdobramentos do estudo. Porém, deve-se salientar que, pelas fontes consultadas, o Brasil está atento para essa mudança. No âmbito do SCP mesmo, de acordo com um dos entrevistados, as discussões que causavam animosidade foram substituídas por discussões relativas a harmonização de procedimentos, em matéria de cooperação para intercâmbio de informações técnicas, entre outros. Com isso, ter-se-ia um processo similar e paralelo ao levado a cabo pela Trilateral – ver mais a respeito no item “desdobramentos do estudo”, na

conclusão. Saliente-se por fim que a medida que o encaminhamento sugerido não deve ser entendido enquanto totalmente novo, e sim como uma mudança de percurso que, eventualmente, tenderia a retornar para uma harmonização normativa, ao estilo da CUP, a partir do momento em que as outrora inovações no sistema deixarem de ser entendidas enquanto tal. Dessa maneira, um eventual tratado apenas formalizaria a nível internacional o que na prática já ocorreria.

### **5.8. Anseios brasileiros ante a internacionalização do sistema**

O histórico das negociações na OMPI, bem como as entrevistas realizadas, demonstram que o Brasil compreende que o sistema, tal como hoje é refletido por meio de seus tratados mais notórios, se encaminha constantemente para um estágio de profunda harmonização do sistema internacional baseado em uma concertação compartilhada entre um quantitativo limitado de Estados. Há duas hipóteses que podem ser ressaltadas quanto a origem dessa consciência.

A primeira hipótese é a partir da criação do PCT<sup>170</sup> e da OMPI. Conforme documentos e relatos abordados em capítulos anteriores permitem demonstrar, o Brasil vislumbraria a partir do advento do PCT um novo cenário internacional que lhe impunha a necessidade de internacionalização. Essa necessidade só poderia ocorrer de fato a partir de uma reestruturação interna que lhe permitisse auferir os melhores resultados possíveis no intenso cenário de debates internacionais. A partir daí, é não apenas criado o INPI como órgão autônomo, como também editada uma

---

170

De acordo com os termos constantes no relatório do MRE (1979) o PCT apresenta como objetivo “a cooperação entre os seus países-membros, que àquele tempo estavam na ordem de 23, em todas as questões referentes à concessão de privilégios no campo da propriedade industrial, através da harmonização, na esfera internacional, de normas e procedimentos legais e administrativos, respeitados os termos da União de Paris sobre proteção da propriedade industrial) e da legislação nacional pertinente”. [grifo nosso]



nova legislação doméstica para a propriedade industrial. Posteriormente, uma série de atividades de assistência técnica internacional, dentro dos termos<sup>171</sup> estipulados no artigo 51 do PCT. De todo modo, o desfrute da assistência técnica proporcionada pelo PCT auxiliaria o Brasil a estruturar um “Projeto de Modernização do Sistema Brasileiro”, com financiamento do PNUD e operacionalização por parte da OMPI, e que visaria, entre outros fins, a habilitação do Brasil a reivindicar a condição de “Autoridade Internacional de Buscas e Exames preliminares<sup>172</sup>” (MRE, 1979. p.107).

<sup>173</sup>Na sentença anterior, ficaria apenas em aberto a identificação precisa do sujeito idealizador do projeto, se o Brasil, o Escritório Internacional, ou ambos tinham esse objetivo em mente. De acordo com depoimentos recolhidos junto a entrevistados que testemunharam essa época, é possível depreender que não apenas o Brasil visualizava com isso a oportunidade de ocupar uma posição privilegiada no campo da propriedade industrial entre os países em desenvolvimento como também o Escritório Internacional demonstraria, em contatos com representantes do órgão, indícios de que também nutriam essa expectativa, descontinuada, por ambos os lados, quando da sucessiva passagem de governos, e mudanças na direção do INPI brasileiro. Essa proposta seria, contudo, retomada a partir da administração do Presidente Jorge Ávila (2007-???)

---

<sup>171</sup> Dispositivo incluído às pressas na versão final do tratado (OMPI, 1970), o artigo 51 do Tratado dispõe acerca do estabelecimento de um Comitê para Assistência Técnica, com a responsabilidade de organizar e supervisionar atividades de assistência técnica para países em desenvolvimento a estabelecer seus sistemas de patentes nacionais individualmente ou em bases regionais. Os países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, possuiriam um papel relevante na confecção desses termos.

<sup>172</sup> O relatório também especifica O papel das Autoridades Internacionais de Busca e Exames Preliminares como sendo aqueles países “cuos órgãos de patentes satisfaçam certas condições mínimas em termos de pessoal qualificado, de operação e acervo de Arquivo de Buscas (‘Banco de Patentes’).”

<sup>173</sup> Esse processo seria efetivamente reapresentado nos idos de 1986, quando, na última reunião desse ano dos Órgãos Administrativos da OMPI, o Brasil manifestara formalmente suas intenções em credenciar-se como ISA, dessa vez com a incorporação de novas dimensões, como a disseminação da informação tecnológica de patente para o setor produtivo nos planos nacional e regional. (EXTERIORES, 1987).

A segunda hipótese é estruturada conjuntamente a Coelho de Souza (2008), e remonta a tempos mais contemporâneos. Pela exposição do entrevistado, depreende-se de que houvesse, já na fase de negociações para PLT, algum nível de incompreensão, por parte dos países em desenvolvimento, quanto aos propósitos desse tratado, bem como com relação às discussões que já se faziam emergir no âmbito do SCP para o que era definido como “a parte substantiva do PLT” no formato de um segundo acordo internacional.

Vale apontar que, mesmo que o PLT seja, conforme apontado em capítulos anteriores, uma tentativa de retomada de alguns dispositivos originais constantes na minuta do tratado de harmonização inconcluso de 1991, é aceitável que certas preocupações advenham somente nesse momento uma vez ele é posterior ao surgimento de TRIPS, que modifica a dinâmica das relações internacionais no que tange à propriedade intelectual ao estipular padrões mínimos de proteção para o sistema de patentes ao redor do mundo. Vale apontar também que, em fins da década de 90 do século passado, TRIPS ainda ecoava negativamente como uma negociação que na prática não gerou a contrapartida esperada pelos países em desenvolvimento.

Essa desconfiança seria corroborada por um segundo processo, iniciado quando os EUA apresentam uma proposta para reforma do PCT durante a Assembleia dos Países Membros do PCT ocorrida em setembro de 2000, poucos meses depois da conclusão do PLT em junho daquele mesmo ano. Essa proposta de reforma contemplaria duas fases.

Na primeira, o PCT operaria de maneira similar aquela atualmente em voga, com algumas pequenas distinções, dentre elas, a de que não seria mais necessário designar ou eleger os países de interesse quando do depósito ou, ainda que

nacionais de países não-membros também poderiam depositar pedidos pelo PCT<sup>174</sup> (ALHERT, 2001A),

Na segunda fase<sup>175</sup>, essa sim ensejando alterações mais evidentes, seriam incluídas,

(...) a regionalização das buscas e exames, a eliminação da distinção entre pedido internacional e pedido nacional e, em particular, o efeito vinculante dos resultados favoráveis do exame preliminar internacional. Essa última proposta está em linha com proposta anterior da própria OMPI de se criar um Certificado de Patenteabilidade(...) Em outras palavras, o conceito aqui reside em que, uma vez que a autoridade internacional tenha emitido uma opinião no sentido de que a invenção preenche os requisitos básicos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, uma repartição nacional não poderia mais examinar o pedido quanto ao preenchimento desses requisitos, devendo acatar a opinião nesse sentido (ALHERT, 2001A:16-17)

As propostas em questão ecoariam negativamente com mais força entre os países em desenvolvimento quando da apresentação, em outubro de 2001, de uma “Agenda para o Desenvolvimento de um Sistema Internacional de Patentes” durante a 36ª (trigésima sexta) reunião da Assembleia Geral da OMPI seguida da apresentação, na 37ª (trigésima sétima) reunião da Assembleia Geral, de uma

<sup>174</sup> De fato, no ano de 1999, é inclusive aprovada uma modificação importante da Regra 4.10, relativa a reivindicação de Prioridade, que passaria a vigorar com o seguinte texto: Qualquer declaração referida no art. 8 (1) (reivindicação de prioridade) poderá reivindicar a prioridade em ou para qualquer país membro da Convenção de Paris no ou para qualquer membro da OMC que não faça parte daquela Convenção.

<sup>175</sup> Em paralelo a movimentação anterior, nesse mesmo ano, a Assembleia do PCT apresentaria algumas propostas, dentre elas a apresentação de relatório de progresso sobre automação do PCT (Projeto IMPACT) e Reforma do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes. Destas propostas, a que gerou mais controvérsias seriam justamente a Reforma do PCT, proposta essa apresentada pela delegação norte-americana de uma reforma radical no PCT. No documento de trabalho que contém a proposta americana, apresenta discussões substantivas sobre o assunto, devendo ser constituído um Comitê especial de alto nível, a ser constituído pelos Estados-Membros do PCT, as Autoridades Internacionais em Busca e em Exame e as organizações não governamentais. Esse Comitê, segundo o Diretor-Geral, se reportaria diretamente à Assembleia do PCT. A delegação brasileira considerou que a proposta norte-americana abordava dois aspectos. Um primeiro possuía caráter de procedimentos, aceitável do ponto de vista brasileiro, uma vez que o PCT poderia se tornar mais fácil de ser manejado, e outra, que aborda aspectos substantivos, que era muito delicado. A delegação brasileira ressaltaria ainda que não poderia aceitar a criação de um Comitê especial enquanto não ficasse claro o seu mandato.

“Agenda de Patentes da OMPI: Opções para o Desenvolvimento do Sistema Internacional de Patentes”. Esses dois documentos combinados seriam interpretados como um rolo compressor por parte do Secretariado da OMPI e, em última instância, dos países desenvolvidos, com vistas à simplificação e barateamento de custos para seus usuários. Nas palavras de Celso Amorim em despacho telegráfico para o MRE,

Em última análise, o documento explora a possibilidade de estabelecimento de um sistema que permitiria que patentes produzam efeitos em nível internacional. Penso que a proposta deveria ser estudada com cuidado e atenção pelos órgãos técnicos do Governo brasileiro, em vista de suas potenciais implicações sobre a política industrial de países em desenvolvimento (AMORIM, 2001B).

As duas hipóteses anteriormente levantadas ensejam modelos mais ou menos similares de participação privilegiada no sistema internacional de patentes a partir de estruturas concentradas para a concessão de patentes dentro do PCT na qual as Autoridades Internacionais ocupariam relevância salutar. A diferença básica está na condução dos processos e, mais importante, no fato de que em um deles o Brasil estaria se encaminhando para ser incluído desde o início nesse grupo dos “grandes”, ao passo que no segundo se encontraria fora inclusive das conversações em torno desse projeto. Independentemente de quando efetivamente tenha sido a origem dos debates, se quando da origem do PCT ou das discussões em torno do PLT e, posteriormente, quando das propostas de reforma do PCT, é importante considerar que o Brasil efetivamente se encontrava fora do grupo de países que estavam discutindo o sistema. E o desejo, quando do lançamento da Agenda para o

Desenvolvimento, era justamente o de sua inclusão<sup>176</sup>.

### **5.9. A Agenda para o Desenvolvimento como uma simbologia para o posicionamento brasileiro nas negociações pelo SPLT**

A “Agenda para o Desenvolvimento”<sup>177</sup> constitui efetivamente uma resposta brasileira para as propostas de uma agenda que reafirmava tão-somente os interesses dos países desenvolvidos na OMPI. Porém, para além de seu significado concreto, possui também outro, simbólico.

Ao ser lançada, se apresenta como uma contraproposta desenvolvimentista que propunha uma retomada às reflexões que o Brasil apresentara ainda nas décadas de 50 e 60 do século passado como resposta a um sistema que propugna um acorde normativo que não fazia uso do potencial que a propriedade intelectual apresentava na diminuição das disparidades entre o Norte industrializado e o Sul,

---

<sup>176</sup> É mais ou menos nesse tempo em que os países em desenvolvimento conseguiriam uma temporária vitória na OMPI, por meio da aprovação da proposta de criação de um comitê sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore, ponto debatido no capítulo IV. Os debates em questão levariam em consideração os documentos WO/GA/26/6 e 9, uma vez que o primeiro, documento preparado pela Secretaria da OMPI proporia a criação do comitê, que ao contrário da solicitação original, não seria permanente, o quinto da OMPI, e sim intergovernamental. De todo modo, a proposta, de acordo com o intencionado pelo GRULAC, Grupo de Países da América Latina e Caribe, abordaria a questão dos Conhecimentos Tradicionais e a necessidade de se conferir uma proteção de propriedade intelectual adequada. O GRULAC consideraria que, independentemente do rumo tomado para proteção ou de uma revisão dos sistemas existentes de propriedade intelectual, se faz necessário analisar e acordar princípios que possam satisfazer tanto os Estados-Membros e suas respectivas sociedades civis como também as comunidades indígenas. O GRULAC também proporia, nesse sentido, que o dito comitê viesse a examinar a relação entre propriedade intelectual, acesso aos recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais das comunidades locais e indígenas. Nessa ocasião, o Brasil não perdeu a oportunidade de sugerir, como parte das competências do comitê, que esse estudasse o modo apropriado de proporcionar orientação aos países em relação a questões como a distribuição de benefícios e o consentimento prévio do acesso aos recursos genéticos, à transferência de tecnologia e à proteção dos conhecimentos tradicionais e o folclore (WIPO, 1999).

<sup>177</sup> A “Agenda...” é apresentada quando da décima-primeira sessão da SCP em junho de 2005. Nessa ocasião, a delegação do Brasil apresenta uma Declaração em nome dos “Amigos do Desenvolvimento”, uma referência direta a “Agenda para o Desenvolvimento”, apresentada pelo Brasil, Argentina e outros países em desenvolvimento, submetendo essa contraproposta cujo foco estaria na solicitação de continuidade das negociações do SPLT com base na minuta do tratado como um todo e outros pontos polêmicos como transferência de tecnologia, práticas anti-competitivas, flexibilidades de salvaguardas de interesse público bem como cláusulas específicas relativas a princípios e objetivos.

agrícola.

A “Agenda...” também representaria uma versão da Agenda para o Desenvolvimento de Doha<sup>178</sup> para a OMPI, uma importante iniciativa a fim de provocar um momento de inflexão nesse foro como um todo, uma vez que o Secretariado há muito recebia críticas de que estaria empenhada em colocar em discussão propostas do tipo “TRIPS Plus”. Os próprios registros oriundos do Itamaraty evidenciam o que seria uma relutância, por parte do governo brasileiro, logo no início das negociações em torno do SPLT em decorrência de a minuta apresentar possíveis pontos de interface com TRIPS. Em particular, com relação a “elementos que vão além das obrigações já existentes no Acordo TRIPS, que já estabelece padrões mínimos de proteção a patentes” (AMORIM, 2001B).

A mera possibilidade de o SPLT estabelecer padrões com obrigações adicionais aquelas estabelecidas por TRIPS não apresenta força para sua continuidade em nenhum dos relatos colhidos por parte dos representantes do governo brasileiro participantes do GIPI. Exerce importância significativa o temor de significativo número de países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, que enxergavam na minuta uma tentativa de harmonização mais impactante e profunda do que aquela notada no TRIPS, a cercear ainda mais os direitos a que podiam legitimamente exercer no sistema internacional de patentes. O que esperar de um SPLT era uma incógnita respondida apenas por temores de que, uma vez concretizado, abriria um caminho sem voltas para uma nova etapa de harmonização até então desconhecida em escala internacional.

---

<sup>178</sup> A Agenda para o Desenvolvimento de Doha foi lançada durante a quarta Conferência Ministerial em Doha, no Qatar, no ano de 2001, e cobre cerca de vinte áreas do comércio com um olhar objetivo em melhorar as perspectivas relativas ao comércio para os países em desenvolvimento. Para mais informações, acessar: [http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dda\\_e/dda\\_e.htm#development](http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dda_e.htm#development).

### **5.10. O INPI como Autoridade Internacional de Buscas e Exame Preliminar como alternativa para a manutenção das aspirações internacionais**

Os relatos e fatos, quando interpretados, sugerem que o cenário imediatamente posterior ao advento da Agenda para o Desenvolvimento exerceriam uma influência significativa para o processo de advento do INPI como ISA e IPEA durante 36ª Sessão (16ª Ordinária) da União do PCT ocorrido em 2007.

A potencialidade de escritórios nacionais exercerem as funções de ISA e IPEA está prevista no PCT, consistindo basicamente em unidades autorizadas a atuarem na busca de documentação patentária e não patentária em nível internacional, por demanda de nacionais e de terceiros residentes em outros países, tendo como intermediários os escritórios nacionais de origem desses requisitantes que funcionam como receptores dos pedidos de patente numa primeira fase. Até hoje, somente alguns poucos<sup>179</sup> escritórios nacionais de patentes são credenciados pela OMPI para atuarem em tal posição.

De acordo com o Regulamento do PCT<sup>180</sup>, e explicitado no documento, o PCT/A/36/6<sup>181</sup>, existia até a data de credenciamento, aproximadamente 255 - duzentos e cinquenta e cinco examinadores de patentes. Outros fatores como acesso a documentação e literatura patentária e não patentária<sup>182</sup> e previsão de um sistema de gestão de qualidade também se fariam presentes.

---

<sup>179</sup> Até a Assembleia Geral de 2007, existiam apenas 13 Autoridades. Atualmente, existem 15 Escritórios e organizações credenciadas, sendo que os Escritórios Brasileiro e Indiano foram naquela ocasião aprovados para tal posição, enquanto o Instituto Nórdico de Patentes, já credenciado anteriormente, não havia entrado em funcionamento até o ano de 2007.

<sup>180</sup> Disponível em: [www.wipo.int/export/sites/www/pct/en/texts/pdf/pct\\_regs.pdf](http://www.wipo.int/export/sites/www/pct/en/texts/pdf/pct_regs.pdf) . Acessado em 28 de junho de 2008.

<sup>181</sup> Disponível em : [www.wipo.int/meetings/en/doc\\_details.jsp?doc\\_id=84073](http://www.wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp?doc_id=84073) . Acessado em 28 de junho de 2008.

<sup>182</sup> Item em consonância a Regra 36, e detalhado na Regra 34 do Regulamento do PCT. Em seu pleito oficial, o INPI comunica que o acesso a tal documentação se faz possível por meio do Portal

O INPI se torna não apenas o 14º escritório nacional apto para executar essa função, como também o primeiro da América Latina, uma posição que, ao mesmo tempo, é celebrada com exaltação por alguns atores, e observada com cautela por outros.

Do lado dos que celebram do governo brasileiro, essa nova função acumulada funciona como um reconhecimento de que o INPI está atualmente funcionando em condições superiores ao de outrora. Esse é um ponto muito importante para o INPI e para o governo brasileiro como um todo, pressionado e criticado há anos pelos países desenvolvidos e pelos usuários como um todo, sendo por vezes ameaçado e alvo de sanções por países como os EUA, com o seu *IP watch list*.

Do lado dos que criticam, ou ainda, são cautelosos quanto esse fato novo na difícil equação das negociações empreendidas na OMPI, o advento do INPI como ISA & IPEA decorre mais de uma conduta autônoma do órgão do que de uma resultante deliberativa doméstica sobre potenciais vantagens que o país poderia auferir neste processo. Com isso, o INPI passa a se colocar em uma posição mais sensível frente aos demais atores domésticos, e ante a influência que esse fato novo possa vir a exercer na agenda de negociações patentárias na OMPI.

Tendo aparentemente assumido esse risco com consciência sobre seus efeitos, duas leituras são possíveis. A primeira é a de que, com isso, o INPI pretenda ganhar tempo e aumentar seu poder de barganha em futuros processos de negociação a partir de uma inserção no sistema mais ativa, mantendo-se a estratégia de um país emergente com proeminência na nova configuração do

---

CAPES, do sistema de banco de dados DIALOG, assim como ao banco de dados EPOQUE, reconhecido como a base de dados mais completa existente. Cf. PCT/CTC/23/3 (p.7) disponível em: [www.wipo.int/meetings/en/doc\\_details.jsp?doc\\_id=84073PCT/](http://www.wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp?doc_id=84073PCT/) Acessado em 28 de junho de 2008. UE”



sistema internacional. A segunda leitura é a de que essa ação faça parte de uma estratégia assumida pelo órgão nacional executor das políticas de patentes em direto apoio aos planos pela harmonização patentária em detrimento de uma posição nacional construída e deliberada entre os atores nacionais participantes do GIPI, e independente do MRE tornando-os “reféns” de uma posição assumida unilateralmente pelo órgão.

De maneira sintética, dessa forma, haveria duas perspectivas concorrentes, que podem pender tanto para o lado otimista quanto para o pessimista, em virtude de: 1) um peso diferenciado que o INPI talvez passasse a exercer frente a esse novo fato, em especial para as políticas relativas a propriedade intelectual, e às patentes, em particular; 2) dos constrangimentos que pudessem ser acarretados, tanto para o lado dos países desenvolvidos, quanto para o Brasil, país em desenvolvimento, em função da participação do INPI no clube seletivo de países pertencentes ao PCT MIA<sup>183</sup>; 3) diretamente conectado ao anterior, a uma atuação mais ativa como porta-vozes do sistema de propriedade intelectual.

A visão pragmática estaria conectada a uma abordagem meramente utilitarista desta enquanto uma oportunidade de o órgão fazer pleno uso de sua representatividade em um grupo seletivo de países para aumentar o poder de barganha do governo brasileiro como um todo com relação aos aspectos que lhes forem convenientes defender e com preponderância no sistema. Destaque-se que ante o impasse atual para advento de um SPLT, já existe notável inclinação para que as autoridades internacionais do PCT exerçam um caminho alternativo, ainda que mais longo, de remodelação do sistema de patentes, o que eventualmente poderia

---

<sup>183</sup> Encontro de Autoridades Internacionais sob o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT)

incluir uma retomada a propostas do passado de protagonismo das autoridades internacionais.

Nesse caso, porém, o INPI e o Brasil como um todo estariam deixando de lado o caráter ideológico conectado a sua, por vezes autointitulada liderança frente aos países em desenvolvimento.

### **5.11. Considerações gerais do capítulo**

Pontue-se que em um curto horizonte de tempo o SPLT não retorne a pauta de discussões. Mas as motivações e fundamentos básicos que o mesmo enseja ecoarão com cada vez mais força no cenário das negociações internacionais. Assim, os países que não se prepararem adequadamente para esse cenário serão cada vez mais impelidos a uma subordinação tecnológica perante aqueles possuidores de maior capacidade para financiar investimentos de risco em pesquisa e desenvolvimento. É oportuno ainda reconhecer a validade do que se poderia presumir enquanto mera retórica desenvolvimentista dado o respaldo existente entre discurso e realidade. Sob o Brasil, e a despeito de suas pretensões e da posição vantajosa que se encontrou especialmente a partir de princípios do século XXI, ainda pairam os fantasmas do subdesenvolvimento.

Cabe ao Governo brasileiro permanecer atento para o grau de instrumentalidade por detrás de sua oportuna proximidade com os países desenvolvidos. Resta saber em que momento a percepção política ultrapassará o viés técnico na escala de prioridades definidas pelo Brasil. Pela análise oferecida neste trabalho sobre o posicionamento dos negociadores brasileiros, e, por conseguinte, do governo brasileiro, depreende-se que o país não atingiu os objetivos

necessários na medida em que os seus interesses, centrados na inclusão dos pontos de pauta de negociação para um eventual SPLT não foram atendidos. De fato, é possível salientar seu papel de articulador frente aos países em desenvolvimento quando do lançamento da “Agenda...”. Porém existe ainda um grau de incertezas a ser vencido no que concerne à construção de cenários futuros para o sistema internacional de patentes e na consolidação de uma firme posição interna consensuada entre os diversos atores do Governo, com o intuito de que sejam defendidos os interesses nacionais relativos aos aspectos técnicos e, nesse caso, políticos.

## CONCLUSÃO

Conforme verificado, o SPLT é uma minuta tratado internacional no campo de patentes que até o presente momento repetiu os padrões do passado, não chegando a um consenso e pairando como uma tentativa frustrada de acordo multilateral. Em parte, isso se deve ao fato de que o contexto atual não mais permite uma consecução de objetivos como outrora se observou no século XIX, o que decorre em parte de uma conjuntura mais intrincada de negociações e tensões políticas e econômicas em torno do tema da propriedade intelectual, na qual o sistema patentário se insere.

Deve-se salientar que, enquanto minuta, o SPLT possui valores e significados intrínsecos e extrínsecos ao mesmo. Em sua essência, o SPLT possui raízes estabelecidas em movimentos diversos de revisão da CUP no âmbito da OMPI, especialmente a partir das décadas de oitenta e noventa do século passado. Mesmo as origens do PLT e do SPLT estão intimamente conectada a minuta do Tratado de Harmonização proposto oficialmente em uma conferência diplomática fracassada em 1991. Tal decorre do fato de a minuta original, bem como o SPLT atual apresentarem avanços mais significativos do que aqueles efetivamente auferidos no início do novo milênio, conforme verificado na literatura por diversos autores, como Gandelman (2004). Do lado extrínseco, o SPLT deve ser primordialmente compreendido enquanto um tratado inserido ao arranjo normativo conformado pelos quatro tratados internacionais explicitados neste trabalho, a CUP, o PCT, TRIPS e o PLT, e que, para ser colocado em discussão, pressupõe medidas de aprofundamento do sistema.

'Em parte pelas razões históricas acima expostas, e em parte pelo fato de se encontrar inserido a um contexto de constantes tentativas de harmonização e de

revisão normativa da CUP, em matéria de patentes, constatou-se que o SPLT não pode ser entendido como um fenômeno isolado nem estanque, uma vez que está intimamente conectado a um processo contínuo e inerente ao próprio sistema, o qual busca estar sempre coordenado aos novos tempos e interesses manifestados pelos Estados.

Há de se destacar que, para o Brasil, os pontos de pauta tal como priorizados pelos países desenvolvidos não consubstanciam maiores problemas ou mudanças em sua legislação ou procedimentos, dado que o INPI, órgão nacional executor das políticas de propriedade industrial estar tradicionalmente atualizado quanto aos procedimentos levados a cabo pelos maiores escritórios existentes, ocupando lugar de destaque o Escritório Europeu de Patentes – EPO.

Nota-se ademais que o SPLT, senão em sua forma, mas em seu conteúdo, dependerá essencialmente do desejo político dos países desenvolvidos. O papel de destaque que o Brasil poderia ter exercido ficaria minimizado a uma participação polêmica, especialmente em decorrência da falta de articulação interna e de exercício de poder político e econômico suficiente ante os demais países desenvolvidos. Percebe-se, nesse sentido, que o Brasil estaria “correndo atrás do prejuízo”, aliando-se de maneira evidente a agenda dos desenvolvidos. Porém, é preciso considerar que apesar de sua condição de emergente, ele não dispõe das mesmas faculdades que os demais, podendo apenas se beneficiar a curto ou médio prazo em decorrência de uma participação mais exclusiva no sistema de patentes por meio de sua condição como Autoridade Internacional de Buscas e Exame Preliminar. Isso porque, caso o maior temor dos países em desenvolvimento se revele verdadeiro, qual seja, que os países desenvolvidos se empenhem na

expedição de uma patente internacional, e se as Autoridades internacionais de alguma maneira participarem dessa sistemática, o país se sentirá participativo.

Porém, esse quadro se daria em detrimento de alguns fatores essenciais. O primeiro deles é que o Brasil, até o presente momento, não desponta como um produtor líquido de tecnologia, e sim como consumidor. O segundo se dá em função dos demais países da América Latina. Caso o Brasil seja incluído nesse grupo privilegiado, como ficará a sua relação com os demais países da América Latina e sul-americanos em particular?

Conclui-se este trabalho remontando a analogia proposta na introdução deste trabalho para com o modelo darwiniano de que os apenas os mais fortes sobrevivem em um ambiente de competição e escassez. Assim, quando Hardin transpõe em seu famoso trabalho “The tragedy of the commons”(1968) que a tecnologia também deve ser reconhecida enquanto um recurso escasso, ele vislumbra um futuro não muito distante, que se faz presente. Acerta, ademais, quando infere que sua carência implicará grande infelicidade aos que não a detêm. Consciente dessa o proposição, o Brasil busca fazer parte do grupo detentor. Mas há dissonâncias na retórica dos negociadores. Esta fragilidade no discurso é uma lacuna a ser suprida, sob risco de que o Brasil fique eternamente preso a um “dilema do prisioneiro” que o condenará a uma condição cada vez mais esquizofrênica por se tratar de uma economia em transição com ambições de país desenvolvido, nem bem atendendo às demandas históricas dos países em desenvolvimento, nem bem entrando definitivamente para o seleto grupo de países detentores de tecnologia de ponta.

## Desdobramentos do Estudo

O projeto denominado *Patent Prosecution Highway – PPH*<sup>184</sup>, levado a cabo pela chamada Trilateral composta pelos Escritórios europeu, norte-americano e japonês enseja muitas discussões nesse sentido dada a tendência não apenas de maior rapidez nos exames como também de harmonização substantiva entre os países concernentes. Uma vez adequados entre os países participantes os princípios a nortear os exames entre si, e resolvidos os impasses entre europeus e norte-americanos que outrora afetaram as negociações para um SPLT, um rápido e substantivo decréscimo no volume de patentes examinadas poderá ser notado. A partir daí, a retomada das negociações para o SPLT, já com os países desenvolvidos unidos em bloco seria uma consequência natural e de difícil contorno ante as pressões que os mesmos exerceriam aos países em desenvolvimento. Vale apontar que o Brasil tem participado como observador desse projeto, o que pode indicar consequências para o médio e longo prazo em um cenário de concentração do sistema.

Outro projeto que merece atenção para o futuro do sistema internacional de patentes é o IP5, grupo que, conforme apontado por COUTINHO (2010) envolve o Escritório Japonês, o USPTO, o EPO e o Escritório da Coreia do Sul – KIPO e SIPO, escritório chinês. Possuiria propósitos similares ao PPH levado a cabo pela Trilateral, com base em projetos comuns em documentação, classificação, acesso a resultados de busca e exame, ferramentas de busca e exame, dentre outros.

---

<sup>184</sup> O PPH implica medidas de cooperação técnica entre as partes com vistas a acelerar o processo de exame de pedidos de patentes.

## Referências Bibliográficas

ABBOTT, Frederick; COTTIER, Thomas; GURRY, Francis. The World Intellectual Property Organization (WIPO). History. The International Intellectual Property System: Commentary and Materials, Part One. Klumer Law International. The Hague, London, Boston, 1999.

ACORDO exige modernização do INPI. GAZETA MERCANTIL, Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1999.

Actes de la Conférence internationale pour la protection de la propriété industrielle, Paris 1880. Bureau Internationale de l'Union Berne. Déuxième Édition, 1902. ParisConference1880.pdf

AGÊNCIA BRASIL. MCT vira oficialmente Ministério da Inovação. Conforme disponível em: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=27136&sid=3>. Acessado em 16 de agosto de 2011.

AHLERT, Ivan B. A Internacionalização das patentes: o PLT e as novas propostas para o PCT. Revista da ABPI. Nº 51. Março/Abril de 2001.

ALENCAR, Alvaro Gurgel de. Transferência de Tecnologia. IN: Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. XVI. 2º Semestre de 1973. nº 63/64.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia das patentes: o comércio de tecnologia. IN: Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo: Editora Senac; Brasília: Funag, 2001.

AMORIM, Celso. Assunto: Propriedade Intelectual. OMPI. Assembléia (25.07 a 03.10). Comentários. [despacho telegráfico] Datado de 28 de agosto de 2000.

AMORIM, Celso. Assunto: Propriedade Intelectual. Eventos na OMPI em 2001. Solicitação de comentários. [despacho telegráfico] Datado de 10 outubro de 2001A.

AMORIM, Celso. Assunto: Propriedade Intelectual. OMPI. Comitê Permanente sobre Patentes. Relatório [despacho telegráfico] Datado de 05 outubro de 1999.

AMORIM, Celso. Assunto: Propriedade Intelectual. OMPI. Comitê de Patentes (novembro de 2001. Relato [despacho telegráfico] Datado de 15 de novembro de 2001B

ARAUJO FILHO, José Carlos Cavalcanti. Depoimento. Brasília, 2008. Entrevista concedida a Fernando Cassibi de Souza em 03 de setembro de 2008.1 fita cassete (60 min), ¾ pps, estéreo.

ARMITAGE, Edward. The Paris Convention. Background to the Diplomatic Conference. Case Comment. EIPR March 1980.p.83-85.



ASSMAN, Hugo; DOS SANTOS, Theotonio, CHOMSKY, Noam. A Trilateral. Nova Fase do Capitalismo Mundial. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

ATHAYDE, Leonardo Cleaver de. Depoimento. Entrevista concedida a Fernando Cassibi de Souza em 17 de julho de 2009 por correio eletrônico.

BANDEIRA, A.C. Brazil's Ratification of the Paris Convention of 1883. IN: La Propriété industrielle. 100 volume. Supplément au nº 12, décembre 1984.

BRANDELLI, Otavio. Depoimento. Entrevista concedida a Fernando Cassibi de Souza em 04 de setembro de 2009 por correio eletrônico.

Brasil. Câmara de Comércio Exterior. Resolução Nº 12, de 10 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2001/rescamex012.pdf>. Acessado de 28 de agosto de 2009.

Brasil. Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Brasil. Medida Provisória nº 2052, de 29 de junho de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/2052.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/2052.htm). Acessado em 03 de agosto de 2011.

Brasil. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior. Brasília, 26 de junho de 1990.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Geral de Inovação Gerencial. Regimentos Internos e organogramas básicos do Ministério da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Geral de Inovação Gerencial. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010A.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Portaria nº 212 de 30/04/2008. Diário Oficial da União de 06 de maio de 2008.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Relatório 1979. DDO

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasil 2022. Brasília, 2010B.

CAMPBELL, David. Writing Security – United States Foreign Policy and the Politics of Identity. University of Minnesota Press/Manchester University Press, 1992.

Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil – UNIC Rio. Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. UNIC / Rio / 006 - Julho – 2001. Disponível em: [http://unicrio.org.br/img/CartadaONU\\_VersolInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf). Acessado em 02 de agosto de 2011.

CHANG, Ha- Joon. Chutando a Escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

CHEIBUB, Zairo. Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva histórica. Dados, vol. I. N°1. 1985.

COELHO DE SOUZA, Roberto Castelo Branco. Depoimento. Campinas, 2008. Entrevista concedida a Fernando Cassibi de Souza em 18 de agosto de 2008. 2 fitas cassete (60 min), ¾ pps, estéreo.

CORREA, Carlos M. ; YUSUF, Abdulqawi A. Kluwer. Intellectual Property and International Trade: the TRIPs Agreement. Law International. London, the Hague, Boston. 2008.

CORREA, Seixas. Assunto: OMPI. Comitê Permanente de Patentes. Sétima sessão (Genebra, 6 a 10 de maio). Relato [despacho telegráfico]. Datado de 27 de maio de 2002.

CORREA, Seixas. Assunto: DELBRASGEN. Descrição das Atividades da Delegação. Setor Econômico. Informações. Quarta parte. [despacho telegráfico] Datado de 16 de maio de 2003.

COUTINHO, Leopoldo N. “A Atuação Diplomática Brasileira no 1º Mandato (2001-2003) do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC), da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)”. Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

COUTINHO, Leopoldo N. O papel do Acordo TRIPS na Economia Global e seu Impacto no Desenvolvimento, especialmente no Brasil. Disciplina de Globalização e Regionalização: Modelos de Proteção à Propriedade Intelectual e seu Papel no Desenvolvimento. Apresentação para turma de mestrado em 29 set. 2010.

DAVIES, Louise. Technical Cooperation and the International Coordination of Patentability of Biotechnological Inventions. Journal of Law and Society. Volume 29, Issue 1. March 2002.

DELBRASGEN. Assunto: Parte Tel 1688. Eser OMPI. Ostensivo. DPC. Propriedade Intelectual. OMPI. V Sessão do Comitê de Peritos sobre o Tratado [despacho telegráfico] Datado de 23 de dezembro de 1997. Documento incompleto.

DELBRASGEN. Assunto: Propriedade Intelectual. OMPI. Sessão do Comitê de Peritos sobre o Tratado de Direito de Patentes. Relatório [despacho telegráfico] Datado de 26 de novembro de 1996. Documento incompleto.

DELBRASGEN. Assunto: Propriedade Intelectual. OMPI. Reunião do GRULAC/OMPI. Reunião do GRULAC/OMPI com Funcionário encarregado dos

temas de cooperacao com a regioao [despacho telegráfico] Datado de 10 de dezembro de 1998. Documento incompleto.

DESBRALGEN. Assunto: Propriedade Intelectual. OMPI. Comiteh Permanente sobre Patentes. Relatorio [despacho telegráfico] Datado de 01 de dezembro de 1998.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. Editorial Presença. Lisboa, 1997.

FILHO, Durval de Lara. Museu: de espelho do mundo a espaço relacional. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Escla de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FUKUYAMA, Francis. The End of History and the Last Man. The Free Press. New York, 1992.

Fundação Alexandre de Gusmão. Álvaro Alencar : um diplomata na luta contra o subdesenvolvimento / Fundação Alexandre de Gusmão.— Brasília : FUNAG, 2009.

GANDELMAN, Marisa. Poder e conhecimento na economia global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GERMANY. Federal Ministry of Economics and Technology. Disponível em: <http://www.bmw.de/English/Navigation/economic-policy.html>. Acessado em 10 de agosto de 2011.

GERVAIS, Daniel J. The Internationalization of Intellectual Property: New Challenges from the Very Old and the Very New. Fordham Intellectual Property, Media and Entertainment Law Journal. Volume 12, Issue 4. 2002.

GOUVEIA, Flavia. Inovação e patentes: o tempo de maturação no Brasil. Inovação Uniemp v.3 n.3 Campinas maio/jun. 2007. Disponível em: [http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-23942007000300012&lng=pt&nrm=iso](http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-23942007000300012&lng=pt&nrm=iso) . Acessado em 29 de junho de 2008.

GRACE, Cheri. The Effect of Changing Intellectual Property on Pharmaceutical Industry Prospects in India and China. Considerations for Access to Medicines. June, 2004.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the commons. Article Science. Vol 162. 13 December 1968.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. Globalização em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial -INPI. Disponível em: [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br)

INPI. Começa a funcionar sistema eletrônico de patentes no INPI. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/noticias/comeca-a-funcionar-sistema-eletronico-de-patentes-no-inpi/?searchterm=patentes>. Acessado em 24 de julho de 2011.

JAGUARIBE, Roberto. Discurso do Presidente Roberto Jaguaribe para os funcionários do INPI. 05 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www6.inpi.gov.br/>. Acessado em 19 de janeiro de 2008.

O Brasil nas Exposições Internacionais Disponível por meio do sitio eletrônico <http://www.fau.ufrj.br/brasilexpos/>. Acessado em 13 de outubro de 2009.

O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1867.

O Império do Brazil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d'Áustria. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1873.

LAFER, Celso. Assunto: Eser OMPI. Ostensivo. DCI. Propriedade Intelectual. OMPI Patent Law Treaty – Relatório da Reunião Consultiva para a preparação da Conferência Diplomática do PLT [despacho telegráfico] Datado de 10 de maio de 1995. Partes 1, 2, 3 e 4.

LAFER, Celso. Assunto: Propriedade Intelectual. OMPI. Comitê Permanente sobre Patentes. Relatório [despacho telegráfico] Datado de 01 de dezembro de 1998.

LUTZ, Martin J. Harmonization of National Laws and Supranational Legislation to Create a Common Market. Revista da ABPI. Ano II. Nº 8. Rio de Janeiro, 1993. p.13-17.

MACHLUP, Fritz; PENROSE, Edith. The Patent Controversy in the Nineteenth Century. The Journal of Economic History, Vol. 10. No 1. May, 1950. P1-29

MAGNOLI, Demétrio. Relações Internacionais: teoria e história. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MALAVOTA, Leandro Miranda. Patentes, marcas e transferência de tecnologia durante o regime militar: um estudo sobre a atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (1970-1984). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2006.

JusBrasil. MCT REATIVA GRUPO DE TRABALHO DE ASSESSORAMENTO INTERNO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. 10 de Abril de 2010. Disponível em: <http://internet-legal.jusbrasil.com.br/noticias/2148351/mct-reativa-grupo-de-trabalho-de-assessoramento-interno-de-propriedade-intelectual>. Acessado em 16 de agosto de 2011.

MENESCAL, Andréa Koury. Mudando os tortos caminhos da OMPI? A agenda para o desenvolvimento em perspectiva histórica. In RODRIGUES, Edson Beas; POLIDO, Fabrício (Orgs). Propriedade intelectual: novos paradigmas, conflitos e desafios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MITTELBACH, Maria Margarida Rodrigues. Depoimento. Niterói, 2009. Entrevista concedida a Fernando Cassibi de Souza em 19 de novembro de 2009. 1 fita cassete (60 min), ¾ pps, estéreo.

MONT`ALVERNE, Tarin Cristino Frota. A Convenção Sobre a Biodiversidade e o Acordo Sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio: Possível Conciliação? Sem ano.

NAÇÕES UNIDAS. Nova Iorque. O papel do sistema de patentes na transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento. Tradução, Adaptação e Organização João Augusto Lustosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

NELSON, Richard R. National Innovation Systems: a comparative analysis. New York, Oxford. Oxford University Press. 1993.

Netherlands. Patents Act of the Kingdom. May 29, 1987. Disponível em: [http://www.wipo.int/clea/en/text\\_html.jsp?lang=EN&id=3197#pop00000](http://www.wipo.int/clea/en/text_html.jsp?lang=EN&id=3197#pop00000). Acessado em 08 de julho de 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Externa Brasileira. São Paulo. Editora Saraiva, 2005.

OMPI. Negociaciones con las Naciones Unidas: Relaciones entre las Naciones Unidas y La Organización Mundial de La Propiedad Intelectual: Comité de Coordinación. Ginebra, 1973. p.299-300.

OMPI. Tratado de Cooperação em matéria de Patentes-PCT. Concluído em Washington em 19 de junho de 1970, modificado em 28 de setembro de 1979, em 3 de fevereiro de 1984 e em 3 de outubro de 2001. Genebra, Sem ano.

OMPI. Proyecto de Reglamento del Tratado Sobre el Derecho Substantivo de Patentes. Novena sesión. Ginebra, 12 a 16 de mayo de 2003A. Doc SCP/9/2. 3 de março de 2003. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/es/scp\\_9/scp\\_9\\_2.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/es/scp_9/scp_9_2.pdf). Acessado a 09 de julho de 2010.

OMPI. Proyecto de Reglamento del Tratado Sobre el Derecho Substantivo de Patentes. Décima Sesión. Ginebra, 10 a 14 de mayo de 2004A. Doc. SCP/10/3. 30 de setembro de 2003. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/es/scp\\_10/scp\\_10\\_3.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/es/scp_10/scp_10_3.pdf). Acessado em 07 de julho de 2010.

OMPI. Proyecto de Tratado Sobre el Derecho Substantivo de Patentes. Comité Permanente Sobre el Derecho de Patentes. Décima Sesión. Ginebra, 10 a 14 de mayo de 2004B. Doc. SCP/10/2. 30 de setembro. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/es/scp\\_10/scp\\_10\\_2.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/es/scp_10/scp_10_2.pdf). Acessado em 07 de julho de 2010.

OMPI AB/XIV/2. Anexo A, item PRG.03, associado a: WIPO. Records of the Diplomatic Conference for the Conclusion of a Treaty Supplementing the Paris Convention as Far as patents are Concerned. Volume I: First Part of the Diplomatic Conference. The Hague, 1991. Geneva, 1991. P. 100

PORTO ALEGRE, Manoel de Araujo. Relatório da Comissão que representou o Império do Brasil na Exposição Universal de Vienna D`Áustria em 1873. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1874.

SANTARELLI, Marc. Treaty developments and harmonization efforts at WIPO, GATT and in the ECC. Revista da Propriedade Industrial. Lisboa, Sem ano.

SCHOLTE, Jan Aart. Globalization – A Critical Introduction. Palgrave Mcmillan, Second Edition, London, 2005.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Manual das Organizações Internacionais. 5ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. Aspiração Internacional e Política Externa. Sem ano. Trabalho elaborado originalmente para o projeto comparativo Brasil-México, coordenado por Antonio Ortiz Mena do CIDE, México e Octavio Amorim Neto da FGV-Rio. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/13299037/Maria-Regina-Soares-de-Lima-ASPIRACAO-INTERNACIONAL-E-POL-EXTERNA>. Acessado em 19 de julho de 2011.

SOUZA, Fernando Cassibi de; COUTINHO, Leopoldo Nascimento; DA ROCHA, Patrícia Lopes; FRANÇA, Sérgio Luis de. Cadernos REPICT/ vol. 2- Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda., 2005.

SOUZA RAMOS, José Ildelfonso. Relatório sobre a Exposição Nacional de 1867 [Cópia de Jornal]. IN: O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1867.

SUGUIEDA, Marcio. Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual- GIPI. Brasília, 10 de junho de 2009. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/arquivos/dwnl\\_1255010950.pdf](http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/arquivos/dwnl_1255010950.pdf). Acessado em 14 de setembro de 2009.

TACHINARDI, Maria Helena. A guerra das patentes: o conflito Brasil x EUA. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

TAMANINI, Laís Loreda Gama. A good start, but watch Cluster A carefully. WIPO & Development Agenda. New Voices in research. IQ Sensato. Issue 1. April, 2009.

THOMPSON, William S. Equitable defenses in a harmonized patent system. Journal of the Patent and Trademark Office Society. Patent and Trademark Office Society, 1993.

UNITED NATIONS, General Assembly. Sixteenth Session. 1084<sup>th</sup> plenary meeting.XVI. The role of patents in the transfer of technology to under-developed countries. 19 December, 1961. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0167/66/IMG/NR016766.pdf?OpenElement>. Acessado em 20 de maio de 2011.

UNITED NATIONS, General Assembly. Eighteenth Session. 1276<sup>th</sup> plenary meeting.XVI. The role of patents in the transfer of technology to under-developed countries. 11 December, 1963. Disponível em: <http://www.worldlii.org/int/other/UNGARsn/1963/77.pdf>. Acessado em 21 de maio de 2011.

VILLENEUVE, Julio Constancio. União Internacional para Proteção da Propriedade Industrial. Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro Manoel Buarque de Macedo. Munique, 30 de dezembro de 1880. Disponível em: <http://denisbarbosa.addr.com/villeneuve.htm> . Acessado em 12 de outubro de 2009.

VIOTTI, Paul R. International relations and world politics: security, economy, identity. Prentice Hall, New Jersey, 2003.

WIPO. Assemblies of the Member States of WIPO. Thirty-Fourth Series of Meetings. Geneva, September 20 to 29, 1999. Proposal for the Amendment of Article 9(3) of the Convention Establishing the World Intellectual Property Organization. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/govbody/en/a\\_34/a\\_34\\_4.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/govbody/en/a_34/a_34_4.pdf) . Acessado em 29/04/2010.

WIPO. Assemblies of the Member States of WIPO. Thirty-Seventh Series of Meetings. Geneva, September 23 to October 1, 2002. WIPO Patent Agenda: Options for Development of the International Patent System.Doc. A/37/6. Date: August 19, 2002. Disponível: [www.wipo.int/edocs/mdocs/govbody/en/a\\_37/a\\_37\\_6.doc](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/govbody/en/a_37/a_37_6.doc) . Acessado em 27 de junho de 2010.

WIPO. Assemblies of the Member States of WIPO. Thirty-Seventh Series of Meetings. Geneva, September 23 to October 1, 2002.

WIPO. Convention Establishing the World Intellectual Property Organization. Signed at Stockholm on July 14, 1967 and as amended on September 28,1979. 1979. Disponível em: [http://www.wipo.int/treaties/en/convention/trtdocs\\_wo029.html#P87\\_5335](http://www.wipo.int/treaties/en/convention/trtdocs_wo029.html#P87_5335). Acessado em 02 de agosto de 2011.

WIPO. Draft Regulations Under the Substantive Patent Law Treaty. Standing Committee on the Law of Patents. Ninth Session. Geneva, may 12 to 16, 2003C. Disponível em [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_9/scp\\_9\\_3.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_9/scp_9_3.pdf). Acessado em 08 de julho de 2010.

WIPO. Draft Regulations Under the Substantive Patent Law Treaty [ Clean Text]. Standing Committee on the Law of Patents. Tenth Session. Geneva, May 10 to 14, 2004A. Doc. SCP/10/5. September 30, 2003. Disponível em:



[http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_10/scp\\_10\\_5.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_10/scp_10_5.pdf). Acessado em 07 de julho de 2010.

WIPO. Draft Substantive Patent Law Treaty. Fifth Session. Geneva, May 14 to 19, 2001**A**. Doc SCP 5/2. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_4/scp\\_4\\_6.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_4/scp_4_6.pdf). Acessado em 08 de agosto de 2011.

WIPO. Draft Substantive Patent Law Treaty. Standing Committee on the Law of Patents. Ninth Session. Geneva, May 12 to 16, 2003. Doc. SCP/9/2; Date. March 3, 2003**A**. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_9/scp\\_9\\_2.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_9/scp_9_2.pdf)

WIPO. Draft Substantive Patent Law Treaty [Clean Text]. Standing Committee on the Law of Patents. Tenth Session. Geneva, May 10 to 14, 2004**B**. Doc. SCP/10/4. September 30, 2003. [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_10/scp\\_10\\_4.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_10/scp_10_4.pdf). Acessado em 6 de julho de 2010.

WIPO. Draft Substantive Patent Law Treaty. Standing committee on the Law of patents. Tenth Session. Geneva, May 10 to 14, 2004**C**. Doc. SCP/10/2. September 30, 2010. [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_10/scp\\_10\\_2.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_10/scp_10_2.pdf). Acessado a 10 de julho de 2010.

WIPO. International Union for the Protection of Industrial Property (Paris Union). Diplomatic Conference on the Revision. Basic Proposals. Draft Approved or forwarded to the Diplomatic Conference by the Preparatory Intergovernmental Committee and other proposals referred to in the provisional rules of procedure of the Diplomatic Conference. Document PR/DC/3. Geneva, February 4 to March 4, 1980**A**.

WIPO. International Union for the Protection of Industrial Property (Paris Union). Diplomatic Conference on the Revision of the Paris Convention. Geneva, February 4 to March 4, 1980. Document PR/DC/6.Add.1. Comments from Governments on the Basic Proposals. Communication from the Spokesman of Group D. Received by the International Bureau on January 15, 1980**B**.

WIPO. International Union for the Protection of Industrial Property (Paris Union). Diplomatic Conference on the Revision of the Paris Convention. Geneva, February 4 to March 4, 1980. Document PR/DC/6. Letter from the Spokesman of Group B. Received by the International Bureau on December 21, 1979. Date: January 11, 1980**C**.

WIPO. International Union for the Protection of Industrial Property (Paris Union). Diplomatic Conference on the Revision of the Paris Convention. Geneva, February 4 to March 4, 1980. Document PR/DC/6. Letter from the Spokesman of Group B. Received by the International Bureau on December 21, 1979. Date: January 11, 1980**D**



WIPO. International Union for the Protection of Industrial Property (Paris Union). Diplomatic Conference on the Revision of the Paris Convention. Geneva, February 4 to March 4, 1980. Document PR/DC/19. Decision of the Conference submitted by the Steering Committee of the Conference. March 4, 1980**E**

WIPO. International Union for the Protection of Industrial Property (Paris Union). First Consultative Meeting on the Revision of the Paris Convention. Document PR/CM/I/1. Geneva, February 4 to May 20, 1985**A**.

WIPO. International Union for the Protection of Industrial Property (Paris Union). First Consultative Meeting on the Revision of the Paris Convention. Document PR/CM/I/3. Geneva, June 24 to 28, 1985**B**.

WIPO. International Union for the Protection of Industrial Property (Paris Union). Fifth Consultative Meeting on the Revision of the Paris Convention. Document PR/CM/V/4. Geneva, September 19 to 23, 1988.

WIPO. International Union for the Protection of Industrial Property (Paris Union). Sixth Consultative Meeting on the Revision of the Paris Convention. Document PR/CM/VI/1. Geneva, September 19 to 22, 1989.

WIPO. Future Work Program for the Standing Committee on the Law of Patents. Standing Committee on the Law of Patents. Eleventh Session. Geneva, June 1 and 2, 2005**A**. Doc. SCP 11/3. Date March 7, 2005. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_11/scp\\_11\\_3.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_11/scp_11_3.pdf) . Acessado em 09 de julho de 2008.

WIPO. History of the Patent Cooperation Treaty. IN: Records of the Washington Diplomatic Conference on the Patent Cooperation Treaty. 1970. Geneva, 1972. p.641-644

WIPO. International Patent Cooperation Union - PCT Union. Report. Meeting of International Authorities Under the Patent Cooperation Treaty (PCT). Seventeenth Session. Rio de Janeiro, February 9 to 11, 2010**A**.

WIPO. Introduction to intellectual property: theory and practice. Kluwer Law International. London et al, 1997.

WIPO. Proposal from the United States of America, Japan and the European Patent Office Regarding the Substantive Patent Law Treaty (SPLT). Standing Committee on the Law of Patents. Tenth Session. Geneva, May 10 to 14, 2004**D**. Doc. SCP/10/9. Date: April 22, 2004.

WIPO. Practice Guidelines Under the Substantive Patent Law Treaty. Tenth Session. Geneva, May 10 to 14, 2004**E**. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_10/scp\\_10\\_6.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_10/scp_10_6.pdf) . Acessado em 08 de junho de 2010.

WIPO. Records of the Diplomatic Conference for the Conclusion of a Treaty Supplementing the Paris Convention as Far as patents are Concerned. Volume I: First Part of the Diplomatic Conference. The Hague, 1991. Geneva, 1991. P. 100

WIPO. Report. Standing Committee on the Law of Patents. Fourth Session. Geneva, November 6 to 10, 2000. December 7, 2000. Doc SCP 4/6. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_4/scp\\_4\\_6.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_4/scp_4_6.pdf). Acessado em 08 de agosto de 2011.

WIPO. Report. Standing Committee on the Law of Patents. Fifth Session. Geneva, May 14 to 19, 2001**B**. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_5/scp\\_5\\_6.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_5/scp_5_6.pdf). Acessado em 16 de agosto de 2011.

WIPO. Records of the Washington Diplomatic Conference on the Patent Cooperation Treaty. 1970. Geneva, WIPO, 1972.

WIPO. Statement Adopted at the End of Informal Consultations in Casablanca on February 16, 2005**B**. Disponível em: [http://www.wipo.int/pressroom/en/html.jsp?file=/redocs/prdocs/en/2005/wipo\\_upd\\_2005\\_241.html](http://www.wipo.int/pressroom/en/html.jsp?file=/redocs/prdocs/en/2005/wipo_upd_2005_241.html). Acessado em 09 de julho de 2010.

WIPO. Statement received from Brazil. Standing Committee on the Law of Patents. Eleventh Session. Geneva, June 1 and 2, 2005. Doc. SCP/11/4. Date. April 21, 2005**C**. Disponível em: [http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting\\_id=7128](http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=7128). Acessado em 29 de setembro de 2008.

WIPO. Suggestions for the Further Development of International Patent Law. Standing Committee on the Law of Patents. Fourth Session. Geneva, November 6 to 10, 2000.

WIPO. Summary by the Chair. Standing Committee on Law of Patents. Fifth Session. Geneva, May 14 to 19, 2001**C**. Doc. SCP/5/5. Date: May 18, 2001. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_5/scp\\_5\\_5.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_5/scp_5_5.pdf). Acessado em 10 de julho de 2010.

WIPO. Summary by the Chair. Standing Committee on Law of Patents. Ninth Session. Geneva, May 12 to 16, 2003**B**. Doc. SCP/9/7. Date: May 16, 2003. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_9/scp\\_9\\_7.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_9/scp_9_7.pdf). Acessado em 10 de julho de 2010.

WIPO. Summary by the Chair. Standing Committee on the Law of Patents. Tenth Session. Geneva, May 10 to 14, 2004**F**. Doc. May 14, 2004. Disponível em: [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp\\_10/scp\\_10\\_10.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/scp/en/scp_10/scp_10_10.pdf). Acessado em 08 de julho de 2010.

WIPO. Summary by the Chair. Standing Committee on the Law of Patents. Eleventh Session. Geneva, June 1 and 2, 2005. Doc. SCP/11/5. Date: June 3, 2005**D**.

WIPO. Summary and Advantages of the Patent Cooperation Treaty. IN: Records of the Washington Diplomatic Conference on the Patent Cooperation Treaty. 1970. Geneva, 1972. p.645-654

WIPO. United International Bureaus for the Protection of Intellectual Property. Replies to Questions put forward by members of the Committee on Negotiations with Intergovernmental Agencies of the Economic and Social Council of the United Nations. September 12, 1973.

WIPO. WIPO Patent Agenda: Options for Development of the International Patent System. Doc. A/37/6. Date: August 19, 2002. Disponível: [www.wipo.int/edocs/mdocs/govbody/en/a\\_37/a\\_37\\_6.doc](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/govbody/en/a_37/a_37_6.doc) . Acessado em 10 de junho de 2010.

WIPO. World Intellectual Property Indicators. 2010 Edition. Disponível em: [http://www.wipo.int/export/sites/www/ipstats/en/statistics/patents/pdf/941\\_2010.pdf](http://www.wipo.int/export/sites/www/ipstats/en/statistics/patents/pdf/941_2010.pdf). Acessado em 16 de agosto de 2010.

WTO. Article 27.3b, traditional knowledge, biodiversity. Disponível em: [http://www.wto.org/english/tratop\\_e/trips\\_e/art27\\_3b\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/art27_3b_e.htm). Acessado em 10 de agosto de 2011. Sem ano.

WTO. The Relationship Between the TRIPS Agreement and the Convention on Biological Diversity and the Protection of Traditional Knowledge. Doc IP/C/W/356. 24 de Junho de 2002.